



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 732

Quinta-feira - 05 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Braço do Trombudo	6
Caçador.....	8
Campo Alegre	49
Campos Novos	54
Canoinhas.....	55
Catanduvas.....	55
Chapadão do Lageado	56
Concórdia	57
Cordilheira Alta	59
Coronel Martins.....	60
Curitibanos	60
Forquilha.....	61
Fraiburgo.....	66
Garopaba.....	84
Gaspar	103
Herval do Oeste	124
Imbituba	127
Iomerê	143
Irineópolis	143
Joaçaba.....	146
Lauro Muller	147
Lindóia do Sul	151
Luzerna	151
Macieira.....	151
Massaranduba.....	152
Monte Carlo	153
Morro da Fumaça	153
Nova Trento	153
Novo Horizonte	154
Paulo Lopes	154
Pinheiro Preto	154
Porto Belo.....	155
Porto União.....	156
Rio do Sul.....	156
São Pedro de Alcântara.....	157
Schroeder	159
Siderópolis.....	172
Timbó	183
Três Barras	184
Tunápolis.....	186
Turvo	188
Vargeão.....	189
Videira.....	189

Consórcios

ARIS	193
CIGA	214
CINCO	215
CIS/AMMVI	216
CIS/AMREC.....	230
CITMAR.....	231

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.987/2011

LEI Nº 1.987/2011 - DE 19 DE ABRIL DE 2011

“DÁ O NOME DE LUIZ VIECELI AO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL - CAPS, LOCALIZADO NA CIDADE DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º Fica denominado de “CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS “LUIZ VIECELI”, a unidade localizada no Município de Água Doce - SC.

Artigo 2.º A Administração Municipal providenciará todos os atos necessários, para que o nome de “CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS “LUIZ VIECELI”, passe a constar de todos os atos que digam respeito ao CAPS.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de abril de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 1.988/2011

LEI Nº 1.988/2011- DE 26 DE ABRIL DE 2011

“DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO E AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 1º. Fica desafetado o bem imóvel a seguir relacionado, que se encontra destinado à implantação de uma subestação de energia elétrica, qual seja: um terreno urbano com área total de 0,16985 há, inicia-se no marco denominado 26; dividindo-o com a Madeireira Esperança Ltda; Daí segue confrontando com Madeireira Esperança Ltda, com azimute de 112°56'11" e a distância de 29,35 m. até o marco 27(E=444.713,335 m. e N=7.012.647,030 m); Daí segue confrontando com a Mecânica Alvirer Ltda, com o azimute de 7°42'46" e a distância de 64,00 m. até o marco 30 (E=444.721,914 m e N=7.012.710,376 m); Daí segue confrontando com Acesso de Servidão e COOPERIO, com o azimute de 278°56'01" e a distância de 22,98m, até o marco 31, (E=444.699,213 e N=7.012.713,944 m); Daí segue confrontando com COOPERIO, com o azimute de 259°47'00" e a distância de 5,61 m. até o marco 25 (E=444.693,692 m e N= 7.012.712,949m); Daí segue confrontando com a Madeireira Esperança Ltda, com o azimute de 187°43'15" e a distância de 55,00 m. até o marco 26 (E=444.686,305 m. e N=7.012.658,468 m); início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0,16985 há, avaliado em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Parágrafo único. O imóvel ora desafetado fica automaticamente traspasado para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 2º. O imóvel será destinado, integralmente, à política de incentivos econômicos, na forma de doação onerosa, com encargos e cláusula de reversão, seguindo-se o rito próprio definido na Lei n. 943, de 19 de março de 1996 e seu regulamento.

Parágrafo único. A alienação referida no caput deste artigo deverá ser precedida de avaliação e efetivar-se-á mediante competente processo licitatório, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de abril de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1362 de 03 de Maio de 2011.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

Considerando a exoneração da servidora efetiva no cargo, e não havendo outra pessoa classificada para a referida vaga no Concurso vigente e,
Considerando o Processo seletivo 05/2010, e a habilitação da mesma para ocupar o cargo.

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO

FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo 005/2010, para atuar no Ensino Fundamental na Escola Municipal de Linha Araraquara.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2011, se antes não houver Concurso Público para a referida vaga.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Maio de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
Responsável Pelas Publicações

Portaria Nº 048 de 03 de Maio de 2011.

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo de Operador de Balsa.

Servido	Período Aquisitivo	Período de gozo
ANDERSON GRIEBLER	05/04/2010 a 04/04/2011	03/05/2011 a 01/06/2011

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Maio de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 047/2011

DECRETO Nº 047/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de

Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 18.664,32 para as seguintes dotações orçamentárias:
06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.452.0007.1.035-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.664,32.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 18.664,32.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 04 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 234/2011

PORTARIA Nº 234/2011
Dispensa servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, OSCAR FILIPPE SOUZA DE ARAUJO, do Cargo Temporario de MEDICO - 40H, a partir de 02 de Maio de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 079/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 079/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 044/2011; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Locação de horas 300 (trezentas) horas de serviços de caminhão traçado, com equipamentos para recuperação de estradas vicinais do perímetro rural do Município de Antônio Carlos; Entrega dos envelopes: dia 18/05/2011 até 08:45 (oito e quarenta e cinco) horas e abertura: no mesmo dia as 09:00 (nove) horas .

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 204/2010

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 204/2010

Quarto Termo Aditivo ao Contrato: nº 204/2010; Origem: Processo Licitatório n.º 139/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construção Ltda ME; Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação da rede de drenagem pluvial entre as Ruas Sete de Setembro e Fábio Salum, no Município de Antonio Carlos-SC; Valor do Aditivo: R\$ 18.664,32; Valor do contrato aditivado: R\$ 146.657,48.

Antônio Carlos, 04 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 116, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 116, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, FRANCIANE APARECIDA MORATELLI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTETE SOCIAL, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 22/05/2011, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 117, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 117, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CESAR LUIZ ALTENHOFEN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 22/05/2011, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao

mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 118, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 118, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, NESTOR MOZE-NA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2009 à 02/05/2010, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 119, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 119, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LUIZ ANTONIO CIVIDINI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL I, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 à 01/02/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 120, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 120, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso

de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, FERNANDO ANDRÉ MANENTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo VIGILANTE SANITÁRIO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 121, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 121, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ROSELI SECCO FELCHILCHER, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR II (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 122, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 122, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, TÂNIA CRISTINA MANENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 123, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 123, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALETE SARTORI NESI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 124, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 124, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALETE MARIA BIAVA, brasileira, divorciada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 125, de 02/05/2011.

PORTARIA Nº 125, de 02/05/2011.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JULIANA DAMASCENO SOUSA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ENFERMEIRO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2010 à 02/05/2011, e gozo das mesmas no período de 02/05/2011 a 31/05/2011, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de maio de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

PREFEITURA MUNICIPAL

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2011

Ata Registro de Preço 14/2011

Número do Registro de Preços: 14/2011

Data do Registro: 18/04/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,0000	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8128)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,0000	1
3	Cuca caseira sabores variados, peso líquido aproximado de 500g. (8129)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	5,7500	1
4	Orelha de gato doce polvilhado no açúcar e canela, macio e fresco. (8130)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	10,7500	1
5	Bolacha tipo caseiro, nos sabores polvilho e cocô, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (8131)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	10,5000	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 300g a 500g, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8132)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	3,2500	1
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8133)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	0,8000	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (8134)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	8,0000	1
9	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (8135)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	8,0000	1
10	Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica. (8136)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	6,2500	1
11	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (8137)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	12,5000	1
12	Sanduíche com pão francês (50g) fresco, queijo, presunto, alface, tomate e maionese. Feitos no dia da entrega. (8138)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	1,7500	1
13	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (8139)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	2,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2011**Número do Registro de Preços: 14/2011****Data do Registro: 18/04/2011****Válido até: 04/05/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Bolacha de natal pintada, tipo caseiro, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (8140)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	13,0000	1
15	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade. (8141)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	0,7500	1
16	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100g a 120g, macio, frito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (8142)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki-Sabor	0	1,2500	1

BRACO DO TROMBUDO , 18 de Abril de 2011.

Caçador

Página: 1/21

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

PREFEITURA MUNICIPAL

COMPRAS MES ABRIL 2011 PREFEITURA

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AB REVISTA E JORNAL IMPRESSOS LTDA - EPP	Revista Educação na Escola sem verniz na capa:	1995	6.500,000	3,0000	19.500,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CHAVE BOIA DE NIVEL SUPERIOR	1744	3,000	26,2900	78,87
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	1749	370,000	0,6800	251,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	1740	1.315,000	0,6800	894,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RIGIDO 4,00MM	1755	149,000	0,8100	120,69
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	1737	7,000	1,2000	8,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	1747	10,000	1,2000	12,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	1757	46,000	1,2000	55,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL NHT2 400 A	1740	37,000	23,9900	887,63
ABCM ELETROTECNICA LTDA	HASTE DE TERRA COPERWELD 2400 MM	1740	7,000	14,7600	103,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Lâmpada incandescente 150 w	1735	4,000	1,8400	7,36
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Lâmpada incandescente 150 w	1747	99,000	1,8400	182,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Lâmpada incandescente 150 w	1749	47,000	1,8400	86,48
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Lâmpada incandescente 150 w	1755	2,000	1,8400	3,68
ABCM ELETROTECNICA LTDA	Lâmpada incandescente 150 w	1774	62,000	1,8400	114,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 200 W	1744	96,000	2,2500	216,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 200 W	1747	147,000	2,2500	330,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 200 W	1774	4,000	2,2500	9,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	1747	110,000	2,9400	323,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1736	20,000	11,0000	220,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1738	6,000	11,0000	66,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1741	223,000	11,0000	2.453,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1745	176,000	11,0000	1.936,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1746	172,000	11,0000	1.892,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1750	26,000	11,0000	286,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1754	61,000	11,0000	671,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1756	52,000	11,0000	572,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	1775	16,000	11,0000	176,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR PARTIDA RAPIDA 1 x 40 w 220V	1740	110,000	7,9800	877,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	1740	10,000	42,7200	427,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	1744	39,000	42,7200	1.666,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 250 W 220 V EXTERNO	1757	4,000	42,7200	170,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 15-CV 4 POLOS	1757	1,000	329,0000	329,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 20-CV 4 POLOS	1740	2,000	457,5900	915,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 20-CV 4 POLOS	1744	1,000	457,5900	457,59
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 20-CV 4 POLOS	1749	1,000	457,5900	457,59
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 30-CV 4 POLOS	1755	1,000	701,9600	701,96
ABCM ELETROTECNICA LTDA	RELE DE TEMPO DE 0 A 30 SEG. 220 V	1740	4,000	49,4900	197,96
ABCM ELETROTECNICA LTDA	RELE FOTOELETRICO COM BASE	1744	21,000	22,4300	471,03
ABCM ELETROTECNICA LTDA	RELE FOTOELETRICO COM BASE	1755	3,000	22,4300	67,29
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	CHAVE DE COMANDOS	2038	8,000	98,0000	784,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	CHICOTE PARA SIRENE E LANTERNA	2038	8,000	69,0000	552,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	MÃO DE OBRA C/ APLICAÇÃO DE PEÇAS	2038	8,000	98,0000	784,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	SIRENE	2038	8,000	138,0000	1.104,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	SUPORTE PARA LANTERNAS	2038	8,000	36,0000	288,00
ADELVO BASQUERA - EPP	EXTINTOR NOVO CO2 6 KG	2055	20,000	375,0000	7.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELVO BASQUERA - EPP	EXTINTOR NOVO PQS 6 KG	2055	41,000	145,1220	5.950,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RECARGA DE EXTINTOR PQS 1 KG	2055	2,000	13,0000	26,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	1854	10,000	35,0000	350,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 K	2055	36,000	50,0000	1.800,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 KG	1854	1,000	45,0000	45,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RECARGA EXTINTOR CO2 4KG	1854	1,000	45,0000	45,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RETESTE DE EXTINTOR CO2 4KG	1854	1,000	20,0000	20,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RETESTE DE EXTINTOR PQS 4KG	1854	7,000	15,0000	105,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RETESTE DE EXTINTOR PQS 6KG	1854	1,000	20,0000	20,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 1 KG	2055	2,000	7,0000	14,00
ADELVO BASQUERA - EPP	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 6 KG	2055	12,000	25,0000	300,00
ADEMAR BERTOTTO - ME	REFEIÇÕES - ALMOÇOS	1716	56,000	12,0000	672,00
ADEMAR BERTOTTO - ME	REFEIÇÕES - JANTAS	1716	19,000	12,0000	228,00
ADEMAR BERTOTTO - ME	REFRIGERANTE 2 LITROS	1716	28,000	5,0000	140,00
AGRICOPEL COM. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	ÓLEO TERMICO	1870	1,000	1.390,0000	1.390,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/ AGROVET PLUS		1803	4,000	26,9000	107,60
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/ MILHO		1803	4,000	25,9000	103,60
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/ PRONTOPEM 25ML		1803	5,000	16,9000	84,50
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/ PULVERIZADOR COSTAL 20 LITROS		2031	1,000	289,9000	289,90
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/ PULVERIZADOR COSTAL DE 10 LTS		2031	1,000	116,0000	116,00
AIOX DO BRASIL EQUIPTO DE INFORMATICA SA	carteira educacional informatizada	1993	250,000	1.650,0000	412.500,00
ALCEU JOSE MATACHON	MAO DE OBRA P/ CONSERTOS HIDRAULICOS, AGUA E ESGOTO	1853	1,000	120,0000	120,00
ALEX MARCON	Serviço eletrônico internet, com notícias do Município	1830	400,000	1,0000	400,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CONCERTO DE FECHADURA	2022	1,000	120,5000	120,50
AMARILDO RIBEIRO	VIDRO LISO 5MM	2122	0,882	64,6500	57,02
ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	SERVIÇOS DE TORNO	1976	1,000	970,0000	970,00
ARPAI INDUSTRIA MECANICA LTDA	SUCATA DE FERRO VELHO	2028	10,000	10,7400	107,40
ARS CONSULT ENGENHARIA LTDA	ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA E AM	1767	0,200	149.508,3220	29.901,66
ARS CONSULT ENGENHARIA LTDA	ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA E AM	1768	1,000	0,0200	0,02
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE (PASSES AZUIS)	1708	61.600,000	3,0000	184.800,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE (PASSES AZUIS)	2105	3.800,000	3,0000	11.400,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE (PASSES AZUIS)	2106	57.800,000	3,0000	173.400,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	1709	240,000	2,2000	528,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2081	1.120,000	2,2000	2.464,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2082	80,000	2,2000	176,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2083	6.560,000	2,2000	14.432,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2084	6.320,000	2,2000	13.904,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2085	3.040,000	2,2000	6.688,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2086	160,000	2,2000	352,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	2088	4.800,000	2,2000	10.560,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2001	12.295,082	2,4400	30.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2002	10.245,902	2,4400	25.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2003	7.377,049	2,4400	18.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2004	6.147,541	2,4400	15.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2005	12.295,082	2,4400	30.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2006	6.147,541	2,4400	15.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2007	2.049,180	2,4400	5.000,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	2012	2.049,180	2,4400	5.000,00
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAL	AGUARRAZ 900ML	1913	1,000	5,5000	5,50
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAL	TINTA A ÓLEO, GALÃO COM 3,6 LITROS	1913	3,000	29,9000	89,70
BOMBAS TRIGLAU IND. E COM. LTDA	GRADE DE BOCA DE LOBO COM APLICAÇÃO DE MATERIAIS	1914	20,000	215,0000	4.300,00
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	GASOLINA COMUM	1874	57,758	2,9780	172,00
BRASAUTO CACADOR LTDA	ARRUELA VEDAÇÃO	1808	1,000	3,9800	3,98
BRASAUTO CACADOR LTDA	ELEMENTO FILTRO DE COMBUSTIVEL	1808	1,000	54,3000	54,30
BRASAUTO CACADOR LTDA	Elemento Filtro diesel	1808	1,000	66,0700	66,07
BRASAUTO CACADOR LTDA	Elemento Filtro Lubrificante	1808	1,000	40,0300	40,03
BRASAUTO CACADOR LTDA	ÓLEO PARA MOTOR	1808	1,500	193,0067	289,51
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - CAMINHÃO BASCULANTE 15.180 - DIESEL	1943	494,490	1,0000	494,49
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - CAMINHÃO BASCULANTE 15.180 14.50T 180CV	1943	1.106,180	1,0000	1.106,18
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - FURGÃO MASTER 11 M3 25 DCI 1.60T 114CV	2053	1.316,940	1,0000	1.316,94
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAD 7967 CAMINHÃO-FORD 1989	1968	3.226,980	1,0000	3.226,98
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAL 3422 MICRO-ONIBUS - VW 1999	2064	15.912,930	1,0000	15.912,93
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - ÔNIBUS COMIL PIA O 32 PT 145CV - DIESE	2053	999,030	1,0000	999,03
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - TRATOR DE PNEU 68 -DIESEL 48 1988	1943	449,870	1,0000	449,87
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - TRATOR DE PNEU 68 -DIESEL 48 1988	2013	5,370	1,0000	5,37
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO PRANCHA CARROCERIA ABERTA	1943	2.433,280	1,0000	2.433,28
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA- MDV 6940 CAMINHÃO-MERCEDES B 1978	1968	883,930	1,0000	883,93
CAMPOS COMÉRCIO DE MADEIRAS E MAT. DE CON	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 30 CM DE LARGURA, 08 CM DE ESPESSUR	1866	2,000	420,0000	840,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	ROLO ANTI GOTA 321/15	1918	24,000	8,0000	192,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRILICA PARA DEMARCAÇAO VIARIA_1	1918	20,000	89,0000	1.780,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRILICO STANDARD 18 LTS	1918	10,000	89,0000	890,00
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	MANGUEIRA HIDRÁULICA 100 R-2 1/2"	1948	1,000	53,0000	53,00
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	Mangueira hidráulica R-2 ½ " com 2,60 mt e terminais 200-10	1977	1,000	53,0000	53,00
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	MANGUEIRA HIDRAULICA R21"	1807	4,000	54,0000	216,00
CASA DO ASFALTO DIST. IND. E COM. DE ASFALTO: XISTO		1804	15,000	1.960,0000	29.400,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ARAME P/ SOLDA LATAO 2,38MM		2,000	2,5600	5,12
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ARRUELA LISA ZINCADA 1/4		0,500	15,1600	7,58
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ARRUELA LISA ZINCADA 3/8		0,080	24,6100	1,97
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BARRA ROSQUEADA 3/8"		1,000	11,8300	11,83
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE Estrela 12X13		1,000	10,3800	10,38
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE ESTRELA 14X15		1,000	12,8600	12,86
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE Estrela 16X17		1,000	13,6200	13,62
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE Estrela 18x19		1,000	21,2300	21,23
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE FIXA 12x13		1,000	8,9800	8,98
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE FIXA 14x15		1,000	12,1700	12,17
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE FIXA 16X17		1,000	9,2100	9,21
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE FIXA 18X19		1,000	14,5000	14,50
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	COLA VEDA ESCAPE 100G	1957	1,000	14,7400	14,74
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	DISCO CORTE BNA-12 7X1/16X7/8		10,000	11,9000	119,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ELETRODO CROMO NIQUEL 2,5MM		10,000	1,5000	15,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ELETRODO OK 48X3,25MM		1,000	16,6500	16,65
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	FLUXO P/ SOLDA PRATA 250 GR		1,000	16,6200	16,62

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PA FRA 1/4x1.1/2		0,350	41,2300	14,43
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PORCA SX 3/4 UNC		0,200	101,0200	20,20
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	SOQUETE ESTRIADO ENC. 3/4 19MM	1957	1,000	39,9200	39,92
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MFW-0369 LOGAN/RENAULT	1851	2.405,580	1,0000	2.405,58
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - UNO MILLE SX 5 PT 55CV - GASOLINA	1944	303,680	1,0000	303,68
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - UNO MILLE SX 5 PT 55CV - GASOLINA	2014	286,540	1,0000	286,54
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA- CORSA HATCH - GM - MHA7996 2010 ADM	1898	86,530	1,0000	86,53
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA VW GOL LZJ 3874 1992	1868	230,850	1,0000	230,85
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA VW GOL MCJ 9911 2002	1845	97,470	1,0000	97,47
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIDIESEL)	1770	10.000,000	1,9000	19.000,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIDIESEL)	1855	5.000,000	1,9000	9.500,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC	OLEO DIESEL (BIDIESEL)	2104	10.000,000	1,9000	19.000,00
CHROMPACK INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA	CALIBRAÇÃO EM MICROFONE	2024	2,000	276,2500	552,50
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA,TAMANHO MÉDIO EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO	1787	9.718,000	1,3200	12.827,76
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-302	1885	1,000	6,0000	6,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	1885	4,000	7,0000	28,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-302	1885	2,000	20,0000	40,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	1885	1,000	25,0000	25,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-304	1885	1,000	30,0000	30,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-302	1885	1,000	8,0000	8,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	1885	3,000	10,0000	30,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	AMIANTO	2063	0,950	64,9474	61,70
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA 13 X 950	1958	1,000	25,0000	25,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA 13X925	1958	1,000	20,0000	20,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA 22 X 1290	1958	2,000	85,0000	170,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B-76	2063	3,000	22,0000	66,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA..	1958	1,000	98,0000	98,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	RETENTOR 00269	1958	1,000	19,0000	19,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	EXTINTOR NOVO CO2 4 KG	2054	10,000	349,0000	3.490,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	EXTINTOR NOVO PQS 4 KG	2054	1,000	132,0000	132,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	PLACAS DE ADVERTENCIAS DE EXTINTORES	2054	234,000	2,4000	561,60
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	2054	6,000	53,5714	321,43
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG	2054	7,000	65,0000	455,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	2054	67,000	40,0000	2.680,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RETEXTE DE EXTINTOR CO2 4 KG	2054	2,000	26,7857	53,57
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 4KG	2054	24,000	20,0000	480,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	SUPORTE PARA EXTINTORES	2054	42,000	2,6000	109,20
CONSTRUTORA FETZ LTDA	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional) (Infra-estrutura)	1865	8,000	305,0000	2.440,00
CONSTRUTORA FETZ LTDA	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional) (Infra-estrutura	1865	10,000	314,0000	3.140,00
COOPESC - COOP. DE PROFISSIONAIS EM SERVIÇO	execução de ações de qualificação social e profissional do P	1988	0,398	476.962,5000	190.000,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	Gás acondicionado em botijões de 45 quilos, GLP - P45, compo	2077	20,000	167,0000	3.340,00
CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA	VIDRO CANELADO	1822	1,000	200,0000	200,00
CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA	VIDRO FUME 4MM COLOCADO	1822	1,000	340,0000	340,00
CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA	VIDRO LISO COLOCADO	1822	1,000	165,0000	165,00
DEL CIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDA	TUBO DE CONCRETO COM DIAMETRO DE 0,30M	1771	150,000	16,5000	2.475,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	CONFEECAO DE CHAVE PARA VEICULOS	1924	2,000	25,0000	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTI	CONCERTO DE CADEIRAS	1798	1,000	85,0000	85,00
DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA	CONCERTO DE TORRE REPETIDORA	1917	1,000	1.477,2500	1.477,25
EJL SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA (DA HORA	Serviço eletrônico internet, com notícias do Município	1831	400,000	1,0000	400,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	FECHADURA ELETRICA	2089	1,000	220,0000	220,00
ELITE COMANDOS AGROPESCA LTDA - ME	Coturnos extra-leve, com zíper, em couro e lona, solado leve	2021	5,000	220,0000	1.100,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	LUVA P/ INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	1963	3,000	10,0000	30,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	NITROGÊNIO LÍQUIDO	1963	16,000	4,0000	64,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	SEMEN LAICO	1967	25,000	13,0000	325,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	SEMEN SPIKE	1967	20,000	20,0000	400,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	SEMEN TROLLY	1967	25,000	20,0000	500,00
EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - N	SEMEN VORMAN TAL	1967	15,000	20,0000	300,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	BLOCO DE CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 0:30 MINUTOS, conform	1826	20.000,000	0,1400	2.800,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	BLOCO DE CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 1:00 HORA, conforme m	1826	6.000,000	0,1400	840,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE BANNER	2040	2,000	154,7400	309,48
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE FAIXA	2040	1,000	175,0000	175,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	2040	1,000	90,0000	90,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE IMAS	2040	4,000	30,0000	120,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE IMAS	2040	1,000	40,0000	40,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM CHAPA GALVANIZADA	1966	2,000	94,5000	189,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM CHAPA GALVANIZADA	2040	1,000	280,0000	280,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM CHAPA GALVANIZADA	2040	1,000	200,0000	200,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM CHAPA GALVANIZADA	2040	2,000	240,0000	480,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	PLACA INDICATIVA, INFORMATIVA OU EDUCATIVA em formato 600 X	2046	20,000	41,0000	820,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	REFORMA DE PLACA INDICATIVA	2040	2,000	415,0000	830,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	REFORMA DE PLACA INDICATIVA	2040	1,000	420,0000	420,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	SUPORTE PARA PLACA	1873	120,000	91,0000	10.920,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	SUPORTE PARA PLACA em tubo galvanizado a fogo sem emendas co	1871	130,000	82,5000	10.725,00
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTI	LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA SISTEMA	1725	1,000	290,0000	290,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	1828	8.000,000	1,0000	8.000,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	2062	2.400,000	1,0000	2.400,00
FGT CONSTRUTORA LTDA	pavimentação parque central	1836	0,156	69.200,0800	10.784,58
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA	Número 01 - Instalação e manutenção de radar movel	1899	1,000	5.679,0000	5.679,00
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA	Número 01 - Instalação, operação e manutenção de radar	1899	1,000	5.679,0000	5.679,00
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA	Número 02 - Instalação, operação e manutenção de radar	1899	1,000	5.679,0000	5.679,00
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA	Número 03 - Instalação, operação e manutenção de radar	1899	1,000	5.679,0000	5.679,00
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA	Número 04 - Instalação, operação e manutenção de radar	1899	1,000	5.679,0000	5.679,00
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Droga da Obediência - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2535	310,31
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Droga do Amor - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Escolinha do Mar - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7394	250,57
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Fantástica Máquina dos Bichos - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	13,7393	233,57
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Marca de Uma Lágrima - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Menor Fazedora de Mágicas do Mundo - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	15,8441	269,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	A Minhoca da Sorte - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	15,8429	269,33
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Agora Estou Sozinho - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	17,1460	291,48
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Anjo da Morte - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Balas, Bombons e Caramelos - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	17,0385	289,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Bisa Bia, Bisa Bel - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,4387	245,46
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Bisa Bia, Bisa Bel - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	20,2300	343,91
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Dorotéia a Centopéia - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	12,9399	219,98
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Droga de Americana! - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Esta Casa é Minha - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	17,0385	289,65
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Eugênio o Gênio - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Faz Muito Tempo - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	13,7393	233,57
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Garrote, Menino Coragem - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Inocência - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	9,7105	165,08
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Macacote e Porco Pança - 01Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Nosso Amigo Ventinho - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Amigo do Rei - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	13,7393	233,57
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Coelho Que Não Era da Páscoa - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Distraído Sabido - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	12,9399	219,98
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Fantástico Mistério de Feiurinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	14,9264	253,75
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Fantástico Mistério de Feiurinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	16,0820	273,39
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Menino e o Pinto do Menino - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	15,2593	259,41
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Par de Tênis - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	23,7015	402,93
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	O Segredo da Oncinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	17,0385	289,65
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Pântano de Sangue - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	18,2557	310,35
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Pedrinho Pintor - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Por Enquanto Eu Sou Pequeno - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	15,8429	269,33
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Porta Giratória - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	23,7015	402,93
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Quase Tudo na Arca de Noé - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	14,7045	249,98
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Será Que Ele Vem? - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	14,7045	249,98
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Uivando pra Lua - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	16,5911	282,05
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Um Macaco Pra Frente - 01 Vol. - Ed. Salamandra	2059	17,000	14,7385	250,55
FORTUN & GRANCHELLI LTDA	Um Pra Lá, Outro pra Cá - 01 Vol. - Ed. Moderna	2059	17,000	17,0385	289,65
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO ELETRICA - LZV 6453-CAMINHÃO-VOLKSWAGEM-1986	1972	1.456,270	1,0000	1.456,27
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO ELETRICA - MAD 7967-CAMINHÃO-FORD-1989	1972	91,360	1,0000	91,36
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO ELETRICA - MAN 1633-CAMINHÃO-VOLKSWAGEM-1999	1972	141,650	1,0000	141,65
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO ELETRICA - MBA 4196-CAMINHÃO-VOLKSWAGEM-1999	1972	252,110	1,0000	252,11
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO MECANICA - MBX-9403 - POLO SEDAN/VW-GASOLINA 2006	1852	208,800	1,0000	208,80
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	LANEJA PÊRA CASCA COR ALARANJADA ODO AGRADÁVEL E DOCE	1790	3.232,000	2,2490	7.268,77
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MAÇÃ FUJI. CARACTERÍSTICAS: TAMANHO MÉDIO	1790	3.254,000	3,2485	10.570,62
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Mamão.Características: casca fina, lisa, amarela, sem mancha	1790	3.254,000	3,1986	10.408,24
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MELANCIA. CARACTERÍSTICAS: CASCA ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS	1790	3.234,000	1,3900	4.495,26
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de anúncios	1841	1,000	3.228,0000	3.228,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de anúncios	1843	1,000	3.228,0000	3.228,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de anúncios	1844	1,000	3.228,0000	3.228,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de vídeo tape (VT) co	1840	1,000	4.429,0000	4.429,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de vídeo tape (VT) co	1842	1,000	4.429,0000	4.429,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de vídeo tape (VT) co	1843	1,000	4.429,0000	4.429,00
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	Serviços de mídia escrita para criação de vídeo tape (VT) co	1844	0,893	4.429,0000	3.956,00
FUNDAÇÃO LOGOÓFICA EM PROL DA SUPERAÇÃO	COLEÇÃO DE LIVROS P/ EDUCAÇÃO INFANTIL C/6 UNID.	2000	118,000	66,0000	7.788,00
HGS PESQUISA E ASSESSORIA LTDA	ESTUDO E DIAGNÓSTICO DA DEMANDA DO MUNICÍPIO E ATUAÇÃO SETOR		1,000	7.950,0000	7.950,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	DIÁRIAS DE HOTEL - COM CAFÉ DA MANHÃ	2042	2,000	74,0000	148,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	DIÁRIAS DE HOTEL - COM CAFÉ DA MANHÃ	2042	3,000	45,0000	135,00
HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRAS	1792	1,000	850,0000	850,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACIDO MURIATICO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	1933	100,000	2,2900	229,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACIDO MURIATICO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	1934	10,000	2,2900	22,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACIDO MURIATICO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	1938	30,000	2,2900	68,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Água sanitária, embalagem de 1 litro. Comum	1933	500,000	1,0300	515,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Água sanitária, embalagem de 1 litro. Comum	1934	500,000	1,0300	515,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Água sanitária, embalagem de 1 litro. Comum	1938	999,000	1,0300	1.028,97
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	álcool 92,8 GL, Secretarias	1933	500,000	3,3000	1.650,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	álcool 92,8 GL, Secretarias	1934	500,000	3,3000	1.650,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	álcool 92,8 GL, Secretarias	1936	500,000	3,3000	1.650,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	álcool 92,8 GL, Secretarias	2057	95,000	3,3000	313,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA FLORES E FRUTAS, CAIXA COM 15 SAQUINHOS, SABORES A ESCOL	2057	50,000	5,4000	270,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103, CAIXA COM 30UNIDADES	2057	50,000	1,4900	74,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ODORIZADOR DE AR- 400 ML	1934	10,000	5,1700	51,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ODORIZADOR DE AR- 400 ML	1938	50,000	5,1700	258,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	1933	100,000	2,4500	245,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	1934	500,000	2,4500	1.225,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	1935	200,000	2,4500	490,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	1936	400,000	2,4500	980,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	1938	128,000	2,4500	313,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% fibras	2057	140,000	2,4500	343,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel toalha com 1.000 FOLHAS cada pacote - 21 X 22,5 cm	1935	500,000	4,8000	2.400,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel toalha com 1.000 FOLHAS cada pacote - 21 X 22,5 cm	1936	300,000	4,8000	1.440,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel toalha com 1.000 FOLHAS cada pacote - 21 X 22,5 cm	1938	100,000	4,8000	480,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	QUEROSENE	1933	100,000	3,8900	389,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	QUEROSENE	1935	100,000	3,8900	389,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	QUEROSENE	1936	100,000	3,8900	389,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PEDRA, NEUTRO 500 g	1933	100,000	0,8900	89,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PEDRA, NEUTRO 500 g	1935	100,000	0,8900	89,00
INQUIBRA - IND. QUIMICA BRASILEIRA LTDA	EVISKIM CREME	2027	48,000	7,6667	368,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2076	100,000	43,0000	4.300,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2090	5,000	43,0000	215,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2091	8,000	43,0000	344,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2092	4,000	43,0000	172,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2093	5,000	43,0000	215,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2094	3,000	43,0000	129,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	2095	4,000	43,0000	172,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCO DE AVISO DE IRREGULARIDADE, conforme modelo anexo, sen	1827	600,000	1,9900	1.194,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	FOLHA TIMBRADA EM PAPEL A4, conforme modelo anexo, sendo:	1856	10.000,000	0,0570	570,00
JOAOZINHO SAMUEL LEMOS MORAES	Locações e montagem de palco 10x8 metros, alambrado de 1,6 m	2047	1,000	3.990,0000	3.990,00
JPR ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	Blocos com 13 (treze) Box de alimentação em alumínio e chapa	1806	2,000	4.850,0000	9.700,00
JPR ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	Sistema Piramidal de 10,00 x 10,00 m, em estrutura metálica	1806	2,000	945,0000	1.890,00
JPR ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	Sistema Piramidal de 5,00 x 10,00 m, em estrutura metálica c	1806	1,000	849,0000	849,00
JPR ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	Sistema Piramidal de 5,00 x 5,00 m, em estrutura metálica co	1806	7,000	450,0000	3.150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
KEMELI SORGATO - ME (REVISTA ATITUDE)	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica	1832	1.500,000	1,0000	1.500,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CONCERTO DE CADEIRAS	1813	1,000	70,0000	70,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas com assento e encosto anatômicos	2068	1,000	1.890,0000	1.890,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas com assento e encosto anatômicos, com recl	2068	1,000	1.496,0000	1.496,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas com correção postural móvel,	2068	1,000	2.820,0000	2.820,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas com estrutura em aço carbono. Dobrável em	2068	2,000	1.395,0000	2.790,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas com estrutura em aço carbono. Dobrável em X	2068	1,000	1.380,0000	1.380,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAF	Cadeira de rodas dobrável em X	2068	1,000	1.950,0000	1.950,00
LIVRARIAS MOHR LTDA	Carlos Drummond - 10 Vols. - Ed. Didática Paulista	2061	17,000	70,5882	1.200,00
LIVRARIAS MOHR LTDA	Clássicos Rideel 01 - 10 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	26,7218	454,27
LIVRARIAS MOHR LTDA	Clássicos Rideel 02 - 10 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	22,0462	374,79
LIVRARIAS MOHR LTDA	Coleção Autores Edgard Allan Poe - 10 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	55,6723	946,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Coleção Autores Jack London - 08 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	55,6723	946,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Coleção Autores Mark Twain - 09 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	55,6723	946,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Coleção Autores Oscar Wilde - 05 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	55,6723	946,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Graciliano Ramos - 10 Vols. - Ed. Didática Pauliasta	2061	17,000	70,5882	1.200,00
LIVRARIAS MOHR LTDA	José de Alencar - 12 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	24,4958	416,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Júlio Verne - 12 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	24,4958	416,43
LIVRARIAS MOHR LTDA	Machado de Assis - 10 Vols. - Ed. Rideel	2061	17,000	22,0462	374,79
LIVRARIAS MOHR LTDA	Quarteto Falante - 01 Vol. - Ed. Rideel	2061	17,000	6,6807	113,57
LUIZ CARLOS LEMOS - CHAPEAÇÃO E PINTURA	CONCERTO DE MOTOSSERRA	2037	1,000	65,0000	65,00
LUIZ CARLOS LEMOS - CHAPEAÇÃO E PINTURA	MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA	2037	1,000	112,0000	112,00
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO COMBUSTIVEL	1811	1,000	113,1400	113,14
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO DE OLEO	1811	1,000	120,3800	120,38
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	FILTRO DO HIDRÁULICO	1811	1,000	192,0900	192,09
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	OLEO PARA MOTOR C/20 L	1811	1,000	210,0000	210,00
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	PRE FILTRO COMBUSTIVEL	1811	1,000	287,5300	287,53
MARCELO GONCALVES - ME	Engraxar - veículos pequenos, médios, utilitários e grandes	1863	5,000	25,0000	125,00
MARCELO GONCALVES - ME	Engraxar - veículos pequenos, médios, utilitários e grandes	2044	8,000	25,0000	200,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de máquina (patrola, carregadeira, retro es	1863	3,000	200,0000	600,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de motor a quente - veículos pequenos, médi	1863	2,000	16,0000	32,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo grande - ônibus e caminhões	1863	2,000	39,9500	79,90
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo grande - ônibus e caminhões	2044	7,000	39,9500	279,65
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1858	15,000	9,9500	149,25
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1859	8,000	9,9500	79,60
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1892	1,000	9,9500	9,95
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	2044	10,000	9,9500	99,50
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	1863	1,000	21,6700	21,67
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	2044	6,000	21,6700	130,02
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Bebida láctea fermentada (sabores morango, coco e pêssego).	1788	2.600,000	1,9500	5.070,00
MARIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA	CONCERTO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1890	1,000	800,0000	800,00
MARLENE GODOY SCHULZE - ME	ESPERA TELEFÔNICA (LOCUÇÃO + TRILHA + EFGEITOS)	2029	7,000	850,0000	5.950,00
MARLENE GODOY SCHULZE - ME	JINGLE INSTITUCIONAL E VINHETA DE 5 SEGUNDOS	2029	5,000	1.100,0000	5.500,00
MARLENE GODOY SCHULZE - ME	SPOT INSTITUCIONAL DE 30 SEGUNDOS	2029	14,000	250,0000	3.500,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	RESTAURAÇÃO DE FOTOS	1805	3,000	48,0000	144,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS	1823	1,000	162,0000	162,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 9/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MAP 9651 MICRO-ONIBUS - VW 1999	2065	1.082,300	1,0000	1.082,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MAQ. 43 TRATOR-CBT 1986	2065	1.133,400	1,0000	1.133,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MBR 4652 KOMBI-VOLKSWAGEM 2001	2065	1.862,420	1,0000	1.862,42
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MEA 7672 KOMBI-VOLKSWAGEM 2004	1971	793,360	1,0000	793,36
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MEA 7672 KOMBI-VOLKSWAGEM 2004	2065	1.602,700	1,0000	1.602,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - TRA 62 MICRO TRATOR COM CAPINADEIRA- T	2065	645,500	1,0000	645,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - TRATOR DE ESTEIRA FD 9 - DIESEL 49	1848	791,350	1,0000	791,35
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - TRATOR DE ESTEIRA FD 9 - DIESEL 49	1945	1.976,900	1,0000	1.976,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - TRATOR DE PNEU 68 - DIESEL 48	1945	328,000	1,0000	328,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELÉTRICA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 15 Nº 61 2003	1848	551,000	1,0000	551,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - MBR 4652 KOMBI-VOLKSWAGEM 2	2065	526,500	1,0000	526,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - UNO MILLE FIRE 5 PT 55CV -	1848	218,500	1,0000	218,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - UNO MILLE SX 5 PT 55CV - GA	1848	674,500	1,0000	674,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - UNO MILLE SX 5 PT 55CV - GA	1945	748,500	1,0000	748,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - CORSA WIND 5 PT 60CV - GAS	1945	1.960,600	1,0000	1.960,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MBR 4652 KOMBI-VOLKSWAGEM 2001	2065	3.060,640	1,0000	3.060,64
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MBR-7535 - PALIO/FIAT-GASOLINA 2002	2020	1.818,200	1,0000	1.818,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MEA 7672 KOMBI-VOLKSWAGEM 2004	2065	5.901,900	1,0000	5.901,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - PAMPA 1.8 I L 0,10T 80CV - GASOLINA	2066	2.044,000	1,0000	2.044,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA FIAT FIORINO APM 7586 - 2007	1869	205,200	1,0000	205,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA- PEUGEOT - BOXER - MHI3386 - 2010 - EDU	1850	701,250	1,0000	701,25
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos de mesa	1979	6,000	14,3101	85,86
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos de mesa	1981	2,000	14,3101	28,62
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos de mesa	1984	4,000	14,3101	57,24
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos sem fio 220 volts ou bivolt	1979	2,000	44,9744	89,95
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos sem fio 220 volts ou bivolt	1980	1,000	44,9744	44,97
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos sem fio 220 volts ou bivolt	1983	1,000	44,9744	44,97
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Aparelhos telefônicos sem fio 220 volts ou bivolt	1984	1,000	44,9744	44,97
MGE TELEINFORMATICA LTDA	FIO TELEFONE CC2 2 PARES	1985	12,000	0,2126	2,55
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Manutenção em telefone, centrais e linhas telefônicas	1986	1,000	26,5758	26,58
MGE TELEINFORMATICA LTDA	Manutenção em telefone, centrais e linhas telefônicas	1987	2,500	26,5758	66,44
MGE TELEINFORMATICA LTDA	TOMADA PARA TELEFONE PADRÃO SOBREPOR	1985	1,000	0,6942	0,69
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	1937	295,320	44,0000	12.994,08
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	1940	950,200	44,0000	41.808,80
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	1960	300,000	44,0000	13.200,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02 (AGRICULTURA)	1726	250,360	40,9500	10.252,24
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02 (AGRICULTURA)	1939	269,500	40,9500	11.036,03
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	1726	474,250	44,0000	20.867,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	1937	395,450	44,0000	17.399,80
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	1939	295,360	44,0000	12.995,84
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	2103	400,000	44,0000	17.600,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	1940	854,321	44,0000	37.590,12
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	1941	1.250,000	44,0000	55.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	1961	200,000	44,0000	8.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	2043	200,000	44,0000	8.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	1726	765,560	43,6300	33.401,38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 10/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	1864	50,000	43,6300	2.181,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	1937	312,258	43,6300	13.623,82
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	1961	228,054	43,6300	9.950,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE BRITA ESPECIAL	1960	300,000	44,0000	13.200,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	1726	445,280	44,0000	19.592,32
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	1864	150,000	44,0000	6.600,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	1939	163,514	44,0000	7.194,62
NELSON DALLAGNOL DE SOUZA	PERÍCIA MÉDICA	1780	1,000	300,0000	300,00
NELSON DALLAGNOL DE SOUZA	PERÍCIA MÉDICA	1909	2,000	300,0000	600,00
NELSON DALLAGNOL DE SOUZA	PERÍCIA MÉDICA	1910	1,000	300,0000	300,00
NELSON DALPONTE ESTOFADOR-ME	CONCERTO DE CADEIRAS	1883	1,000	70,0000	70,00
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ABOBRINHA.CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES	1789	552,000	1,7442	962,80
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ABOBRINHA.CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES	1791	18,000	1,7442	31,40
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Aipim descascado. Características: boa qualidade e tamanho m	1789	228,000	1,9734	449,94
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Alho. Embalagem de 80g	1789	20,000	12,8581	257,16
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA INGLESA, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, EMBALAGEM UNIT	1789	1.554,000	2,9402	4.569,07
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA INGLESA, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, EMBALAGEM UNIT	1791	126,000	2,9402	370,47
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA SALSA.CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO	1791	100,000	5,8917	589,17
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Beterraba.Características: firme, tenra, razoavelmente macia	1791	80,000	1,9309	154,47
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em sacos	1789	862,000	2,4817	2.139,23
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em sacos	1791	10,000	2,4817	24,82
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CEBOLA BRANCA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAMA	1789	894,000	1,8438	1.648,36
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CEBOLA BRANCA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAMA	1791	14,000	1,8438	25,81
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CENOURA 1ª QUALIDADE FRESCA TAMANHO MÉDIO	1789	622,000	1,8438	1.146,84
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CENOURA 1ª QUALIDADE FRESCA TAMANHO MÉDIO	1791	50,000	1,8438	92,19
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CHUCHU.CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS	1789	552,000	1,9435	1.072,81
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	COUVE MANTEIGA.CARACTERÍSTICAS: VERDE ESCURO, FOLHAS ÍNTEGRA	1791	64,000	1,9309	123,58
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	OVO DE GALINHA.CARACTERÍSTICAS: TIPO 2, AMARELO, FRESCO,	1791	104,000	2,9402	305,78
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	REPOLHO - CARACTERÍSTICAS: TIPO BRANCO, FRESCO DE 1ª QUALIDA	1789	620,000	1,3854	858,95
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	REPOLHO - CARACTERÍSTICAS: TIPO BRANCO, FRESCO DE 1ª QUALIDA	1791	12,000	1,3854	16,62
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	TOMATE. CARACTERÍSTICAS: BEM FORMADOS, LISOS, LIVRES DE DEFE	1789	740,000	2,9402	2.175,75
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Vagem.Características: aparência fresca, tenra, sem estrago	1791	80,000	3,8618	308,94
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	Refeições prontas tipo marmiteux, número 09	1793	55,000	7,0900	389,95
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	Refeições prontas tipo marmiteux, número 09	1794	1.088,000	7,0900	7.713,92
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	Refeições prontas tipo marmiteux, número 09	1795	210,000	7,0900	1.488,90
ORIGINAL DIESEL PEÇAS LTDA	BATERIA 100 AMPÉRES	2067	3,000	335,0000	1.005,00
ORIGINAL DIESEL PEÇAS LTDA	BATERIA 150 AMPERES	2067	2,000	445,0000	890,00
ORIGINAL DIESEL PEÇAS LTDA	BATERIA 170 AMPERES, CORRENTE DE PARTIDA 1.000 AMPERES.	2067	2,000	507,0000	1.014,00
ORIGINAL DIESEL PEÇAS LTDA	BATERIA 70 AMPERES	2067	3,000	252,0000	756,00
OTTIMIZARE ENGENHARIA LTDA	BOMBA P/ TRANSPORTE DE OLEO TERMICO	1965	1,000	3.500,0000	3.500,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CADERNO GRANDE CAPA DURA 10 (DEZ) MATÉRIAS - 200 FLS	1879	5,000	4,3500	21,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CDR GRAVAVEL	1857	100,000	0,4500	45,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENCADERNAÇÃO SIMPLES EM ASPIRAL ACIMA DE 200 FLS	1879	20,000	1,9700	39,40
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENCADERNAÇÕES SIMPLES EM ESPIRAL ATÉ 100 FLS	1879	15,000	1,6300	24,45
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENCADERNAÇÕES SIMPLES EM ESPIRAL ATÉ 200 FLS	1879	15,000	1,9700	29,55
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Envelope 17X25	1875	350,000	0,1500	52,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 11/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Envelope 17X25	1877	1.250,000	0,1500	187,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA ADESIVA CREPE 19 X 50	1879	5,000	1,4000	7,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Fita adesiva transparente (tipo durex) - larga - 45 X 50 cm	1857	50,000	1,3500	67,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DM 209 L	1875	4,000	6,9000	27,60
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DM 209 L	1877	10,000	6,9000	69,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA DE PAGAMENTO COM BLOQUEIO LABO 02-205x5 1/2POL. - 2VIA	1879	9.000,000	0,0800	720,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA DE TRANSPARENCIA PARA RETROPROJETOR	1895	100,000	0,4600	46,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6, ACOBREADO CAIXA COM 5.000 UNIDAD	1880	50,000	1,4000	70,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Lapiseira ponta 0,7	1895	10,000	3,6000	36,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Papel carbono, caixa com 100 folhas	1895	5,000	28,9000	144,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CARTAO, CORES VARIADAS, TAMANHO PADRAO	1879	100,000	0,3500	35,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL VERGE CORES VARIADAS, TAMANHO PADRÃO	1880	100,000	0,0900	9,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Pasta de plástico para documentos	1895	10,000	1,5000	15,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PASTA SUSPENSÃO, TERMINAL DE PLASTICO, MARMORIZADA	1879	99,000	0,7500	74,25
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Pincel marcador atômico	1895	10,000	1,2000	12,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PINCEL QUADRO BRANCO (VARIAS CORES)	1895	10,000	3,5000	35,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	POST IT 51mm X 38mm	1880	10,000	0,6900	6,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	POST IT 70mm X 102mm	1879	10,000	1,1500	11,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	TUBO DE COLA BRANCA ESCOLAR, LAVAVEL, NAO TOXICA, 40 GRAMAS	1879	50,000	0,2700	13,50
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	2009	380,000	20,9700	7.968,60
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	2010	55,000	20,9700	1.153,35
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 01- Prédio sede da Secretaria Municipal de Educação	2110	1,000	81,0979	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 02-Secretaria de Agricultura	2111	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 03- Horto Municipal	2111	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 04- Secretaria de infra Estrutura (Secretaria, Garage	2108	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 05- Tiro de Guerra	2113	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 06- Guarda Municipal	2112	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 07- Escola Municipal Castelhana	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 08- Escola Municipal Alcides Tombini	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 09 - Escola Municipal Tabajara	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 10 - Escola Municipal Nossa Senhora Salete	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 11 - Escola Municipal Irmão Venâncio José	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 12 - Escola Municipal Maria Luiza Barbosa	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 13 - Escola Municipal Alto Bonito	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 14 - Escola Municipal Walsin Nunes Garcia	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 15 - Escola Municipal Ulysses guimarães	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 16 - Escola Municipal pierina Santin Perret	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 17 - Escola Municipal Esperança	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 18 - Escola Municipal Morada do Sol	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 19 - Escola Municipal Padre José Chamot	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 20 - Escola Municipal Henrique Júlio Berger	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 21 - Escola Municipal Hilda Granemann de Souza CAIC	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 22 - Escola Municipal Vereda dos Trevos	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 23- Escola Isolada Machado de Assis	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 24 - Escola Isolada Linha São Pedro	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 25 - Escola Isolada Cerro Branco	2109	1,000	81,1012	81,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 12/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 26 - Escola Isolada Colônia Polidoro	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 27 - CMEI sininho	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 28 - CMEI Irmão Thomaz	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 29- CMEI Sonho Encantado	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 30- Centro Cultura Maria Luiza Barbosa	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 31- Depósito Escola Esperança	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 32- Ginásio Flávio Cruz	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 33 - Casa da Cultura	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 34- Marcenaria CAIC	2109	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 35- Farmácia CAIC	2109	1,000	81,1012	81,11
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 36- Depósito de Materiais da prefeitura	2109	1,000	81,1012	81,11
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 37- Depósito da Merenda Escolar	2109	2,000	81,1012	162,20
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 38- Creche Cohab II	2109	1,000	81,1012	81,11
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 39- Prédio sede da Prefeitura Municipal de Caçador	2117	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 40- Estacionamento aos fundos do Predio sede da Pefe	2117	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 41- Setor de Britagem e Usina de Asfalto (SC 302 Km 07	2108	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 42- Ponto Reserva	2114	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 43- Ponto Reserva	2116	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 44- Ponto Reserva	2115	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 45- Ponto Reserva	2109	1,000	81,1012	81,11
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 46- Ponto Reserva	2117	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 47- Ponto Reserva	2118	1,000	81,1012	81,10
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 25	MOTONIVELADORA-SCANIA-HWB	2101	6.342,800	1,0000	6.342,80
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 50	PÁ CARREGADEIRA-CASE W20	2101	10.216,600	1,0000	10.216,60
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 52	PÁ CARREGADEIRA-MICHIGAN	1970	990,770	1,0000	990,77
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 52	PÁ CARREGADEIRA-MICHIGAN	2101	1.302,600	1,0000	1.302,60
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - MAQ. 56	MOTONIVELADORA-CATERPILLAR	2101	10.746,300	1,0000	10.746,30
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA - RETROESCAVADEIRA 214 S	63	2017	225,700	1,0000	225,70
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECÂNICA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 150		2015	321,100	1,0000	321,10
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECÂNICA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 150		2102	2.354,000	1,0000	2.354,00
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA- MAQ. 44	ROLO COMPAC.-CATERPILLAR	2101	21.491,800	1,0000	21.491,80
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF MANUTENÇÃO MECANICA -TRATOR DE ESTEIRA FD 9 - DIESEL	49	2102	433,860	1,0000	433,86
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ANTICORROSIVO PARA RADIADOR	1814	20,000	19,6800	393,60
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	DENTE CENTRAL	1814	3,000	78,5700	235,71
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	DENTE DIREITO	1814	1,000	79,8000	79,80
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	DENTE ESQUERDO	1814	1,000	79,8000	79,80
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	DESLOCAMENTO E REVISAO DE 250 HORAS	1814	2,000	610,0000	1.220,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1814	2,000	32,5200	65,04
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	74,9500	149,90
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	4,000	68,9700	275,88
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	38,9500	77,90
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	89,4500	178,90
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	59,8600	119,72
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	172,2500	344,50
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	24,8000	49,60
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO	1978	2,000	274,3600	548,72

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 13/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	FILTRO COMBUSTIVEL	1814	2,000	18,2900	36,58
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	KIT ANEL	1978	2,000	16,9500	33,90
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ÓLEO DE MOTOR;;	1978	20,000	14,1000	282,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	OLEO MOTOR	1814	20,000	16,3300	326,60
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ÓLEO PARA MOTOR	1814	20,000	12,2700	245,40
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PARAFUSO LÂMINA	1814	10,000	3,5000	35,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PORCA DE LAMINA 3/4	1814	10,000	1,6500	16,50
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	TAMPA	1814	1,000	13,3500	13,35
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA - ME	Serviço eletrônico internet, com notícias do Município	1829	800,000	1,0000	800,00
PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA	Cópias de documentos em tamanho de papel A3, ofício 2 e A4,	1732	18.974,000	0,0360	683,06
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	1715	1,000	13,7194	13,72
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	1947	1,000	13,7194	13,72
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Câmara 750 x 16	1849	2,000	44,8167	89,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CAMARA DE AR ARO 20	1947	4,000	78,6579	314,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU / CAMARA 1400 X 24	1715	3,000	42,0728	126,22
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU / CAMARA 17.5 X 25	1715	6,000	42,0728	252,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 165 R 13	1846	5,000	6,4024	32,01
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 165 R 13	1847	1,000	6,4024	6,40
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 165 R 13	1946	2,000	6,4024	12,80
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 165 R 13	1947	2,000	6,4024	12,80
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 165 R 13	2052	1,000	6,4024	6,40
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 185R 13	1715	7,000	6,4024	44,82
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 1000 X 20	1715	8,000	13,7194	109,76
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 1000 X 20	1846	3,000	13,7194	41,16
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 1000 X 20	1946	2,000	13,7194	27,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 1000 X 20	1947	2,000	13,7194	27,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 14.9 x 28	1715	2,000	42,0728	84,15
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 19,5 L X 24	1946	1,000	42,0723	42,07
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 19,5 L X 24	1947	1,000	42,0723	42,07
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 750 X 16	1849	1,000	10,9755	10,98
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 750 X 16	1942	1,000	10,9755	10,98
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	1715	293,350	1,0061	295,14
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	1846	46,000	1,0061	46,28
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	1942	13,800	1,0061	13,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	1946	56,400	1,0061	56,74
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	1947	55,000	1,0061	55,34
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU ARO 20/ 11R 22.5	1715	5,000	10,9755	54,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU ARO 20/ 11R 22.5	1946	5,000	10,9755	54,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU ARO 20/ 11R 22.5	1947	2,000	10,9755	21,95
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU ARO 24	1715	5,000	36,5851	182,93
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU ARO 24	1846	1,000	36,5851	36,59
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	1715	2,000	5,4878	10,98
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	1847	7,000	5,4878	38,41
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	1849	3,000	5,4878	16,46
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	1947	5,000	5,4878	27,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-16/17.5	1715	1,000	9,1463	9,15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 14/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-16/17.5	1849	3,000	9,1463	27,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-16/17.5	1946	1,000	9,1463	9,15
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-16/17.5	2052	5,000	9,1463	45,73
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	PROTETOR ARO 16	1849	2,000	22,8657	45,73
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	PROTETOR ARO 20	1715	2,000	27,4388	54,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	PROTETOR ARO 20	1947	1,000	27,4388	27,44
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1715	1,000	14,6340	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1846	2,000	14,6340	29,27
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1847	1,000	14,6340	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1849	1,000	14,6340	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1946	1,000	14,6340	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	1947	2,000	14,6340	29,27
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	1846	1,000	21,0364	21,04
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	1946	2,000	21,0364	42,07
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	1715	5,000	22,8657	114,33
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	1846	2,000	22,8657	45,73
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	1946	1,000	22,8657	22,87
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	1947	3,000	22,8657	68,60
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	1715	3,000	30,1827	90,55
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	1946	1,000	30,1827	30,18
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	1947	4,000	30,1827	120,73
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Troca pneu aro 20/11R 22.5	1715	2,000	7,3170	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Troca pneu aro 20/11R 22.5	1947	2,000	7,3170	14,63
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Troca pneu aro 24/28/30	1715	1,000	22,8657	22,87
REFERENCIA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	1834	3.000,000	1,0000	3.000,00
REFERENCIA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	2096	2.400,000	1,0000	2.400,00
REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	RECARGA DE TONER ML-2010	1778	1,000	50,0000	50,00
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS.	1862	1,000	91,5400	91,54
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS.	1862	1,000	90,1600	90,16
REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA	TRANSPORTE DE MATERIAIS	2120	1,000	14,0000	14,00
REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA	TRANSPORTE DE MATERIAIS	2120	1,000	94,6500	94,65
REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA	TRANSPORTE DE MATERIAIS	2120	1,000	64,4700	64,47
REUNIDAS TRANSP RODOVIARIA DE CARGAS SA	TRANSPORTE DE MATERIAIS	2120	1,000	28,0400	28,04
RF ITECC CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTOR	1989	1,000	4.385,0000	4.385,00
RICARDO ALVES DA SILVA	CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE TRANSITO	1833	1,000	1.800,0000	1.800,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ. AG	VIBRADOR CSM VCP 25	1769	1,000	750,0000	750,00
SCA EQUIPAMENTOS P/ESCRITORIO LTDA-ME	CONCERTO DE APARELHO DE FAX	2121	1,000	35,0000	35,00
SCOTTINI MOVEIS LTDA - ME	MADEIRA EM PINHEIRO ARAUCARIA 1"X5"	1998	200,000	3,6000	720,00
SEGATTO & CIA LTDA - ME - AUTO CAPAS SEGATT	MANUTENÇÃO ESTOFARIA E TAPEÇARIA - CAMINHÃO BASCULANTE 1	2016	500,000	1,0000	500,00
SERGIO ALVES TELAS ME	AREIA	1897	1,000	72,0000	72,00
SERGIO ALVES TELAS ME	Cal Hidratada	1897	1,000	7,5000	7,50
SERGIO ALVES TELAS ME	CIMENTO C/ 50 KG	1897	4,000	20,0000	80,00
SERGIO ALVES TELAS ME	PEDRA BRITA	1897	1,000	55,0000	55,00
SERGIO ALVES TELAS ME	PREGO 17 X 27	1897	8,000	6,0000	48,00
SERGIO ALVES TELAS ME	prego 19 x 39	1897	8,000	6,0000	48,00
SERRALHERIA GONÇALVES LTDA - ME	SERVIÇO DE SERRALHERIA	1896	1,000	245,0000	245,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 15/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	ELEMENTO FILTRO DE COMBUSTIVEL	2035	1,000	74,5800	74,58
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	ELEMENTO FILTRO SEDIMENTAR	2035	1,000	56,6200	56,62
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	FILTRO DE AR PRIMÁRIO	2035	1,000	140,3600	140,36
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	filtro de ar secundário	2035	1,000	85,5200	85,52
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR	2035	1,000	27,1400	27,14
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	filtro de transmissão	2035	1,000	20,8300	20,83
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	FILTRO DO HIDRÁULICO	2035	1,000	407,6200	407,62
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	Junta Tampa de Valvula	2035	4,000	15,3700	61,48
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	ÓLEO LUBRIFICANTE	2035	1,000	163,3800	163,38
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	ÓLEO LUBRIFICANTE CT 10W	2035	1,000	230,0000	230,00
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	RETENTOR DE BORRACHA - JC813/50026	2035	4,000	4,1300	16,52
SHARK S.A. MAQUINAS PARA CONSTRUCAO	REVISÃO	2035	1,000	710,4000	710,40
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	EMENDA RJ-11 FEMEA 6P4C	1992	1,000	4,5000	4,50
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	FIO MANGA 12 VIAS C/ BLINDAGEM VGA	2034	23,000	18,0000	414,00
SINAI EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	1835	2.400,000	1,0000	2.400,00
SINASC INDUSTRIAL LTDA	POTTERS AC12 C/25 KG	1931	10,000	116,0000	1.160,00
SINASC INDUSTRIAL LTDA	POTTERS PREMIX C/25 KG	1931	10,000	116,0000	1.160,00
SLX IND. E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENT	TUBO DE CONCRETO DE 0,40 (COM DIAMETRO DE 0,40M)	1772	50,000	22,7200	1.136,00
SLX IND. E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENT	TUBO DE CONCRETO DE 0,60 (COM DIAMETRO 0,60M)	1772	50,000	44,3900	2.219,50
SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	CONCERTO DE MODULOS ELETRONICOS SEMAFORICOS	1919	1,000	3.170,0000	3.170,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESORA EPSON LX 300 +	1902	1,000	221,2915	221,29
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CABO PAR TRANÇADO CATEGORIA 5 (METRO)	1904	66,000	1,4432	95,25
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	1904	4,000	1,6356	6,54
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	COOLER PARA MICRO ACIMA DE PENTIUM IV	1902	1,000	52,9175	52,92
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HD EXTERNO 500GB USB	2030	1,000	275,0000	275,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	VALOR DA HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM MICRO	1901	6,000	52,9175	317,51
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	VALOR DA HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM MICRO	1903	3,000	52,9175	158,75
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	VALOR DA HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM IMPRESSORA	1901	4,000	52,9175	211,67
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	cabo de pá ajuntadeira(INFRA-ESTRUTURA)	1916	40,000	4,8600	194,40
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	cabo de picareta (INFRA-ESTRUTURA)	1916	30,000	8,6000	258,00
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	CADEADO n E-25 (INFRA-ESTRUTURA)	1916	10,000	6,1900	61,90
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	CADEADO Nº E 45 (INFRA-ESTRUTURA)	1916	10,000	12,7000	127,00
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	Carrinho de mão reforçado e com garantia (30 unidades infra	1916	20,000	87,8900	1.757,80
TORK COM. DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	PÁ AJUNTADEIRA (INFRA-ESTRUTURA)	1916	30,000	11,2800	338,40
TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAN 1623 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999	1969	406,200	1,0000	406,20
TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAY 7835 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2000	1969	2.772,160	1,0000	2.772,16
TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MBA 4196 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999	1969	360,270	1,0000	360,27
TRANSRODACE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MBW 5867 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 2001	1969	1.301,920	1,0000	1.301,92
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ARGAMASSA A-C-2,SACO COM 20 KG	1812	1,000	16,3000	16,30
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CAL VIRGEM SACAS COM 20 KG	1996	90,000	6,5500	589,50
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CERAMICA 6,5 X 26	1812	2,500	14,9800	37,45
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	FIXADOR GLOBO FIX	1996	90,000	0,7100	63,90
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PREGO 25X72 (300 KG INFRA-ESTRUTURA, 500 KG AGRICULTURA)	1915	20,000	6,0000	120,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	REJUNTE FLEXIVEL AREIA	1812	2,000	2,4000	4,80
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Tijolo de 9x14x24	1915	2.000,000	0,5090	1.018,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa A praca e nossa - SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	1,000	1.657,0000	1.657,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 16/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa A Grande Família - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	5,000	351,5000	1.757,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Auto Esporte - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	3,000	246,0000	738,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Band Esporte Clube - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	1,000	594,0000	594,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Bom Dia Brasil - RBS TV Centro Oeste - VT de	1861	10,000	94,6000	946,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Bom Dia Santa Catarina	1861	10,000	69,0000	690,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Brasil Urgente - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	1,000	1.188,0000	1.188,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Casseta e Planeta - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	3,000	536,0000	1.608,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Cesar Souza - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	2,000	526,0000	1.052,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Cine Espetacular - SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	1,000	1.050,0000	1.050,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Domingão do Faustão - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	4,000	758,7000	3.034,80
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Domingo Espetacular - REDE REC - VT de	1861	6,000	378,0000	2.268,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Esporte Espetacular - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	2,000	260,0000	520,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Esporte Fantástico - REDE REC - VT de	1861	2,000	135,0000	270,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Fantástico - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	4,000	433,8000	1.735,20
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Futebol - REDE REC - VT de	1861	5,000	252,5000	1.262,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Futebol - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	2,000	1.485,0000	2.970,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Globo Esporte - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	3,000	346,0000	1.038,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Globo Reporter - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	5,000	434,3000	2.171,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jogo Aberto - TV BV Centro Oeste - VT d	1861	3,000	421,0000	1.263,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jornal da Band - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	1,000	1.971,0000	1.971,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jornal da Record - REDE REC - VT de	1861	6,000	423,2000	2.539,20
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jornal do Almoço - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	30,000	312,1000	9.363,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jornal do Meio-dia - REDE REC -VT de	1861	6,000	192,0000	1.152,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Jornal Nacional - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	6,000	881,0000	5.286,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Legal - SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	1,000	2.875,0000	2.875,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Novela 18 horas - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	5,000	306,0000	1.530,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Novela III - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	6,000	817,0000	4.902,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Ns.Terra. Nossa Gente- TV BV Centro Oeste - VT de	1861	1,000	742,5000	742,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Oeste Rural - REDE REC - VT de	1861	6,000	148,5000	891,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Pesca Alternativa - SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	2,000	72,0000	144,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Raul Gil - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	2,000	998,0000	1.996,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa RBS Notícias - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	8,000	522,0000	4.176,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa REC Notícias - REDE REC - VT de	1861	6,000	252,9000	1.517,40
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa SBT Brasil- SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	1,000	2.274,5000	2.274,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa SC Reporte 1ª edição- SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	3,000	536,0000	1.608,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Show de Bola - REDE REC - VT de	1861	6,000	148,5000	891,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Silvio Santos - SBT Sucursal Chapeco -VT de	1861	1,000	1.769,5000	1.769,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Tela Quente - RBS TV Centro Oeste - VT d	1861	3,000	424,0000	1.272,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Terceiro Campo - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	2,000	826,0000	1.652,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Toda Sexta - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	1,000	757,5000	757,50
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa Tudo é Possível - REDE REC - VT de	1861	2,000	371,0000	742,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	Programa TV BV Esporte - TV BV Centro Oeste - VT de	1861	3,000	421,0000	1.263,00
VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA L	SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO E COMPOSIÇÃO		1,000	7.890,0000	7.890,00
VEDOIS VIDEO PRODUÇÕES LTDA ME	PRODUÇÃO DE VT E FILMAGEM DE EVENTOS		1,000	7.780,0000	7.780,00
VIDRACARIA CACADOR LTDA - ME	ESPELHO 3 mm	1959	1,000	33,0000	33,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	101 Dálmatas - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	15,6629	266,27

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 17/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Abelha Que Queria ser Rainha - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,2347	71,99
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Águia que Almejava as Estrelas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1268	70,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Árvore do Beto - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Bexiga de Borracha - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Borboleta que Queria Ser Linda - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1268	70,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Cabana - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	10,3429	175,83
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Cápsula do Tempo - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	11,0807	188,37
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Chave do Conhecimento - 06 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	2058	17,000	21,0000	357,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Cinderela das Bonecas - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Cor do Invisível - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,0271	306,46
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Decisão do Campeonato - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Ética do Rei Menino - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	21,4055	363,89
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Família da Flora - 01 Vol. - Ed. Girassol	2058	17,000	15,1208	257,05
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Girafa que Queria ter Sucesso - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1268	70,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Grande Corrida - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,9241	134,71
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Jararaca, A Perereca e A Tiririca - 01 Vol. - Ed. Nova Fro	2058	17,000	10,3976	176,76
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Mágica das Estrelas -Do -Mar - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Máquina Maluca - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Onda Verde - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,9930	288,88
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Ovelha Rosa da Dona Rosa - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	6,3724	108,33
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Raposa que Sabia Tudo - 01 Vols. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1268	70,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Rua dos Catavantos - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,4908	263,34
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Surpresa do Urso Polar - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	19,8295	337,10
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Turma da Nossa Rua - 07 Vols. - Ed. FTD	2058	17,000	126,5000	2.150,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	A Vaca e o Hipogrifo - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,0257	306,44
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Abra e Divirta-se "O Bosque" - 12 Vols. - Ed. Brasileitura	2058	17,000	39,9000	678,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Adoráveis Criaturas - 04 Vols. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	12,3803	210,47
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Áfricas no Brasil - 01 Vol. - Ed. Scipioni	2058	17,000	13,8000	234,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Alegria - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Alice no País das Maravilhas - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	18,0355	306,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	América - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	20,8422	354,32
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Amizade - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Apontamentos de História Sobrenatural - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,6829	317,61
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Armandinho o Juiz - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	As Aventuras de Hans Staden - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	14,2043	241,47
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	As Aventuras dos Três Porquinhos - 01 Vol. - Ed. Vale das Le	2058	17,000	16,4906	280,34
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	As Baleias Dançarinas - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	As Formigas - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Baú de Espantos - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,7113	284,09
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Binho Encontra Pipa - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	5,8432	99,33
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Bocão e os Bichos - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,1859	190,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Caçadas de Pedrinho - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	3,9950	67,92
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Caderno H - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	22,1566	376,66
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Caixinha de Contos - 06 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	28,0000	476,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Canções - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,0214	255,36
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Carapanã e o Povo Sem Sono - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	10,3420	175,81

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 18/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Casa dos Sentimentos - 06 Vols. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	54,3544	924,02
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Castelinho - 06 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	28,0000	476,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Cidades Mortas - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,4296	279,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Ciranda das Diferenças - 10 Vols./10 Cds - Ed. Ciranda Cultu	2058	17,000	53,1146	902,95
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Ciranda das Diversidades - 10 Vols./10 Cds - Ed. Ciranda Cul	2058	17,000	53,1146	902,95
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Clássicos Ilustrados - 14 Vols. - Ed. Girassol	2058	17,000	61,3276	1.042,57
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Coleção Pedro Bandeira - 12 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	106,8516	1.816,48
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Coletânea Machado de Assis - 09 Vols/ 01 Cd - Ed. Roveli	2058	17,000	128,9000	2.191,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Com Medo do Escuro - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	15,5803	264,87
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Comecinho 2 - 1 Vol./ 01 Cd - Ed. Melbooks	2058	17,000	44,0000	748,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Como se Fosse Dinheiro - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Conferências, Artigos e Crônicas - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	21,4055	363,89
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Conhecendo o Meio Ambiente - 05 Vols./ 01 Cd - Ed. PAE	2058	17,000	58,2353	990,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Contando Arte/ Série 1 - 11 Vols. - Ed. Noovha América	2058	17,000	83,0294	1.411,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Contando Arte/ Série 2 - 11 Vols. - Ed. Noovha América	2058	17,000	83,0294	1.411,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Contos de Outono - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Contos de Papel - 06 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	28,0000	476,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Corujinha e os Filósofos - 06 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	2058	17,000	21,0000	357,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Crítica e Outras Notas - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,5890	316,01
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Cuidando da Saúde - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Curupaco, Paco e Tal, Quero Ir Pra Portugal - 01 Vol. - Ed.	2058	17,000	10,3976	176,76
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Da Preguiça como Método de Trabalho - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,6829	317,61
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Denteliques - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Dom Quixote das Crianças - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	12,2512	208,27
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Dom Quixote das Crianças- 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,6829	317,61
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	E Agora? - 08 Vols. - Ed. Tribos	2058	17,000	58,0000	986,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	É Assim Que Eu Sou - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	14,8721	252,83
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	É Só Uma Brincadeira - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	14,8721	252,83
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Esconderijos do Tempo - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	14,7397	250,57
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Espelho Mágico - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	14,0826	239,40
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Esportes Radicais - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,1859	190,16
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Evolução da Vida - 08 Vols. - Ed. Edelbra	2058	17,000	48,0761	817,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Fábulas - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,3969	261,75
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Fada Fofa e os 7 Anjinhos - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	2058	17,000	15,5963	265,14
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Fada Fofa em Paris - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	2058	17,000	16,0690	273,17
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Fada Fofa, Onça - Fada - 01 Vol. Ed. Nova Fronteira	2058	17,000	16,0690	273,17
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Fazenda de Fantoques - 09 Vols. - Ed. Melbooks	2058	17,000	39,8000	676,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Frankenstein - 01 Vol. - Ed. Altea	2058	17,000	16,0000	272,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Garoto Estranho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	11,0807	188,37
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Generosidade - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Gentileza - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Heróis Por Acaso - 05 Vols. - Ed. Fapi	2058	17,000	20,0000	340,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Histórias de Cidadania - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	58,0000	986,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Histórias de Comportamento - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	58,0000	986,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Histórias de Ecologia - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	58,0000	986,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Histórias de Tia Nastácia - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,9799	271,66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 19/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Histórias que a Vovó Contava - 24 Vols. - Ed. Edelbra	2058	17,000	62,9311	1.069,83
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Honestidade - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Hora de Ler - 06 Vols. - Ed. FTD	2058	17,000	28,0000	476,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Humildade - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Idéias de Jeca Tatu - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	18,6829	317,61
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Insetos - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	20,5376	349,14
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Invenções - 10 Vols. - Ed. Tribos	2058	17,000	77,0000	1.309,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Invenções - 10 Vols. - Ed. Tribos	2058	17,000	79,5000	1.351,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Julietta no Mundo da Culinária - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	10,6532	181,10
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Justiça - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Literatura Dominarete - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	21,3116	362,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Lua de Papel - 06 Vols. - Ed. FTD	2058	17,000	28,0000	476,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Memórias de Emília - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	12,8727	218,84
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Mergulhando Com o Pinguim - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	14,8721	252,83
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Mil Pássaros - 01 Vol./01 Cd - Ed. Melbooks	2058	17,000	39,9000	678,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Mister Slang e o Brasil - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,4296	279,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Mistério no Galinheiro - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	8,2913	140,95
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Moby Dick - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	18,0355	306,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Mundo da Lua - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,5235	280,90
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Na Ante Véspera - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,8991	287,28
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Negrinha - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,5235	280,90
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Noite - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	10,3420	175,81
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Nossos Bichos - 07 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	2058	17,000	23,0000	391,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Nova Antologia Poética - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,6174	282,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Aprendiz de Cavaleiro - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	10,3420	175,81
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Aprendiz de Feiticeiro - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	14,7397	250,57
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Batalhão de Letras - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,2660	191,52
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Cão dos Baskervilles - 01 Vol. - Ed. Scipione	2058	17,000	14,8000	251,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Clube do Arco- Íris - 01 Vols. - Ed. Girassol	2058	17,000	14,5835	247,92
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Coelhozinho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Coelho que Queria Ser Rápido - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1633	70,78
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Corajoso Tubarão - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Curioso Caranguejo - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Desfile de Moda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Elefante que Queria Tudo - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,0172	68,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Espantalho - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Esquilinho Preguiçoso - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Gato do Teatro - 01 Vol. - Ed. Scipione	2058	17,000	14,6000	248,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Grande Livro do Amor - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	14,1639	240,79
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Homen e a Comunicação - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	112,2878	1.908,89
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Homen e a Comunicação - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	137,0000	2.329,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Japão dos Brasileiros - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,0971	188,65
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Leão que Queria Reinar no Topo do Mundo - 01 Vol. - Ed. To	2058	17,000	4,2363	72,02
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Leãozinho Vaidoso - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Macaco que se fez Homem - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,9602	271,32
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Macaquinho Sujão - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 20/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Menino Marrom - 01 Vol. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	19,5000	331,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Minotauro - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,0921	256,57
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Mundo Mágico do Circo - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	16,4906	280,34
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Papagaio e a Borboleta - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Passarinho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	8,2913	140,95
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Pequínique do Catapimba - 01 Vol. - Ed. FTD	2058	17,000	19,6000	333,20
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Pescador e a Minhoca - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	8,2913	140,95
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Pinguim Que Gostava de Calor - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,1633	70,78
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Poço do Visconde - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	22,5321	383,05
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Presidente Negro - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,1480	274,52
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Saci - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	8,7002	147,90
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Saci Pererê: Resultado de um Inquérito - 01 Vol. - Ed. Glo	2058	17,000	21,5933	367,09
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Sapinho Indeciso - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	20,5376	349,14
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Sapo Que Desejava as Alturas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,0537	68,91
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Segredo de Guilherme Störiz - 01 Vol. - Ed. Scipione	2058	17,000	15,2000	258,40
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Senhor do Mundo - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	18,0355	306,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Senhor do Mundo - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	19,4589	330,80
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Solitário Cavalo Marinho - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Tigrinho Fofaqueiro - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Ursinho Desbocado - 01 Vol. - Ed. Tribos	2058	17,000	11,0000	187,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	O Urso Polar Aprende a Nadar - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultura	2058	17,000	19,8295	337,10
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou a Magali - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	2058	17,000	15,6853	266,65
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou a Mônica - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	2058	17,000	15,6863	266,67
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou Dorinha - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	2058	17,000	15,6863	266,67
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou Marina - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	2058	17,000	15,6863	266,67
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou O Luca - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	2058	17,000	15,6863	266,67
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Oi, Eu Sou O Ronaldinho Gaúcho - 01 Vol. - Ed. Maurício de S	2058	17,000	15,6863	266,67
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Os Dois Cabritos - 01 Vol. - Ed. Rideel	2058	17,000	12,5000	212,50
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Os Doze Trabalhos de Hércules - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	29,4795	501,15
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Os Três Mosqueteiros - 01 Vol. - Ed. Altea	2058	17,000	16,0000	272,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Papo Dez - 16 Vols. - Ed. DCL	2058	17,000	59,5681	1.012,66
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Para Viver com Poesia - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	14,0826	239,40
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Patinho Você Grasna Demais - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	2058	17,000	20,5376	349,14
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pequenas Lições - 08 Vols. - So Ler	2058	17,000	20,0000	340,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Perseverança - 01 Vol. - Ed. Cedic	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pertinho de Você - 01 Vol. - Ed. Girassol	2058	17,000	14,5835	247,92
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pipa Ganha Rodas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	6,0258	102,44
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Piquenique na Fazenda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Planeta do Tesouro/ Uma Amizade no Espaço - 01 Vol. - Ed. Ed	2058	17,000	11,7647	200,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Poeminhas Ecológicos - 08 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	17,4118	296,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pooh - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	16,1370	274,33
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pra Que Dinheiro - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,0971	188,65
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Pra Sempre no Meu Coração - 01 Vol. - Ed. Girassol	2058	17,000	15,3511	260,97
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Prefácios e Entrevistas - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	24,7853	421,35
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Preparativos de Viagem - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	21,5933	367,09
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Quatro Estações - 04 Vols. - Ed. Cia de Livros	2058	17,000	48,6000	826,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 21/21

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Rainações da Narizinho 1 - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,0541	272,92
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Reinações da Narizinho 2 - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	15,3030	260,15
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Respeito - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Responsabilidade - 01 Vols. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Rima Pra Lá, Rima Pra Cá - 05 Vols. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	21,5469	366,30
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Robinson Crusóe - 01 Vol. - Ed. Altea	2058	17,000	16,0000	272,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	San Carlos e Outros Contos - 01 Vol. - Ed. Scipione	2058	17,000	15,0000	255,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Sapato Florido - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,2419	276,11
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Saúde dos Dentinhos - 06 Vols. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	23,3729	397,34
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Sentimentos "Boas Maneiras" - 04 Vols. - Ed. Girassol	2058	17,000	61,3276	1.042,57
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Série Bebê Maluquinho - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	70,4027	1.196,85
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Serie Bichin - 12 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	121,1995	2.060,39
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Série Corpin - 07 Vols. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	103,3761	1.757,39
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Sol Demais Nunca Mais - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Solidariedade - 01 Vol. - Ed. Cedec	2058	17,000	5,8824	100,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Tarzan - 01 Vol. - Ed. Altea	2058	17,000	16,0000	272,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Tia Magi Ensina o Abracadabra - 01 Vol. - Ed. Melhoramentos	2058	17,000	13,0000	221,00
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Um Dia na Fazenda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	2058	17,000	7,3701	125,29
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Urupês - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	16,1480	274,52
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Velório sem Defunto - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	17,3685	295,26
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Viagem ao Centro da Terra - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	19,3596	329,11
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Viagens da Carolina - 01 Vol. - Ed. Globo	2058	17,000	11,0971	188,65
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Vida - 10 Vols. - Ed. Edelbra	2058	17,000	57,1692	971,88
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Vinte Mil Léguas Submarinas - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	18,0355	306,60
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Vinte Mil Léguas Submarinas - 01 Vol. - Ed. DCL	2058	17,000	19,2604	327,43
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Você Está Triste Ursinho - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	2058	17,000	4,7476	80,71
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	PERSIANA HORIZONTAL ALUMINIO	2026	2,340	89,9000	210,37
VOGUES E VOGUES LTDA - HARMONIA DECORAÇÃO	PERSIANA VERTICAL DE TECIDO	2026	2,340	49,9000	116,77
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, TUBOS VÁRIAS BITOLAS	1974	2,500	123,5000	308,75
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA	1974	3,000	100,0000	300,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FILTROS	1974	15,000	25,0000	375,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	1974	20,000	26,9400	538,80
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE SUMIDOURO - POÇO NEGRO	1925	66,000	27,1000	1.788,60
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS DE ENTULHO	1925	8,000	65,0000	520,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS DE ENTULHO	1974	36,000	65,0000	2.340,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE AUTO BOMBA	1974	11,500	130,0000	1.495,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO	1974	22,000	184,0000	4.048,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO	2033	30,000	184,0000	5.520,00
Total Geral do Mês ---->					2.422.659,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR
COMPRAS MES ABRIL 2011 SAÚDE

Página: 1/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	CLONAZEPAN 2,5 mg/ml GOTAS	1204	1.000,000	1,3800	1.380,00
1000 MEDIC DISTRIB.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS L	Omeprazol Sódico 40mg inj.	1189	200,000	2,3200	464,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	ADAPTADOR 2P+T C/ 2 PINOS	1063	18,000	4,7000	84,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	ARRUELA LISA 3/16"	1063	4,000	0,0300	0,12
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	BASE PARA RELE FOTOELETRICO	1063	1,000	7,0500	7,05
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	BORRACHA SILICONE 50G INCOLOR	1063	1,000	5,4500	5,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	BUCHA PLASTICA S10	1063	1,000	0,2500	0,25
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	BUCHA PLASTICA S6	1063	231,000	0,0700	16,17
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	BUCHA PLASTICA S8	1063	18,000	0,1500	2,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL 2,5MM2 750V AZUL	1063	134,800	0,6700	90,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL 6,0MM2 750V PRETO	1063	31,700	1,8000	57,06
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 1,5MM2 750 AZUL	1063	5,300	0,4200	2,23
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 1,5MM2 750V PRETO	1063	6,600	0,4200	2,77
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 1,5MM2 750V VERDE	1063	3,100	0,4000	1,24
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 2,5MM2 750V	1063	38,800	0,7400	28,71
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 2,5MM2 750V AZUL	1063	34,800	0,7400	25,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 4,0MM2 750 AZUL	1063	24,600	1,1900	29,27
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 4,0MM2 750 AZUL	1063	22,800	1,1100	25,31
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO FLEXIVEL UNIP 4,0MM2 750V	1063	26,400	1,0600	27,98
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CABO PP MULTIPOLAR 2x1,0MM2 750V PRETO	1063	19,500	0,9500	18,53
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CAIXA 75 X 65 X 35MM P/4	1063	10,000	1,5000	15,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CANAleta 20x10x2000M S/DIVISORIA	1063	20,000	2,1500	43,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CANAleta 20x10x2000MM C/DIVISORIA	1063	8,000	12,0500	96,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CONTADOR 26A 220V 60HZ 1NA 3RT10 26-1AN10	1063	6,000	75,6000	453,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CORDÃO PARALELO 300V 2X2, 5MM	1063	15,000	1,5000	22,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	DISJUNTOR MONOFASICO 50A	1063	3,000	8,5900	25,77
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Disjuntor monofásico de 25 amperes	1063	1,000	6,3000	6,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMADAS	1063	1,000	19,8500	19,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FIO RIGIDO 10,0MM	1063	95,000	2,0100	190,95
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FIO RIGIDO 4,0MM	1063	107,000	0,8100	86,67
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FIO RIGIDO 6,0MM	1063	7,000	1,2000	8,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FIO RIGIDO 6,0MM	1063	13,000	1,2000	15,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FIO SOLIDO 4,0MM2 750V PRETO	1063	9,500	1,1900	11,31
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	FITA ISOLANTE - 20M	1063	8,000	3,2000	25,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	GRAMPO FIXA FIO C/ 2 PREGOS	1063	1,000	0,9500	0,95
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	HASTE DE TERRA 2400MM	1063	15,000	14,7600	221,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	INTERRUPTOR 1TS C/ PLACA 11100	1063	1,000	3,5000	3,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	KIT COMPACTO 25 W TRIPLO 220 V 6400K	1063	3,000	8,2000	24,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	KIT COMPACTO 25W ESPIRAL 220V 6400K	1063	1,000	8,7000	8,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	1063	3,000	4,1500	12,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	1063	69,000	4,1500	286,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	LAMPADA INCANDESCENTE 150W	1063	31,000	1,8400	57,04
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada mista de 250 watts	1063	3,000	17,0000	51,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Luminária comercial 02 x 40 w	1063	3,000	14,4000	43,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	MÃO DE OBRA DIVERSAS	1076	1,000	6.808,7500	6.808,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	MATA JUNTA COT 90 GRAU	1063	1,000	0,3500	0,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	MATA JUNTA LUVA	1063	1,000	0,3500	0,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 3,9 X 25MM AUTO TARRAXANTE	1063	36,000	0,0500	1,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 3,9x32MM AUTO ATARRAXANTE	1063	235,000	0,0500	11,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 3/16 x 3/4 FENDA MAQ. CAB	1063	4,000	0,0500	0,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 4,2x22MM AUTO ATARRAXANTE	1063	20,000	0,1000	2,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 4,8 X 38MM AUTO TARRAXANTE	1063	18,000	0,1500	2,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 6,3 x 50MM AUTO ATARRAXANTE	1063	9,000	0,1400	1,26
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PARAFUSO 4,2 x 19MM AUTO ATARRAXANTE	1063	2,000	0,1000	0,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PLAFONIER NYLON BRANCO	1063	2,000	2,0000	4,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PORCA SEXTAVADA 3/16	1063	4,000	0,0500	0,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PORTA LÂMPADA FLUORESCENTE	1063	76,000	1,2000	91,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PORTA LÂMPADA FLUORESCENTE	1063	12,000	1,2000	14,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	PULSADOR EST. SOBREPOR	1063	1,000	2,9500	2,95
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Reator eletrônico 02 x 40 w	1063	32,000	20,4500	654,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Reator eletrônico 02 x 40 w	1063	1,000	20,4500	20,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	RETORES1X20W	1063	1,000	11,3500	11,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFASICO 10CV 4 POLOS	1063	1,000	273,7500	273,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 30CV 4 POLOSM	1063	1,000	701,9600	701,96
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	RELE FOTOELETRICO RM 74N 220V	1063	1,000	28,2000	28,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	TOMADA 2P+T 10A C/ PLACA	1063	1,000	3,5500	3,55
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	TOMADA 2P+T 20A C/ PLACA 30137	1063	8,000	3,5500	28,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	TOMADA 2P+T DUPLA 10A	1063	2,000	12,0900	24,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	TOMADA 2P+T DUPLA 10A	1063	2,000	12,0900	24,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	TOMADA 2P+T P/ AR COND. C/ PLACA 30108	1063	1,000	5,0100	5,01
ALESSANDRO DE OLIVEIRA BLEICHVEHL	Contratação de serviços de instrutor de INFORMÁTICA	1160	6,000	1.500,0000	9.000,00
ALPHARAD COM.IND.E EXP DE PROD. HOSP. LTDA	Aparelho de nebulização com 01 saída	1041	2,000	90,0000	180,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	FORMOL LÍQUIDO 1000 ML	1042	10,000	5,4624	54,62
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Metoclopramida sol. inj.	1192	2.000,000	0,1870	374,00
ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR	ALPRAZOLAM 2MG	1194	1.000,000	0,1383	138,30
ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR	ISOSSORBIDA MONONITRATO DE 40MG	1128	2.500,000	0,1259	314,75
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	1188	440,000	2,2000	968,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	1238	7.040,000	2,2000	15.488,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA	1152	1.000,000	2,3400	2.340,00
AUTOVIA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULO	1156	1,000	45,0000	45,00
BALM LABOR INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - ME	PARACETAMOL 500 MG	1203	150.000,000	0,0171	2.565,00
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	CHANE FILIPHIS PEQUENA 1/4X6	1165	1,000	4,5000	4,50
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	GANCHOS MEDIOS	1165	10,000	0,2500	2,50
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	GANCHOS PEQUENOS	1165	18,000	0,2500	4,50
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	COLETOR DE URINA FRASCO 80 ML, PLÁSTICO, COM TAMPA E ROSCA	1175	4.000,000	0,2100	840,00
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	LAPIS DERMOGRAFICO AZUL, PARA MARCAR LÂMINA PESQUISA BAAR	1175	4,000	2,1250	8,50
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	LAPIS DERMOGRAFICO PRETO, PARA MARCAR LÂMINAS	1175	4,000	2,1250	8,50
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	MIF (CONSERVANTE PARA FEZES), FRASCO DE 1 LITRO	1175	8,000	11,8750	95,00
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	PIPETADOR MANUAL, 3 VÁLVULAS DE ESFERAS PARA ACOPLAMENTO	1175	2,000	6,4024	12,80
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	PIPETADOR MOLDADO EM PLÁSTICO RESISTENTE PARA ACOPLAMENTO	1175	4,000	10,9756	43,90
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	PIPETAS PASTEUR, MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE TOTAL	1175	1.000,000	0,0183	18,30
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	TESTE MULTIDROGAS, PARA DETECÇÃO DE NO MÍNIMO 5 DROGAS	1175	500,000	13,0000	6.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASAREIRA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	BOLOS DIVERSOS	1032	2,000	15,5000	31,00
CASAREIRA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	PASTEL	1032	100,000	0,4500	45,00
CASAREIRA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	REFRIGERANTE	1032	2,000	4,5000	9,00
CASAREIRA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	SUCO PRONTO	1032	4,000	3,9000	15,60
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ÁCIDO SULFOSSALICÍLICO, FRASCO 100 MG	1174	1,000	26,4000	26,40
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Ácido úrico - Kit enzimático para automação a25	1174	2.075,000	0,0690	143,18
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	albumina, kit para dosagem em soro e urina para automação	1174	415,000	0,2750	114,13
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALCOOL ACETONA FRASCO DE 500ML	1174	6,000	8,4592	50,76
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALCOOL ACIDO PARA PESQUISA DE BAAR FRASCO DE 500ML	1174	2,000	13,8123	27,62
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALFA- AMILASE, KIT DIRETO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	500,000	0,7200	360,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALFA-1 GLICOPROTEINA ACIDA	1174	200,000	4,0660	813,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALT/TGP, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	3.320,000	0,1240	411,68
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ANTI- IgG PARA TESTE DE ANTIGLOBULINA DIRETO E INDIRETO 10 M	1174	1,000	19,2537	19,25
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Anti-A - Frasco 10 mL	1174	3,000	10,9117	32,74
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Anti-B - Frasco 10 mL	1174	3,000	10,9104	32,73
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ANTI-D, FRASCO 10 ML	1174	5,000	25,6716	128,36
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	AST/TGO, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	3.320,000	0,1240	411,68
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	AZUL DE CRESIL BRILHANTE, FRASCO COM 100 ML PRONTO PARA USO	1174	1,000	18,7793	18,78
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	AZUL DE METILENO PARA PESQUISA DE BAAR, FRASCO DE 500 ML	1174	4,000	12,0857	48,34
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	BANHO-MARIA SOROLÓGICO, PARA INCUBAÇÃO DE AMOSTRAS	1174	1,000	555,0000	555,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	BILIRRUBINAS, KIT DIRETO(REAGENTE PRONTO PARA BILIRRUBINA	1174	2.000,000	0,1250	250,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CÁLCIO, KIT MONOREAGENTE PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	495,000	0,1010	50,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CÁLICE PARA FEZES, PARA SEDIMENTAÇÃO, PLÁSTICO RESISTENTE	1174	200,000	1,5710	314,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	COAGULÔMETRO, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA (L) 370MM	1176	1,000	5.990,0000	5.990,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Colesterol Total - Kit enzimático direto (reagente pronto)	1174	16.650,000	0,0570	949,05
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	COLETOR PARA EXAME DE FEZES, COM CONSERVANTE	1174	1.000,000	2,2400	2.240,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	COLUNA PARA DEIONIZADOR REGENERADA	1174	1,000	60,0000	60,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CORANTE RÁPIDO HEMATOLOGIA, KIT CORANTE PANÓTICO PARA COLORA	1174	2,000	25,8980	51,80
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CREATININA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	6.400,000	0,0390	249,60
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CREATINO-QUINASE, KIT DIRETO UV NAC PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	560,000	0,5250	294,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	DESIDROGENASE LÁTICA, KIT CINÉTICO UV PARA A25	1174	480,000	0,1650	79,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FERRO, KIT DIRETO REAGENTE PRONTO PARA USO PARA AUTOMAÇÃO A2	1174	495,000	0,1280	63,36
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FITAS URINA, FRASCO COM 100 TIRAS COM ÁREA DE DENSIDADE	1176	25,000	14,9800	374,50
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FOSFATASE ALCALINA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	160,000	0,0810	12,96
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FÓSFORO UV, KIT REAGENTE PRONTO PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	80,000	0,2960	23,68
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FUCSINA PARA ZIEHL-NEELSEN, FRASCO DE 500 ML	1174	4,000	15,5388	62,16
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	GAMA-GLUTAMIL-TRNSFERASE, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	960,000	0,2780	266,88
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Glicose, kit enzimático direto para automação A25	1174	16.650,000	0,0160	266,40
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	HDL Direto - Kit direto com padrão para aparelho de automaçã	1174	5.000,000	0,1310	655,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	HIPOCLORITO 1%, PARA DESINFECÇÃO DE MATERIAIS E SUPERFÍCIES	1174	50,000	2,2000	110,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	LÂMINAS MICROSCOPIA, CAIXA COM 50 UN, LADO FOSCO	1174	10,000	1,8344	18,34
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	LAMÍNULA, CAIXA COM 100 UNID. TAMANHO 20 X 20	1174	12,000	1,0281	12,34
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	LUGOL FORTE 2%, FRASCO 500 ML, PARA USO NO PARASITOLÓGICO	1174	1,000	18,9918	18,99
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	LUGOL FRACO 1%, FRASCO 500 ML	1174	5,000	7,5171	37,59
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MAGNÉSIO, KIT DIRETO(REAGENTE PRONTO) PARA APARELHO DE AUTOM	1174	80,000	0,0500	4,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MAY-GRUNWLD CORANTE HEMATOLOGIA, FRASCO 500 ML	1174	6,000	13,8123	82,87

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MICROPIPETA 10 UL, PARTE INFERIOR COM PONTA DE METAL E EJETO	1174	1,000	75,9079	75,91
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MICROPIPETA 100 ML, PARTE INFERIOR COM PONTA DE METAL E EJETO	1174	4,000	75,9079	303,63
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MICROPIPETA 50 ML, PARTE INFERIOR COM PONTA DE METAL E EJETO	1174	4,000	75,9079	303,63
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MICROPIPETA, VOLUME VARIÁVEL DE 100ML A 1.000 ML, CONTROLE	1174	1,000	188,4143	188,41
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	PENEIRA PARA FEZES, PACOTE COM 100 UNIDADES, PARA REALIZAÇÃO	1174	2,000	40,3977	80,80
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	proteínas totais, kit soro para automação A25	1174	415,000	0,0270	11,21
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Reativo de meyer - PARA PESQUISA DE SANGUE OCULTO, 1.000 ML	1174	2,000	9,0000	18,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TAMPAS BRANCAS, COMPATÍVEIS COM TUBOS ACRÍLICOS 12,5 X 75	1174	4.000,000	0,0222	88,80
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TEMPO DE ATIVAÇÃO DA PROTROMBINA -TAP	1174	4,000	51,1521	204,61
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL, ATIVADA- TTPA 150 TESTES	1174	1,000	48,5945	48,59
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Triglicerídeos - Kit enzimático (reagente pronto) para A25	1174	11.620,000	0,1340	1.557,08
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Tubos - Acrílico 12,5 X 75	1174	4.000,000	0,0348	139,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Tubos - Vidro 12,5 X 75	1174	1.000,000	0,0579	57,90
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TUBOS 6,0 ML COM GEL SEPARADOR A VÁCUO	1174	200,000	0,4460	89,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TUBOS 8,5 ML COM GEL SEPARADOR A VÁCUO	1174	200,000	0,5358	107,16
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TUBOS COM ANTICOAGULANTE CITRATO, CAIXA COM 100 UNIDADES	1174	8,000	33,3047	266,44
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Tubos com EDTA - caixa com 100 unidades 13 X 75 (5 mL)	1174	8,000	30,4086	243,27
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TUBOS CÔNICOS URINA, TUBOS REFORÇADOS, VOLUME DE 10 ML, GRAD	1174	150,000	2,6667	400,01
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TUBOS EPENDORF 1,5 ML, PACOTE COM 1000 UNIDADES	1174	20,000	15,2043	304,09
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	URÉIA UV, KIT ENZIMÁTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	1174	4.980,000	0,1280	637,44
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	VDRL - Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	1174	7,000	57,8571	405,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	VIOLETA GENCIANA P/ GRAM FRASCO 500 ML	1174	10,000	12,0857	120,86
CENTRALIZA SERVICE VEÍCULOS LTDA	LOCAÇÃO DE VEÍCULO	1155	1,000	140,0000	140,00
CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	BIPERIDENO 2 MG	1202	20.000,000	0,0370	740,00
CIRURGICA CLIMAZA COM. DE MAT. MED. E HOSP. I	Luminaria auxiliar pintura em epóxi aço carbonado branca	1043	2,000	154,0000	308,00
CIRURGICA CLIMAZA COM. DE MAT. MED. E HOSP. I	mocho giratório/ gás assento anatômico regulagem para altura	1044	2,000	220,0000	440,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALAR	Soro fisiológico 0,9% 250 ml - sistema fechado em bolsa	1045	1.000,000	1,7500	1.750,00
CIRURGICA SAO JOSE LTDA	GLURATOL DE HIDRO SOLUÇÃO A BASE DE GLUTARALDEIDO 2% GALÃO D	1046	10,000	11,9800	119,80
CIRURGICA SAO JOSE LTDA	Povidine Degermante 1 litro	1047	10,000	8,3300	83,30
CIRURGICA SAO JOSE LTDA	SCALPE Nº 21	1047	1.500,000	0,0810	121,50
COM. DE MAT. MEDICOS HOSPIT. MACROSUL LTDA	Otoscópio completo com 05 ponteiros grande	1048	1,000	150,0000	150,00
COM. DE MAT. MEDICOS HOSPIT. MACROSUL LTDA	Ponteiras para cauterio - cabo longo e proteção de borracha/	1048	2,000	50,0000	100,00
COM. DE MAT. MEDICOS HOSPIT. MACROSUL LTDA	Ponteiras para eletrocauterio marca WAVETRONIC - 5.000 IPXI	1048	2,000	60,0000	120,00
COM. DE MAT. MEDICOS HOSPIT. MACROSUL LTDA	TESOURA P/GESSO TAM.G	1074	1,000	30,0000	30,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	AMITRIPTILINA 25 MG	1215	7.000,000	0,0420	294,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSP. ORAL	1129	500,000	1,9700	985,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	Clopidogrel 75 mg	1129	3.000,000	0,6499	1.949,70
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL. NASAL	1129	300,000	0,3300	99,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	COMPLEXO B SOL. INJ.	1190	600,000	0,4590	275,40
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DIAZEPAM SOL. INJETÁVEL 5mg/ml	1209	500,000	0,3080	154,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DIPIRONA 500 MG SOL. ORAL	1215	1.000,000	0,3510	351,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	FENOBARBITAL 100 MG	1209	20.000,000	0,0280	560,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	IMIPENEM+CILASTATINA 500 MG COM 10F-A S/DIL	1216	6,000	23,7000	142,20
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG SL	1129	3.000,000	0,0225	67,50
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	LIDOCAÍNA 2% GELÉIA	1209	100,000	1,3500	135,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	PARACETAMOL GTS	1215	500,000	0,3450	172,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CONSTRUTORA EXATA LTDA	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO BAIRRO M	1151	0,029	348.727,1200	10.173,82
COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO	CONTRATAÇÃO DA CIA PAULISTA DE TEATRO PARA APRESENTAÇÕES	1239	21.730,000	1,0000	21.730,00
CREMER S/A	Luva Estéril Nº 7,5	1049	200,000	0,6900	138,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	HEPARINA SÓDICA SOL. INJ. 5.000 UI/ML	1206	5,000	6,2000	31,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	LEVOMEPRAMAZINA 25 MG	1198	7.000,000	0,0700	490,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	LEVOMEPRAMAZINA GOTAS 40 mg/ml	1198	25,000	4,3000	107,50
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML S/ AGULHA	1050	250,000	0,2900	72,50
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	atadura de crepe de 8 cm - pacote com 12 unidades - 13 fio	1051	200,000	1,8200	364,00
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	Avental descartável para coleta de secreção vaginal	1051	37,000	0,7400	27,38
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	Equipo - macrogotas de infusão	1051	500,000	0,2970	148,50
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	ESPECULO MÉDIO DESCARTAVEL	1051	1.000,000	0,6690	669,00
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	ESPECULO PEQUENO DESCARTAVEL	1051	500,000	0,6200	310,00
DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	Luvas de látex para procedimentos ambidestra cx c/100 luvas	1051	50,000	9,2000	460,00
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	METOPROLOL 50mg	1130	5.000,000	0,9600	4.800,00
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Antiestreptolisina "O" em látex - Kit 100 testes com control	1169	6,000	59,8508	359,10
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	BHCG, TIRAS IMUNOCROMATOGRÁFIA PARA TESTE DE GRAVIDEZ	1169	500,000	0,3902	195,10
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Células L.E. (Pesquisa) - Kit látex 50 testes com controle (1169	1,000	96,4500	96,45
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	DETERGENTE FRASCO DE 1.000 ML PARA LAVAGEM DE MATERIAIS	1169	10,000	28,2000	282,00
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	DEXTROSE, FRASCO 600 MG COM SABOR	1169	15,000	7,7800	116,70
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Fator Reumatóide em látex - Kit 25 testes com controle (+) e	1169	8,000	29,9715	239,77
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	HIV, KIT 100 TESTES, TESTE RÁPIDO POR IMUNOCROMATOGRÁFIA	1169	1,000	264,5564	264,56
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Monoteste - Kit aglutinação látex direto com controle (+) e	1169	1,000	44,5671	44,57
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Mucoproteínas, kit 50 testes	1169	4,000	26,8059	107,22
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	PCR, KIT P/ 100 TESTE C/ CONTROLE (+) E (-)	1169	12,000	43,9730	527,68
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	PESQUISA DE SANGUE OCULTO, FITAS DE IDENTIFICAÇÃO	1169	200,000	2,9000	580,00
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	WAALER ROSE, KIT 100 TESTES, COM CONTROLE (+) E (-)	1169	2,000	58,0987	116,20
DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORT E EXPO	atadura de crepe de 10 cm - pacote com 12 unidades - 13 fi	1040	400,000	2,3200	928,00
DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORT E EXPO	atadura de crepe de 12 cm - pacote com 12 unidades - 13 fi	1040	400,000	2,8300	1.132,00
DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORT E EXPO	atadura de crepe de 15 cm - pacote com 12 unidades - 13 fi	1040	400,000	3,4900	1.396,00
DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORT E EXPO	atadura de crepe de 20 cm - pacote com 12 unidades - 13 fi	1040	400,000	4,7000	1.880,00
DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORT E EXPO	COMPRESSAS DE GAZE 7,5X7,5 - 13 FIOS, PCT.COM 500 UN	1040	400,000	6,8100	2.724,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL 2 VIAS	1142	500,000	1,9900	995,00
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	Calibrador - Caixa com 05 frascos liofilizados 5 mL para apa	1170	1,000	137,6549	137,65
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	FRASCOS PARA REAGENTES 50 ML	1170	10,000	38,0570	380,57
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	LÂMPADA A25,COMPATÍVEL COM APARELHO DE BIOQUÍMICA A25	1170	1,000	125,3999	125,40
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	PROBE, AGULHA PARA APARELHO DE AUTOMAÇÃO A25	1170	1,000	922,0315	922,03
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	Rotor -Pacote com 10 unidades- rotor B para aparelho A25	1170	1,000	126,3024	126,30
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	SOLUÇÃO DE LIMPEZA, FRASCO 1.000 ML PARA APARELHO A25	1170	1,000	67,6590	67,66
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	SOLUÇÃO DE LÍQUIDO DO SISTEMA, FRASCO 1.000 ML PARA A25	1170	1,000	48,9155	48,92
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	TAMPA PARA FRASCO PARA ESGOTO APARELHO A25	1170	1,000	281,5893	281,59
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	TAMPA PARA FRASCO PARA LÍQUIDO DO SISTEMA A25	1170	1,000	262,9693	262,97
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	Tiras teste para medição quantitativa de glicose sanguínea,	1141	13.500,000	0,4100	5.535,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	ADESIVO PERFURADO 1200X600MM	1137	1,000	75,0000	75,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	ADESIVO REMOVÍVEL	1137	2,000	19,6000	39,20
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	1226	3.625,990	1,0000	3.625,99
FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	1036	1,000	580,0000	580,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	SORO RINGER COM LACTATO 500 ML- caixa com no mínimo 24 Unid	1052	200,000	2,1000	420,00
FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	Colete para Agentes comunitários de Saúde - em microfibras 10	1219	120,000	25,0000	3.000,00
G. GOTUZZO & CIA LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML S/ AGULHA	1053	1.000,000	0,1900	190,00
GILMED SUL COM. DE MATERIAL CIRURGICO LTDA	Envelope para esterilização auto selante com 100, 15x30	1054	20,000	18,5100	370,20
GILMED SUL COM. DE MATERIAL CIRURGICO LTDA	Envelope para esterilização auto selante com 100, 15x30	1096	20,000	18,5100	370,20
GILMED SUL COM. DE MATERIAL CIRURGICO LTDA	Envelope para esterilização auto selante com 100, 15x30	1122	30,000	18,5100	555,30
GISELE TACCOLA HERNANDES CARNEIRO	Contratação de serviços de instrutor de ARTES PLÁSTICAS.	1159	6,000	1.480,0000	8.880,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	HOSPEDAGEM	1097	2,000	90,0000	180,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	APRESUNTADO FATIADO	1124	80,000	13,7000	1.096,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	APRESUNTADO FATIADO	1125	85,000	13,7000	1.164,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext	1106	20,000	4,6800	93,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Leite integral longa vida, embalagem Tetra Pak	1107	48,000	1,9400	93,12
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MORTADELA FATIADA	1107	30,000	6,9500	208,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MORTADELA FATIADA	1124	80,000	6,9500	556,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MORTADELA FATIADA	1125	60,000	6,9500	417,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Queijo fatiado	1107	30,000	17,2000	516,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Queijo fatiado	1124	49,586	17,2000	852,88
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Queijo fatiado	1125	32,891	17,2000	565,73
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabão em pó, embalagem com 500 gr, com branqueador óptico e	1106	47,000	1,4000	65,80
INST. PARA O DESENV. E CONS. CORP. ALESSIUS E	TREINAMENTO BOAS PRATICAS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO	1161	1,000	500,0000	500,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	CARTÃO(TIPO CARTÃO POSTAL) ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: FORMATO	1138	423,000	0,4300	181,89
JACKSON HUGO PEREIRA ME	Cartaz formato 279x420 mm (tamanho).	1138	800,000	0,7600	608,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	Folder formato 32x22 cm (tamanho) impresso em papel couchê 1	1138	900,000	1,5000	1.350,00
JULIAN MALHAS E CONFECÇOES LTDA	BORDADO EM JALECO	1068	3,000	19,3330	58,00
JULIO CESAR MANDELLI	OZONIO, MEURALTERAPIA, GLUCOSONIRA 1,5GRS,OMEGA3, MSM. BROME	1035	1,000	800,0000	800,00
KAFFA BRASIL IND. E CONFECÇÕES LTDA	JALECOS EM TECIDO	1067	3,000	28,0000	84,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	CELLPACK, REAGENTE PARA DILUIÇÃO E LIMPEZA DO APARELHO	1171	6,000	462,2200	2.773,32
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	SANGUE CONTROLE, PARA CONTROLE DE QUALIDADE INTERNO DIÁRIO	1171	2,000	373,6681	747,34
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	STROMATOLYSER , REAGENTE PARA ANÁLISE DE LEUCÓCITOS	1171	8,000	404,4178	3.235,34
LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME	CORRETIVO TIPO CANETA	1212	2,000	4,0000	8,00
LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME	PASTA COM ELASTICO CRISTAL TAMANHO 233X348M	1212	500,000	1,2000	600,00
LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME	POST-IT 51X38	1212	5,000	2,8500	14,25
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	TOPIRAMATO 25MG		2.000,000	0,2300	460,00
LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA	aparelho de pressão de nylon com braçadeira	1055	10,000	37,6000	376,00
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METÁLICOS LTDA	CAFETEIRA AUTOMATICA 6 LTS 220V	1033	1,000	518,0000	518,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	DIAZEPAM 10 MG	1126	5.000,000	0,0170	85,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	IBUPROFENO SOL. ORAL 50 mg/ml	1132	1.500,000	0,9600	1.440,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	PROMETAZINA 25 MG	1126	4.000,000	0,0179	71,60
MARCOS BULE DA COSTA	ABSORVENTE INTIMUS	1075	10,000	1,0000	10,00
MARCOS BULE DA COSTA	AÇUCAR REFINADO, PACOTE COM 5 KG.	1070	14,000	10,8900	152,46
MARCOS BULE DA COSTA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM	1070	12,000	0,8600	10,32
MARCOS BULE DA COSTA	BATAO DIVERSAS CORES	1075	4,000	1,9900	7,96
MARCOS BULE DA COSTA	Caneta esferográfica cristal fina preta c/ tampa cx c/50 un	1073	1,000	12,9900	12,99
MARCOS BULE DA COSTA	CAPAS DE NYLON OARA CORTAR CABELO COM MANGA E VELCRO	1075	4,000	11,9000	47,60
MARCOS BULE DA COSTA	Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c	1073	5,000	1,7400	8,70
MARCOS BULE DA COSTA	CREME DENTAL COM FLUÓR	1075	10,000	1,0000	10,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 7/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULE DA COSTA	CREME HIDRATANTE PARA CABELO	1075	5,000	4,9900	24,95
MARCOS BULE DA COSTA	CREME PARA PENTEAR	1075	5,000	4,4900	22,45
MARCOS BULE DA COSTA	DESODORANTE FEMININO	1075	5,000	1,9900	9,95
MARCOS BULE DA COSTA	DESODORANTE FEMININO	1075	5,000	1,9900	9,95
MARCOS BULE DA COSTA	ESCOVA PARA CABELO	1075	1,000	14,9000	14,90
MARCOS BULE DA COSTA	ESMALTE PARA UNHA DIVERSA CORES	1075	20,000	1,0000	20,00
MARCOS BULE DA COSTA	LAPIS PRETO DELINEADOR	1075	2,000	1,2500	2,50
MARCOS BULE DA COSTA	LENÇO DE PAPEL	1075	20,000	1,9900	39,80
MARCOS BULE DA COSTA	MAQUINA PARA RASPAR CABELOS	1075	1,000	79,9000	79,90
MARCOS BULE DA COSTA	PIRANHAS	1075	10,000	1,0000	10,00
MARCOS BULE DA COSTA	PÓ COMPACTO	1075	2,000	1,9900	3,98
MARCOS BULE DA COSTA	SABONETE C/90GR.	1075	20,000	0,7900	15,80
MARCOS BULE DA COSTA	SHAMPOO	1075	10,000	2,9900	29,90
MARCOS BULE DA COSTA	SOMBRA PARA MAQUIAGEM	1075	2,000	1,9900	3,98
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 3**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 4**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 5**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 5.0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 6**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 6.0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 7**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 7.0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 8**	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO 8.0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO Nº 3,0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULE DA COSTA	TINTA PARA CABELO Nº 4,0	1075	10,000	3,9900	39,90
MARILDA SALETE LUZ ME	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS PARA ATENDER A DEMANDA DO	1037	30.721,000	0,0700	2.150,47
MARILDA SALETE LUZ ME	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS PARA ATENDER A DEMANDA DO	1038	370,000	0,0700	25,90
MARILDA SALETE LUZ ME	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS PARA ATENDER A DEMANDA DO	1039	2.619,000	0,0700	183,33
MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	Aparelho de barbear 02 lâminas descartável	1056	275,000	0,3400	93,50
MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	Borracha fina para garrote	1056	10,000	0,6000	6,00
MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	Borracha látex grossa para cilindro de oxigenio	1056	10,000	2,1836	21,84
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	MANUTENÇÃO ELÉTRICA - MGZ 1066 KOMBI FLEX 2010		5.000,000	1,0000	5.000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	MANUTENÇÃO FUNILARIA E PINTURA - MGZ 1066 KOMBI FLEX 2010		8.000,000	1,0000	8.000,00
MEDICOR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ML S/ AGULHA	1057	2.500,000	0,1200	300,00
MEDICOR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Seringa descartável com rosca 3ml	1057	5.000,000	0,1100	550,00
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	ESPIRAMICINA 1,5 MUI (EQUIVALENTE A 500mg)	1205	1.000,000	1,9070	1.907,00
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	TOPIRAMATO 50 MG	1195	4.000,000	0,1956	782,40
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	SORO FISIOLÓGICO 125 ML- 0,9%- sistema fechado em bolsa	1058	1.000,000	2,0800	2.080,00
MEDSONDA IND. COM. PROD. HOSPITALARES DESC	SONDA URETRAL No 10	1059	300,000	0,2700	81,00
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	Histerômetro de collin 28 cm para uso ginecológico, de inox.	1060	2,000	24,2000	48,40
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	Seringa descartável com rosca 5ml	1060	1.500,000	0,1290	193,50
NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SULFADIAZINA DE PRATA PASTA 1%	1133	150,000	1,5309	229,64
NEO MÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Curativo especial hidrocolóide de baixo perfil, com bordas d	1061	5,000	113,7000	568,50
NEO MÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	polvidine tópico	1061	20,000	7,9600	159,20
NEY TINTAS LTDA	CERA PROTETORA	1162	4,000	12,1500	48,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 8/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NEY TINTAS LTDA	COMPLETO ACRILICO GALÃO COM 3,6 LT	1164	10,000	44,4500	444,50
NEY TINTAS LTDA	MASSA AGRILÇICA LATA 18 LTS	1164	3,000	58,7500	176,25
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	Fita auto clave 16mmx50m	1062	180,000	2,2800	410,40
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVAS DE LATEX, CAIXA COM 100 UN, TAMANHO P PROCEDIMENTO	1062	150,000	10,6770	1.601,55
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	régua antropométrica de madeira	1062	5,000	23,6000	118,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	Bolo fresco (feito no dia)	1218	7,000	1,9000	13,30
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	BOLOS DIVERSOS	1218	7,000	1,6000	11,20
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	Salgados diversos frescos (feitos no dia)	1218	50,000	0,4000	20,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	Salgados diversos frescos (feitos no dia)	1218	150,000	0,3500	52,50
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ALFINETE PARA MAPAS	1211	14,000	2,9000	40,60
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	BATERIA PARA TERMOMETRO	1089	50,000	3,5000	175,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	CANETAS	1090	800,000	0,3500	280,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	ELASTICO PARA DINHEIRO	1211	2,000	3,0000	6,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA	SERVIÇO DE PUBLICIDADE DE CAMPANHA	1187	1,000	400,0000	400,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ALOPURINOL 300mg	1134	3.000,000	0,0600	180,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. ORAL	1134	1.500,000	0,9500	1.425,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10%	1134	600,000	0,8900	534,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	OMEPRAZOL 20 MG	1193	150.000,000	0,0270	4.050,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	PREDNISONA 20 MG	1131	12.000,000	0,0360	432,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG	1131	30.000,000	0,0200	600,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	CARBONATO DE LITIO 300 MG	1135	12.000,000	0,0800	960,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	ISOFLAVONA DA SOJA (GLYCINE MAX) 75mg	1135	6.000,000	0,2600	1.560,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Álcool comum 92%	1065	150,000	2,6200	393,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Álcool medicinal 70%	1065	150,000	2,2400	336,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	atadura de crepe de 6 cm. com 4,5 mts - pacote com 12, 13	1065	100,000	2,0000	200,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Coletor perfurcortante 13 litros c/ 10 un	1066	50,000	17,9000	895,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	compressas de gazes tipo queijo 13 fios- 91 x 91	1066	50,000	18,3000	915,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Curativo de hidrocoloide e alginato de cálcio e sódio, const	1066	5,000	36,0000	180,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Envelope para esterilização auto selante com 100, 20x33	1066	50,000	29,6000	1.480,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Escovinha ginecológica pct c/ 100 un	1066	30,000	14,0000	420,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Esparadrapo 10X4,5, com protetor	1066	100,000	3,2490	324,90
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FIO CATEGUT SIMPLES 2.0	1066	2,000	32,0000	64,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FIO CATEGUT CROMADO 2.0	1066	2,000	32,0000	64,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FIO CATEGUT CROMADO 3.0	1066	2,000	32,0000	64,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FIO CATEGUT SIMPLES 3.0	1066	2,000	32,0000	64,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Pasta composta por 3 hidrocolóides (gelatina, pectina, carbo	1066	5,000	27,9900	139,95
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	ANTICOAGULANTE EDTA 5% FRASCO DE 20 ML	1172	25,000	3,3638	84,10
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	Anticoagulante Fluoreto - frasco 20 ml	1172	2,000	3,3636	6,73
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	CRONÔMETRO, DISPLAY DIGITAL COM OS CONTADORES DIVIDIDOS EM H	1172	4,000	23,7500	95,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	PLACA DE REAÇÃO VDRL, 12 ESCAVAÇÕES	1172	4,000	15,0000	60,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	SOLUÇÃO PADRÃO SÓDIO/ POTÁSSIO LÍTIO, 100 ML, COMPATÍVEL	1172	1,000	55,0000	55,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	TERMOMETRO PARA CONTROLE DE TEMPERATURA DE BANHO-MARIA	1172	4,000	22,5000	90,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	TUBO DE ENSAIO, VIDRO 15,5 x 100 (REFORÇADO)	1172	100,000	0,6000	60,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	FAIXA TNT	1139	1,000	48,0000	48,00
SALGADO FILHO FARMACIA E DROGARIA LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SALGADO FILHO FARMÁCIA E DROGARIA	1087	158,020	1,0000	158,02
SALGADO FILHO FARMACIA E DROGARIA LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SALGADO FILHO FARMÁCIA E DROGARIA	1088	1.832,700	1,0000	1.832,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 9/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SALGADO FILHO FARMACIA E DROGARIA LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SALGADO FILHO FARMÁCIA E DROGARIA	1154	323,420	1,0000	323,42
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICO:	APARELHO DENIS BROWNN	1091	1,000	390,0000	390,00
SANTA VITTA IND. E COM. DE PROD. ORTOPEDICO:	APARELHO DENIS BROWNN	1105	1,000	390,0000	390,00
SCARDUA & CIA LTDA	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	1071	200,000	39,5000	7.900,00
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg	1136	500,000	0,2849	142,45
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	AMOXICILINA 250mg/5ml + CLAVULANATO 62,5mg/ML SUSP. ORAL	1136	800,000	5,1999	4.159,92
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	Anlodipino 10mg	1191	25.000,000	0,0300	750,00
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	CLONAZEPAN 0,5 MG	1196	3.500,000	0,0189	66,15
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	CLONAZEPAN 2 MG	1196	6.000,000	0,0219	131,40
TARSILA ORSI DOS SANTOS - EPP	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA TARSILA ORSI DOS SANTOS - EPP	1072	140,000	1,0000	140,00
TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA	COLETA DE RESÍDUOS		400,000	6,0000	2.400,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CORANTE CORES SORTIDAS	1163	60,000	1,9600	117,60
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ELEMENTO FILTRANTE	1069	4,000	18,6300	74,52
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ESQUADRO	1163	1,000	5,5000	5,50
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	MOTOESMERIL 1000 SIMPLES	1163	1,000	102,0000	102,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	REGUA DE ALUMINIO	1163	1,000	5,3500	5,35
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TINTA 3,6 LTS PRIMER	1163	10,000	24,2100	242,10
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Tinta acrílica branca galão de 18 litros	1163	5,000	117,7800	588,90
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TORQUES COM MOLAS PARA MOSAICO	1163	1,000	14,1000	14,10
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	HALOPERIDOL 5 MG	1208	18.000,000	0,0177	318,60
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	SALBUTAMOL XAROPE 2 mg/ml	1208	800,000	0,6350	508,00
WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	VARFARINA 5MG	1208	1.800,000	0,0680	122,40
Total Geral do Mês ---->					243.582,05

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

COMPRAS MES DE ABRIL 2011 ASSIS SOCIAL

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADRIANO LUIZ CAPOANI - ME	BEBEDOURO ELETRICO	402	1,000	399,0000	399,00
ANDERSON BINOTTO & CIA LTDA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM SOFTWARE	392	2,000	216,0000	432,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	375	200,000	2,2000	440,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	380	1.412,000	2,2000	3.106,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	391	500,000	2,2000	1.100,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	398	120,000	2,2000	264,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	404	1.680,000	2,2000	3.696,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	403	1,000	152,6400	152,64
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	403	1,000	76,3200	76,32
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOUREARIA	403	1,000	66,6200	66,62
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - FIAT PALIO EX 5 PT 61 CV - GASOLINA	369	1,000	297,1400	297,14
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - FIAT UNO MILLE FIRE 5 PT 66 CV - FLEX	362	1,000	613,5200	613,52
COLUSSI & CIA LTDA	MÃO DE OBRA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE VEICULOS	363	1,000	150,0000	150,00
COLUSSI & CIA LTDA	MÃO DE OBRA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE VEICULOS	370	1,000	65,0000	65,00
COMERCIAL DE ALIMENTOS DONA NINA LTDA	REFRIGERANTES	372	200,000	3,8900	778,00
COMERCIAL NERI PRESTES LTDA - ME	CESTAS DE PÁSCOA	377	185,000	3,3500	619,75
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO ADSL	407	3,000	4,6600	13,98
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇO DE INTERNET	407	2,000	15,1600	30,32
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇO DE INTERNET	407	2,000	51,3500	102,70
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇO DE INTERNET	407	1,000	51,3300	51,33
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	AGENDA DE MATERIAL RECICLADO	376	30,000	10,0000	300,00
ELDIRO JOSÉ ALMEIDA	GAZEBO ARTICULADO TRIX 3x3	379	10,000	385,0000	3.850,00
IVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA	365	1,000	320,0000	320,00
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Acesso a internet via rádio Programa Bolsa Família	366	9,000	190,0000	1.710,00
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Acesso a internet via rádio Programa CRAS do Bairro Gioppo	366	9,000	55,0400	495,36
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Acesso a internet via rádio Programa CRAS do Bairro Martello	366	9,000	55,0400	495,36
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Acesso a internet via rádio Programa CREAS	366	9,000	190,0000	1.710,00
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Acesso a internet via rádio Secretaria Bem Estar	366	9,000	190,0000	1.710,00
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Autenticação de acesso ADSL para Conselho Tutelar	366	9,000	15,9000	143,10
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Autenticação de acesso ADSL para Projeto Horizonte	366	9,000	15,9000	143,10
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	Autenticação de acesso ADSL para Sentinela	366	9,000	15,9000	143,10
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTÂNEO COM 400 GR.	406	30,000	1,9000	57,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO COM 800 GRAMAS	406	10,000	4,0500	40,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Álcool líquido embalagem com 01 lt	406	12,000	3,2000	38,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AMIDO DE MILHO EMBALAGEM C/ 01 KG	406	4,000	3,1000	12,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ARROZ TIPO 01, PARBOILIZADO PCT C/ 5 KG	406	3,000	7,6500	22,95
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLACHA SALGADA CREAM CRAKER PACOTE COM 800 GR	406	30,000	3,5000	105,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLACHA SORTIDA DE 800 GR	406	50,000	3,5000	175,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CALDO DE GALINHA COM 63 GRAMAS, 06 TABLETES, DIVERSOS SABORES	406	16,000	1,1000	17,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CANJICA DE MILHOBRANCA TIPO 1PT COM 500 GR	406	8,000	1,5000	12,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA DE 2ª - MOÍDA NA HORA	406	2,000	8,2400	16,48
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE SAQUINHOS COM 40 GR VÁRIOS SABORES	406	30,000	2,5000	75,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHÁ MATE TOSTADO- VÁRIOS SABORES CAIXA COM 40 G	406	10,000	1,9400	19,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	DESINFETANTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 2 LITROS	406	12,000	2,8500	34,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Detergente líquido com 500 ml	406	16,000	0,7000	11,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Esponja de lã de aço, pacote com 60 gr	406	8,000	1,1800	9,44

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EXTRATO DE TOMATE 350 Gr	406	30,000	1,0800	32,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL COM 5 KG	406	4,000	5,1000	20,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FEIJÃO PRETO TIPO 1 SAFRA 2010 PCT DE 1 KG	406	5,000	1,9400	9,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FRANGO INTEIRO	406	10,000	3,8300	38,30
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Macarrão tipo talharim, com ovos	406	20,000	2,3400	46,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MARGARINA - POTE C/ 500 G.	406	16,000	1,0100	16,16
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MISTURA PARA BOLO PRONTO DIVERSOS SABORES	406	17,000	2,0500	34,85
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	OLEO DE SOJA 900 ML	406	20,000	1,8800	37,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	OVOS DE GALINHA VERMELHOS, GRANDES	406	4,000	2,6400	10,56
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico extra macio, picotado folha dupla, pacote	406	1,000	52,5500	52,55
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabão em pó com branqueador óptico, caixa com 01 kg	406	8,000	3,9500	31,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO LIXO DE 100 LITROS- PACOTE C/ 5 UNIDADES	406	8,000	1,5500	12,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO DE 50 LITROS- PACOTE COM 10 UNIDADES	406	16,000	1,5500	24,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SAL REFINADO PCT. C/ 1 KG	406	5,000	0,6600	3,30
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL	406	15,000	4,1500	62,25
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sapólio em pó, com amoníaco com 300 gr	406	8,000	1,0300	8,24
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	405	8,478	759,0000	6.435,00
IVOMAR NHOATO	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA	368	1,000	650,0000	650,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	374	31,000	8,0000	248,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GAS DE COZINHA COM CASCO	374	5,000	43,0000	215,00
JOLIVETE APARECIDA FURLAN - ME	BOLO	364	10,000	10,9900	109,90
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	RECARGA DE TONER	395	2,000	60,0000	120,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	RECARGA DE TONER	395	7,000	60,0000	420,00
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTD	BEBEDOURO DE PRESSÃO INOX	385	1,000	548,0000	548,00
MARIA MOREIRA VOGHER	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ARTESANTO	401	1,000	200,0000	200,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - VW GOL 1.0 5 PT 72CV - FLEX MFM 8231 2	373	1,000	1.360,0000	1.360,00
OSMAR DA SILVA	REVELAÇÃO DE FOTO PARA DOCUMENTO	361	68,000	5,0000	340,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	387	60,620	19,0800	1.156,63
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	390	54,850	5,6500	309,90
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	399	92,319	5,6500	521,60
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	397	1,000	29,3200	29,32
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	397	2,000	43,3900	86,78
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	397	1,000	18,5200	18,52
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	397	1,000	86,7800	86,78
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	TRANSPORTE DE PESSOAS	378	1,000	3.049,3000	3.049,30
S Q SUPERMERCADOS LTDA - SUPERVALE	REFRIGERANTE 2 LITROS	384	13,000	1,9800	25,74
TRANSMITZ TRANSPORTES LTDA. - ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE USUÁRIOS DO CRAS	371	22,000	180,0000	3.960,00
VIDRACARIA J. P. LTDA - ME	BALCÃO MODULADO DE VIDRO	383	1,000	538,0000	538,00
Total Geral do Mês ---->					44.991,69

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 1/5

COMPRAS MES DE ABRIL 2011 ESPORTE
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANTONIO DONIZETE HORBACH	TREINAMENTO DE ATLETAS	101	1,000	690,0000	690,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	135	900,000	2,2400	2.016,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	139	1,000	280,0800	280,08
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	139	1,000	140,0300	140,03
BORDIGNON E SORGATTO LTDA	LOCAÇÃO DE PISCINA TÉRMICA COM MEDIDAS DE 18 X 10 MTS	97	1,000	3.500,0000	3.500,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	ALAVANCA	102	1,000	180,0000	180,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	ARRUELA BOMBA INJETORA	102	1,000	50,0400	50,04
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	BICO INJETOR	102	4,000	91,1700	364,68
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	BOMBA ALIMENTADORA 72088	102	1,000	153,7800	153,78
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	BOMBA MANUAL COMBUSTÍVEL	102	1,000	155,8000	155,80
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	BORRACHA DO PARABRISA	102	1,000	1.000,0000	1.000,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	BUJÃO DA BOMBA INJETORA	102	1,000	54,8900	54,89
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	CARÇAÇA DE BOMBA INJETORA	102	1,000	512,0200	512,02
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	CONCERTO SUPORTE DE BATERIA	103	1,000	30,0000	30,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	CORPO DISTRIBUIDOR BOMBA INJETORA	102	1,000	766,1000	766,10
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	EIXO ACELARADOR BOMBA INJETORA CAV. CURTO	102	1,000	80,0000	80,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	FILTRO D.VW 8.140	102	1,000	39,9700	39,97
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	FILTRO DE AR	102	1,000	51,3100	51,31
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	FILTRO SEP. AGUA	102	1,000	32,3700	32,37
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	FLUIDO REG. BOMBA INJETORA	102	2,000	15,0000	30,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	KITS ARRUELAS BOMBA INJETORA	102	1,000	15,0000	15,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	LIMPEZA TANQUE	103	1,000	250,0000	250,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANGUEIRA AR NYLON 11MM	102	4,000	2,8400	11,36
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MATERIAL DE LIMPEZA	103	1,000	15,0000	15,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MEDIDOR COMB	102	1,000	88,5700	88,57
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MEMBRANA DA BOMBA INJETORA	102	1,000	14,1300	14,13
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MOLA BOMBA INJETORA	102	1,000	15,0000	15,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	OLHAL CANO 14MM	102	4,000	5,9400	23,76
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	PARAFUSO BOMBA INJETORA	102	1,000	0,3800	0,38
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	PARAFUSO BOMBA INJETORA	102	1,000	27,3600	27,36
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	PARAFUSO BOMBA INJETORA	102	3,000	1,9300	5,79
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	PARAFUSO OCO BOMBA INJETORA	102	1,000	15,9900	15,99
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	PISTÃO BOMBA INJETORA	102	1,000	92,3300	92,33
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	REGULAR VALVULA	103	1,000	40,0000	40,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	REPARO BOMBA INJETORA	102	1,000	45,2700	45,27
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	REPARO BOMBA INJETORA	102	4,000	49,2500	197,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	REVISAO BOMBA E BICOS INJETORES	103	1,000	350,0000	350,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	SERVIÇO DE TROCA DE PARABRISA	103	1,000	400,0000	400,00
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	TAMPA INSPEÇÃO	102	1,000	11,3400	11,34
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	VÁLVULA ELETROMAGNÉTICA 0330.001.042	102	1,000	145,3400	145,34
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	Valvula reguladora de pressão	102	1,000	84,8800	84,88
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	VIDRO PARA-BRISA 15180	102	1,000	2.700,0000	2.700,00
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	AGUA MINERAL 500 ML	111	5,000	0,6325	3,16
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	Água mineral com gás embalagem de 500 ml, fardo com 12 unida	111	5,000	8,8000	44,00
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	AGUA MINERAL S/GAS 500ML C/ 12 UN	111	11,000	7,6000	83,60
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	COPOS DESCARTAVEIS	111	4,000	5,0000	20,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 2/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	REFRIGERANTE 2 LITROS	111	36,000	4,0666	146,40
BS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.	REFRIGERANTE 2 LITROS	111	56,000	4,0000	224,00
CANSAN TEXTIL COMERCIAL ATACADISTA LTDA - M	CAMISETA MANGA CURTA 100% ALGODÃO FIO 30/1 CARDADA	106	246,000	5,4700	1.345,62
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO POPULAR 18 LT	140	2,000	65,0000	130,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA A BASE DE RESINA AMARELA C/ 18L	133	4,000	250,0000	1.000,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA A BASE DE RESINA BRANCA C/18 L.	133	7,000	250,0000	1.750,00
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	Bola de basquete 2ª linha, matrizada, borracha.	121	4,000	49,9000	199,60
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE ESPIROBOL	121	1,000	72,9000	72,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR, 3ª LINHA SINT COSTUR. 260	121	1,000	49,9000	49,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, 1ª LINHA MICRO POWER COSTURADA	121	2,000	165,9000	331,80
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO TAMANHO OFICIAL	121	1,000	110,0000	110,00
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO TAMANHO OFICIAL	121	1,000	99,9000	99,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTSAL MAX 500	121	1,000	90,0000	90,00
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOLA DE FUTSAL MAX 500	121	1,000	79,9000	79,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	BOMBA POKER	121	1,000	27,9000	27,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	REDE DE BASQUETE	121	9,000	39,9000	359,10
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	REDE ESPECIAL FUTEBOL SOCIETY	121	1,000	219,9000	219,90
CELSE MENEGAZZO & CIA LTDA - ME (BOYS & GIRL	TORNOZELEIRA	121	3,000	14,3000	42,90
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	145	3,185	715,0000	2.277,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	100	2,000	7,0000	14,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	100	2,000	10,0000	20,00
DALLA ROSA & SPESSATTO LTDA - EPP (DI FRATEL	REFEIÇÕES - ALMOÇOS	114	40,000	18,7000	748,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	AGULHA ROSQUEAVEL	119	1,000	1,5000	1,50
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	BOLA CLUBES	119	2,000	32,0000	64,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	BOLA DE ESPIROBOL	119	2,000	60,0000	120,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	BOMBA PARA ENCHER BOLA COM BICO	119	1,000	24,2000	24,20
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	CAMISA CLUBES	119	2,000	30,0000	60,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	CAMISA DE GOLEIRO	119	1,000	28,0000	28,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	CAMISA INFANTIL	119	1,000	22,0000	22,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	COLCHONETE 90 X 40 CM	119	4,000	24,0000	96,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	LUVA DE GOLEIRO	119	1,000	28,0000	28,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	MIOLO DE VALVULA	119	36,000	1,8000	64,80
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	TACOBOL	119	1,000	66,0000	66,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	TROCA VALVULA (APARELHO)	119	1,000	40,0000	40,00
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	contratação de horas em ginásio esportivo, com piso	136	400,000	25,0000	10.000,00
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE	contratação de horas em ginásio esportivo, com piso rev.	136	378,000	20,0000	7.560,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	116	2,000	9,0000	18,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	116	57,000	2,6000	148,20
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	116	8,000	4,2000	33,60
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	116	2,000	18,0000	36,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS	116	55,000	3,0000	165,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS P/ VEÍCULOS	116	1,000	50,0000	50,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE FAIXA	116	1,000	180,0000	180,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE FAIXA	116	1,000	195,0000	195,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE MEDALHA EM PVC	116	58,000	2,8000	162,40
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE PLACA EM PVC	116	2,000	25,0000	50,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 3/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FULLGAZ EDITORAÇÃO GRÁFICA LTDA	SERVIÇOS FILMAGEM DE EVENTOS	113	1,000	6.993,0000	6.993,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTÂNEO COM 800 G	104	30,000	3,9800	119,40
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO PCT. C/ 5 KG	104	15,000	10,4900	157,35
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	AGUA SANITARIA 2L	134	32,000	4,3800	140,16
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL LÍQUIDO EMBALAGEM COM 01 LITRO	134	30,000	3,9900	119,70
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ALFACE	104	30,000	1,5000	45,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ TIPO 1, PACOTE COM 5 KG	104	30,000	6,4900	194,70
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BALDE PLASTICO 20L	134	4,000	19,7400	78,96
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BANANA	104	50,000	1,1500	57,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BATATA INGLESA, MONALISA BOA QUALIDADE TAMANHO MÉDIO EMB UNI	104	28,000	1,6500	46,20
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL.O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE	104	8,000	4,7700	38,16
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO DOCE SORTIDO PCT C/ 1 KG	104	10,000	5,0000	50,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO, EMB. COM 500 GR	104	40,000	4,8900	195,60
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CANELA	104	10,000	1,8900	18,90
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CANJICA DE MILHO (BRANCA). TIPO 1, CLASSE BRANCA, SUBGRUPO D	104	24,000	1,7800	42,72
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª- MOÍDA NA HORA	104	40,000	8,3500	334,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CARNE DE PORCO COM OSSO, TIPO PALETA	104	34,000	7,4900	254,66
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCA, TAMANHO MÉDIO	104	25,000	1,1000	27,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CHA MATE VÁRIOS SABORES, CAIXA COM 40 GR E 25 SAQUINHOS	104	24,000	6,6900	160,56
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	COCO RALADO PCT. C/ 100 G	104	12,000	3,4800	41,76
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	COXA DE FRANGO	104	32,000	3,1900	102,08
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CRAVO	104	10,000	1,7500	17,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE	104	35,000	3,1000	108,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO EMBALAGEM DE 2 LITROS	134	32,000	5,5800	178,56
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	DESODORIZADOR DE AR (TIPO BOM AR)	134	24,000	8,5000	204,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Detergente Liquido com 500 ml	134	50,000	1,1800	59,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE FRUTAS TIPO GELEIA PT. C/ ATE 01 KG	104	30,000	10,4900	314,70
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ESCOVA PARA VASO SANITARIO	134	20,000	4,4900	89,80
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	FEIJAO PRETO - TIPO 1 - PCT. COM 01 KG	104	35,000	2,3900	83,65
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	LARANJA PÊRA.CARACTERÍSTICAS: CASCA DE COR ALARANJADA,	104	50,000	1,9900	99,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	LEITE CONDENSADO COM 350 GRAMAS	104	35,000	2,9900	104,65
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	LEITE DE COCO	104	15,000	7,8900	118,35
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 01 L	104	20,000	23,4000	468,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MAÇÃ FUJI. CARACTERÍSTICAS: TAMANHO MÉDIO	104	50,000	2,2500	112,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MAIONESE COM 500 GRAMAS	104	30,000	4,7800	143,40
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Margarina vegetal com sal pt. de até 1 kg.Características: o	104	30,000	5,2500	157,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MASSA EMBALAGEM 500GR	104	32,000	3,9800	127,36
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MASSA DE TOMATE EMB. COM 800 GR	104	20,000	6,4900	129,80
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	MUITO USO COM PH CONCENTRADO 500 ML	134	24,000	5,9900	143,76
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA COM 900 ML	104	40,000	2,8900	115,60
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	PANO PARA LIMPEZA	134	30,000	5,2300	156,90
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	PÃO FRANCÊS FEITO NO DIA	104	20,000	5,9000	118,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIENICO C/ 48 ROLOS FOLHA BRANCA	134	20,000	15,7500	315,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	PEDRA SANITARIA, VÁRIOS AROMAS	134	50,000	2,1000	105,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado.	104	15,000	11,2800	169,20
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	PRODUTO PARA LIMPEZA PESADA 2L	134	20,000	6,8900	137,80

ESTADO DE SANTA CATARINA **FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 4/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	QUEIJO	104	15,000	17,9000	268,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	RODO DE BORRACHA 60cm, COM CABO, SUPORTE DE PLÁSTICO	134	6,000	21,7000	130,20
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	SABAO EM PÓ CAIXA COM 1 KG	134	24,000	6,4800	155,52
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 200L	134	24,000	8,2800	198,72
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	SALSICHA A GRANEL	104	40,000	4,4800	179,20
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	SAPONACEO EM PO COM AMONIACO, TAMPABRE E FECHA,	134	24,000	4,2500	102,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	SODA CAUSTICA	134	20,000	14,9900	299,80
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	TEMPERO PARA ALIMENTOS	104	24,000	2,7500	66,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	TOMATE	104	25,000	1,7800	44,50
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON COM CABO	134	24,000	11,8800	285,12
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	VERGAMOTA	104	50,000	1,3500	67,50
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	DIÁRIAS DE HOTEL - COM CAFÉ DA MANHÃ	112	20,000	50,0000	1.000,00
INNOVATION ASSE. E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	132	1,000	7.900,0000	7.900,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	146	2,773	759,0000	2.105,00
IRINEU FAVERO - ME	REFEIÇÕES - ALMOÇOS	109	27,000	17,4500	471,15
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	108	20,000	8,0000	160,00
LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA	REFEIÇÕES - ALMOÇOS	115	50,000	12,0800	604,00
LUIZ FERNANDO CHRIST	PNEU 215/75R 17.5. LISO	120	4,000	700,0000	2.800,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus	105	2,000	49,0000	98,00
MOACIR JOSE MOURA SORGATTO - EPP	CONFECÇÃO DE BANNER	126	12,000	150,0000	1.800,00
MOACIR JOSE MOURA SORGATTO - EPP	CONFECÇÃO DE TROFEU	126	30,000	35,0000	1.050,00
PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA		380,000	20,9700	7.968,60
PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA		55,000	20,9700	1.153,35
RAFAEL JOSÉ ARIATTI	Locação de 01 (um) automóvel, ano igual ou superior a 2008,	129	86,757	37,0000	3.210,01
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS.	127	2,000	101,8300	203,66
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS.	127	2,000	105,0700	210,14
RIBAS & FAGUNDES ADVOGADOS ASSOCIADOS, SC	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO SEN	110	0,150	33.000,0000	4.950,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	ADAPTADOR P10	117	2,000	3,5000	7,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 9V	117	2,000	11,0000	22,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 9V	117	1,000	14,9000	14,90
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	CABO 2 RCA X P2ST COM 10 M	117	2,000	10,0000	20,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	CABO MICROFONE P10	117	1,000	35,0000	35,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	CABO USB	117	1,000	12,0000	12,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	EXTENSAO 10 MT COM GRADE COM PINO	117	2,000	25,0000	50,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	JACK P10 STE	117	2,000	5,0000	10,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	MÃO DE OBRA	117	1,000	145,0000	145,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	PINO ADAPTADOR PADRAO NOVO	117	6,000	6,5000	39,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	AUTOMATICO ARRANQUE	124	1,000	120,0000	120,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	BOIA TANQUE	122	1,000	120,0000	120,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	CABO BATERIA COM TERMINAIS	124	1,000	260,0000	260,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	CABO VELOCÍMETRO	124	1,000	328,0000	328,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	CARTER MOTOR MB	122	1,000	370,0000	370,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	FILTRO DE AR	122	1,000	54,0000	54,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	FILTRO DE AR	124	1,000	54,0000	54,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	IMPULSOR	124	1,000	95,0000	95,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	JUNTA CABECOTE	124	4,000	24,0000	96,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 5/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	JUNTA CARTER	122	1,000	18,0000	18,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	KIT EMBREAGEM	122	1,000	980,0000	980,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MANGUEIRA	122	1,000	80,0000	80,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MÃO DE OBRA C/ APLICAÇÃO DE PEÇAS	122	1,000	600,0000	600,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MÃO DE OBRA C/ APLICAÇÃO DE PEÇAS	124	1,000	500,0000	500,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MOLA MESTRE DIANTEIRA	124	1,000	264,1800	264,18
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MOLA MESTRE DIANTEIRA	124	1,000	365,0000	365,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	MOTOR LIMPADOR	122	1,000	315,0000	315,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	ROLAMENTO CARDAN	122	1,000	120,0000	120,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	SILENCIOSO ESCAPE	122	1,000	125,0000	125,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	VISCOSA HELICE	124	1,000	288,0000	288,00
VOLKAN MECANICA DIESEL LTDA	VOLANTE DO MOTOR	122	1,000	680,0000	680,00
Total Geral do Mês ---->					100.041,84

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR****COMPRAS MES DE ABRIL 2011 CULTURA**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	70	1,000	247,9100	247,91
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA	70	1,000	199,5000	199,50
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	70	1,000	128,6100	128,61
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	70	1,000	80,2400	80,24
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	71	3,000	759,0000	2.277,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS S/CASCO	69	2,000	8,0000	16,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COPO 200ML COM 48 UNID.	69	1,000	15,0000	15,00
Total Geral do Mês ---->					2.964,26

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

COMPRAS MES DE ABRIL 2011 FUNDEMA

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ALÇA PRE-FORMADA P/CABO MULTIPLEXADO 10MM	157	3,000	1,5000	4,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ARMAÇAO 1X1 GF LEVE (1/8")	157	3,000	7,3600	22,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ARMAÇAO 2E 4,8MM 14X350MM	157	4,000	28,6300	114,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ARRUELA QUADRADA 3X28X18MM	157	10,000	0,6500	6,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO FLEXIVEL MULTIP 0,6/1KV 2X2,5MM	157	10,000	2,2300	22,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO DUPLEX XLPE 1X1X10 + 10MM	157	120,000	1,5600	187,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CONECTOR AMPACTINHO TIPO 3	157	4,000	3,0500	12,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CONECTOR SPLIT BOLT 16MM	157	4,000	3,2500	13,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ISOLADOR PORCELANA 72X72	157	11,000	2,7100	29,81
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA	157	1,000	1.518,0000	1.518,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MATERIAL DE MANUTENÇÃO - DIVERSOS	157	1,000	69,0000	69,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PARAFUSO FRANCES M16X150MM C/ PORCA	157	5,000	6,0400	30,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PARAFUSO MAQ M16X200MM C/ PORCA	157	4,000	6,7900	27,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 8/100 DAN	157	4,000	329,4200	1.317,68
AGROPECUARIA TUPÃ LTDA	Vacina viroses importada	161	44,000	39,0000	1.716,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/	DECTOMAX 50 ML	162	25,000	19,4000	485,00
AGROPECUARIA EICHELE LTDA - ME	ANTIHELMINTICO ATE 10KG	163	30,000	4,4000	132,00
AGROPECUARIA EICHELE LTDA - ME	ENROFLOXACINO 2,5% INJETAVEL 10 ML	163	8,000	6,0000	48,00
AGROPECUARIA EICHELE LTDA - ME	ENROFLOXACINO COMP. 150 MG	163	20,000	18,0000	360,00
AGROPECUARIA EICHELE LTDA - ME	MELOXICAM COMP. 2MG	163	10,000	26,0000	260,00
ANDRE LUIZ BERARDI - ME	GAZEBO 3X3	165	1,000	133,0000	133,00
ANDRE LUIZ BERARDI - ME	PAREDE P/ GAZEBO C/S JANELA	165	3,000	30,0000	90,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DE ESPAÇO FISICO	178	1,000	238,1700	238,17
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA	178	1,000	159,5000	159,50
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	178	1,000	149,8000	149,80
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	178	1,000	160,5800	160,58
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	CARRETEL COM FIO QUADRADO PARA ROÇADEIRA COSTAL MODELO220	180	20,000	45,0000	900,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	LUVA LATEX TAMANHO M COM 100 UN	180	1,000	500,0000	500,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	ÓLEO DE 2 TEMPOS PARA MOTOR A GASOLINA COM FRASCO DE 500 ML	180	100,000	13,0000	1.300,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	ROÇADEIRA	166	195,000	1,0000	195,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	AREIA FILTR CLASSIF. GRANUL. 0,5 A 0,9 MM	170	8,000	18,0000	144,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	Areia para filtro TE 0,50 mm CU 1,50 mm	155	3,380	480,0000	1.622,40
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	CAMADA TORPEDO CLASSIF. TAM 1/8" A PEN 10	170	2,000	18,0000	36,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	Camada torpedo classificação tamanho 1/8" A pen 10	155	2,030	480,0000	974,40
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	Carvão antracitoso TE 1,00 mm CU: 1,5 mm	155	7,420	1.900,0000	14.098,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	seixo rolado 1/2 a 1/4"	155	0,680	530,0000	360,40
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	Seixo rolado 1/4 a 1/8"	155	1,350	500,0000	675,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	Seixo rolado 3/40a 1/2"	155	0,680	540,0000	367,20
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	SEIXO ROLADO LAV. CLASSIF. TAM. 1/2" A 1/4"	170	1,000	18,0000	18,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	SEIXO ROLADO LAV. CLASSIF. TAM. 1/4" A 1/8"	170	1,000	18,0000	18,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	SEIXO ROLADO LAV. CLASSIF. TAM. 3/4" A 1/2"	170	1,000	18,0000	18,00
CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	SEIXO ROLADO LAV. CLASSIF. TAM. 3/4" A 11/2"	170	2,000	18,0000	36,00
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	CONFECÇÃO DE BANNER	159	1,000	70,0000	70,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmiteix, número 09	175	48,000	7,4000	355,20
DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Caixa de proteção da unidade de medição de consumo de água	154	40,000	50,4000	2.016,00
EMERSON LUIZ VEZOLI E CIA LTDA - ME (LAKSHMI)	FOTOCOPIA COLORIDA	167	3,000	1,7500	5,25

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EMERSON LUIZ VEZOLI E CIA LTDA - ME (LAKSHMI)	FOTOCOPIA COLORIDA	167	3,000	2,5000	7,50
EMERSON LUIZ VEZOLI E CIA LTDA - ME (LAKSHMI)	FOTOCOPIA NORMAL	167	12,000	7,0000	84,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE LETRA EM PVC	168	1,000	40,0000	40,00
FABIO LUZ AMORIM & CIA LTDA - EPP	ENROFLOXACINO COMP. 50MG	164	6,000	11,5000	69,00
FABIO LUZ AMORIM & CIA LTDA - EPP	PERMETRINA 250 ML SPRAY	164	2,000	67,5000	135,00
FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA -	ANEL 80X50 COM FUNDO	169	1,000	75,0000	75,00
FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA -	ANEL 80X50 DE CONCRETO	169	3,000	50,0000	150,00
FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA -	CACHAMBU P/ FONTE DE AGUA	169	2,000	30,0000	60,00
FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA -	CACHAMBU P/ FONTE 30CM	169	2,000	45,0000	90,00
FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA -	TAMPA 80X80 REDONDA DE CONCRETO	169	2,000	30,0000	60,00
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	PUBLICAÇÃO EM JORNAL	181	2,000	800,0000	1.600,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	Moto bomba para a estação de recalque de água tratada ERAT 5	156	2,000	11.200,0000	22.400,00
JOAO FRANCISCO DA ROCHA	Composto orgânico ensacado em sacos de rafia padronizado.	174	30,000	435,0000	13.050,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	GAVETEIRO FIXO 3 GAVETAS COM CHAVE MDF	176	1,000	145,0000	145,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	MESA 150X67 25MM	176	1,000	374,0000	374,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	MESA DE 0,90 X 67 EM POST FORMING 25mm	176	1,000	280,0000	280,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	Suporte cpu post form azul 25mm	176	1,000	80,0000	80,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	TECLADO RETRÁTIL	176	1,000	83,0000	83,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	ampliação e operação do aterro sanitário do Município pelo p	152	989,800	69,9000	69.187,02
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO IND	150	1,000	34.990,0000	34.990,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS	151	1,000	71.590,0000	71.590,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVICO DE MONITORAMENTO ELETRONICO 24 HORAS	171	8,000	240,0000	1.920,00
PLS DO BRASIL COM. DE MAT. P/ PINTURA LTDA - M	Roçada de terrenos	177	51.666,667	0,3000	15.500,00
PLS DO BRASIL COM. DE MAT. P/ PINTURA LTDA - M	Roçada de terrenos com trator	172	300,000	73,5000	22.050,00
PLS DO BRASIL COM. DE MAT. P/ PINTURA LTDA - M	Roçada e limpeza de terrenos	172	5.500,000	0,4000	2.200,00
PLS DO BRASIL COM. DE MAT. P/ PINTURA LTDA - M	Roçada e limpeza de terrenos	177	45.000,000	0,4000	18.000,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CAMARA DE AR ARO 16	173	4,000	59,0000	236,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Km rodado para prestação de socorro no Município	173	70,000	1,1000	77,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	MONTAGEM PNEU 750 X 16	173	3,000	11,0000	33,00
ROSELI TEREZINHA SIMÃO CARNEIRO	CINTO PARA ROÇADEIRA	179	5,000	33,8000	169,00
ROSELI TEREZINHA SIMÃO CARNEIRO	FACA PARA ROÇADEIRA COSTAL MODELO 220	179	10,000	27,3000	273,00
ROSELI TEREZINHA SIMÃO CARNEIRO	ROÇADEIRA COSTAL, CILINDRADA 35,2 CM3, 7,7 KG, 1,85 METROS	179	1,000	880,0000	880,00
ROSELI TEREZINHA SIMÃO CARNEIRO	ROLO DE FIO QUADRADO 3,0 MM COM 300 METROS, PARA CARRETEL	179	6,000	120,0000	720,00
ROSELI TEREZINHA SIMÃO CARNEIRO	SOPRADOR COMPLETO COM TUBO DE SOPRO E KIT DE ASPIRAÇÃO	179	1,000	780,0000	780,00
SLX IND. E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTC	Tubo de concreto com 40 (quarenta) cm de diâmetro	153	100,000	26,0000	2.600,00
Total Geral do Mês ---->					311.002,57

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR**

Página: 1/1

COMPRAS MES DE ABRIL 2011 HABITAÇÃORelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADRIANA BOMBASSARO - ME	ARRANJO DE FLOR	39	1,000	75,0000	75,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA		1,000	152,6400	152,64
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS		1,000	76,3200	76,32
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOOURARIA		1,000	66,6200	66,62
BORTOLI, ARGENTA & CIA. LTDA	ALCOOL	37	82,469	1,8700	154,22
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENADC	BOLINHA PRATA	40	3,000	2,0000	6,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	IMPRESSORA COPIADORA MULTIFUNCIONAL	42	1,000	1.299,0000	1.299,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL VERGE BRANCO	38	3,000	8,1000	24,30
Total Geral do Mês ---->					1.854,10

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.693 de 03 de Maio de 2011

LEI Nº 3.693 DE 03 DE MAIO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
2.128 - Convenio com Sindicato Rural de Campo Alegre
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
335041.00.136 - Contribuições R\$ 6.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
4.011 - Contribuição a ACOB - Associação de Combate aos Borrachudos
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
335041.00.136 - Contribuições R\$ 6.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.694 de 03 de Maio de 2011

LEI Nº 3.694 DE 03 DE MAIO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.20.602.0079.2.128 - Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Distrito de Fragosos, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidenta LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, s/nº, localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente á nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

2 - Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

3 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

4 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

5 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

6 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

7 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

8 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

9 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

10 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

11 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

12 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

13 - Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais - através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI / SENAR);

14 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

15 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

16 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses com efeitos retroativos à 1º de março de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira e segunda parcela no mês de abril de 2011, as demais parcelas nos meses subsequentes, perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.2.128 - Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF/MF nº

NOME:
CPF/MF nº

Lei Nº 3.695 de 03 de Maio de 2011

LEI Nº 3.695 DE 03 DE MAIO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 1.638,00 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.012 - Divulgação do Município e Rotas Turísticas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
337100.00.136 - Transferências a Consórcios Públicos
337139.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 1.638,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.012 - Divulgação do Município e Rotas Turísticas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 1.638,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.696 de 03 de Maio de 2011

LEI Nº 3.696 DE 03 DE MAIO DE 2011

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa

Catarina, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o seguinte bem móvel: 01 veículo Pick-up L 200 Marca MITSUBISHI, modelo SAVANA, tipo Esp/Caminhonete/AB/C. Dupla, combustível DIESEL, ano de fabricação/modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 93XVKNK74OBCB76536, Placas MIS-4341, tipo Auto Transporte Material (ATM), com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido através dos Recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC, incorporado ao Patrimônio Público do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O veículo de que trata esta Lei destina-se a execução dos serviços de Bombeiros Militar no Município de Campo Alegre/SC, através do 1º Grupamento Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Campo Alegre/SC.

§ 2º - O referido veículo descrito no caput do Art. 1º desta Lei está incorporado ao patrimônio público do Município de Campo Alegre/SC, sob o nº 26155.

Art. 2º - Os demais procedimentos, normas e encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão definidos através do Termo de Cessão de Uso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2011

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Campo Alegre-SC e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.749/0001-77, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vilmar Grosskopf, portador da Carteira de Identidade nº 2R543185 SSP/SC, CPF/MF nº 019.658.839-15, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro - Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Cel. BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF/MF nº 353.078.469-91, amparados pela Lei Municipal nº 3.696 de 03 de maio de 2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o seguinte bem móvel adquirido

com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC: 01 veículo Pick-up L 200 Marca MITSUBISHI, modelo SAVANA, tipo Esp/Caminhonete/AB/C. Dupla, combustível DIESEL, ano de fabricação/modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 93XVKNK74OBCB76536, placa MIS 4341, tipo Auto Transporte Material (ATM), com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de Bombeiros Militar no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2011 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC - Fonte de Recursos 0757, Ação 2717, Itens Orçamentários 3.3.90.30.00 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.00 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.00 (material para manutenção de veículos), 3.3.90.39.00 (seguros em geral e taxas).

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar o presente Termo de Cessão de Uso nº 002/2011 o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto deste Termo de Cessão de Uso será utilizado exclusivamente na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao Município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, de maio de 2011
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC.

Coronel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar de Santa Catarina

Testemunhas:
ANTÔNIO Z. C. VILMIZ.
Função: 3º SGT CMT DO 1º GBM
CPF/MF nº 654.659.549-49

JOSÉ LUIS SILVA
Função: Assessor de Gabinete
CPF/MF nº 304.385.869-72

Decreto Nº 6.523 de 03 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.523 DE 03 DE MAIO DE 2011
INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DO VIII FESTIVAL DE INVERNO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º) Fica instituída a Comissão Organizadora do VIII FESTIVAL DE INVERNO, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento, que se realizará de 04 á 10 de julho de 2011, no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Para integrar a Comissão, ficam nomeadas referida no Artigo 1º deste Decreto, as pessoas abaixo relacionadas:

Angela Aparecida Reckziegel Hübner;
Artur Fernando Bastos;
Auriene Roepke;
Clodoaldo da Rosa;
Elaine Cristina Munhoz;
Gilson Omar Brunnquell;
Joceli de Souza;
José Luis Silva;
Maria de Lourdes Lachovski Padilha;
Maria Maurene Ottvagen May;
Marília Crispi de Moraes;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte;
Odenilson Contrat Ehlke;
Pedro Fagundes dos Santos Junior;
Rodrigo Cubas;
Rosana Emília Greipel;
Samille Kesting;
Sérgio da Costa
Sirley Dranka de Souza Freitas.

Art.3º) O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos municipais, sendo considerado de relevantes os serviços prestados ao Município.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.524 de 03 de Maio de 2011

DECRETO Nº 6.524 DE 03 DE MAIO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.693 de 03 de maio de 2011; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
2.128 - Convenio com Sindicato Rural de Campo Alegre
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

335041.00.136 - Contribuições R\$ 6.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
4.011 - Contribuição a ACOB - Associação de Combate aos Borrachudos
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
335041.00.136 - Contribuições R\$ 6.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.525 de 03 de Maio de 2011

DECRETO Nº 6.525 DE 03 DE MAIO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a lei Municipal nº 3.695 de 03 de maio de 2011; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 1.638,00 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.012 - Divulgação do Município e Rotas Turísticas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
337100.00.136 - Transferências a Consórcios Públicos
337139.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 1.638,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.012 - Divulgação do Município e Rotas Turísticas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 1.638,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.526 de 03 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.526 DE 03 DE MAIO DE 2011
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; DECRETA:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor - HERON ÉBER STRADIOTO, Matrícula Funcional nº 000444, Registro no Sistema Sob o nº 954383, declarando vacância no cargo de Odontólogo, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de maio de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de maio de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão 27/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18/05/2011 às 16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NOS MUNICÍPIOS DE ÁGUA DOCE, CONCÓRDIA E SÃO JOSÉ DO CERRITO, CONFORME

PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 05 de maio de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria 018/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834

89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

PORTARIA SAMAE CNO 018/2011, DE 02 de Maio de 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Designar o Servidor ALTAMIR BOFF, Operador de ETA, Padrão 6.2.L, para responder pela função de Chefe de Operação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, a partir desta data.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do Edital de Concorrência Pública n.º 03/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 65/2011

ALTERAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, torna público que o edital acima foi alterado, sendo modificado o objeto, que passa a vigorar com a seguinte redação: **INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA, A SER IMPLANTADA PELA LICITANTE VENCEDORA, EM ÁREA A SER DOADA PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.** Diante disto a data de entrega e abertura dos envelopes foi transferida para o dia 07 de junho de 2011, sendo a entrega até às 14h00min e abertura às 14h15min do mesmo dia. Informações (47) 3621 7705. Cópia do edital alterado no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato FMS Nº 0043/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0043/2011

Carta Convite nº 0025/2011 (processo licitatório nº 0037/2011).

Objeto: Aquisição de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ITAMAR CARDOZO MOREIRA ME.

Valor global contratado: R\$ 8.900,00 (oito mil, novecentos reais).

Vigência: de 26 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 26 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0044/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0044/2011

Carta Convite nº 0025/2011 (processo licitatório nº 0037/2011).

Objeto: Aquisição de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): LAVAÇÃO DE VEÍCULOS CATANDUVAS LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais).

Vigência: de 26 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 26 de abril de 2011

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0097/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0097/2011

Carta Convite nº 0025/2011 (processo licitatório nº 0037/2011).

Objeto: Aquisição de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): LAVAÇÃO DE VEÍCULOS CATANDUVAS LTDA ME.

Valor contratado: R\$ 26.350,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta reais) - Secretaria de Infraestrutura, R\$ 324,00 (trezentos e vinte quatro reais) - Secretaria de Administração, e R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Vigência: de 26 de abril de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 26 de abril de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº 027/2011**

PORTARIA PL/027/2011, de 09 de fevereiro de 2011.

"Homologa resultado final de Sindicância e dá outras providências"

MARCIO JUCELIO DE LUCCA, Presidente da Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a lei e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a decisão do Presidente da Câmara de Vereadores em relação à Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº PL/023/2010, de 09 de julho de 2010, que determinou à Empresa Jornalística Folha da Semana Ltda a devolução dos valores recebidos a título de divulgação de Edital de Concurso Público.

Art. 2º. A Sindicância Administrativa nº 001/2010 fica definitivamente encerrada e os autos ficam arquivados na Câmara Municipal na forma de estilo.

Art. 3º. A Empresa Jornalística Folha da Semana Ltda deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias o recolhimento do valor aos cofres do Município de Catanduvas/SC

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas - SC, 09 de fevereiro de 2011.

MÁRCIO JUCELIO DE LUCCA

Presidente da Câmara

Registrada e publicada em Secretaria em 09 de fevereiro de 2011

MARCIO JUCELIO DE LUCCA

Presidente da Câmara

Chapadão do Lageado**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto N. 18/2011, de 04.05.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 18/2011

"HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº. 02/2011 DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução abaixo descrita, do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado:

I - Resolução nº 02/2011, de 03.05.2011 que "AUTORIZA CERTIFICAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de maio de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 246/2011 de 03.05.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 246/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, por Tempo de Serviço prestado ao município, a Servidora Pública ELAINE DA SILVEIRA DA SILVA, matriculada sob nº 2293/01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de maio de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 247/2011 de 03.05.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 247/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Público GERALDO SCHNEIDER, matriculado sob nº 1248/03, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de maio de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 248/2011 de 03.05.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 248/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível IV, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Público OSMAR ABREU, matriculado sob nº 2075/01, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de maio de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 249/2011 de 04.05.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 249/2011

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei Complementar 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Maternidade a CLAUDIRENE FERREIRA, funcionária desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo 40 horas, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 02.05.11 a 29.08.11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.05.11.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de maio de 2011

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 724 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 25.04.2011, p.38, onde se lê:
Decreto n. 16/2011

leia-se:

Decreto n. 17/2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL**Adendo 1 ao Pregão Eletrônico Nº 6/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 1 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2011 - PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de recauchutagem, vulcanização, conserto e recapagem de pneus dos caminhões e máquinas da frota do município em conformidade com as especificações constantes no Anexo "A" do Edital, passou por alterações. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços, e a documentação de habilitação fica alterado para 20 de maio de 2011, até as 08h15min, e a abertura da licitação, no dia 20 de maio de 2011 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2160

Concórdia, SC, 03 de maio de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Convênio Nº 50/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 50/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e ASSOCIAÇÃO DE MULHERES BEM VIVER, inscrita no CNPJ sob nº 10.524.209/0001-08, representada pela sua Presidenta, senhora ELOIDE MARGE PERUZZO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Km 111 e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 51/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 51/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,



inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o GRUPO DE VETERANOS VIDA E AMOR, inscrito no CNPJ sob nº 80.630.924/0001-00, representado pela sua Presidenta, senhora CLECI COLDEBELLA.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 52/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 52/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a LINHA PRUCIANO ESPORTE CLUBE, inscrita no CNPJ sob nº 10.835.447/0001-34, representada pelo seu Presidente, senhor JAIR GARCIA DE AZEVEDO.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação técnica, no sentido de possibilitar terraplenagem do terreno onde será edificado o campo de futebol da comunidade.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 53/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 53/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o ESPORTE CLUBE ITAMARATI, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.625/0001-50, representado pelo seu Presidente, senhor FERNANDO DILDA.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três de Outubro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 54/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 54/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SÃO GERALDO, inscrita no CNPJ sob nº 07.086.898/0001-01, representada pelo seu Presidente, senhor ADEMIR NESPOLO.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Geraldo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais,

esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 55/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 55/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES PRINCESA DE VARGEM BONITA, inscrito no CNPJ sob nº 02.702.977/0001-86, representado pela sua Presidenta, senhora MARLETE LÚCIA RONCAGLIO ZANCHETT.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Vargem Bonita e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 56/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 56/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VISTA ALEGRE, inscrita no CNPJ sob nº 80.627.367/0001-79, representada pelo seu Presidente, senhor DOMINGOS ANTONIO DANELUZ.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Vista Alegre e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: 14.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 57/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 57/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o ESPORTE CLUBE PALMEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 00.353.916/0001-25, representado pelo seu Presidente, senhor JAIME MASSON.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha de Carli e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 4.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 19 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 58/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 58/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA SARACURA E 1º DE SETEMBRO, inscrita no CNPJ sob nº 01.578.139/0001-80, representada pelo seu Presidente, senhor MOACIR RISSO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linhas Saracura e 1º de Setembro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 59/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 59/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BAIRRO JARDIM, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.240/0001-55, representada pelo seu Presidente, senhor GENTIL MIOTTO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Jardim e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 19.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 60/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 60/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA JACOB BIEZUS, inscrita no CNPJ sob nº 00.791.250/0001-97, representada pelo seu Presidente, senhor VALDEMAR PIVA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da Vila Jacob Biezus e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 11.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 61/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 61/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,

inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PRIMAVERA, inscrita no CNPJ sob nº 72.446.495/0001-98, representada pela sua Presidenta, senhora CÁTIA REGINA JULIAN.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 14.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 26 de abril de 2011.

Extrato do Convênio Nº 49/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 49/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO LUIZ, inscrita no CNPJ sob nº 01.347.479/0001-08, representado pelo seu Presidente, senhor CÁSSIO PAULO VENDRUSCOLO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Luiz e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 14.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 6 de abril de 2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Republica Extrato 013/2011 FMS

Extrato Nº: 013/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA - ME

Valor: 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Vigência: Início: 04/04/2011 Término: 31/12/2011

Recursos: Dotação:

Objeto : A LOCADORA obriga-se a prestar serviços de locação de 02 (dois) equipamentos reprográficos - Multifuncional Samsung, modelos SCX 4623 e SCX 4521, com funções de cópia, impressão, fax e scanner.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e Daine Hack Piovezan

Cordilheira Alta, 29 de abril de 2011.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 081, de 25 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 081, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE CONVENIO COM A UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de convênios com a União para aquisição de equipamentos e de uma camioneta para o Moinho Colonial, de acordo com o Contrato de Repasse CEF nº. 033767705/2010, na fonte 01.24.000000 no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

(A) Orçados 2011	(B) Valor do Convênio	(A-B) Provável Excesso
0,00	138.000,00	138.000,00

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) será utilizado na seguinte programação de despesa:

06.01 SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE
20.601.0038.1.039 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS

Categoria Descrição Fonte Valor

4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 01.24.000000 138.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 25 de abril de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 082, de 02 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 082, DE 02 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA VICE-Prefeito Municipal E CHEFE DE GABINETE COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, o Vice-Prefeito Municipal, Senhor Pedro Kielb, e o Chefe de Gabinete, Senhor Lucas Cuchi, como Ordenadores Primários das Despesas e demais atos financeiros e administrativos do Município de Coronel Martins SC, a partir do dia 04 a 12 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 02 de maio de 2011

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Edital Nº. 006, de 03 de Maio de 2011.

EDITAL Nº. 006, DE 03 DE MAIO DE 2011.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Edital de Teste Seletivo nº. 011, de 17 de novembro de 2010.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca o candidato aprovado para assumir a vaga, conforme teste seletivo referente ao Edital nº. 011, de 17 de novembro de 2010.e Decreto nº. 196, de 23 de dezembro de 2010, nos seguintes termos:

2 - Fica convocado o seguinte candidato, em seu respectivo cargo, para comparecer na Escola Municipal Monteiro Lobato, Rua Glória, nº 07, Coronel Martins - SC, no dia 05 de maio de 2011, as 08h30 min., para assumir sua vaga a partir de 05 de maio de 2011:

Professor de Educação Física

SANDRO LUIZ DE FREITAS

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Edital nº. 011, de 17 de novembro de 2010.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 03 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 66/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de material de limpeza para uso na oficina mecânica e lavação da Secretaria de Transporte e Obras, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 18/05/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:30 horas do dia 18/05/2011, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 29 de Abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 033, de 25 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 033, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 1º Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 3º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se subordinará operacionalmente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças e se vinculará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças que tem a responsabilidade de cumprir as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no que se refere à liberação ou aplicação dos recursos do Fundo, em conformidade com o Plano Municipal de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção I

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ações anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo, por intermédio de balancetes mensais, relatório financeiro e o balanço anual do Fundo, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo.

XI - elaborar e encaminhar à Prefeitura Municipal de Forquilha, anualmente, até o dia 31 de agosto, a proposta orçamentária do Fundo para o exercício seguinte.

Seção II

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 6º São atribuições do Secretário Municipal de Administração e Finanças:

I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo;

II - zelar pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;

III - executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo;

IV - elaborar e fazer encaminhar aos órgãos competentes as prestações de contas relativas a recursos recebidos da União, Estado e Município, através de subvenções, auxílios, convênios e outros, observadas as normas estabelecidas por cada órgão liberador do recurso e a legislação pertinente;

V - elaborar e fazer encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e à Prefeitura Municipal de Forquilha, na forma e prazos regulamentares, os balancetes mensais e o balanço anual relativo as

atividades do Fundo;

VI - apresentar, trimestralmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), ou sempre que por esse solicitado, as origens e aplicações dos recursos captados pelo Fundo; e

Seção III

Do Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 7º São atribuições do Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras:

I - representar o Fundo nas assinaturas de convênios e termos de compromisso com órgão e entidades, referentes a assuntos relacionados com os objetivos do Fundo em questão;

II - prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do Fundo;

III - responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;

IV - autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias e financeiras e em conformidade com o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo;

V - movimentar as contas bancárias do Fundo, em conjunto com o Prefeito Municipal.

VI - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo;

VIII - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo;

IX - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

X - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de fevereiro, em relação ao ano calendário anterior;

XI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de fevereiro a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

XII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, através de balancetes e relatórios de gestão;

XIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

XIV - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal. Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

CAPÍTULO III

DAS FONTES DE RECEITAS E NORMAS PARA AS CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Das Fontes de Receitas

Art. 8º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Seção II

Normas para as Contribuições ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 9º A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

§ 1º Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§ 2º As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 10. Deve ser facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cancelar projetos mediante edital específico.

§ 1º Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as condições dispostas no art. 9º deste Decreto.

§ 2º A captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§ 3º Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 5º Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§ 6º A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 11. O nome do doador ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Art. 12. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 13. Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos captado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 14. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 15. O financiamento de projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 16. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

CAPÍTULO V DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 17. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais estão sujeitos à prestação de contas de gestão ao órgão de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 18. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação dos mesmos;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 19. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

CAPÍTULO VI PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20. O Fundo está sujeito à prestação de contas de sua gestão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas, bem como ao Estado e à União, quanto aos recursos por estes transferidos ao Fundo Municipal, conforme a legislação pertinente.

Art. 21. As entidades de direito público ou privado que receberem recursos transferidos do Fundo a título de subvenções, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos segundo os fins a que se destinam, sob pena de devolução dos recursos recebidos, suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art. 22. A prestação de contas de convênios, subvenções e auxílios sociais compor-se-á de:

I - ofício de encaminhamento da prestação de contas;

II - plano de aplicação a que se destinou o recurso;

III - cópia de convênio e respectivo termo aditivo (quando houver);

IV - cópia da lei autorizativa;

V - extrato bancário;

VI - quadro demonstrativo das despesas efetuadas;

VII - documentos fiscais originais de compras ou prestações de serviços;

VIII - aviso de crédito bancário ou depósito de devolução de saldo não utilizado;

IX - parecer técnico e laudo do engenheiro responsável, caso o objeto do convênio seja a realização de obras ou serviços de engenharia.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 24. O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 09/FMA/2011.

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com equipamentos rodoviários de forma parcelada, para serviços de escavação e terraplanagem no Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2011.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de maio de 2011 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 03 de maio de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF Nº. 69/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 69/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - UNITÁ VEÍCULOS LTDA

DO OBJETO - aquisição de 02 (dois) veículos novos Fiat Estrada Fire, para 02 (dois) passageiros, motor bi combustível, com potência de 80 CV, motor 1.4, para atendimento a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA - 380 (trezentos e oitenta) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 0703.1027.4490 (115)

FUNDAMENTO LEGAL - Leis 8.666/93 e 10.520 Pregão Presencial nº. 50/PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 13 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 70/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 70/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME
OBJETO - aquisição de materiais esportivos e educativos, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME, durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 8.863,00 (oito mil trezentos oitocentos e sessenta e três reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 53/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 71/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 71/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA ME

OBJETO - aquisição de materiais esportivos e educativos, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME, durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 62.382,50 (sessenta e dois mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA - 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 53/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 23/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 23/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 111/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO - Contratação de empresa para a execução da adaptação de ambientes com área de 400 m² e ampliação de 277,60 m² no Centro Comunitário do Bairro Saturno, na Rua dos Manacás, Bairro Saturno, Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 111/PMF/2010 de 20/04/2011 para 20/05/2011 bem como a vigência do contrato para 20/08/2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Resolução CMDCA Nº 001/2011

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2011

Aprova a publicação do I Edital do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha para captação de recursos ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA de Forquilha

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Forquilha, no uso das atribuições que

lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 23 de outubro de 2009, Decreto Municipal nº 033, de 25 de abril de 2011 e Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010,

RESOLVE:

Aprovar em reunião realizada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 29 de março de dois mil e onze, a publicação do I Edital do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha para captação de recursos ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA de Forquilha.

O referido edital está em anexo, a esta resolução.

Forquilha/SC, 25 de abril de 2011.

MARIA ZOLEIDE BACK

Presidente do CMDCA

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 001/2011

I EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS AO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Forquilha, torna público o lançamento do presente edital e convoca as entidades inscritas neste Conselho para a apresentação de propostas nos termos e condições estabelecidas neste edital.

Art. 1º O presente edital tem por objetivo a análise e a aprovação de projetos a serem financiados na forma de captação de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º De acordo com a Resolução CMDCA/001/2011, as entidades devem apresentar seus projetos para análise, apreciação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, antes da realização de qualquer atividade ligada à captação de recursos, utilizando a modalidade de Imposto de Renda de pessoa física ou jurídica.

Art. 3º A captação de recursos financeiros será realizada pela entidade proponente que deverá ter registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha.

Art. 4º Para habilitação é indispensável apresentação de projeto incluindo:

I - Justificativa

II - Objetivos;

III - Área de Atuação;

IV - Metodologias e procedimentos;

V - Cronograma de execução;

VI - Orçamento;

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Forquilha apreciará os projetos submetidos e deliberará pela aprovação.

Art. 5º Os projetos aprovados estarão habilitados a receber Carta de Captação de Recursos.

Art. 6º Os recursos captados serão depositados pelo contribuinte diretamente na Conta Bancária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA do Município de Forquilha, devendo o depositante comunicar o Conselho mediante a apresentação de cópia do comprovante de depósito bancário.

Art. 7º Da comprovação do depósito bancário o Conselho Municipal emitirá recibo ao doador.

Art. 8º Os projetos habilitados terão o prazo de doze meses para realizar a devida captação de recursos, a partir da data de

publicação da Resolução de aprovação do projeto.

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reserva-se ao direito de manter 20% dos recursos captados para aplicar de acordo com as prioridades do FIA, conforme Plano Anual de Aplicação.

Art. 10. Os projetos apresentados deverão necessariamente ter vínculo com as linhas de ação na área de proteção, promoção, defesa e atendimento aos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir modificações nos projetos, em especial relativos ao orçamento, como critério para a aprovação dos mesmos.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente receberá projetos em fluxo contínuo deliberando sobre sua conveniência de acordo com o conjunto de prioridades do próprio Conselho Municipal.

Art. 13. As propostas devem ser entregues em três vias impressas, rubricadas e assinadas pelo representante legal da entidade proponente.

Parágrafo único. Não serão consideradas propostas encaminhadas via fax ou correio eletrônico.

Art. 14. O encaminhamento de projeto implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

Art. 15. A análise e julgamento dos projetos levarão em consideração:

I - Habilitação documental, comprovada por meio de registro da entidade no Conselho Municipal;

II - Consonância do projeto com a legislação que assegura os direitos de crianças e adolescentes em vigor;

III - Coerência entre justificativa e objetivos propostos no Projeto;

IV - Adequação dos projetos às prioridades de ação do Conselho Municipal;

V - Capacidade técnica e administrativa do proponente para executar o projeto;

VI - Detalhamento dos procedimentos metodológicos e adequação para o alcance dos objetivos propostos;

VII - Definição clara do público beneficiado;

VIII - Definição da equipe do projeto;

IX - Impacto social esperado;

X - Adequação do orçamento aos objetivos e metas.

Art. 16. O prazo máximo de execução dos projetos será de 12(doze) meses.

Parágrafo único. Os projetos poderão ser renovados por igual prazo, mediante aprovação expressa do Conselho Municipal.

Art. 17. O pedido de renovação da habilitação dos projetos deverá ser protocolado no Conselho Municipal, no mínimo, 90(noventa) dias antes do prazo final do cronograma de execução do projeto anteriormente aprovado.

Art. 18. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Forquilha/SC, 25 de abril de 2011.

MARIA ZOLEIDE BACK

Presidente do CMDCA

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1192/2011

PORTARIA N.º 1.192 DE 04 DE MAIO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 11 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOCELAINE FERREIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 050.080.499-09, na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 21 horas semanais, no período de 05 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1193/2011

PORTARIA N.º 1.193 DE 04 DE MAIO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 11 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que esta substituindo a professora FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 990.610.159-87, na função de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 05 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de maio de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do contrato ACT Nº 303/2011

CONTRATO N.º: 303/2011
PORTARIA N.º: 1.114/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO: ALUIR FERREIRA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 14 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE OPERACIONAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 304/2011

CONTRATO N.º: 304/2011
PORTARIA N.º: 1.113/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
CONTRATADO: ANDERSON THIBES DE MEIRA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 14 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE OPERACIONAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 305/2011

CONTRATO N.º: 305/2011
PORTARIA N.º: 1.098/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 11 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 335,57 (trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 306/2011

CONTRATO N.º: 306/2011
PORTARIA N.º: 1.130/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO: ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 19 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Extrato do contrato ACT Nº 307/2011

CONTRATO N.º: 307/2011
PORTARIA N.º: 0973/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO: EUNICE PEDROZO MASSAROLI
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2011 até 31 de dezembro de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Extrato do contrato ACT Nº 308/2011

CONTRATO N.º: 308/2011
PORTARIA N.º: 1.127/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: FRANCIELY GATTI
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 335,57 (trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 309/2011

CONTRATO N.º: 309/2011
PORTARIA N.º: 1.089/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: HERON GUILHERME BLEICHVEL
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 06 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 1.118,56 (um mil, cento e dezoito reais e cinquenta e seis centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 310/2011

CONTRATO N.º: 310/2011
PORTARIA N.º: 1.080/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: JANETE APARECIDA RAMOS MUNIZ
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 04 de abril de 2011 até 02 de maio de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 585,92 (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 311/2011

CONTRATO N.º: 311/2011
PORTARIA N.º: 1.119/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 312/2011

CONTRATO N.º: 312/2011
PORTARIA N.º: 1.099/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 11 de abril de 2011 até 01 de agosto de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 313/2011

CONTRATO N.º: 313/2011
PORTARIA N.º: 0984/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO: LUCIANO DOS SANTOS
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 1.278,36 (um mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 314/2011

CONTRATO N.º: 314/2011
PORTARIA N.º: 1.134/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: MAGALI DOS SANTOS ROCHA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 25 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 315/2011

CONTRATO N.º: 315/2011

PORTARIA N.º: 0983/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: MARILDE ANTUNES MOREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 1.278,36 (um mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 316/2011

CONTRATO N.º: 316/2011

PORTARIA N.º: 1.129/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 19 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Extrato do contrato ACT Nº 317/2011

CONTRATO N.º: 317/2011

PORTARIA N.º: 1.083/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 04 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 318/2011

CONTRATO N.º: 318/2011

PORTARIA N.º: 1.088/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: NEUZA RODRIGUES RICARDO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 06 de abril de 2011 até 02 de maio de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 319/2011

CONTRATO N.º: 319/2011

PORTARIA N.º: 1.081/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: NICELI GOMES SCOLARO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 04 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 320/2011

CONTRATO N.º: 320/2011

PORTARIA N.º: 1.121/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: NOELI DE ANGELICA RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 02 de maio de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 585,92 (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 321/2011

CONTRATO N.º: 321/2011

PORTARIA N.º: 1.100/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: NOELI TEREZINHA DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 11 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 585,92 (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 322/2011

CONTRATO N.º: 322/2011

PORTARIA N.º: 1.120/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO: ROSANGELA DORNELLES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 31 de julho de 2011

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:

SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 323/2011

CONTRATO N.º: 323/2011

PORTARIA N.º: 1.125/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO: ROSMARI DE SOUZA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Extrato do contrato ACT Nº 324/2011

CONTRATO N.º: 324/2011
PORTARIA N.º: 1.128/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: ROZELENE LOPES DA SILVA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 18 de abril de 2011 até 20 de maio de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 559,28 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 325/2011

CONTRATO N.º: 325/2011
PORTARIA N.º: 1.075/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONTRATADO: SEBASTIAO DE OLIVEIRA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2011 até 01 de julho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

Extrato do contrato ACT Nº 326/2011

CONTRATO N.º: 326/2011
PORTARIA N.º: 1.078/2011
CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATADO: SILVIA APARECIDA FERREIRA RIBEIRO
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 04 de abril de 2011 até 03 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Extrato do contrato ACT Nº 327/2011

CONTRATO N.º: 327/2011
PORTARIA N.º: 1.105/2011
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI
CONTRATADO: PEDRO PAULO DA SILVA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 13 de abril de 2011 a 30 de junho de 2011
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO AGENTE OPERACIONAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS:
SALÁRIO BASE: R\$ 660,49 (Seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos)

TA 0020/2011

TERMO ADITIVO Nº 0020, DE 24 DE MARÇO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0546/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/07/2010 a 31/03/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/04/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FRANCIELY MORAES PEREGO
Contratado

TA 0021/2011

TERMO ADITIVO Nº 0021, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0274/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/03/2011 a 08/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 29/04/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ALUIR FRANCISCO DE GOIS
Contratado

TA 0022/2011

TERMO ADITIVO Nº 0022, DE 01 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0219/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 01/03/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/04/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

JUCENI MELLO CAREGNATO

Contratado

TA 0023/2011

TERMO ADITIVO Nº 0023, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 0201/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/03/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/04/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

NOELI PRATES SILVEIRA

Contratado

TA 0024/2011

TERMO ADITIVO Nº 0024, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 025/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS

Contratado

TA 0025/2011

TERMO ADITIVO Nº 0025, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 241/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI

Contratado

TA 0026/2011

TERMO ADITIVO Nº 0026, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 237/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 06/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ALINE DE FREITAS

Contratado

TA 0027/2011

TERMO ADITIVO Nº 0027, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 050/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ALINE MAYARA DE MORAIS

Contratado

TA 0028/2011

TERMO ADITIVO Nº 0028, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 018/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI
Contratado

TA 0029/2011

TERMO ADITIVO Nº 0029, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 027/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA LUCIA DE SOUZA VARELA
Contratado

TA 0030/2011

TERMO ADITIVO Nº 0030, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 239/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 23/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANA SCHEILA BUYNO GOMES
Contratado

TA 0031/2011

TERMO ADITIVO Nº 0031, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 020/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDREIA APARECIDA COSTA DA ROSA
Contratado

TA 0032/2011

TERMO ADITIVO Nº 0032, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 016/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉIA GIRARDI
Contratado

TA 0033/2011

TERMO ADITIVO Nº 0033, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 093/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRESSA MATIAS
Contratado

TA 0034/2011

TERMO ADITIVO Nº 0034, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 066/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0035/2011

TERMO ADITIVO Nº 0035, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 054/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
Contratado

TA 0036/2011

TERMO ADITIVO Nº 0036, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 053/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTÔNIA FÁTIMA DE SOUZA FIGUEIREDO
Contratado

TA 0037/2011

TERMO ADITIVO Nº 0037, DE 28 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 275/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 09/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO LUIZ BLEICHVHL
Contratado

TA 0038/2011

TERMO ADITIVO Nº 0038, DE 28 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 276/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 09/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANTONIO NAZÁRIO
Contratado

TA 0039/2011

TERMO ADITIVO Nº 0039, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 021/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA
Contratado

TA 0040/2011

TERMO ADITIVO Nº 0040, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 212/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DEBORA PROENCIO DE SOUZA
Contratado

TA 0041/2011

TERMO ADITIVO Nº 0041, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 228/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2011 a 01/04/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

DEISI MARA PIRES DE LIMA
Contratado

TA 0042/2011

TERMO ADITIVO Nº 0042, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 222/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EDGAR DE ROSSI
Contratado

TA 0043/2011

TERMO ADITIVO Nº 0043, DE 15 DE ABRIL DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 223/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/02/2011 a 15/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 15 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EDSON MARTINS
Contratado

TA 0044/2011

TERMO ADITIVO Nº 0044, DE 04 DE ABRIL DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 04/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 04 de abril de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELEANE LUCIA VARELA BECHER
Contratado

TA 0045/2011

TERMO ADITIVO Nº 0045, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 034/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS
Contratado

TA 0046/2011

TERMO ADITIVO Nº 0046, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 188/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELISETTE CIRINO DE FREITAS PASSOS
Contratado

TA 0047/2011

TERMO ADITIVO Nº 0047, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 118/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

TA 0048/2011

TERMO ADITIVO Nº 0048, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 190/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

EVERALDO DE LORENZI
Contratado

TA 0049/2011

TERMO ADITIVO Nº 0049, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 246/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 11/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FABIANA DE FREITAS
Contratado

TA 0050/2011

TERMO ADITIVO Nº 0050, DE 25 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 260/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.
Fraiburgo, 25 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FABIANO DE JESUS
Contratado

TA 0051/2011

TERMO ADITIVO Nº 0051, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 019/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FATIMA PAULINO IESBIK
Contratado

TA 0052/2011

TERMO ADITIVO Nº 0052, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 194/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FERNANDA DE FREITAS SUBTIL
Contratado

TA 0053/2011

TERMO ADITIVO Nº 0053, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 023/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA
Contratado

TA 0054/2011

TERMO ADITIVO Nº 0054, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 261/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GILMAR PONIECINSKI
Contratado

TA 0055/2011

TERMO ADITIVO Nº 0055, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 041/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL
Contratado

TA 0056/2011

TERMO ADITIVO Nº 0056, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 031/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

HELENA CORRÊA MASSAROLI

Contratado

TA 0057/2011

TERMO ADITIVO Nº 0057, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 048/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES
Contratado

TA 0058/2011

TERMO ADITIVO Nº 0058, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 198/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 11/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/09/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IRACI PEREIRA DA CRUZ
Contratado

TA 0059/2011

TERMO ADITIVO Nº 0059, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 039/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JACIRA MENDES DOS SANTOS
Contratado

TA 0060/2011

TERMO ADITIVO Nº 0060, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 024/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANETE APARECIDA BORGES TIBES FELISBINO
Contratado

TA 0061/2011

TERMO ADITIVO Nº 0061, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 262/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/10/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JANETE ESQUINCA
Contratado

TA 0062/2011

TERMO ADITIVO Nº 0062, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 263/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOÃO MARIA DOS SANTOS
Contratado

TA 0063/2011

TERMO ADITIVO Nº 0063, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 291/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JOCELI PEREIRA
Contratado

TA 0064/2011

TERMO ADITIVO Nº 0064, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 219/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 23/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JUCENI MELLO CAREGNATO
Contratado

TA 0065/2011

TERMO ADITIVO Nº 0065, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 038/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JUCILENI MONTANARI
Contratado

TA 0066/2011

TERMO ADITIVO Nº 0066, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 015/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JURACI MARTINS VICENTE ANDRADE
Contratado

TA 0067/2011

TERMO ADITIVO Nº 0067, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 043/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA
Contratado

TA 0068/2011

TERMO ADITIVO Nº 0068, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 264/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEANDRO DE JESUS SILVA
Contratado

TA 0069/2011

TERMO ADITIVO Nº 0069, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 265/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEANDRO FOGAÇA DA ROCHA
Contratado

TA 0070/2011

TERMO ADITIVO Nº 0070, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 266/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LÉLIO BOTTCHE
Contratado

TA 0071/2011

TERMO ADITIVO Nº 0071, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LENIR APARECIDA BLASIUS
Contratado

TA 0072/2011

TERMO ADITIVO Nº 0072, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 017/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LEONILDA ANTUNES PEREIRA
Contratado

TA 0073/2011

TERMO ADITIVO Nº 0073, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 249/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUCI DOS SANTOS
Contratado

TA 0074/2011

TERMO ADITIVO Nº 0074, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 042/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA
Contratado

TA 0075/2011

TERMO ADITIVO Nº 0075, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 071/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MAGALI DOS SANTOS ROCHA
Contratado

TA 0076/2011

TERMO ADITIVO Nº 0076, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 014/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO
Contratado

TA 0077/2011

TERMO ADITIVO Nº 0077, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 035/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA BERNADETE CONTE GERLACH
Contratado

TA 0078/2011

TERMO ADITIVO Nº 0078, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 120/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 07/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 10/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA FÁTIMA DE OLIVEIRA CONTE
Contratado

TA 0079/2011

TERMO ADITIVO Nº 0079, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 116/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON
Contratado

TA 0080/2011

TERMO ADITIVO Nº 0080, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 128/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIA ROZENA DA CRUZ
Contratado

TA 0081/2011

TERMO ADITIVO Nº 0081, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA
Contratado

TA 0082/2011

TERMO ADITIVO Nº 0082, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 040/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARILENE COSTA
Contratado

TA 0083/2011

TERMO ADITIVO Nº 0083, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 205/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARILUCI LEITE DE ALMEIDA
Contratado

TA 0084/2011

TERMO ADITIVO Nº 0084, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 065/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARINES GOMES
Contratado

TA 0085/2011

TERMO ADITIVO Nº 0085, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 012/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARISTELA DAS GRAÇAS DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

TA 0086/2011

TERMO ADITIVO Nº 0086, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 022/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARIZA APARECIDA DE SOUZA CARVALHO
Contratado

TA 0087/2011

TERMO ADITIVO Nº 0087, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA
Contratado

TA 0088/2011

TERMO ADITIVO Nº 0088, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 069/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARLENE HAMMES
Contratado

TA 0089/2011

TERMO ADITIVO Nº 0089, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 281/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/03/2011 a 09/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MARLON STEVEN HOFFMANN DO PRADO
Contratado

TA 0090/2011

TERMO ADITIVO Nº 0090, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 028/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NATALINA MARIA COSMANN
Contratado

TA 0091/2011

TERMO ADITIVO Nº 0091, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 206/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NEIVA DÓRIS BARTEL
Contratado

TA 0092/2011

TERMO ADITIVO Nº 0092, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 051/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NEUSA BASSANI SILVA
Contratado

TA 0093/2011

TERMO ADITIVO Nº 0093, DE 25 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 267/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 25 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NICOLAU DE LARA
Contratado

TA 0094/2011

TERMO ADITIVO Nº 0094, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 047/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

NOELI PRATES SILVEIRA
Contratado

TA 0095/2011

TERMO ADITIVO Nº 0095, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 226/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

OLEDIR FERREIRA CORREA
Contratado

TA 0096/2011

TERMO ADITIVO Nº 0096, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 011/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

RITA PRATES RIBEIRO
Contratado

TA 0097/2011

TERMO ADITIVO Nº 0097, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 013/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSEMERI ALVES DA ROCHA
Contratado

TA 0098/2011

TERMO ADITIVO Nº 0098, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 254/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA
Contratado

TA 0099/2011

TERMO ADITIVO Nº 0099, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES
Contratado

TA 0100/2011

TERMO ADITIVO Nº 0100, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 010/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA
Contratado

TA 0101/2011

TERMO ADITIVO Nº 0101, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 068/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TACIANA BOGO
Contratado

TA 0102/2011

TERMO ADITIVO Nº 0102, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 033/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/01/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO
Contratado

TA 0103/2011

TERMO ADITIVO Nº 0103, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 200/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TATIANE PAZ DOS SANTOS
Contratado

TA 0104/2011

TERMO ADITIVO Nº 0104, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 203/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 02/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TERESINHA FORTES MELLO
Contratado

TA 0105/2011

TERMO ADITIVO Nº 0105, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 257/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TEREZINHA THIBES DE SOUZA
Contratado

TA 0106/2011

TERMO ADITIVO Nº 0106, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 273/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 05/05/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VANESSA DA CRUZ SURDI
Contratado

TA 0107/2011

TERMO ADITIVO Nº 0107, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 218/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 06/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA
Contratado

TA 0108/2011

TERMO ADITIVO Nº 0108, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 258/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/06/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA
Contratado

TA 0109/2011

TERMO ADITIVO Nº 0109, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 115/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ZENIR DA APARECIDA GODOI DE ALMEIDA DOS SANTOS
Contratado

TA 0110/2011

TERMO ADITIVO Nº 0110, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 259/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/03/2011 a 01/04/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/07/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais. Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES
Contratado

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
29/4/2011	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Infantil	10.812,00
29/4/2011	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Fundam.	24.510,00
29/4/2011	Ministério da Educação	PNAE - Pré Escolar	4.932,00
29/4/2011	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Jov.Adultos	294,00
29/4/2011	Transf. Estado	Transp. Escolar - Educ. Fundam.	17.278,00
29/4/2011	Transf. Estado	Transp. Escolar - Ensino Médio	16.507,00

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 234/2011

PORTARIA N.º 234, DE 28 DE MARÇO DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do

Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ROSANGELA LEMOS DELAMUTA, CPF n.º 344.782.489-15, do cargo de Professor com Licenciatura 20 horas, do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/03/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2010.
ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N.º 236/2011

PORTARIA N.º 236, DE 05 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora SUELEN MARIA DE SOUZA, Professora com Licenciatura 20 horas, Contrato n.º 057/2011, matrícula funcional n.º 3890, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/04/2010.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 238/2011

PORTARIA N.º 238, DE 05 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARCIO PEREIRA SEVERINO, CPF n.º 950.636.259-91, do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 04/04/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2011.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 239/2011

PORTARIA N.º 239, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUIZ BERNARDO, CPF n.º 578.595.749-34, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 04/04/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 240/2011

PORTARIA N.º 240, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARCIO PEREIRA SEVERINO, CPF n.º 950.636.259-91, para exercer as funções do cargo de DIRETOR OPERACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, a partir de 05/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 241/2011

PORTARIA N.º 241, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LUIZ BERNARDO, CPF n.º 578.595.749-34, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 05/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 242/2011

PORTARIA N.º 242, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, Técnico em Contabilidade, Matrícula n.º 0356, o valor de R\$ 435,03 (quatrocentos trinta cinco reais e três centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 001/2009, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 243/2011

PORTARIA N.º 243, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, Técnico em Contabilidade, Matrícula n.º 0356, o

valor de R\$ 446,10 (quatrocentos quarenta e seis reais e dez centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 483/2009, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 244/2011

PORTARIA N.º 244, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, CPF n.º 036.460.329-10, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR OPERACIONAL, da Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Garopaba,, em 04/04/ 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 04/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 245/2011

PORTARIA N.º 245, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º FAZ CESSAR, nos termos da Lei n.º 1000/2005, a designação para responder interinamente, pelo cargo de SUPERINTENDENTE, da Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Garopaba, do senhor WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, CPF n.º 036.460.329-10, em 04 de abril de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 246/2011

PORTARIA N.º 246, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ROSEMIRO FERREIRA JUNIOR, CPF n.º 032.250.419-80, do cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO E AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, da Secretaria de Desenvolvimento Social, em 04/04/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 247/2011

PORTARIA N.º 247, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ROSEMIRO FERREIRA JUNIOR, CPF n.º 032.250.419-80, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE BEM ESTAR ANIMAL, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 248/2011

PORTARIA N.º 248, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, DANIEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, CPF n.º 888.482.139-87, para exercer o cargo de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 249/2011

PORTARIA N.º 249, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MAURINA DE ABREU DA SILVA, matrícula funcional n.º 772, referente a 2006-2011, no período de 02/05/2011 à 30/06/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 250/2011

PORTARIA N.º 250, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NILSON LUIZ DA SILVA MELLO, Matrícula Funcional n.º 3230, no período de 04/04/2011 à 03/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 251/2011

PORTARIA N.º 251, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 0228/2011, do servidor VIRÍSSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, Matrícula Funcional n.º 0015.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 252/2011

PORTARIA N.º 252, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor BENHUR DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 3492, no período de 01/04/2011 à 30/04/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 253/2011

PORTARIA N.º 253, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GILMAR DOS SANTOS FERREIRA, CPF n.º 578.383.649-49, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 06/04/2011, nos termos do art. 27, § 5º, da Lei Orgânica Municipal, optando pela remuneração de Vereador Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Portaria N.º 254/2011

PORTARIA N.º 254, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 255/2011

PORTARIA N.º 255, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 0790, no período de 04/04/2011 à 03/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 256/2011

PORTARIA N.º 256, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, THIAGO QUATRIN TOSETTO, CPF n.º 820.102.000-63, DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO E OCUPAÇÃO, para responder interinamente e sem ônus, pelo cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 04/04/2011 à 03/05/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/04/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 257/2011

PORTARIA N.º 257, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e considerando a Lei Municipal n.º 1.122/2007 e alteração,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, MARCUS VINICIUS ISRAEL, CPF n.º 038.177.549-65, SECRETARIO DE TURISMO E ESPORTE, para responder interinamente e sem ônus, pelo cargo de SUPERINTENDENTE, da Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Garopaba, a partir de 05 de abril de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 05/04/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 258/2011

PORTARIA N.º 258, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 259/2011

PORTARIA N.º 259, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MAURILIO MACHADO, Matrícula Funcional n.º 0089, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 260/2011

PORTARIA N.º 260, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, no período de 15/05/2011 à 13/06/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2011.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 261/2011

PORTARIA N.º 261, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GIOVANA MATIAS DANIEL, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0737, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 31/03/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 31/03/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 262/2011

PORTARIA N.º 262, DE 06 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DIRCE ELIZA MACEDO, Merendeira, matrícula funcional n.º 0786, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/04/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 263/2011

PORTARIA N.º 263, DE 07 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor VIRRISSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0015, o valor de R\$ 247,99 (duzentos quarenta sete reais e noventa nove centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 101/2010, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 264/2011

PORTARIA N.º 264, DE 07 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Enfermeira, Matrícula n.º 0085, o valor de R\$ 219,65 (duzentos dezenove reais e sessenta cinco centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 017/2010, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 265/2011

PORTARIA N.º 265, DE 14 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, matrícula funcional n.º 028, referente a 2002-2007, no período de 13/04/2011 à 11/06/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 266/2011

PORTARIA N.º 266, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JEROBAL GUIMARAES, Matrícula Funcional n.º 014, no período de 04/04/2011 à 03/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 267/2011

PORTARIA N.º 267, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, FILIPE DOS SANTOS, CPF n.º 062.368.959-61, do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE AGRICULTURA, da Secretaria de Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 11/04/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 268/2011

PORTARIA N.º 268, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e

demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora BETINA LORENSI LOPES, Professora Inglês 10 horas, matrícula funcional n.º 4018, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 10/04/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 269/2011

PORTARIA N.º 269, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FILIPE DOS SANTOS, CPF n.º 062.368.959-61, para exercer as funções do cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA E PECUARIA, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, a partir de 12/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 12/04/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 270/2011

PORTARIA N.º 270, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAVINA MARQUES PACHECO, Servente, matrícula funcional n.º 0766, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 12/04/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 12/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 271/2011

PORTARIA N.º 271, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SEVERO JOSÉ COSTA, Matrícula Funcional n.º 0789, no período de 14/04/2011 à 13/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 272/2011

PORTARIA N.º 272, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES RIBEIRO, professora, matrícula n.º 0033, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 19/02/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 273/2011

PORTARIA N.º 273, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ENEDINA VIEIRA CORREIA, servente, matrícula n.º 0059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/03/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 274/2011

PORTARIA N.º 274, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JUCILDA DE SOUZA MACHADO, merendeira, matrícula n.º 0761, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 21/02/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 275/2011

PORTARIA N.º 275, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDRÉIA KRAVETZ, professora, matrícula n.º 0004, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/03/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 276/2011

PORTARIA N.º 276, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 277/2011

PORTARIA N.º 277, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referentes a férias concedidas através da Portaria n.º 400/2010, e suspensas através da portaria n.º 443/2010 do servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 278/2011

PORTARIA N.º 278, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e

demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor INDALÉCIO CARLSEM, Matrícula Funcional n.º 0112, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 279/2011

PORTARIA N.º 279, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, em 31/03/2011, a gratificação de 70% sobre os vencimentos fixos, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Planejamento territorial e Meio Ambiente, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, concedidas ao servidor NERI JOELSO DA SILVA matrícula funcional n.º 003.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 31/03/2011.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 280/2011

PORTARIA N.º 280, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, GABRIELA PERES, CPF n.º 050.201.869-02, do cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, a partir de 31 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 281/2011

PORTARIA N.º 281, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO PARA OCUPAR CARGO COMISSIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, NERI JOELSO DA SILVA, Matrícula n.º 0003, para exercer as funções do cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, com Gratificação Especial de 65% do cargo ocupado, a partir de 01/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 282/2011

PORTARIA N.º 282, DE 13 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GABRIELA PERES, CPF n.º 050.201.869-02, para exercer o cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio ambiente da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 09/05/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 284/2011

PORTARIA N.º 284, DE 14 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora ALICE LOBO CORREA, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula n.º 0083, o valor de R\$ 84,94 (oitenta quatro reais e noventa quatro centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º XXX/2005, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2011, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 285/2011

PORTARIA N.º 285, DE 19 DE ABRIL DE 2011.

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA FINS DE ALIENAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir Comissão formada pelos servidores: TIAGO MEDEIROS, Chefe da Divisão de Transportes, MARIO CESAR SILVA, Diretor de Trânsito e LUIZ CARLOS GASPARG, Diretor de Fiscalização, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão para Avaliação dos seguintes veículos da frota, para fins de alienação:
I - Veículo VW GOL 1.0 / MIS-0740, Ano/Modelo 2001/2005, Combustível Gasolina, Renavam 843747900;
II - Veículo PALIO / FIAT / MEC-4829, Ano/Modelo 2005 / 2006, Combustível Gasolina / Alcool, Renavam 868584797;

Art. 2º. A Comissão produzirá LAUDO DE AVALIAÇÃO, individual contendo os dados do veículo, estado de conservação, foto e valor de avaliação.

Parágrafo Único. A Comissão poderá recorrer à apreciação de profissionais especializados em veículos, para se inteirar dos valores de mercado, sendo o resultado anexado ao Laudo final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 286/2011

PORTARIA N.º 286, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MERI TEREZINHA RODRIGUES HOFF, Matrícula Funcional n.º 0764, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 287/2011

PORTARIA N.º 287, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LILIA MARQUES PACHECO, Matrícula Funcional n.º 3418, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 288/2011

PORTARIA N.º 288, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GLICÉLIA CAMPOS DA ROCHA SPECK, Matrícula Funcional n.º 3485, no período de 15/04/2011 à 24/04/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 289/2011

PORTARIA N.º 289, DE 15 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LINDOCI GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0725, no período de 20/04/2011 à 19/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 290/2011

PORTARIA N.º 290, DE 18 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ENEDINA VIEIRA, Servente, matrícula funcional n.º 059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/03/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 291/2011

PORTARIA N.º 291, DE 18 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora

ALICE LOBO CORREA, matrícula funcional n.º 0083, referente a 2002-2007, no período de 02/05/2011 à 31/05/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 292/2011

PORTARIA N.º 292, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, CPF n.º 622.940.590-34, do cargo comissionado de DIRETORA DA POLI-CLINICA, da Secretaria Municipal de Saúde, em 30 de abril de 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 292/2011

PORTARIA N.º 292, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, CPF n.º 622.940.590-34, do cargo comissionado de DIRETORA DA POLI-CLINICA, da Secretaria Municipal de Saúde, em 30 de abril de 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 293/2011

PORTARIA N.º 293, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3354, no período de 02/05/2011 à 21/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 293/2011

PORTARIA N.º 293, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3354, no período de 02/05/2011 à 21/05/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 294/2011

PORTARIA N.º 294, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora EDILENE DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3615, no período de 20/05/2011 à 18/06/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 294/2011

PORTARIA N.º 294, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora EDILENE DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3615, no período de 20/05/2011 à 18/06/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 295/2011

PORTARIA N.º 295, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. READAPTAR, a partir de 01/04/2011, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, o servidor JORGE CARLOS DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0077, Fiscal de Obras, nas funções do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, da Lei de Cargos da Prefeitura Municipal de Garopaba, após período de Licença para Tratamento de Saúde, comprovados através de Laudos Médicos Periciais, Portarias n.º 205/2010, 421/2010 e 832/2010.

Art. 2º. Conforme previsto no art. 40, da Lei 1.000/2005, o servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas a cada período de 12 (doze) meses, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 295/2011

PORTARIA N.º 295, DE 19 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. READAPTAR, a partir de 01/04/2011, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, o servidor JORGE CARLOS DA SILVA, Matrícula Funcional n.º. 0077, Fiscal de Obras, nas funções do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, da Lei de Cargos da Prefeitura Municipal de Garopaba, após período de Licença para Tratamento de Saúde, comprovados através de Laudos Médicos Periciais, Portarias n.º 205/2010, 421/2010 e 832/2010.

Art. 2º. Conforme previsto no art. 40, da Lei 1.000/2005, o servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas a cada período de 12 (doze) meses, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 296/2011

PORTARIA N.º 296, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VANESSA GONÇALVES AMORIM DA SILVEIRA, Secretária, matrícula funcional n.º 3082, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/04/2011, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 296/2011

PORTARIA N.º 296, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VANESSA GONÇALVES AMORIM DA SILVEIRA, Secretária, matrícula funcional n.º 3082, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/04/2011, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 297/2011

PORTARIA N.º 297, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LAVINA MARQUES PACHECO, matrícula funcional n.º 0766, no período de 09/05/2011 à 07/07/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 298/2011

PORTARIA N.º 298, DE 19 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARIA MADALENA RODRIGUES DE AGUIAR, CPF n.º 365.384.340-53, do cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES, da Secretaria Municipal de Saúde, em 30 de abril de 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 299/2011

PORTARIA N.º 299, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e

demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PATRÍCIA VARELA VIEIRA, Contrato n.º 127/2011, em 30/04/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 301/2011

PORTARIA N.º 301, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARIA GORETI SOARES DE AMORIM, CPF n.º 578.644.629-87, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, em 30 de abril de 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Aviso de Extrato de Termo Aditivo N.º 01.Proc.04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato n.º. 07/2011; Processo n.º. 04/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.F.M. Construções Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato n.º 07/2011 por 90 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 23/03/2011.

Errata N.º 01 ao PR015/2011

ERRATA N.º 01

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2011

O Município de Garopaba, com sede administrativa na Praça Governador Ivo Silveira, torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o edital de pregão presencial acima identificado que tem por objeto o registro de preço para Aquisição de materiais de higiene e limpeza, para utilização na manutenção

das unidades de saúde, deste município, conforme segue:

No anexo I que trata da especificação do objeto em específico no item 03 que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	Detergente líquido, com as seguintes características mínimas: Embalagem com 500 ml; Composição: tensoativos aniônicos, coadjuvantes, sequestrantes, derivados de isotiazolinonas, espessante, corante, perfume e água; Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio; Com tensoativo biodegradável; Notificado na ANVISA/MS (Ypê ou similar).	UN	300	R\$ 1,48	R\$ 444,00

Por tratar-se de erro de digitação, e considerando que a formulação das propostas deste pregão devem ser elaboradas através do sistema Betha Auto Cotação, e considerando que os arquivos encaminhados para as empresas solicitantes consta a especificação correta do item ficam mantidas as datas inicialmente previstas conforme segue:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:

* das 9h00min do dia 28/04/2011, às 9h25min do dia 10/05/2011;

- Limite para impugnação ao edital:

* 17h00min do dia 06/05/2011

- Início da Sessão Pública do pregão:

* 9h30min do dia 10/05/2011.

Garopaba, 04 de maio de 2011.

RAFAEL DE SOUZA

Pregoeiro

Extrato de Contrato de Trabalho - 200/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 200/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 200/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado PAULO ROBERTO TÁVORA NEVES

Objetivo: MÉDICO PLANTONISTA - 10 HORAS.

Valor: R\$ 1.519,42 mensais

Vigência: 09/04/2011, pelo período 06 (seis) meses, prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 201/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 201/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 201/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ROSIMERE DA SILVA GARCIA

Objetivo: FONAUDIOLOGO 40 HORAS.

Valor: R\$ 676,60 mensais

Vigência: 11/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 202/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 202/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 202/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado KELLI RODRIGUES CABRAL

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 14/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 203/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 203/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 203/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ANIELE DOS SANTOS ABREU

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 204/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 204/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 204/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado CRISTIANO AGUIAR

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 205/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 205/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 205/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ELAINE COELHO DA LUZ

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 206/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 206/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 206/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ELZA HELENA SOARES H. DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 207/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 207/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 207/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado GIANE FIGUEIREDO

Objetivo: PROFESSOR LICENCIATURA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,61 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 208/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 208/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 208/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado LUCIANE ADELINO MONTEIRO

Objetivo: PROFESSOR LICENCIATURA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,61 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 209/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 209/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 209/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado MARICLEIDE DA ROSA ANTONIO

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 210/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 210/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 210/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado NIDIA DI PAULA BATALHA

Objetivo: PROFESSOR LICENCIATURA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,61 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 211/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 211/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 211/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado SAIONARA SANTOS

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 212/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 212/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 212/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado THAISY PEREIRA GONÇALVES LINHARES

Objetivo: PROFESSOR LICENCIATURA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,61 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 213/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 213/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 213/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ANA MARIA VON HOONHOLTZ

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Valor: R\$ 1.353,23 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 214/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 214/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 214/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ITAMARA MENEGHEL DEMETRIO ALZIRA

Objetivo: PROFESSOR LICENCIATURA 40 HORAS.

Valor: R\$ 1.353,23 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 215/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 215/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 215/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado DANIELE LINGNER OSCAR

Objetivo: MERENDEIRA.

Valor: R\$ 636,48 mensais

Vigência: 18/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 216/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 216/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 216/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ADRIANA REGINA TOMÉ

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS 10 HORAS.

Valor: R\$ 338,30 mensais

Vigência: 25/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 217/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 217/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 217/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado RODRIGO JOSÉ CARVALHO COUTO

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,60 mensais

Vigência: 25/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 217/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 218/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 218/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado SANTA LAURA MARTINS

Objetivo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Valor: R\$ 676,60 mensais

Vigência: 25/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 219/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 219/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 219/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado PRISCILA SOUSA PRUDENTE DE AQUINO

Objetivo: MÉDICO PLANTONISTA - 10 HORAS.

Valor: R\$ 4.088,63 mensais

Vigência: 26/04/2011, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 220/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 220/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 220/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado AMILTON DE ARAÚJO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 221/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 221/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 221/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado MANOEL MARQUES

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 222/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 222/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 222/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado NILTON FERREIRA

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 223/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 223/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 223/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado CANDIDO NASCIMENTO
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 224/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 224/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
224/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado NIVALDO JOSÉ DA SILVA
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 225/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 225/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
225/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado IRIS TEIXEIRA GONÇALVES
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 226/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 226/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
226/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado CEDONI BARBOSA DA SILVA
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 227/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 227/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
227/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado JOSIEL DE CARVALHO
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 228/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 228/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
228/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado EUGÊNIO JOSÉ SANT'ANA
Objetivo: MÉDICO ORTOPEDISTA 10 HORAS.
Valor: R\$ 2.044,31 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 229/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 229/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
229/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado GARIBALDI MONTEIRO BASTOS
Objetivo: MÉDICO GINECOLOGISTA 10 HORAS.
Valor: R\$ 2.044,31 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 230/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 230/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
230/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado JOSÉ CARLSEN
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 231/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 231/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
231/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado ADRIANO VILA
Objetivo: MÉDICO CARDIOLOGISTA 20 HORAS.
Valor: R\$ 4.088,63 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 232/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 232/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
232/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado KARLA ROSANA DE OLIVEIRA
Objetivo: MEDICO PEDIATRA 20 HORAS.
Valor: R\$ 4.088,63 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 233/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 233/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
233/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado ODILON GOMES DE ASSUMPÇÃO FILHO
Objetivo: MÉDICO UROLOGISTA 10 HORAS
Valor: R\$ 2.044,31 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 234/2011
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 234/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
234/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado EDSON MELO DE AGUIAR
Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.
Valor: R\$ 661,92 mensais
Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 235/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 235/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
235/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado SANDRA ELISA CUNHA

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 240/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 240/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
240/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado MANOEL CONSTANTE

Objetivo: MESTRE DE OBRAS.

Valor: R\$ 708,10 mensais

Vigência: 05/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 241/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 241/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
241/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado OSVALDO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 06/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 242/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 242/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
242/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado JOSÉ CARLSEN

Objetivo: MECANICO..

Valor: R\$ 1.032,10 mensais

Vigência: 06/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 243/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 243/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
243/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado JOÃO VIEIRA LOURENÇO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 244/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 244/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
244/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado ANTONIO PEDRO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO/MANUTENCAO.

Valor: R\$ 661,92 mensais

Vigência: 02/04/2011, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 245/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 245/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
245/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado NIVALDO WESTRUP

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS.

Valor: R\$ 881,82 mensais

Vigência: 06/04/2011, conforme legislação vigente

Extrato de Contrato de Trabalho - 248/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 248/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:
248/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado JOSIMERE MARIA DA SILVA

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

Valor: R\$ 636,48 mensais

Vigência: 15/04/2011, conforme legislação vigente

Gaspar**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 590 629/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 629/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABF5075	8590026952	IDAVINO MORAES LEITE	7455/0	218 * I
ABH0777	8590027078	AGUINALDO RIBEIRO	7455/0	218 * I
ADN8083	8590026729	VALMOR SCHIRMER	7455/0	218 * I
AEQ7829	8590026573	JIUVANI RAMOS	7455/0	218 * I
AEW8493	8590026678	DANIEL DEITOS	7463/0	218 * II
AHK0337	8590026281	ALTAIR BERTAN	7455/0	218 * I
ALY6516	8590028569	SILVIO CENSI	7455/0	218 * I
AMG7927	8590026659	JOAO VERGILIO DA SILVA	7455/0	218 * I
AMJ8959	8590026641	LAURI DA SILVA	7455/0	218 * I
AMJ8959	8590026713	LAURI DA SILVA	7455/0	218 * I
AMZ5034	8590026854	CELSO PATECK KORB	7463/0	218 * II
AOF9763	8590027821	ODAIR NICOLETTI	7455/0	218 * I
BKD6524	8590023555	TEREZINHA RODRIGUES	7455/0	218 * I
BNK2848	8590026929	EVERTON SILVA DE SOUZA	7455/0	218 * I
CBG4198	8590028463	SEBASTIAO RIBEIRO	7455/0	218 * I
CII4477	8590026853	LEONIR TRAUTEMULLER	7455/0	218 * I
DEW3103	8590026681	RUBENS FONSECA COSTA	7463/0	218 * II
DIQ0801	8590026852	JEFFERSON PLEBANI	7455/0	218 * I
FTF4646	8590023456	EDVINO PERES	7471/0	218 * III
GYO5766	8590026739	MARCIO LUIS WIEGAND	7455/0	218 * I
HWL4916	8590026767	WILMAR ANTONIO CORREA DA MAIA	7455/0	218 * I
IFT0917	8590005615	GERALDO ANTONIO HOECKLER	7455/0	218 * I
IKP2983	8590025143	ARCY ANTONIO LANFREDI	7455/0	218 * I
LKN2298	8590026364	PAULO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LOF6553	8590027170	ADRIANO ALUIR CORDEIRO	7463/0	218 * II
LOS0914	8590026720	SHEILA ESTEVAO	7455/0	218 * I

LWR2668	8590026746	OSNILDO DA CRUZ	7455/0	218 * I
LWX8497	8590026888	JHONATAN BORGES	7463/0	218 * II
LXM3839	8590023605	ODARI CLAUDINO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXN1413	8590026756	ANA PAULA ANDRADE DA SILVA	7455/0	218 * I
LXS3969	8590027197	JORGE LUIZ DE SOUZA E SILVA	7463/0	218 * II
LXT8702	8590026541	TRANSPORTES E SERVICOS SUPER JA LTDA	7455/0	218 * I
LXU1865	8590026658	ALBERTO CARLOS PEREIRA	7455/0	218 * I
LYA6355	8590026862	SEBASTIAO LOURENCO SCHWARTZ	7463/0	218 * II
LYE7693	8590026675	DANIEL PATRICIO MARTINS	7455/0	218 * I
LYJ7551	8590026665	JAMIR ZAGO	7455/0	218 * I
LYL7378	8590026945	LUIZ EDUARDO CORREA	7455/0	218 * I
LYU4894	8590026557	MINERVINO FELIPE	7463/0	218 * II
LZW9350	8590023276	CHARLES VOLNEI ZABEL	7455/0	218 * I
LZX6031	8590024100	JAISON NOGUEIRA	7455/0	218 * I
LZY6295	8590026744	SELENIR CASTANHA DE MELO	7463/0	218 * II
LZY6295	8590026996	SELENIR CASTANHA DE MELO	7455/0	218 * I
LZZ8924	8590027018	VERCI LUIZ DE OLIVEIRA LEMES	7455/0	218 * I
MAM1515	8590005688	CELSE ESPIG	7463/0	218 * II
MAM1515	8590026592	CELSE ESPIG	7455/0	218 * I
MAN5193	8590023742	ODAIR WEBER	7455/0	218 * I
MAO9133	8590026560	JOSE OSNI DA SILVA	7455/0	218 * I
MAO9952	8590028862	VENIR MARIA TORRES	7455/0	218 * I
MBK7139	8590027223	SIDINEI BASTOS DOS SANTOS	7463/0	218 * II
MBO0617	8590027031	ARNOLDO STIZ	7455/0	218 * I
MBR4612	8590026968	EDSON DIAS	7455/0	218 * I
MBW1376	8590024259	CLAUDIO JULIO LOPES	7455/0	218 * I
MBY3575	8590024774	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS RAMPELOTTI LTDA I	7455/0	218 * I
MBY8160	8590026751	ALFREDO HUGO MALESKE	7455/0	218 * I
MCD2292	8590026319	ALEXANDRA WEHMUTH SCHMIDT	7463/0	218 * II
MCE2460	8590026754	JULIANA APARECIDA RODRIGUES	7463/0	218 * II
MCE8825	8590028536	FELICIO SCHMOELLER	7463/0	218 * II
MCL0990	8590026799	LAUDELINO PEREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MCN2062	8590024512	EDSON LORENZETTI	7455/0	218 * I
MCN2062	8590024733	EDSON LORENZETTI	7455/0	218 * I
MCO7752	8590026903	ANTONIO DE JESUS	7455/0	218 * I
MCS5615	8590026743	JOSE NOGUEIRA	7455/0	218 * I
MCZ7326	8590026449	DELOSMAR ANTONIO BIZOLO	7455/0	218 * I

MDC8976	8590027191	MARILSA BURIGO	7455/0	218 * I
MDE6826	8590026848	JOSELINO DE OLIVEIRA SALVADOR	7455/0	218 * I
MDK6416	8590023374	OLARIA GARIBALDI LTDA ME	7455/0	218 * I
MDL2796	8590026602	MATEUS PERSUHN	7455/0	218 * I
MDM9234	8590028439	JEFFER JURANDIR BRANDAO	7455/0	218 * I
MDP7300	8590023728	JOSE GELASIO POKRYWIECKI	7455/0	218 * I
MDQ9133	8590027176	MARINELLI REPRESENTACOES LTDA	7455/0	218 * I
MDR1482	8590026789	HENRIQUE HERMES	7463/0	218 * II
MDS6810	8590026625	ALVARO ADRIANO VIEIRA	7455/0	218 * I
MDX8745	8590026660	JOAO FABIANO DA SILVA	7455/0	218 * I
MEC9466	8590027179	MARCOS AURELIO CUNEO	7455/0	218 * I
MEE5479	8590026684	AGUSTINHO WATERKEMPER	7455/0	218 * I
MEG0569	8590027234	MARCOS LACHESKI	7455/0	218 * I
MEG6393	8590026416	MARCOS VINICIUS CARTURANO	7455/0	218 * I
MEL9274	8590027137	LUIZ CARLOS KAMERS	7455/0	218 * I
MEM0860	8590027052	C.B.S COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME	7455/0	218 * I
MES4078	8590026961	DIOMAR PINTO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MES5489	8590023379	CLODOMIR AMORIM CASTANHO	7455/0	218 * I
MEU2816	8590026927	NESI MACHADO MULLER	7455/0	218 * I
MEV0792	8590024693	LAURIDES DA SILVA	7463/0	218 * II
MFA1817	8590027211	VALMIR ANTONIO VARGAS	7471/0	218 * III
MFE9550	8590025901	ESMERALDA FOREGATTO LOUZANO	7455/0	218 * I
MFF2705	8590026976	DANIELLA BOPPRE DE ATHAYDE ABRAM	7463/0	218 * II
MFF4360	8590027198	ANDERSON BERNARDES	7455/0	218 * I
MFG0279	8590027124	JOSE LEONEL DE FARIAS MOTTA	7455/0	218 * I
MFJ6709	8590026941	ANGELO ANGIOLETT	7463/0	218 * II
MF5608	8590027002	FLAVIO MICHEI	7455/0	218 * I
MFN2334	8590026591	JAILSON THOMAZ TRANSPORTES LTDA EPP	7455/0	218 * I
MFO1120	8590026370	ADRIANA CAETANO DA SILVA	7463/0	218 * II
MFS9988	8590024578	OSEIAS SOARES DE BRITO	7455/0	218 * I
MF6254	8590023445	EDRIANO BITTENCOURT	7455/0	218 * I
MGE5617	8590026183	LUIZA HELENA MACHADO	7455/0	218 * I
MGE5617	8590026218	LUIZA HELENA MACHADO	7455/0	218 * I
MGI3929	8590018149	JUAREZ ROGERIO COELHO	7455/0	218 * I
MGI9513	8590027117	JOAO SANDRO PAOLIN	7455/0	218 * I
MGJ2509	8590027231	LUIZ CARLOS POYER	7455/0	218 * I
MGW4598	8590026847	LUCIO MAFRA	7455/0	218 * I

MGX8595	8590026785	GENAIR LOURDES BOGONI	7455/0	218 * I
MGY9428	8590027075	JONATAN BERNARDO	7455/0	218 * I
MHJ1211	8590023237	SERGIO LUIZ GOMES JORGE	7455/0	218 * I
MHK2468	8590024770	ROSELI RIBEIRO DE PAULA	7455/0	218 * I
MHU3913	8590026859	CLAUDINEI TEODORO DA SILVA	7455/0	218 * I
MHX8314	8590028190	SANTINO JOSE DO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
MHZ6708	8590026649	EDINA SILVA	7455/0	218 * I
MIA1450	8590026838	EMILIANO TADEU MEDEIROS	7455/0	218 * I
MID8967	8590027054	AILTON AMARO PEREIRA	7463/0	218 * II
MIH9847	8590025214	ANACLECIO SESTREM	7455/0	218 * I
MIM5939	8590027131	AJS DOCES E SALGADOS LTDA	7455/0	218 * I
MIW3799	8590025519	EVELYN DAIANE SILVA DA SILVA	7463/0	218 * II
MKS8360	8590027219	FELISBERTO VILMAR CARDOSO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 590 631/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 631/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACG7066	8590024608	ISAIAS MORENO	7455/0	218 * I
AEQ4754	8590024853	JHONATAN SILVA DOS SANTOS REIS	7455/0	218 * I
AFQ9087	8590027536	EPONINA MENDES DA SILVA	7455/0	218 * I
APD0962	8590027851	HILDA VALENTINI	7463/0	218 * II
AYB4020	8590023651	CARLOS AVILA SILVA	7463/0	218 * II
BNB1133	8590027256	ADENILSON ROGERIO LOPES	7455/0	218 * I
BPM6435	8590027287	PAULINHO DE ABREU	7455/0	218 * I
CDG2151	8590024141	JENNIFER DOLBERTH MIURA	7463/0	218 * II
DLM8865	8590023806	JOSE LUIZ PETROSKI	7463/0	218 * II
DME8191	8590024520	GILCEMAR DIEGO ALVES	7463/0	218 * II
DUQ0167	8590027522	GUSTAVO THOMAZ DA SILVA	7455/0	218 * I
GVJ6672	8590027855	MARCELO ANANIAS BOURDOT	7455/0	218 * I
HOU4257	8590024407	MARCIO HEITOR SILVEIRA	7455/0	218 * I
KBW8579	8590027535	RODOLFO BOSCO DA COSTA	7455/0	218 * I
LNK9622	8590024582	DIRCEU MACHADO	7455/0	218 * I
LXA0508	8590028970	JOSE REIMER	7455/0	218 * I
LXE0499	8590023761	YARA MARIA HAENDCHEN	7455/0	218 * I
LXP0534	8590027878	EVANDRO RAFAEL DINIZ	7455/0	218 * I
LXU5787	8590023551	SAUL JOSE MACANEIRO	7455/0	218 * I
LYD3265	8590025993	NATALINO JOSE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MAB7195	8590024128	ARIBERTO MINATTI	7455/0	218 * I
MAQ2985	8590027182	WAGNER LINO	7455/0	218 * I
MAT4563	8590024398	VANDERSON MARTINS	7455/0	218 * I
MBA3073	8590026824	EDEGAR SCHUG	7455/0	218 * I
MBK3229	8590024149	LUCIA HOFFELDER	7455/0	218 * I
MBU0335	8590027282	CLEIDE PELUSO ALBA	7455/0	218 * I

MBV0136	8590023847	EDISON DE ABREU	7471/0	218 * III
MCC9825	8590028586	LUIZ GONZAGA RAITZ	7463/0	218 * II
MCX2356	8590024267	EDEMAR ADELINO SOARES	7455/0	218 * I
MCY0082	8590024391	IVO DA SILVA	7463/0	218 * II
MDF3006	8590023729	VALDEMAR ZABEL	7455/0	218 * I
MDG4171	8590027325	EZEQUIEL BATISTA	7463/0	218 * II
MDL5001	8590024268	LIZETE DE FATIMA VANELLI CIDRAL	7463/0	218 * II
MDL5001	8590024298	LIZETE DE FATIMA VANELLI CIDRAL	7463/0	218 * II
MDP9089	8590027319	JULIANO GONCALVES DA SILVA	7463/0	218 * II
MDU3778	8590027566	CLEVERSON TERRES DOMINGUES	7455/0	218 * I
MEB3744	8590023880	LAURO JURACI RIBEIRO	7463/0	218 * II
MEC9388	8590027451	ELINEI ANTONIO SOUZA	7455/0	218 * I
MED7436	8590027616	GIOVANE COSME DE BORBA	7455/0	218 * I
MEZ0601	8590027093	MAURICIO LUIZ PASQUALINI	7455/0	218 * I
MFC6457	8590027854	PERLA BONATELLI MAESTRI	7463/0	218 * II
MFI6897	8590024054	AMADEU CORSANI	7455/0	218 * I
MFM6049	8590024748	JOSIANE ROTHERMEL	7455/0	218 * I
MFS7714	8590024651	ROSANA PREBIANCA	7455/0	218 * I
MFZ8562	8590023590	LUCIANA KORMANN	7455/0	218 * I
MGB7614	8590022812	CARLIZE MARIA SIMAS	7455/0	218 * I
MGF7745	8590026914	LINDAMIR ANTUNES DE MEIRA	7463/0	218 * II
MGJ9646	8590027277	VIVALDINO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MGO8116	8590027805	LIENE CORREA GONCALVES	7455/0	218 * I
MHB1674	8590023707	ROBERTO REVELINO NASCIMENTO	7455/0	218 * I
MHI4280	8590025663	ODAIR JOSE DE ARANHA	7455/0	218 * I
MHO4352	8590023955	ADENIR RODE	7455/0	218 * I
MHV6763	8590026168	EDIE LUIZ RODRIGUES	7455/0	218 * I
MHW1777	8590027918	JEDER ARMANDO REINERT	7455/0	218 * I
MIZ0240	8590027852	ARNILDO SEUBERT	7455/0	218 * I
MJD6879	8590027849	ENZO E LENZINI IND. E COM. DE PRODUTOS NAUTICOS LTD,	7455/0	218 * I
MKM6655	8590024388	ADNEI GESSER	7455/0	218 * I
MMJ1880	8590024523	MARILENE FISCHER WERNER	7455/0	218 * I
MOI3185	8590023678	JURANDIR DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MTM9674	8590023735	SIDNEI REINERT	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 685 563/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 563/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABP7438	8685019606	ELIAS MEDEIROS	6050/3	208
AJQ7852	8685019645	EVALDO DA SILVA FILHO	6050/3	208
CRK9087	8685003397	JOSE ANTONIO VARELA	6050/3	208
CXA5303	8685019932	PATRICIA DE ALMEIDA	6050/3	208
DDF2224	8685014290	SONIA MARIA VERDI	6050/3	208
ICW5013	8685019813	NELSO TEIXEIRA	6050/3	208
LWV0890	8685019530	RAUL BORGHEZAN	6050/3	208
LYE6512	8685018394	CLAUDIONEI CATARINA	6050/3	208
LYE8011	8685020374	ANA MARIA SOARES	6050/3	208
LZW2579	8685019149	AGUINALDO RIBEIRO	6050/3	208
MAG6060	8685019620	DJEISON THIAGO LINGNER	6050/3	208
MAJ3520	8685019534	CATARINA CLARA BITTENCOURT	6050/3	208
MBH5688	8685020210	NELSON PORTELA CAMARGO	6050/3	208
MBL8568	8685019582	RICARDO CESAR ANDRIOLLO	6050/3	208
MCA5510	8685019670	LORI BECKER	6050/3	208
MCN4197	8685019641	MILTON GEORGE MANTAU	6050/3	208
MCY0521	8685019647	ANTONIO CARLOS RUDIAKE	6050/3	208
MDF7090	8685019638	JAIME SCHMITT	6050/3	208
MDG4521	8685019301	MARIA CONCEICAO JORGE GUEDERT	6050/3	208
MDO1997	8685020209	JAQUELINE TEREZINHA BIONDO	6050/3	208
MDX0578	8685019583	ADEMILSO AUZILIERO	6050/3	208
MEJ4889	8685019516	JOSE GABRIEL FELTZ	6050/3	208
MEO5507	8685019662	FABRICIA TANUSA BERTELI	6050/3	208
MEQ3540	8685014226	NEUCI DOABROSKI PEREIRA	6050/3	208
MEY9284	8685019603	SIRLENE MIOLA BARBOSA	6050/3	208
MFX0783	8685019511	D S DRENAGEM E CONSERVACAO LTDA	6050/3	208

MF9868	8685020167	ADEMIR DE SOUZA E SILVA	6050/3	208
MFY3022	8685019619	MARCIO HORT	6050/3	208
MHD4586	8685019679	ROSANGELA PONCHIROLLI	6050/3	208
MIA1468	8685019668	TIPPY CONFECÇÕES LTDA ME	6050/3	208
MIP3770	8685019675	ISABEL GALLO PAGLIA	6050/3	208
MIP7760	8685019579	PAULO ROBERTO DE SOUZA	6050/3	208
MIT9229	8685019644	MARCIA RITA CECCHI SPESSATTO	6050/3	208
MMF8899	8685018520	FRANCISCO CARLOS DA COSTA	6050/3	208
MVK5140	8685018507	MARCIO ROGERIO LACERDA PARABALA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 685 565/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 565/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALN4133	8685020584	LILIAN FATIMA BLAESING	6050/3	208
BCL1616	8685018692	VAGNER MICHAEL PADILHA	6050/3	208
BZV5034	8685019453	SIMONE MARIA DE ASSIS	6050/3	208
CCB9347	8685019032	UDOMAR QUISINSKI	6050/3	208
CGO2459	8685020464	ALCIRES MEDEIROS	6050/3	208
CGR5998	8685019034	ODIR ANDRIN	6050/3	208
CRT5447	8685018664	VANDERLI KUHNEN THEISS	6050/3	208
DBQ3686	8685019152	NICOLAU MANERICH	6050/3	208
DDG9731	8685018716	VERONICA KORMMAN CAVACO	6050/3	208
IDM3378	8685019368	MARLENE FERREIRA	6050/3	208
IGP4570	8685019939	ROSANIA HANG WESTPHAL	6050/3	208
IJF6073	8685020577	MARISE VANDRESEN	6050/3	208
LAD4096	8685019344	JAISON DIEGO BONELLI	6050/3	208
LXS1127	8685019306	SCHEILA WOSNES	6050/3	208
LXV2055	8685019803	EMERSON MACHADO	6050/3	208
LXY5030	8685019374	NELSON GOMES DE GOIS	6050/3	208
LYK5218	8685019250	VILMAR GONCALVES	6050/3	208
LZS3127	8685019943	FLAVIO PEDRO ROCHA	6050/3	208
LZX5342	8685020018	JAIME DE AMORIM	6050/3	208
MCQ7887	8685019857	GORETE TAVARES DE SOUZA	6050/3	208
MDJ2569	8685020571	AGNALDO SILVA DE FARIAS	6050/3	208
MDO6800	8685018758	LARA KEITI BATISTA DO NASCIMENTO	6050/3	208
MEF2627	8685020621	IVANIR LOPES	6050/3	208
MFA8646	8685020467	IMOBILIARIA AREIAS LTDA	6050/3	208
MFD4549	8685019889	HELOISA DIAS KNISS	6050/3	208
MFI8617	8685019165	YURI ALEXANDRE KUNTZE BORGES	6050/3	208

MFQ9127	8685018612	MARCEL SANTOS DE FREITAS	6050/3	208
MFS7479	8685018996	ALTAIR CARLOS FRANCISCO	6050/3	208
MGA1226	8685019822	GISELE CAMPOLIM DOS SANTOS	6050/3	208
MGI3612	8685019146	ARNILDO ARGEU DA SILVA	6050/3	208
MHS9187	8685018957	HELOIR CARLOS RAISER	6050/3	208
MIK7417	8685020386	RAFLA COMERCIO DE CONES, PAPELÃO E MATERIAIS TEXTI	6050/3	208
MJD1941	8685018681	TANIZE POERNER FALQUETTE	6050/3	208
MMM2462	8685020594	BEHLING VEICULOS LTDA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 590 628/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 628/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABI7100	8590029959	ANELIA OLDENBURG REINKE	7455/0	218 * I
ABS5752	8590029834	IVORI RODRIGUES DE ARAUJO	7455/0	218 * I
ACC1331	8590029721	ARGEMIRO PIRES DA SILVA	7463/0	218 * II
ACX2920	8590029529	SERGIO LUIS WERNER	7455/0	218 * I
AFQ9087	8590029021	EPONINA MENDES DA SILVA	7455/0	218 * I
AFX2336	8590030029	WALKAN BENKENDORF	7455/0	218 * I
AHR4550	8590029134	ADILSON MORAES DE AZEVEDO	7455/0	218 * I
AIG2475	8590029314	JORGE LUIS CARDOZO	7455/0	218 * I
AJM8989	8590029620	MARTINHO JOAO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
AKD1206	8590031000	FISCHER ELETRODUTOS LTDA	7455/0	218 * I
AKF4370	8590029008	VILMA MENEGATTI DE ALMEIDA	7455/0	218 * I
ALS0501	8590029361	MERI TEREZINHA MULLER TAVARES DE MELO	7455/0	218 * I
AMO5660	8590029582	OLIVIO TILL	7463/0	218 * II
BPJ7167	8590029353	CINTIA MARIA CAVALCANTE SCHEFER	7455/0	218 * I
CHP0987	8590029512	ARLETE LUTKE	7455/0	218 * I
DCD1945	8590029854	CLEOVIR LEMBECK	7455/0	218 * I
DFF5716	8590030148	CIBELE MULLER	7463/0	218 * II
DHZ9860	8590029457	ALBERTINA ANGELO	7455/0	218 * I
DJC2572	8590029335	JOAO PEREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
DJE5805	8590030282	JENNIFER MARASCHI HOSTERT	7455/0	218 * I
DKX8717	8590029894	SOLANGE FERREIRA CANABARRO	7455/0	218 * I
DLP7884	8590029641	ONEZIA CILLA FLORINDO	7455/0	218 * I
DRF1957	8590030823	SONIA ELBA QUINTANA MAZZITELLI	7455/0	218 * I
DUE9258	8590029639	VANESSA FABIANE SCHEIDT	7455/0	218 * I
HVO4313	8590030918	EDSON LIMA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
HVO4313	8590030925	EDSON LIMA DOS SANTOS	7455/0	218 * I

IDC9419	8590029943	PAULO CEZAR DA COSTA	7455/0	218 * I
IFY8340	8590030590	ANDEVILSON SPENGLER	7455/0	218 * I
JNT2960	8590029223	WESLEY HENDRIK MACEDO	7463/0	218 * II
JPZ9099	8590029241	HELTON VILVERT	7455/0	218 * I
JZB5820	8590029329	SIDNEI DA SILVA	7463/0	218 * II
LCU3013	8590026440	ATIVA INFORMATICA LTDA	7455/0	218 * I
LOR4067	8590029397	SERGIO LAERTE PAVESI	7455/0	218 * I
LXA1497	8590029048	LUCIANO ARTHUR BUBLITZ	7463/0	218 * II
LXC2743	8590029376	NEIDE QUADROS	7455/0	218 * I
LXD9169	8590029325	JUVENAL FRANCISCO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXF1319	8590029030	CARMO SCHUMANN	7455/0	218 * I
LXT0935	8590029009	DONIZETI ALDORI LEITE	7463/0	218 * II
LYB1560	8590029584	LEONARDO DA TRINDADE DE SOUZA	7463/0	218 * II
LYJ0165	8590029966	CARLOS ALBERTO RODRIGUES	7455/0	218 * I
LYK3629	8590029477	CLEUSA STEINHEUSER	7455/0	218 * I
LYR0176	8590030966	IVO MARTINS	7455/0	218 * I
LYR5663	8590030956	SANDRO ROBERTO DA SILVA	7455/0	218 * I
LYR8335	8590030857	CLEUSA APARECIDA PINHEIRO SOARES CAMARGO	7455/0	218 * I
LZA0938	8590029891	MOISES ROCHA MIRANDA	7455/0	218 * I
LZA8938	8590029508	MARISTELA REGUEIRA	7455/0	218 * I
LZE4101	8590029173	ERICO KRAUSS	7455/0	218 * I
LZX9304	8590029203	SILVIO GONCALVES	7455/0	218 * I
LZZ8430	8590029765	ALAERCIO BERTOLDI	7455/0	218 * I
MAD9308	8590029714	EUSEBIO CLOTAR THEISS	7463/0	218 * II
MAW2671	8590030861	EVANDRO LUIZ CARBONERA	7455/0	218 * I
MBE7636	8590029610	RODRIGO DOS SANTOS CARDOSO	7455/0	218 * I
MBK5431	8590030968	NICEIA ZANCANARO	7455/0	218 * I
MBM3728	8590030673	VALDIR RODRIGUES MORENO	7463/0	218 * II
MBO2319	8590030965	MARIA ISABEL DA SILVA PINHEIRO	7455/0	218 * I
MBO2319	8590030996	MARIA ISABEL DA SILVA PINHEIRO	7463/0	218 * II
MBO2319	8590031024	MARIA ISABEL DA SILVA PINHEIRO	7455/0	218 * I
MBT9399	8590029288	MAICON ROBERTO LAURENTINO	7455/0	218 * I
MBZ4747	8590029006	ROBSON LESSA	7463/0	218 * II
MCF2196	8590029781	ANTONIO MENDES VIEIRA	7455/0	218 * I
MCI2071	8590029677	MARIDELIA KUNDE	7455/0	218 * I
MCN6882	8590029076	PEDRO TRAVASSOS DE MELO JUNIOR	7455/0	218 * I
MCN9186	8590029693	ALTAMIRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I

MCN9186	8590029957	ALTAMIRO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MCR7041	8590031014	FABIO HELLMANN	7455/0	218 * I
MCS8282	8590029590	SILVIA MARIA CE	7455/0	218 * I
MDI7424	8590029678	ADEMAR SILVANO	7455/0	218 * I
MDK9185	8590030541	OTTO KAR ADOLFO HAGEMANN	7455/0	218 * I
MDN8196	8590029423	ROSELY JARACHESKI	7455/0	218 * I
MDT0863	8590029633	SELEZIO RIFFEL	7455/0	218 * I
MDV5493	8590030826	NEIVA SUZETE DREGER KIELING	7455/0	218 * I
MEB0119	8590029750	CURT EDUARDO LIESENBERG	7455/0	218 * I
MEJ0710	8590029635	ALESSANDRO KUTZ	7455/0	218 * I
MEL8976	8590029264	CONRADO EICKENBERG	7455/0	218 * I
MET6724	8590029116	MARIA DA CONCEICAO LIMA MACHADO	7455/0	218 * I
MEY2677	8590029640	OSVALDO ERNESTO ALVES	7455/0	218 * I
MFA0069	8590029817	AGRO INDUSTRIA CEDRO LTDA	7455/0	218 * I
MFQ0322	8590031044	LUIZ MOIZES DE QUADROS	7471/0	218 * III
MFT3454	8590029442	TACIANA FARIA DA ROCHA	7455/0	218 * I
MFT5614	8590029129	JULIANO DE LARA	7455/0	218 * I
MFT8902	8590029683	DOMINGOS GASPERI	7455/0	218 * I
MFZ1850	8590029805	MARLENI SCHULTZ	7455/0	218 * I
MFZ3914	8590029944	GEREMIA MINATTI	7455/0	218 * I
MGG0623	8590030839	IEDA TERESINHA IMTHURN MARTINS	7455/0	218 * I
MGV6454	8590029487	EUCLIDES SANTOS	7463/0	218 * II
MGX3629	8590029846	GERSON NOVAK	7455/0	218 * I
MHF8951	8590029491	SILVANA RUSSI	7463/0	218 * II
MHH2804	8590030998	MONICA FALTZ CORDEIRO MENDES	7463/0	218 * II
MHK2442	8590029597	EVERALDO DEUCHER	7463/0	218 * II
MHL2097	8590029613	JEFERSON PEREIRA	7455/0	218 * I
MHL7447	8590029395	OLAVIO ALVES	7455/0	218 * I
MHY3067	8590029711	GILBERTO OSMAR ITEN	7455/0	218 * I
MHZ4048	8590029073	ITAMAR FORTUNATO DA SILVA	7455/0	218 * I
MIM9651	8590030000	ANILDO SKREPITZ	7455/0	218 * I
MJC5009	8590030663	EDSON DUNKA	7455/0	218 * I
MJH6949	8590029109	AIRLESS PINTURAS PROFISSIONAIS LTDA ME	7463/0	218 * II
MNH7513	8590029249	ANTONIO CARLOS TRINDADE	7463/0	218 * II
MUJ5689	8590029758	EZ COMERCIO E PURIFICADORES DE AGUA LTDA ME	7455/0	218 * I
MWB9288	8590029475	LILIAN KIRSTEN MACHADO	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 590 630/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 630/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABN1915	8590030976	SIDNEI FANTONI	7463/0	218 * II
CIZ0222	8590029430	LUIS CARLOS KUTH	7455/0	218 * I
CTU6673	8590031039	CLEBER DOUGLAS CEZARIO	7455/0	218 * I
CYD1658	8590030371	ARLINDO ALBOSCO	7455/0	218 * I
DDF7045	8590031278	HELDER ROSA MARTINOVSKY	7455/0	218 * I
DKC9926	8590030292	MARA ALEXANDRA POFAHL	7455/0	218 * I
DSE9822	8590030254	JAMES ANTONIO TESTONI	7463/0	218 * II
DVN2966	8590031079	ALEXANDER DE AQUINO MAGALHAES SCHWEMLEIN	7455/0	218 * I
GKP6161	8590029975	VALDER ANTONIO RONCALIO	7455/0	218 * I
IJW8346	8590031001	ELOI SCHNAIDER E MAICON ELOI SCHNAIDER	7455/0	218 * I
JLD7038	8590030871	ANTONIO DA SILVA	7455/0	218 * I
KMH4409	8590030407	JUCELINO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LOC0510	8590030961	LINDEMIR TERESINHA ELI	7455/0	218 * I
LXA6401	8590030988	LIDIANA FILIPPONI	7455/0	218 * I
LXJ7146	8590030212	VALDIR CECHELERO	7455/0	218 * I
LXQ9599	8590030412	RAUL DIAS	7455/0	218 * I
LYR1334	8590030182	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYT2543	8590029855	MARCO AURELHO CASTAGNARO	7455/0	218 * I
LZL1520	8590030224	LORENI LUIZ CAMILO	7463/0	218 * II
LZM7668	8590029699	JUAN ANTONIO FERNANDEZ CHAVEZ	7455/0	218 * I
LZS2910	8590030920	PATRICIA GABRIELA GATTO LOPEZ	7455/0	218 * I
MAD6565	8590030817	ALTAIR SIDNEI DE JESUS JUNIOR	7455/0	218 * I
MAK0401	8590029800	BIRATAN ROEDEL	7455/0	218 * I
MBH8408	8590030359	ODAIR ORLANDO GALLASSINI	7455/0	218 * I
MBV2269	8590030413	DOUGLAS DE AMORIM	7455/0	218 * I
MCM7588	8590030153	OSMAIR DOS SANTOS	7463/0	218 * II

MDA7117	8590029921	CELENE LUZIA COSTA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MDC4397	8590030852	ALEXANDRO LUIS FERREIRA	7455/0	218 * I
MDQ4682	8590030962	ELOIR APARECIDO PIRES DE MORAES	7455/0	218 * I
MEI9778	8590031083	JENNY PINTO	7455/0	218 * I
MEM6240	8590030074	TARCISIO SOARES	7455/0	218 * I
MER2795	8590029812	NEVES E FIGUEIRO LTDA ME	7455/0	218 * I
MFF6789	8590029164	NILSON ZANROSSO	7455/0	218 * I
MGG5234	8590029953	EDEZIO DOMINGOS MELZZI	7455/0	218 * I
MGH0034	8590029988	VILMAR GORGES ALVES	7455/0	218 * I
MGH0034	8590030007	VILMAR GORGES ALVES	7463/0	218 * II
MGH9837	8590029971	JOSE AMARILDO RAMPELOTTI	7455/0	218 * I
MGJ5883	8590030132	MARIA ROSANE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MGL6391	8590029332	DORVALINA BONA VIEIRA	7455/0	218 * I
MGO5650	8590030082	EDINA DE JESUS JOAQUIM	7455/0	218 * I
MGP6717	8590029576	HORACIO THEISS	7455/0	218 * I
MGS8997	8590030862	CLAUDEMIR JOSE FABRICIO	7455/0	218 * I
MHC1033	8590030075	NAILSON ALEXANDRE ROCHA	7455/0	218 * I
MHV4876	8590031315	TELMO MORAES	7455/0	218 * I
MHY2219	8590030031	JANE ZANINI	7455/0	218 * I
MIN3651	8590030816	INDUSTRIA TEXTIL SANTA EFIGENIA LTDA ME	7455/0	218 * I
MIS3737	8590029967	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	7455/0	218 * I
MJE1069	8590030225	MARLENE D AVILA DE ABREU	7455/0	218 * I
MMM2401	8590030067	MAISE LUDGERA LOPES MARQUETTI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 685 562/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 562/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALO3865	8685020998	ODAIR JOSE RODRIGUES DE SOUZA	6050/3	208
BPU0592	8685020887	OSCAR MANOEL DA SILVA	6050/3	208
CFR0927	8685021447	MARCIA CLAUDETE DA SILVEIRA	6050/3	208
CNP6987	8685020825	MARIA ZUNINO SILVEIRA	6050/3	208
CYR6283	8685020749	MARCELO WOZNIAK	6050/3	208
DIK1109	8685020985	ADELSON DA COSTA	6050/3	208
FBZ5553	8685021424	BLONDINA KUNTZ	6050/3	208
LXA8369	8685020966	ZULMARA LUIZA GESSER	6050/3	208
LXG8374	8685021008	ROGERIO RAMOS COUTINHO	6050/3	208
LXL8338	8685020950	OLIMPIO FONTANELLI	6050/3	208
LYR2963	8685020629	NILZO SCHMITZ	6050/3	208
LZD1102	8685021083	ILMAR ALFREDO MACHADO	6050/3	208
MAB8904	8685020763	MATEUS LUIZ DE SOUZA	6050/3	208
MBE0480	8685021213	ALESSANDRA MELIM DIAS	6050/3	208
MBR5575	8685020766	HANS THOMAS TAX	6050/3	208
MCK6332	8685020800	MAYKON EMERIM DA LUZ	6050/3	208
MCQ3704	8685020740	SUSANA PERIN CARNAUBA	6050/3	208
MDQ3575	8685021110	MARIA DE SOUZA E SILVA MAAS	6050/3	208
MDT8943	8685020794	CELIA ANGELICA FERREIRA FISTAROL	6050/3	208
MEU4712	8685021646	STANIEL OLIVEIRA JAGUSZEWSKI E JANIEL OLIVEIRA JAGUS	6050/3	208
MFP9188	8685020781	BENEDITO GODOY JUNIOR	6050/3	208
MFT3185	8685021391	JEAN LUCAS FONTOURA DE OLIVEIRA	6050/3	208
MFV5098	8685020984	IRINEU TAVARES	6050/3	208
MGA3241	8685020925	LEILA BRUNER	6050/3	208
MGC1131	8685020992	CLEBER EDUARDO CORTABITARTE	6050/3	208
MGJ5742	8685020809	JOSE MAURICI DEBARBA	6050/3	208

MGM0118	8685021539	SERGIO LUIZ HANN	6050/3	208
MGV2224	8685020786	CIRIO DA SILVA	6050/3	208
MHE9499	8685020790	MARINA CRUZ KREPSKY HENGERS	6050/3	208
MHQ2634	8685020956	MARIA BERNADETE SCHREIBER	6050/3	208
MHR8940	8685021449	RENATO GENESIO SANSÃO	6050/3	208
MHY9385	8685020907	RODRIGO CORREA	6050/3	208
MJE1069	8685020914	MARLENE D AVILA DE ABREU	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 685 564/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 564/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGY7902	8685021790	JOCILEIA BARBOSA CAETANO	6050/3	208
APT3330	8685021725	ENIO BOZZANO	6050/3	208
CLR8647	8685021785	JAIR ANDRES	6050/3	208
CTR4475	8685021701	ANTONIO JOSE DUARTE	6050/3	208
CYV4492	8685021742	LETICIA SUELEN THOMAZ	6050/3	208
DDO0904	8685021767	LINDOMAR DOS SANTOS	6050/3	208
HWJ3828	8685021595	INDIAMARA APARECIDA NEVES CAURIO	6050/3	208
IEQ0971	8685021708	ORLANDO DE OLIVEIRA	6050/3	208
INH6223	8685021712	HELOISA BIANCHINI BAUMGARTNER	6050/3	208
KMB8354	8685022108	FERREIRA SANTOS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - MI	6050/3	208
LWT2884	8685020750	ALBINO GARLINI	6050/3	208
LWX3092	8685020792	VALDIR RIBEIRO	6050/3	208
LYL4703	8685021777	ALEXANDRE RODRIGUES	6050/3	208
LZT1951	8685021823	ARISTIDES ELIAS DUARTE	6050/3	208
LZW0241	8685021753	VILCEMA CUNHA PLAUTZ	6050/3	208
MAX1872	8685021607	JAIR DE SOUZA	6050/3	208
MBD0904	8685021761	BRUNO CORREIA DE BORBA	6050/3	208
MBR3098	8685021682	ROSELI SCHIPMANN	6050/3	208
MBV6695	8685021791	LUIZ RENATO QUADROS MAGALHAES	6050/3	208
MCH3115	8685021649	AUTOLOCADORA LOCAVALE LTDA ME	6050/3	208
MCI2905	8685021769	ISAUREMA FRANCISCA DA SILVA SA	6050/3	208
MCM3105	8685021616	JOAO DONISETE	6050/3	208
MCY1704	8685021798	AUGUSTA JACINTO	6050/3	208
MDD6446	8685021571	MAURICIO DE OLIVEIRA BUENO	6050/3	208
MDM7144	8685021702	ODIR SANTO COMANDOLLI	6050/3	208
MEB2401	8685021656	VILMAR JOSE GRANEMANN NETO	6050/3	208

MEM7827	8685021629	MARIANA PENA CAETANO	6050/3	208
MEN2725	8685021600	JV SUL COMERCIO LTDA	6050/3	208
MEN7205	8685021023	ADENIR DE SOUZA	6050/3	208
MFD6444	8685021776	FABIO WEHMUTH	6050/3	208
MFE2233	8685021825	CATARINA SCHWEIGERT	6050/3	208
MFO8018	8685021778	MARTHA HELENA DA ROCHA BARROS	6050/3	208
MFZ5217	8685021560	ISABEL CONINCK	6050/3	208
MGO4718	8685020892	SUELEN REGINA VENERA	6050/3	208
MGV1274	8685021051	MARCIO JAMERSON SIQUEIRA SILVA	6050/3	208
MGV6077	8685021028	PEDRO PAULO FERREIRA	6050/3	208
MGZ1416	8685021551	NORMA DOS SANTOS GARCIA	6050/3	208
MHC0488	8685022133	CARLOS CESAR ACORSI	6050/3	208
MHY5143	8685021659	VALMIR KELIM GOMES	6050/3	208
MIV0910	8685020838	FORBECI CORRETORA DE SEGUROS LTDA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE MAIO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 460/2011

PORTARIA Nº 460/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 29 de abril de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora EDITE DOMINGUES DA SILVA (Matr. 229), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/G, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 461/2011

PORTARIA Nº 461/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de Abril de 2011 até 26 de Agosto de 2011, conforme preceitua o Artigo 76 da Lei Complementar Nº. 191/2005, à Servidora JANAINA COUSSOU LARROSA (Matr. 2869), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo - Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 462/2011

PORTARIA Nº 462/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 02

de maio de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (Matr. 2083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/B, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 463/2011

PORTARIA Nº 463/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER retorno às atividades a pedido, do Servidor BRUNO ANTONIO MARESCHE (Matr. 338), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível/Referência 10/D, 10 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 78, § 3º da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 464/2011

PORTARIA Nº 464/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LUANA DA SILVA (Matr. 2724), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2010 e 14 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 02 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 465/2011

PORTARIA Nº 465/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ALESSADRA CRISTIANE MASCARELLO (Matr. 2725), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2010 e 14 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 466/2011

PORTARIA Nº 466/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora EDILES DREY DE GIACOMETI, (Matr. 3013), ocupante do cargo de Provimento Eletivo de Conselheira Tutelar, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 467/2011

PORTARIA Nº 467/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ARY CHAITEL (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível/Referência 2/K, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2010 e 28 de fevereiro de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que

preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 468/2011

PORTARIA Nº 468/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (Matr. 540), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência 4/2/F, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de setembro de 2008 e 20 de setembro de 2009, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 469/2011

PORTARIA Nº 469/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO VANDERLEI FERREIRA (Matr. 1759), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência 1/C, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de abril de 2010 e 03 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 470/2011

PORTARIA Nº 470/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ BERTUSSO NETO (Matr. 129), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível/Referência 3/L, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de abril de 2009 e 10 de abril de 2010, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 471/2011

PORTARIA Nº 471/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CLEIMAR PIOVESAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, Nível/Referência 12/M, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2009 e 30 de junho de 2010, para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 472/2011

PORTARIA Nº 472/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON (Matr. 2883), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2010 e 01 de janeiro de 2011,

para serem gozadas a partir de 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 473/2011

PORTARIA Nº 473/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA (Matr. 3349), a partir de 02 de maio de 2011 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, em Escola Municipal, classificada em 39º lugar, aprovada pelo Processo Seletivo 002/2010 - SMECE de 17 de novembro de 2010, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 474/2011

PORTARIA Nº 474/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CRISTIANE LIMA (Matr. 3350), a partir de 02 de maio de 2011 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor Leigo, 40 horas semanais, para atuar no Tele Centro, na Casa da Cultura, Disciplina de Informática, classificada em 6º lugar, aprovada pelo Processo Seletivo 002/2010 - SMECE de 17 de novembro de 2010, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 475/2011
PORTARIA Nº 475/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Adicional por grau de instrução à Nível de Graduação, à Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência, 5/E, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com fulcro no art. 61, inciso II, da LC Nº. 197/2006, a partir de 02 de maio de 2011, conforme requerimento deferido em anexo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 476/2011
PORTARIA Nº 476/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 02 de maio de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, ao Servidor RODRIGO FRANCISCO DA SILVA (Matr. 3093), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Maio de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 3.891.2011

Lei Complementar nº 3.891, de 03 de maio de 2011.
Altera a redação dos Anexos 1, 2 e 3, da Lei Complementar nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos 1,2 e 3 da Lei Complementar

nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO "1"

(Referente ao Anexo I da Lei nº 1.144/91)
LC nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009.

NOMINATA DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

QUANT.	NOMENCLATURA	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA FG (R\$)
18	Diretor(a)	Gratificação	1.100,00
1	Tesoureiro	Gratificação	1.300,00
24	Chefe de Departamento	Gratificação	600,00
1	Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	750,00
1	Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	750,00
1	Coordenador(a)	Gratificação	500,00
4	Assessor(a) Jurídico(a)	Gratificação	1.100,00
2	Administrador Distrital	Gratificação	600,00
3	Assessor(a) I	Gratificação	750,00
10	Assessor(a) II	Gratificação	500,00
20	Assessor(a) III	Gratificação	400,00
20	Assessor(a) IV	Gratificação	350,00
20	Assessor(a) V	Gratificação	300,00
1	Motorista Executivo	Gratificação	1.000,00

ANEXO "2"

(Referente ao Anexo V da LC nº 1.984/99)
LC nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009.

NOMINATA DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - FR

QUANT.	NOMENCLATURA	CONDICIONANTES	VALOR DA FR (R\$)
10	Diretor(a) de Escola	acima de 500 alunos	500,00
		de 300 a 499 alunos	400,00
		até 299 alunos	300,00
14	Coordenador de CEI	-	300,00
17	Secretário(a) de Escola	-	200,00
05	Coordenador(a) de Projetos ou Ações	-	200,00

ANEXO "3"

(Referente ao Anexo IV da LC nº 1.984/99)
LC nº 3.445, de 29 de janeiro de 2009.

NOMINATA DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

QUANT.	NOMENCLATURA	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA FG (R\$)
3	Diretor(a)	Gratificação	1.100,00
6	Chefe de Departamento	Gratificação	600,00
1	Coordenador(a)	Gratificação	500,00

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de maio de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 3.892.2011

Lei Complementar nº 3.892, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I
DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 1º A estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Imbituba efetua-se através dos princípios constitucionais de administração pública, mediante as disposições da presente Lei Complementar.

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO PÚBLICA**

Art. 2º As atividades do Governo Municipal abrangem os seguintes princípios:

- I - planejamento estratégico;
- II - execução;
- III - coordenação.

**Seção I
Do Planejamento Estratégico**

Art. 3º O Governo Municipal adotará o Planejamento Estratégico como instrumento de ação para o desenvolvimento sustentável do município.

§ 1º O Planejamento Estratégico compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos de gestão:

- I - Plano Plurianual;
- II - Diretrizes Orçamentárias;
- III - Orçamentos Anuais;
- IV - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- VI - Programa de Governo.

§ 2º A elaboração e execução do Planejamento Estratégico do município deverão guardar consonância com os planos e programas da União e do Estado.

§ 3º O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas, o critério de prioridade, segundo a disponibilidade de recursos orçamentários, a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse público.

**Seção II
Da Execução**

Art. 4º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observando os critérios de organização, racionalização e produtividade.

**Seção III
Da Coordenação**

Art. 5º As atividades da Administração Municipal, especialmente a execução de planos e programa de governo, serão de permanente coordenação.

Art. 6º A coordenação será exercida em todos os níveis da Administração Municipal, mediante atuação dos dirigentes individuais, realização sistemática de reuniões com a participação dos dirigentes subordinados e a instituição e funcionamento de colegiados em cada nível administrativo.

CAPÍTULO II**DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 7º São instrumentos de realização das atividades administrativas:

- I - controle;
- II - delegação de competência;
- III - descentralização;
- IV - desconcentração.

**Seção I
Do Controle**

Art. 8º O controle das atividades da Administração Municipal deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

- I - O controle, pelo dirigente competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que regulam a atividade específica do órgão controlado; e
- II - O controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens do Município pelos órgãos da administração financeira e patrimonial.

**Seção II
Da Delegação de Competência ou Atribuições**

Art. 9º A delegação de competência ou de atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas a atender.

Art. 10. É facultado ao Chefe do Poder Executivo delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes ou servidores subordinados, para a prática de atos administrativos, na forma da lei.

**Seção III
Da descentralização**

Art. 11. A execução das atividades da Administração Municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralizada.

Art. 12. O Governo Municipal recorrerá para a execução e serviços sempre que admissível e aconselhável, mediante concessão, permissão, autorização, convênio, contrato ou parceria, a órgãos ou entidades do setor público estadual, municipal ou a pessoas ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de servidores.

**Seção IV
Da desconcentração**

Art. 13. As atividades da Administração Municipal serão, tanto quanto possível, desconcentradas, através da distribuição de competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.

**TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 14. A Estrutura Organizacional Básica do Governo Municipal compõe-se dos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO Prefeito Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Articulação Política - SAP:
 - 1. Diretoria de Relações Institucionais - DRI;
 - 2. Diretoria de Comunicação - DICOM;
 - 3. Secretaria Executiva - SEC.

- b) Procuradoria Geral do Município - PGM:
1. Assessoria Jurídica - ASJUR;
 2. Diretoria de Contratos e Convênios - DICONV;
 - 2.1. Departamento de Contratos - DCON;
 3. Diretoria de Defesa e Proteção do Consumidor - PROCON.

- c) Controladoria Geral e Planejamento - CGP:
1. Supervisão de Auditoria e Processo Administrativo - SAPRA;
 2. Supervisão de Gestão, Orçamento e Planejamento - SGOP.

- d) Assessoria - ASS:
1. Assessoria I;
 2. Assessoria II;
 3. Assessoria III;
 4. Assessoria IV;
 5. Assessoria V.

II - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SE-AGP:

1. Diretoria de Gestão Pública - DIGEP;
- 1.1. Departamento de Documentação e Patrimônio - DDP;
- 1.1.1. Arquivo Público Municipal - APM;
- 1.2. Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI;
- 1.3. Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP;
2. Diretoria de Compras e Licitações - DICL;
- 2.1. Departamento de Compras - DEC;
- 2.2. Departamento de Licitações - DELIC.

- b) Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ:

1. Diretoria de Controle Tributário - DICOT;
- 1.1. Departamento de Fiscalização Tributária - DEFISC;
2. Diretoria de Orçamento - DIOR;
3. Departamento de Contabilidade - DECONT;
4. Tesouraria - TES.

- c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turístico - SEDETUR:

1. Diretoria de Turismo - DITUR;
- 1.1. Departamento de Desenvolvimento Econômico - DECON;
2. Departamento de Desenvolvimento Turístico - DETUR.

- d) Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA:

1. Departamento de Serviços Públicos - DSP;
2. Diretoria Municipal de Trânsito - DMUTRAN;
3. Departamento de Projetos - DEPROJ;
4. Diretoria de Defesa Civil - DDC.

- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - SEDURB:

1. Diretoria de Gestão Urbana e Ambiental - DIGUA;
- 1.1. Departamento de Urbanismo - DEURB;
- 1.2. Departamento de Saneamento - DESAN;
- 1.3. Departamento de Meio Ambiente - DEMA;
- 1.4. Departamento de Fiscalização Urbana e Ambiental - DEFUA.

- f) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP:

1. Departamento de Desenvolvimento Rural - DERUR;
2. Departamento de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura - SDPA.

- g) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE:

1. Diretoria de Educação - DIEDUC;
- 1.1. Departamento de Ensino Infantil - DEINF;
- 1.2. Departamento de Ensino Fundamental - DEF;
- 1.3. Departamento Administrativo - DEAD;
- 1.4. Departamento Financeiro - DEFIN;
2. Diretoria de Cultura - DIC;

3. Diretoria de Esporte - DESP;
- 3.1. Departamento de Esporte Amador - DEAM;
- 3.2. Departamento de Esportes Náuticos - DENAU;
4. Coordenação de Assuntos para Juventude.

- h) Secretaria Municipal de Saúde - SMS:

1. Diretoria de Saúde Pública - DSP;
- 1.1. Departamento Administrativo-Financeiro - DEAFIN;
- 1.2. Departamento de Regulação, Auditoria, Controle e Avaliação - DRACA;
2. Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS;
3. Diretoria de Programas de Saúde - DIPROS;
- 3.1. Supervisão dos Programas de Saúde - SPS;
4. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS - CEP-DST/AIDS.

- i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação

1. Diretoria de Gestão Social - DIGES;
- 1.1. Departamento de Assistência Social - DEAS;
- 1.2. Departamento de Atenção ao Idoso e Promoção da Cidadania - DEPC;
- 1.3. Departamento de Atenção à Criança e ao Adolescente - DE-ACA;
- 1.4. Departamento de Trabalho e Habitação - DTH;
2. Coordenação do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

III - ÓRGÃOS DE DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul - SDR/SUL

1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul - DIR/SUL.

- b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte - SDR/NORTE

1. Departamento de Infraestrutura Regional/Norte- DIR/NORTE.

- c) Administração Distrital de Vila Nova

- d) Administração Distrital de Mirim

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO Prefeito Municipal

Seção I

Da Secretaria Municipal de Articulação Política

Art. 15. À Secretaria Municipal de Articulação Política compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

I - as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;

II - executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;

III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;

IV - representação, atendimento e articulação política e social;

V - serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;

VI - coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal.

Seção II

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 16. À Procuradoria Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

- I - defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- II - emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- II - redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos, convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

Seção III

Da Controladoria Geral e Planejamento

Art. 17. À Controladoria Geral e Planejamento compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de planejamento estratégico e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

Seção IV

Da Assessoria

Art. 18. À Assessoria compete prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Prefeito e às unidades organizacionais internas da Prefeitura.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Seção I

Da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Art. 19. À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - administração e legislação de pessoal;
- II - gestão de materiais e do patrimônio;
- III - reprografia e digitalização de documentos públicos;
- IV - elaboração, coordenação e execução das atividades de informática;
- V - controle da publicidade legal;
- VI - controle de sua frota de veículos.

Seção II

Da Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 20. À Secretaria Municipal da Fazenda, compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I - Cadastro imobiliário;
- II - Controle e administração tributária;
- III - Arrecadação e cobrança de tributos;
- IV - Administração financeira e contábil;
- V - Definição das prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros, com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso;
- VI - Elaboração da proposta orçamentária, em conjunto com as demais secretarias, sob a supervisão da CGP;
- VII - controle de sua frota de veículos.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico

Art. 21. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - adoção de medidas de promoção do desenvolvimento sócio-econômico e da atividade empresarial;
- II - promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico sustentável, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- III - estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- IV - incentivo e apoio à economia solidária;
- V - realização de eventos de cunho econômico e turístico;
- VI - divulgação das potencialidades turísticas e econômicas do Município;
- VII - controle de sua frota de veículos.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 22. À Secretaria Municipal de Infraestrutura compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - execução e manutenção da infra-estrutura urbana, das praças e parques;
- II - conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- III - manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- IV - gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários, trânsito e iluminação pública;
- V - controle da frota de veículos.

Seção V

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

Art. 23. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, como entidade reguladora do serviço de saneamento, da política municipal de saneamento, de desenvolvimento urbano sustentável e do meio ambiente compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- II - elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano e ambiental;
- III - coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- IV - desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- V - gestão, controle e fiscalização dos serviços de saneamento;
- VI - zelar pela aplicação do plano diretor de desenvolvimento sustentável;
- VII - implementar a política municipal de meio ambiente;
- VIII - controle de sua frota de veículos.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

Art. 24. À Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- II - preservação e conservação do solo e da água no meio rural;
- III - prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- IV - estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- V - estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- VI - estimular a implantação do horto florestal;
- VII - motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;
- VIII - controle de sua frota de veículos.

Seção VII**Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**

Art. 25. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - educação básica;
- II - magistério;
- III - nutrição escolar;
- IV - assistência e apoio ao educando;
- V - estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e supletivo;
- VI - transporte escolar;
- VII - fomento a cultura e ao esporte;
- VIII - controle de sua frota de veículos.

Seção VIII**Da Secretaria Municipal de Saúde**

Art. 26. À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;
- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial e controle hospitalar;
- V - vigilância à saúde;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle de sua frota de veículos.

Seção IX**Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação - SEDESTH**

Art. 27. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - formulação e coordenação da política municipal e desenvolvimento social relacionada com:
 - a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta, em sua área de competência;
 - b) o trabalho, a geração de emprego e renda, em especial o fomento às políticas de inclusão produtiva, visando a promover o desenvolvimento social nas regiões do Município;
- II - implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social - Suas-;
- III - formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- IV - promoção e divulgação de ações que garantam a eficácia das normas vigentes de defesa dos direitos humanos estabelecidos na Constituição da República, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em acordos dos quais o Brasil seja signatário;
- V - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
 - a) dos direitos da criança e do adolescente e, nos limites de sua competência, promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 - b) da mulher e, nos limites de sua competência, promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 - c) defesa da pessoa com deficiência, nos limites e sua competência, promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- VI - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social, nos limites de sua competência, promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- VII - manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de

territórios sociais;

VIII - apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

IX - promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

X - desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

XI - gestão do "Espaço Cidadão", visando facilitar aos cidadãos o acesso aos serviços de alistamento militar, emissão de carteira de trabalho e carteira de identidade;

XII - exercer atividades correlatas;

XIII - controle de sua frota de veículos.

CAPÍTULO III**DOS ÓRGÃOS DE DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL****Seção I****Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul - SDR/SUL**

Art. 28. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul compete desenvolver as atividades de natureza administrativa e de representação política e social na região sul do município, especialmente:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;

IV - exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;

V - controle de sua frota de veículos.

Seção II**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte - SDR/NORTE**

Art. 29. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte compete desenvolver as atividades de natureza administrativa e de representação política e social na região norte do município, especialmente:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;

IV - exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;

V - controle de sua frota de veículos.

Seção III**Administração Distrital de Vila Nova**

Art. 30. À Administração Distrital de Vila Nova compete desenvolver as atividades de natureza administrativa e de representação política e social no Distrito de Vila Nova, especialmente:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o

Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais.

Seção IV Administração Distrital de Mirim

Art. 31. À Administração Distrital de Mirim compete desenvolver as atividades de natureza administrativa e de representação política e social no Distrito de Mirim, especialmente:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais.

CAPÍTULO IV DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 32. Ficam criados na estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Imbituba os cargos de provimento em comissão, correspondentes aos órgãos mencionados no art. 14 supra, na forma do Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º Os cargos em comissão mencionados neste artigo são regidos pelos critérios de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A forma remuneratória e seus respectivos valores, dos cargos de provimento em comissão, estão dispostos no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 3º Aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, será aplicado o regime jurídico adotado pela Administração Municipal, com os condicionantes impostos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 4º Ficam definidos como de Agentes Políticos os cargos de Secretários Municipais, Procurador Geral e Controlador Geral, na forma do § 4º, do Art. 39, da Constituição da República de 1988, com redação dada pela EC n.º 19, de 04 de junho de 1998.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA GESTÃO MUNICIPAL

Art. 33. Constituem premissas éticas fundamentais dos agentes públicos:

I - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstenendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

II - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

III - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

§ 1º É vedado ao agente público:

I - o uso do cargo, emprego ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

II - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

III - conduzir pleitos ou elaborar projetos de cunho privado para

atendimento a interesse particular utilizando-se de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

IV - exercer atividade profissional privada em consonância com as mesmas atividades desenvolvidas no serviço público, exceto quando houver expressa previsão legal.

§ 2º As disposições deste artigo não invalidam outras normas repressoras da conduta ética.

Art. 34. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, por Lei Complementar, o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos Municipais de Imbituba estabelecendo objetivos, princípios, deveres, vedações, sanções e demais disposições, observados os princípios constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Ficam consignadas as alterações necessárias na redação de todas as normas vigentes no âmbito municipal, adequando-as as denominações dos órgãos relacionados nesta Lei Complementar, no que for pertinente à preponderância das atividades relacionadas ao respectivo órgão.

Art. 36. O sistema administrativo previsto na presente Lei Complementar entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que o compõem forem sendo implantados, segundo a conveniência da Administração Municipal e as disponibilidades de recursos.

Art. 37. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir Decretos e os demais atos necessários à plena execução da presente Lei Complementar.

Art. 38. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 39. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40. Ficam revogadas as seguintes normas e demais disposições em contrário:

- I - Lei Complementar nº 3.444, de 29 de janeiro de 2009;
- II - Lei Complementar nº 3.527, de 08 de julho de 2009;
- III - Lei Complementar nº 3.470, de 25 de março de 2009;
- IV - Lei Complementar nº 3.456, de 11 de fevereiro de 2009;
- V - Lei Complementar nº 3.674, de 22 de abril de 2010;
- VI - Lei Complementar nº 3.693 de 26 de maio de 2010;
- VII - Lei Complementar nº 3.701 de 08 de junho de 2010;
- VIII - Lei Complementar nº 3.707, de 15 de junho de 2010;
- IX - Lei Complementar nº 3.728, de 03 de agosto de 2010;
- X - Lei Complementar nº 3.731, de 05 de agosto de 2010;
- XI - Lei Complementar nº 3.755, de 09 de setembro de 2010;
- XII - Lei Complementar nº 3.765, de 14 de outubro de 2010.

Imbituba, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO ÚNICO

LC nº 3.892, de 03 de maio de 2011.

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO				
DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	12	Subsídio	4.200,00
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	4.200,00
Controlador(a) Geral	Controladoria Geral e Planejamento	1	Subsídio	4.200,00
Diretor (a)	Diretoria	21	Remuneração	1.800,00
Tesoureiro	Tesouraria	1	Remuneração	2.000,00
Chefe de Departamento	Departamento	30	Remuneração	1.250,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	1.500,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenadoria Executiva	1	Remuneração	1.500,00
Coordenador(a)	Coordenadoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) Jurídico(a)	Assessoria Jurídica	4	Remuneração	2.000,00
Administrador Distrital	Administração Distrital	2	Remuneração	1.250,00
Assessor(a) I	Assessoria	3	Remuneração	1.500,00
Assessor(a) II	Assessoria	10	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) III	Assessoria	20	Remuneração	800,00
Assessor(a) IV	Assessoria	20	Remuneração	700,00
Assessor(a) V	Assessoria	20	Remuneração	600,00

Lei Complementar Nº 3.893.2011

Lei Complementar nº 3.893, de 03 de maio de 2011.

Reformula a Política Municipal de Saneamento Básico de Imbituba de acordo com as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico e aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de

atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município

tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, o município poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

§ 3º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II - pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II Dos Princípios

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III Dos Objetivos

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo

e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento

básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Controle Municipal de Saneamento Básico;

III - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

Parágrafo único. O item previsto no inciso I é condição de validade para a celebração de contratos que tenham por objeto a delegação da prestação de serviços públicos de saneamento básico

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, como documento oficial destinado a execução dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, tendo como objetivo articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de 30 (trinta) anos e contem, como principais elementos: I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico- financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água coleta e tratamento de esgoto sanitário, instituído por esta lei será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º As alterações decorrentes da atualização do Plano Municipal de Saneamento deverão ser apreciadas pela Câmara de Vereadores.

§ 2º A delegação dos serviços públicos de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo delegatário do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III

Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 20. O Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA é órgão colegiado autônomo, fiscalizador, de nível estratégico para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais, também responsável por fomentar as ações de controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 1º O COMUSA é a responsável pela promoção de Conferência Municipal de Saneamento Básico, que é fórum de debate aberto a toda sociedade civil, a ser realizado de acordo com a avaliação de conveniência e oportunidade do COMUSA.

§ 2º O estatuto do COMUSA regerá o seu funcionamento.

§ 3º Os integrantes do COMUSA não farão jus à remuneração.

Art. 21. O COMUSA será constituído com representantes e respectivos suplentes:

I - do poder público, sendo:

a) O titular da secretaria municipal de turismo e meio ambiente;

b) O titular da secretaria municipal de saúde;

c) O titular da secretaria municipal de transporte, obras e serviços públicos;

d) O titular da entidade regulada;

e) Um representante da entidade reguladora;

f) Um representante do PROCON municipal;

g) Um representante da APA da Baleia Franca;

h) Um representante da Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

II- da sociedade civil, através dos usuários efetivos e potenciais do serviço, dos trabalhadores, profissionais e organizações não governamentais, ligadas ao saneamento, sendo:

a) Um representante de cada região de planejamento prevista no plano diretor de desenvolvimento sustentável de Imbituba;

b) Um representante dos trabalhadores da área de saneamento;

c) Um representante dos profissionais da área de saneamento;

d) Um representante de entidades ambientalistas que tenham atuação nas áreas de saneamento, meio ambiente ou recursos hídricos.

Seção IV

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações

relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em até 180 dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 23. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 24. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrosanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade;

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 25. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 26. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão

admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 27. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 28. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 30. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 31. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais, submetidos previamente às respectivas entidades reguladoras.

Art. 34. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias devem ser previamente submetidas às respectivas entidades reguladoras.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 37. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 38. A regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico serão realizados por entidade reguladora com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 39. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, assegurando o rigoroso cumprimento dos contratos de prestação ou de delegação de prestação dos serviços de saneamento básico;

III - controlar a política tarifária, nos termos da legislação e dos contratos, conciliando o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e o princípio da modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 40. A entidade reguladora deverá editar normas, sempre respeitando os contratos firmados anteriormente, relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º A entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 41. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 42. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações

necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Revoga-se a Lei Complementar Municipal 2.383, de 16 de julho de 2003 e a Lei Ordinária Municipal 2.196 de 13 de novembro de 2001.

Imbituba, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.889.2011

Lei nº 3.889, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Educação (COMED), com funções de caráter deliberativo, normativo, propositivo, consultivo, fiscalizador e controlador da implementação das Políticas de Educação Municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno, normatizando o exercício de suas atribuições, condições de funcionamento e constituição de comissões;

II - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à Educação e ao ensino;

III - participar da elaboração da lei do Sistema Municipal de Ensino, fixar suas normas complementares e estabelecer as diretrizes para:

a) gestão democrática nos estabelecimentos de ensino público da rede municipal;

b) valorização dos profissionais da Educação;

c) concessão de bolsas de estudos e auxílios a estudantes carentes;

d) participação da comunidade nas discussões referentes às políticas públicas para o sistema Municipal de Ensino.

IV - assessorar o Governo Municipal na formulação de políticas educacionais, acompanhar sua execução e aprovar os planos para aplicação dos recursos em educação, com atenção especial ao previsto na Constituição Federal;

V - emitir parecer sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de educação e ensino do Sistema Municipal de

Ensino, e neles promover diligência por meio de comissões especiais, propondo as medidas cabíveis e, quando necessário, encaminhar a questão à Secretaria Municipal de Educação, ou órgão equivalente, para a abertura do respectivo processo administrativo, se for o caso;

VI - emitir resoluções e pareceres sobre questões e projetos de natureza educacional, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

VII - manter intercâmbio e propor associação com os conselhos de educação de âmbito nacional, estadual e municipal, e com outras instituições afins.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Educação é assegurado o direito de atuar com independência em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ou autoridade de nomeação equivalente, deve apreciar as decisões do Conselho Municipal de Educação em um prazo máximo de sessenta dias, ou devolvê-las ao Conselho, acompanhadas das solicitações das alterações com as devidas justificativas.

Parágrafo único. Vencido o prazo previsto no caput as decisões do Conselho Municipal de Educação devem ser consideradas aprovadas.

Art. 5º As decisões do Conselho Municipal de Educação, no âmbito de sua competência, devem ser cumpridas pelas autoridades competentes.

Art. 6º O desempenho das funções de conselheiro municipal de educação:

I - não deve ser remunerado;

II - é considerado atividade de relevante interesse social, com prioridade sobre quaisquer cargos ou função pública e/ou privada;

III - assegura a dispensa de seu comparecimento ao local de trabalho durante o período das reuniões do conselho e demais atividades de conselheiro, que devem ser consideradas extensões das funções exercidas na entidade que representa.

Art. 7º Os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão oriundos de dotação orçamentária própria, consignados no orçamento do Município.

§ 1º Os conselheiros terão direito à inscrição, passagem e estadia para participarem de encontros voltados à sua função, quando previstas na dotação;

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ou órgão equivalente, assegurar a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Conselho, incluídos seus serviços técnico-administrativos.

Art. 8º O Conselho Municipal de Educação é constituído de 10 (dez) membros, cada um deles representando uma das seguintes entidades ou segmentos que tenham, obrigatoriamente, área de atuação dentro do município:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ou órgão equivalente;

II - Sindicato de funcionários do serviço público municipal;

III - Sindicato de trabalhadores em educação da rede estadual;

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Estabelecimentos de ensino da rede pública estadual;

VI - Instituições de ensino da iniciativa privada, de cooperativas de ensino, e de ensino superior com sede ou extensão em Imbituba;

VII - Associações de pais e professores ou Conselhos Deliberativos Escolares da rede pública municipal de ensino;

VIII - Associações de pais e professores ou Conselhos Deliberativos Escolares da rede estadual de ensino;

IX - Conselho Tutelar;

X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SEDESTH).

§ 1º Outras entidades podem integrar o Conselho Municipal de Educação depois de seu pedido formal ser aprovado pelo prefeito municipal.

§ 2º Cada entidade deve indicar seus representantes titular e suplente.

§ 3º Para a indicação dos representantes de cada segmento deve ser observado o disposto no regimento interno do conselho.

§ 4º Todos os conselheiros devem ter domicílio neste município.

Art. 10. Os representantes das entidades e dos segmentos, assim como seus respectivos suplentes, são nomeados conselheiros por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Cada conselheiro tem um mandato de 02 (dois) anos pela entidade que representa, permitida a recondução uma vez consecutiva.

Parágrafo único. Os representantes das entidades não podem ser substituídos até o término de seu mandato, salvo se sobreviver sua renúncia justificada por escrito, impedimento por força de lei ou destituição em forma prevista no Regimento Interno.

Art. 12. O presidente, o vice-presidente e o secretário serão eleitos em sessão plenária do Conselho Municipal de Educação, especificamente convocada para este fim a 30 (trinta) dias do término dos respectivos mandatos.

Art. 13. A estrutura e o funcionamento do Conselho e suas comissões serão estabelecidos em seu Regimento Interno, que também definirá:

I - os procedimentos para as eleições para composição da mesa diretora;

II - as atribuições do presidente, vice-presidente e secretário;

III - forma e prazo de convocação para as reuniões e sua periodicidade, o quorum para sua instalação e votações, bem como o processo de condução dos trabalhos;

IV - o preenchimento das vacâncias que ocorrerem pelo afastamento de seus conselheiros e de membros da mesa diretora;

V - descrição detalhada dos motivos que justificam a destituição de um conselheiro.

Parágrafo único. O Regimento Interno e suas alterações posteriores somente produzirão efeitos depois de aprovados por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos.

Art. 14. A secretaria Executiva e Assessoria Técnica do Conselho Municipal de Educação serão exercidas por funcionários do quadro do funcionalismo público municipal, por determinação do chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1924/99, de 17 de agosto de 1999.

Imbituba, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.890.2011

Lei nº 3.890, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.237,76 (quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP
Programa: 6 - Incentivo a Agricultura e Pesca

Projeto (Ação): 2.021 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

Funcional programática: 20.122.0006

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0099) Aplicações Diretas 46.237,76

Total 46.237,76

Art. 2º O crédito adicional suplementar no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 46.237,76 (quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos):

Órgão: 08 - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Unidade: 08.01 - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Programa: 7 - Governo de Imbituba Fazendo ainda Mais

Projeto (Ação): 2.017 - Manutenção da Seinfra

Funcional programática: 12.361.0009

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0090) Aplicações Diretas 46.237,76

Total 46.237,76

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 037.2011

DECRETO PMI Nº 037, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.890, de 03 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.237,76 (quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP

Programa: 6 - Incentivo a Agricultura e Pesca

Projeto (Ação): 2.021 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

Funcional programática: 20.122.0006

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0099) Aplicações Diretas 46.237,76

Total 46.237,76

Art. 2º O crédito adicional suplementar no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 46.237,76 (quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos):

Órgão: 08 - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Unidade: 08.01 - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Programa: 7 - Governo de Imbituba Fazendo ainda Mais

Projeto (Ação): 2.017 - Manutenção da Seinfra

Funcional programática: 12.361.0009
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0090) Aplicações Diretas 46.237,76
Total 46.237,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 092/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 092, de 02 de maio de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de férias concedidas ao servidor PEDRO FRANCISCO BENTO, Auxiliar de Serviços, matrícula 454, inscrito no CPF sob o n.º 345.107.029-49, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 74-81/2011, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2009/2010	02/05/2011 a 31/05/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 02 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 093/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 093, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de férias concedidas ao servidor JOÃO ANSELMO, Auxiliar de Serviços, matrícula 213, inscrito no CPF sob o n.º 306.041.929-91, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 605/2005, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2000/2001	1º/06/2011 a 30/06/2011
2001/2002	1º/07/2011 a 30/07/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 094/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 094, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de férias concedidas a servidora LINDOMAR PIRES DO NASCIMENTO, Assistente Administrativo, matrícula 269, inscrita no CPF sob o n.º 344.933.449-20, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 82-58/2011, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2008/2009	1º/07/2011 a 30/07/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 095/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 095, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de férias concedidas a servidora MARIA TEREZINHA DE SOUZA FERNANDES, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 355, inscrita no CPF sob o n.º 398.363.209-20, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 200/2009, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2006/2007	1º/06/2011 a 30/06/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 096/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 096, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora LUCIMAR FORTUNATO RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n.º 789.575.839-04, admitida em 01 de agosto de 1994, contrato nº 282, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2004 a 2009	01.03.2011 a 30.03.2011 02.05.2011 a 31.05.2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 097/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 097, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA TEREZA CARDOSO DE CARVALHO, inscrita no CPF sob o n.º 377.280.839-53, admitida em 03 de junho de 1985, contrato nº 352, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2005 a 2010	03.05.2011 a 31.07.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 098/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 098, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora IRENE BORGES MACHADO, inscrita no CPF sob o n.º 029.184.249-60, admitida em 22 de fevereiro de 2002, contrato nº 1538, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2002 a 2007	05.05.2011 a 02.08.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 099/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 099, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ROSA MARIA RAMOS SOUSA, inscrita no CPF sob o n.º 888.377.779-49, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 483, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2003 a 2008	01.04.2011 a 29.06.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 100/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 100, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora DALILA PACHECO AMARO, inscrita no CPF sob o n.º 029.055.949-93, admitida em 17 de julho de 2002, contrato nº 1711, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2002 a 2007	02.05.2011 a 31.05.2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2011.
	01.06.2011 a 30.06.2011	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 101/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 101, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 3556, de 01 de abril de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARI STELA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 704.902.799-53, Assistente Social, matrícula n.º 308, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a partir de 27 de abril de 2011, pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 102/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 102, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre a concessão de Prorrogação Licença Sem Vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 3707, de 06 de abril de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA MACIEL, inscrita no CPF sob o n.º 415.092.009-59, Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 1783, PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a partir de 27 de abril de 2011, pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de abril de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 103/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 103, de 03 de maio de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2009, admitida em 13/05/2009, contrato nº 4968, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Jarita Alves Mi- quelino	Agente Comunitário de Saúde - PACS	043.965.699-04	02/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de maio de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Iomerê**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 1132/2011**

DECRETO Nº. 1132 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 46.526,30 quarenta e seis mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta centavos), na seguinte dotação orçamentária.

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Adm e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 45.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2028 Manutenção Educação Especial

33500000 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.526,30

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Iomerê, 29 de abril de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: Cooperideal - Coop. Para Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira

OBJETO: Cooperação técnica e financeira para serviços técnicos na atividade leiteira - Programa Balde Cheio

VALOR: R\$ 9.000,00

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto N. 2.092/2011**

DECRETO N. 2.092/2011

Regulamenta o artigo 87 da Lei Complementar n. 07/2001, alterado pela Lei Complementar 043/2009 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 87 da Lei Complementar nº 07/2001, e Lei Complementar nº 043/2009,

DECRETA:

Art. 1º. - A Progressão Funcional através de promoções por Cursos de aperfeiçoamento ou Capacitação; e de Promoção por Desempenho, na respectiva área de atuação do servidor a ser apurada em processo próprio e continuado, será concedida a cada (03) três anos de efetivo serviço público prestado ao Município de Irineópolis, cada uma equivalendo a 3% (três por cento) sobre o vencimento do servidor, conforme disciplinado neste regulamento, até o total de 21 % (vinte e um por cento).

Art. 2º. - A promoção por Cursos de aperfeiçoamento ou Capacitação dar-se-á pela comprovação de cursos de aperfeiçoamento e atualização e pelo desempenho bom no exercício do cargo.

§ 1º. - A promoção por Cursos de aperfeiçoamento ou Capacitação será devida aos servidores estáveis que cumprirem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - realização ou ministração de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento/atualização, diretamente

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

relacionados à área de atuação e/ou aqueles que servem de subsídios para atuação no cargo, cuja carga horária por curso deverá ser, de no mínimo, 06 (seis) horas;

II - pelo alcance de resultado bom na avaliação do desempenho no exercício do cargo.

Art. 3º. - A promoção por Desempenho dar-se-á somente pelo alcance de resultado bom na Avaliação do Desempenho no exercício do cargo.

§ 1º. - A avaliação por desempenho será feita pelo chefe imediato do servidor, baseando-se no desempenho dos 3(três) últimos anos.

Art. 4º. - As duas Promoções ocorrerão de forma alternada com intervalo de 3(três) anos entre as mesmas sendo a primeira a Promoção Por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação.

Art. 5º. - A avaliação do desempenho do exercício do cargo, para fins de promoção por Cursos de aperfeiçoamento ou Capacitação e Por Desempenho, serão feitas anualmente no mês de setembro, pela mesma Comissão de Avaliação do Estágio probatório, mediante o preenchimento do formulário constante do Anexo Único deste Decreto, tendo como pré-requisito:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – iniciativa

IV – produtividade;

V – responsabilidade

VI - Comportamento ético-profissional

§ 1º. - Para fins do disposto no parágrafo anterior, entende-se por:

I – assiduidade: a frequência de 100% (cem por cento) do servidor, não se computando, para este fim, até 6 (seis) faltas justificadas no período aquisitivo;

II – disciplina: o fato de o servidor não ter sido penalizado com faltas previstas na Lei Complementar n. 01/97, de 30/12/1997;

III – iniciativa: analisar a capacidade de pensar e agir diante de eventual ausência de normas e orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho;

IV- produtividade: que consiste no rendimento do trabalho, além do mínimo exigido, considerando-se para tal:

a) a procura pelo aperfeiçoamento continuado, especialmente no que diz respeito à formação que visa o aprimoramento do saber para o exercício do cargo;

b) o aproveitamento do tempo disponível em atividades burocráticas relacionadas à colaboração com a chefia imediata e com os demais setores.

V – responsabilidade: execução, com eficiência, das atribuições do cargo;

VI – comportamento ético-profissional: o zelo e a exação no exercício das atribuições do cargo.

§ 2º. - A Comissão fará publicar suas decisões no Mural da Prefeitura Municipal e, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação, caberá pedido de reconsideração dirigido à própria Comissão e, no prazo de mais 03 (três) dias, de recurso ao Prefeito, cujas decisões, respectivamente, deverão ser proferidas no prazo máximo de três dias.

§ 3º. - O servidor que não alcançar, na avaliação, a pontuação mínima definida no Anexo Único deste Decreto, deverá participar de todas as orientações promovidas pelo Departamento de Recursos Humanos em conjunto com a respectiva Secretaria onde estiver lotado, sem prejuízo do cumprimento da carga horária.

Art. 6º. - Para efeitos da progressão funcional por promoção por Cursos de aperfeiçoamento ou Capacitação, somente serão computados os certificados dos cursos realizados nos períodos compreendidos entre o dia posterior a data da progressão anterior e a data da nova progressão.

§ 1º. - A carga horária excedente da primeira promoção não poderá ser utilizada para novas promoções.

§ 2º. - Somente serão computados os cursos na área de atuação do servidor.

Art. 7º. - O exercício de Cargo em Comissão, desde que em área

afim ao cargo do servidor efetivo, não impede a progressão funcional, a qual se materializará quando do retorno ao cargo de origem.

Art. 8º. - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º. - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1.359/2004 de 07 de junho de 2004.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – Decreto n.º 2.092/2011

REGULAMENTO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

SERVIDOR:	MATRÍCULA:
NOMEAÇÃO:	
CARGO:	SECRETARIA:

1. O quadro abaixo deverá ser preenchido, assinalando com X o conceito que melhor identifica o desempenho do servidor:

FATORES AVALIADOS	ÓTIMO		BOM		SATISFATORIO		REGULAR		INSUFICIENTE		TOTAL DE PONTOS
	10	09	08	07	06	05	04	03	02	01	
Assiduidade											
Disciplina											
Iniciativa											
Produtividade											
Responsabilidade											
Comportamento ético-profissional											

2. Atualização: carga horária total dos cursos apresentados, válidos e aceitos: _____

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- O período de acompanhamento e avaliação será permanente; porém, a avaliação escrita (preenchimento do quadro acima) será feita no mês de outubro de cada ano;

- Para fins de avaliação da atualização, a Comissão fará publicar, até o dia 1º de setembro de cada ano, Edital convocando os servidores a apresentarem seus certificados dos cursos realizados no período imediatamente anterior e ainda não utilizados para esta finalidade;

- Se, ao final da avaliação, o servidor não alcançar a nota ou pontuação igual ou superior a média aritmética final 7 (sete), bem como não apresentar cursos que completem a carga horária total de cento e vinte horas, não será concedida a progressão;

- As avaliações respeitam as pontuações e demais itens deste

Quadro;

- Os casos não previstos neste Regulamento serão apreciados e decididos pela Comissão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, no caso de recurso ao Prefeito municipal, a decisão será proferida no mesmo prazo.

- A Comissão, quando julgar necessário, poderá solicitar da Assessoria Jurídica, Pareceres sobre assuntos duvidosos na execução das tarefas em apreço.

- O Quadro de Acompanhamento e Avaliação deverá ser corretamente preenchido e completado, nos espaços pertinentes, com as devidas assinaturas.

- A avaliação final será a média aritmética da soma dos pontos ou notas obtidas, nas condições deste Anexo.

Observações do Secretário, quando julgar necessário:

.....

.....

Visto:.....

Observações do Departamento Pessoal, quando for o caso:

.....

.....

Visto:.....

Parecer conclusivo da Comissão:

.....

.....

3. APOSTILA:

O Servidor que alcançar a média e a realização dos cursos de atualização na forma estabelecida neste Anexo, terá direito à progressão, a razão de 3% (três por cento) sobre o seu vencimento, que será pago a partir do mês seguinte à conclusão do processo.

Portaria N º 161/2011

PORTARIA N º 161/2011

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

RESOLVE:

CONTRATAR, MIRIAN RUTENSKI KOZOSKI, nascida em 03/03/1985, portadora do CPF n º 048.133.649-42, RG. n º 4.819.094, SESP/SC, para no período de 25/04/2011 a 17/07/2011, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 005/2010, homologado em 01/02/2011, em substituição a servidora efetiva VILMA CARVALHO DA ROCHA que está em gozo de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 162/2011

PORTARIA N º 162/2011

DISPENSA SERVIDORA A PEDIDO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Dispensa a pedido, em data de 30/04/2011, a servidora ROSIANE RUTCHENSKI das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para o qual foi contratada em caráter temporário através da Portaria n º 127/2011 de 18/03/2011.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N º 163/2011

PORTARIA N º 163/2011

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, em data de 30/04/2011, o servidor JOÃO PAULO HACKER, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria n º 097/2006 de 16/03/2006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N º. 167/2011.

PORTARIA N º. 167/2011.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

DELEGAR ao servidor CLERIS MAURO SCHAFASCHEK, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, portador da CNH Registro nº 01683271906, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Irineópolis, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de maio de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 160/2011

PORTARIA Nº. 160/2011

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, a contar de 18/04/2011, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 212/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 25 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 164/2011

PORTARIA Nº. 164/2011

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR, a contar de 16/04/2011, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 263/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 26 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato PP 21/2011/PMJ - PL 51/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2011/PMJ

Objeto: Aquisição de madeiras de eucalipto destinadas à recuperação e à manutenção de pontes do interior do Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 18/05/2011, a partir das 17h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17h, do dia 18/05/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 03 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 22/2011/PMJ - PL 53/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2011/PMJ

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal utilizados nas atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/05/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 19/05/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 03 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 23/2011/PMJ - PL 54/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2011/PMJ

Objeto: Aquisição de 02 (dois) caminhões traçados (6x4), 02



(duas) caçambas basculantes 10/12m³ e 01 (um) veículo furgão, destinados a manutenção das atividades da secretaria municipal de infraestrutura de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/05/2011, a partir das 17h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17h, do dia 19/05/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 03 de maio de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 762/2011/PMJ - TA 1/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 762/2011 - TA 01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: LB - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato 762/2011 firmado em 25 de janeiro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2011 - Dispensa de Licitação nº 1/2011, homologado no dia 25/01/2011, cujo objeto é a prestação pela contratada de serviços de portaria em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio do novo Terminal Rodoviário Municipal, às margens da BR 282, Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO: A vigência do contrato original fica prorrogada para 25 de junho de 2011 a contar de 25 de abril de 2011, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. DATA ASSINATURA: 24/04/2011.

SIMAE

Resumo Contrato JHL 0023/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0023/2011
PREGÃO PRESENCIAL 0005/2011
LICITAÇÃO 0005/2011
PROTOCOLO Nº 0094/2011

Data: 02/05/2011
Objeto: Serviços de manutenção e conservação de equipamentos acoplados aos veículos da área técnica água do SIMAE, no exercício 2011.
Contratado: GUINDASUL COMÉRCIO DE GUINDASTES LTDA EPP
Valor Total do Contrato: R\$7.150,00 (Sete mil, cento e cinquenta reais).
PROGRAMA: 17.512.0029-2061
ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00
Prazo de vigência: 02/05/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0024/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0024/2011
PREGÃO PRESENCIAL 0005/2011
LICITAÇÃO 0005/2011
PROTOCOLO Nº 0094/2011

Data: 02/05/2011
Objeto: Serviços de manutenção e conservação nos veículos da área Técnica água e Técnica Esgoto do SIMAE, no exercício 2011.
Contratado: CESAR AUGUSTO SILOCHI ME
Valor Total do Contrato: R\$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).
PROGRAMA: 17.512.0029-2061 e 17.512.0029-2062
ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00
Prazo de vigência: 02/05/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 063/2011

P O R T A R I A Nº 063/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ALINE CAMINSKI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 064/2011

P O R T A R I A Nº 064/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, PEDRO DELFINO ANTUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a

Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 065/2011

P O R T A R I A Nº 065/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, PEDRO BARP RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 066/2011

P O R T A R I A Nº 066/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALMOR MACCARI, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 067/2011

P O R T A R I A Nº 067/ 2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALMOR MACCARI, do Cargo de Superintendente junto à Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 068/2011

P O R T A R I A Nº 068/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, VALMOR MACCARI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 069/2011

P O R T A R I A Nº 069/ 2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR INTERINAMENTE, VALMOR MACCARI, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Superintendente.

Art. 2º - DESIGNAR, VALMOR MACCARI, Secretário Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, para responder cumulativamente pelo cargo de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 070/2011

P O R T A R I A Nº 070/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALMIR DA ROSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 071/2011

P O R T A R I A Nº 071/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EDUARDO RIGHETTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento de cultura junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 072/2011

P O R T A R I A Nº 072/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARCIO LUIZ ROSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 073/2011

P O R T A R I A Nº 073/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei

Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EDUARDO RIGHETTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 074/2011

P O R T A R I A Nº 074/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, VALMIR DA ROSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 075/2011

P O R T A R I A Nº 075/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, GYSLENY GYLCEYA GARCIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - DESIGNAR, GYSLENY GYLCEYA GARCIA, Enfermeira, para

responder cumulativamente pelo cargo de Diretora do Hospital Municipal Henrique Lage, sem ônus para o Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 076/2011

P O R T A R I A Nº 076/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EDMUNDO VOLNEI BERNADINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Esportes junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº061/2011

P O R T A R I A Nº 061/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, consoante artigo 1º, inciso I da Lei Municipal nº 1.241/2003, de 25.06.2003, combinado com o Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LASTENIA HENRIQUE RIBEIRO, para a função de Servente, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de março de 2011 a 30 de dezembro de 2011, com carga horária de

40 (quarenta) horas semanais, percebendo como vencimento o salário mínimo vigente no país.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portarianº 062/2011

P O R T A R I A Nº 062/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, consoante artigo 1º, inciso I da Lei Municipal nº 1.241/2003, de 25.06.2003, combinado com o Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ISONETH BORGES FIGUEIREDO, para a função de Servente, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de março de 2011 a 15 de dezembro de 2011, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo como vencimento o salário mínimo vigente no país.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

TP Contratação de Serviços de Saúde na Área Hospitalar

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços de saúde na área hospitalar, ambulatoriais e diagnósticos junto ao Município de Lindóia do Sul, no dia 24 de maio de 2011, às 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos para as empresas não cadastradas até o dia 19 de maio de 2011, às 13:45 horas e, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas para as empresas cadastradas até as 13:45 horas do dia 24 de maio de 2011, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de maio de 2011.

GENIR LOLI

Secretário de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Pregão fmas.019.2011 - Alimentos FMAS

EDITAL

Pregão Presencial nº 019/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROJETO GRUPO DE MULHERES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ATRAVÉS DOS RECURSOS DO IGD (ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA) DO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 24 de maio de 2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 24 de maio de 2011.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2011

TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2011

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira, SC, através do Sr. EMERSON

ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0021/2011 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0012/2011, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 10h00min, do dia 17 de maio de 2011, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2445, de 02 de maio de 2011, estará recebendo propostas para prestação de serviços de transporte escolar na Linha Paiol da Pedra, nos períodos de manhã, tarde e noite, para alunos da rede municipal e estadual de ensino conforme descrições do anexo I do Edital. O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 10h00m horas do dia 17/05/2011, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidos diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira, SC, 03 de maio de 2011.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2182, 03 de Maio de 2011.

DECRETO nº 2182, 03 DE MAIO DE 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

ALTERA DATAS DE VENCIMENTO DAS PARCELAS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Artigo 1º - Ficam alteradas para 13.06.2011 - 11.07.2011 - 10.08.2011 e 12.09.2011 respectivamente, as datas de vencimento das parcelas de tributos municipais referentes ao exercício de 2011 abaixo relacionados:

- IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;
- TLL - Taxa de coleta de lixo;
- ISSQN FIXO - Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza;
- TLLF - Taxa Licença de Localização e Funcionamento.

Artigo 2º - Fica estabelecido o prazo de 15 dias, a contar da publicação deste, para os contribuintes providenciarem o encaminhamento dos pedidos de revisão do cadastro imobiliário de sua(s) propriedade(s) e TLL.

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Massaranduba, 03 de Maio de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 43/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2011-PMM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda das Escolas, Pré-Escolas e Centros de Educação infantil do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 h do dia 17/05/2011

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 h do dia 17/05/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de Maio de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 27/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 27/2011

PROCESSO: Tomada de Preços nº. 31/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais e mão-de-obra na construção civil para execução

da obra de Revitalização do Antigo Prédio da Prefeitura Municipal

VALOR: R\$ 180.391,54 (Cento e oitenta mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 04/05/2011 até 04/09/2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Termo de Homologação

T E R M O D E H O M O L O G A Ç Ã O

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 31/2011

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através da Portaria Nº. 512/2011,

H O M O L O G O :

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 31/2011, o participante:

Vencedores	
Fornecedor	Itens
ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA	00001

R\$ 180.391,54 (CENTO E OITENTA MIL E TREZENTOS E NOVENTA E HUM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)

Massaranduba (SC), 04 de Maio de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 03/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2011

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto registro de preços para aquisição de medicamentos, tendo como base o preço praticado ao consumidor na Tabela de Preços da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico (Revista ABC Farma) publicada mensalmente, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 18/05/2011
MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 08:00 às 17:00 horas.

TELEFONE No (0__49) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte CARLO, 04 de Maio de 2011.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público Nº 001/2009

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público nº 001/2009

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no concurso público, referente ao edital 01/2009, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30 as 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

FISIOTERAPEUTA		
Classificação	Inscrição	Nome
1ª	000006000759	FRANCIELI BALESTRIN

Morro da Fumaça, 03 de Maio de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo Contrato Nº 089/2011

CONTRATO Nº 089/2011

Origem: Processo Licitatório nº 044/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 013/2011. Homologação: 20/04/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, Praça del Comune, 126, Centro, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: Gambatto Administradora e Corretora de Seguros Ltda., estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, 1873, centro, São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 01.977.238/0001-34. Objeto do Contrato: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. .O valor total deste contrato é de R\$ 17.446,00

(Dezesete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). Validade do Contrato:Terá vigência a partir das 24:00 horas do dia 30 de abril de 2011 até às 24:00 horas do dia 29 de abril de 2012 .

Nova Trento, 20 de abril de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº090/2011

CONTRATO Nº 090/2011

Origem: Processo Licitatório nº 044/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 013/2011. Homologação: 20/04/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, Praça del Comune, 126, Centro, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 11711, 21º andar, Brooklin, São Paulo/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 61.074.175/0001-38. Objeto do Contrato: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. .O valor total deste contrato é de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais). Validade do Contrato:Terá vigência a partir das 24:00 horas do dia 30 de abril de 2011 até as 24:00 horas do dia 29 de abril de 2012 .

Nova Trento, 20 de abril de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Audiência Pública

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 9º Parágrafo 4º c/c com o Artigo 63 da Lei Complementar 101/2000, FAZ SABER a todos que fará AUDIÊNCIA PÚBLICA, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2011, no dia 30 de Maio de 2011, as 08:00 horas no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Novo Horizonte - SC, em 04 de Maio de 2011

SANTOS ZILL

Prefeito Municipal

VALDEMAR PEDRO GOBI

Contador

IVONEI LUIZ PASTRE

Secretária de Administração e Fazenda

Registre-se e Publique-se

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 28 / 2011. Edital de Concorrência - Melhor Oferta

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28 / 2011

EDITAL DE CONCORRÊNCIA - MELHOR OFERTA

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES Torna público que realizará no dia 08 de junho de 2011, com abertura das propostas as 10:00 hs, CONCORRÊNCIA, tipo MELHOR OFERTA, objetivando a concessão de direito real de uso do lote, A8 (5.300 m²), na área industrial do Município de Paulo Lopes. O Edital completo encontra-se à disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 7 às 13 horas. Fone: (48) 3253 0161.

Paulo Lopes, 05 de maio de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1503, de 02 de Maio de 2011.

LEI Nº 1503, DE 02 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DO FUMO E OUTROS DERIVADOS EM ESPAÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido fumar cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo, narguilé e outros derivados de fumo em qualquer espaço de uso coletivo, público ou privado fechado, onde ocorra trânsito ou permanência de pessoas, mediante a afixação de avisos indicativos da mencionada proibição.

Art. 2º Para efeitos desta Lei os locais sujeitos à proibição, conforme as características elencadas no artigo anterior são:

- I - instituições de saúde;
- II - instituições educacionais de todos os níveis;
- III - interior de veículos de transporte público, comerciais e profissionais, como táxis, veículos de transporte de passageiros e veículos usados durante o trabalho;
- IV - interior de terminal de transporte rodoviário e aeroporto;
- V - centros comerciais, hotéis e similares;
- VI - cinemas, teatros e casas noturnas;
- VII - praças desportivas e auditórios públicos;
- VIII - bares, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, refeitórios, cantinas e praças de alimentação;
- IX - outros estabelecimentos de acesso público não especificado.

Art. 3º Esta Lei não se aplica:

- I - às calçadas, varandas, terraços, balcões externos e similares;
- II - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
- III - às instituições de tratamento de saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;
- IV - às vias e espaços ao ar livre;
- V - às residências;
- VI - aos estabelecimentos específicos e exclusivamente destinados ao consumo, no próprio local, como charutarias/tabacarias, desde que não ocorra a comercialização de alimentos e bebidas nestes locais.

Art. 4º Os bares, restaurantes, hotéis, as churrascarias, lanchonetes e os estabelecimentos afins abrangidos por esta Lei poderão dispor de espaço destinado exclusivamente aos fumantes, desde que com equipamentos de exaustão e ventilação, sem comunicação aberta com o restante do estabelecimento e não contará com a circulação de funcionários.

§ 1º O espaço das salas ou recintos destinados exclusivamente aos fumantes deverá ter tamanho apropriado, sendo proibida a comercialização de alimentos ou bebidas e a entrada de crianças e adolescentes neste espaço.

§ 2º A inexistência dessa área significa a proibição de fumar em qualquer outro lugar do ambiente.

Art. 5º Os hotéis, pousadas ou similares poderão reservar quartos

ou apartamentos exclusivamente para fumantes, no limite máximo de trinta por cento da capacidade do estabelecimento e de preferência no mesmo andar.

Parágrafo Único - Os espaços referidos no caput deste artigo não poderão ter acesso aberto aos demais espaços do estabelecimento.

Art. 6º Fica proibida a comercialização de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo, narguilé e outros derivados de fumo dentro dos estabelecimentos escolares da rede de ensino público e privado.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, consideram-se infratores aqueles que comercializam diretamente, bem como os responsáveis pelo estabelecimento de ensino, quando houver ciência e anuência destes à comercialização.

Art. 7º Não será permitida a venda de cigarros ou bebidas alcoólicas nas empresas que trabalham com locação de cinco ou mais computadores e máquinas para acesso à internet, utilização de programas e de jogos eletrônicos em rede, também conhecidas como cyber-cafés ou lan houses.

Parágrafo Único - Na hipótese de ser permitido o consumo de cigarros, esses estabelecimentos deverão ter uma área específica isolada para fumantes, nos termos do art. 4º.

Art. 8º Os infratores do disposto nesta Lei sujeitar-se-ão à multa de 02 (duas) UFM - Unidade Fiscal Municipal.

§ 1º Na hipótese da primeira reincidência será suspenso o alvará de funcionamento do estabelecimento pelo prazo de trinta dias.

§ 2º Na hipótese da segunda reincidência será cassado o alvará de funcionamento.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se infratores os fumantes e os estabelecimentos abrangidos por esta norma, nos limites da responsabilidade que lhe é atribuída.

Art. 9º A fiscalização será de responsabilidade dos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, podendo ter apoio de outros órgãos municipais.

Art. 10. O Executivo deverá, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei, promover ampla campanha educativa, visando a conscientização do público sobre as restrições e as penalidades para infrações aos dispositivos.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 02 de maio de 2011
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 025/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 025/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 18/05/2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 025/2011, visando à aquisição de 300 (trezentas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 18/05/2011, até às 10:00 hs,

com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 04 de Maio de 2011
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 897/2011

DECRETO Nº 897/2011

"Atualiza o valor da UFM-PB para o mês de maio de 2011, conforme específica."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, em 0,62% (zero vírgula sessenta e dois por cento), considerando o IGP-M do mês de março de 2011, que vigorará a partir de 1º de maio do ano em curso.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,8107.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de abril de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 061/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 061/2011 - PREFEITURA
Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 056/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. GOVERNADOR CELSO RAMOS (PRAÇA DA BANDEIRA) PRAIA DO PEREQUÊ, RUA FELICIDADE E SERVIDÃO ROCHA. CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO AO PRESENTE EDITAL.

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 10 (dez) meses a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 145.528,02 (cento e quarenta e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e dois centavos).

Data e assinatura do contrato: 3 de maio de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Edital Nº 012/2011 - PP 001/2011 SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 012/2011 - Pregão Presencial Nº 001/2011 - SMS

Objeto: Aquisição de passagens de ônibus para TFD.
Forma de Pregão: Presencial - Tipo Menor preço global;
Recebimento das Propostas: até as 14:00 horas do dia 19/05/2011;
Início da Sessão: as 14:10 do dia 19/05/2011, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União - SC.
Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no e-mail compras.suspu@sincronet.com.br

Porto União, 28 de abril de 2011.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 0426/RH

PORTARIA Nº. 0426/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor DIORGENES ROBERTO XAVIER DE LIZ, matrícula n. 20990/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós-Graduação Lato Sensu, a nível de especialização, em Educação Física: Psicomotricidade sob a Perspectiva Metadisciplinar, com fundamento ao disposto nos Arts. 76 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010 de 28/09/2010.

Art. 2º O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos, será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º O Auxílio será concedido a partir do mês de abril de 2011, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de abril de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº. 0429/2011

PORTARIA Nº. 0429/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 01/05/2011, o cargo de provimento efetivo Professor, ocupado pela servidora MARIA JUCELIA NARDELLI, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº. 0430/2011

PORTARIA Nº. 0430/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 01/05/2011, o cargo de provimento efetivo Médico, ocupado pelo servidor BENEDITO CARLOS HENRIQUES, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº. 0431/2011

PORTARIA Nº. 0431/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 01/05/2011, o cargo de provimento efetivo Professor, ocupado pela servidora BELMARLI DA SILVA, em virtude de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº. 0432/2011

PORTARIA Nº. 0432/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 01/05/2011, o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, ocupado pela servidora VERA LUCIA RAMOS MACHADO, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 0435/2011

PORTARIA Nº. 0435/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder compensação, nos termos do Protocolo 127036/2011, de um dia ao servidor efetivo HEITOR LONGO, em virtude de ter sido intimado para no dia 31/01/2011 prestar declarações a respeito do Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2010 e estar na data em gozo de férias, conforme disposto no Art. nº 206 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. A compensação será realizada no dia 06/05/2011.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de maio de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Jhc

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº49/2011**

DECRETO Nº49/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.04.2005 - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 8.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.06.2014 - Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 6.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 04 de maio de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Portaria n.º 200/2011

PORTARIA n.º 200/2011

Exonera GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do Cargo de Professora I Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do Cargo de Professora I Horista, contrato de trabalho nº. 011/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.
São Pedro de Alcântara/SC, 03 de maio de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 201/2011

PORTARIA n.º 201/2011

Admite em Caráter Temporário GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU para o Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU para o Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 040/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de maio de 2011.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 202/2011

PORTARIA n.º 202/2011
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA EFETIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA DR. ADALBERTO TOLENTINO DE CARVALHO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora ocupante de cargo efetivo do Ensino Fundamental abaixo mencionada, passa a cumprir carga horária semanal conforme descrito, devido ter assumido as aulas de Ensino Religioso, em virtude da desistência da professora titular:

- DIONE TEREZINHA LOHN - 16 horas/aulas semanais.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de maio de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Contrato n.º 040/2011

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 040/2011

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 008.897.379-40, residente a Rua Oscar Teodoro da Silva, nº. 521, Praia Comprida, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/05/2011, findando no dia 30/10/2011, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o emprega-dor e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES



DO CON-TRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cum-pridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servido-res efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de maio de 2011.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU

Contratada

Testemunhas:

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.980/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.980/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Ivana Cristina Almeida Alvarez, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.981/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.981/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da funcionária, Sra. Sandra Aparecida Monteiro Luther, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, conforme pedido da funcionária junto à Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete



Portaria Nº. 3.982/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.982/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da funcionária, Sra. Raimunda Pereira de Sousa, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, conforme necessidade da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.983/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.983/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Tiago Roque Grzybowski, para exercer o cargo de Professor C - Ensino Fundamental - Educação Física, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.984/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.984/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Tiago Roque Grzybowski, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG -1, conforme Anexo II da LCM 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.985/2011, de 02 de maio de 2011.

PORTARIA Nº. 3.985/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Flavio Pegoraro, para exercer o cargo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial nº. 025 - Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.986/2011, de 02 de maio de 2011.
PORTARIA Nº. 3.986/2011, de 02 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Arlene da Silva Ropelato, para exercer o cargo de Professora C - Ensino Fundamental - Séries Iniciais, percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de maio de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 32/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 32/2011 - PMS
PROCESSO Nº. 71/2011-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em painéis eletroeletrônicos e de boosters para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de maio de 2011 às 08h45min.
Abertura do Processo: 18 de maio de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 05 de maio de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 33/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 33/2011 - PMS
PROCESSO Nº. 72/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de relógios eletrônicos de ponto em conformidade com a portaria MET nº 1510/2009 e demais normais vigentes para suprir as necessidades da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de maio de 2011 às 08h45min.
Abertura do Processo: 19 de maio de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 05 de maio de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 25/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 25/2011-FMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2011-FMS - Processo nº. 11/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA E EDITORA JGRAF LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.572.693/0001-36, estabelecida na Rua Alexandre Borrazzo, nº 55, sala 4, Centro na cidade de Araucária, Estado do Paraná, CEP: 83702-160.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Bloco de Exame Preventivo de Colo Uterino e Mama; 1x50 c/ 50 jogos, 1ª via, nas medidas 11cm larg x 11cm alt; 56gr com 1x0 cores, impresso em off-set; acabamento: corte em capa em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão; acabam: corte serviço: colar bloco.	100	Bloco	0,85	85,00
03	Bloco de Atestado; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via nas medidas 10,50cm larg x 15,50 cm de alt. Em papel sulfite 75gr x 96,75gr, com 1 x 0 cores, impresso em off-set; acabamento: corte: capa em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão; acabamento: corte, servi, colar bloco	300	Bloco	0,64	192,00
04	Bloco de declaração de Comparecimento; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via, nas medidas: 9cm larg. X 12cm alt, em papel sulfite 75gr, 66x96, 75gr, com 1x0 cores impresso em off-set; acabamentos corte, capa em capa AG 66x96, sem impressão corte, serviços colar bloco.	300	Bloco	0,50	150,00
12	Ficha de Programa de Humanização no pré-natal e nascimento; papel sulfite 75grs cor 1x0.	1000	Unidade	0,07	70,00
20	Ficha de Registro de Atendimento ambulatorial - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31 cm alt; folha em sulfite 75gr, 66x96, 75gr, com 1x1 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte	5000	Unidade	0,039	195,00
21	Ficha de registro de Atendimento Imunológico - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31cm alt; folha em sulfite 75gr; 66 x 96, 75gr, com 1 x 1 cores, impresso em off-set; acabamento: corte.	8000	Unidade	0,032	256,00

22	Ficha de Prontuário de Atendimento do Usuário - SUS, nas medidas: 21cm larg x 29,70cm alt; folha em sulfite 75gr, 66x96, 75gr, com 1 x 1 cores, impresso em off-set, acabamento; corte, frente e verso	15000	Unidade	0,032	480,00
24	Ficha de Sistema único de Saúde Cadastro Nacional de Famílias; papel sulfite 75grs cor 1/0	1000	Unidade	0,07	70,00
25	Ficha Individual dos Atendimentos da gestante no Sisprenatal; papel sulfite 75grs cor 1/0	1000	Unidade	0,07	70,00
26	Bloco Controle Diário de Movimento de Veículos; 1x50 com 50 jogos, 1 via nas medidas 14,50cm larg. X 19cm alt; 56 gr com 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte; capa em capa AG canário 66x96, 110gr sem impressão; acabamentos corte serviço colar bloco	100	Bloco	1,25	125,00
VALOR R\$ TOTAL				1.693,00	

Valor do contrato: R\$ 1.693,00 (Um mil seiscentos e noventa e três reais).

Data da Assinatura: 04/05/2011 - Vigência: 04/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 26/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 26/2011-FMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2011-FMS - Processo nº. 11/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Cartão Agendamento - SUS - nas medidas 12cm de alt x 29cm de larg.Folha em 180gr,66x96,com 1x1 cores, impresso em off-set,acabamentos: corte, dobrar,vincar.	400	Unidade	0,18	72,00
11	Ficha de cadastramento de Gestante;papel sulfite 75 grs cor 1x0	1200	Unidade	0,06	72,00
14	Envelope Saco;nas medidas 20cm de larg x 28cm de alt; folha em envelope agaprint saco 20x28, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	1000	Unidade	0,29	290,00
16	Bloco de Receituário 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas:15cm larg. X 21cm de alt;1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 corers, impresso em off-set; acabamentos: corte;serviços:intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr,com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento:corte;serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão;acabamento:corte; serviços colar	700	Bloco	3,20	2.240,00
17	Bloco de Requisição de Resultado de Exames 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas:15cm larg. X 21cm de alt;1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 corers, impresso em off-set; acabamentos: corte;serviços:intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr,com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento:corte;serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão;acabamento:corte; serviços col blo.	500	Bloco	3,50	1.750,00

18	Bloco de Receituário Controle Especial 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas corte; serviços colar bloco. medidas:15cm larg. X 21cm de alt;1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 corers, impresso em off-set; acabamentos: corte;serviços:intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr,com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento:corte;serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão;acabamento:	700	Bloco	3,20	2.240,00
19	Fichas de exames Cito-patológico, nas medidas 21cm lar x 29,70cm de altura;folha em sulfite 120gr, com 1x1cores impresso em off-set;acabamentos: corte (preventivo).	1000	Unidade	0,08	80,00
29	Ficha de Avaliação Clínica;1x50 ;cor 3x0, tamanho 148x210,papel vergê 75gr.	50	Unidade	2,00	100,00
VALOR R\$ TOTAL				6.844,00	

Valor do contrato: R\$ 6.844,00 (Seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 04/05/2011 - Vigência: 04/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 27/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 27/2011-FMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2011-FMS - Processo nº. 11/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 83.614.651/0001-07, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 458, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-300,.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito



fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fichas de TFD - Exclusivo para Prestação de Contas;papel sulfite 75grs cor 1/0	5000	Unidade	0,039	195,00
05	Bloco de Agendamento Médico; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via nas medidas: 11cm larg x 07 cm alt, em papel sulfite 75gr,66x96, 75gr,com 1x 0 cores impresso em off-set; acabamentos corte, capa em capa AG canário 66x96, sem impressão,acabame corte, serviços colar bloco	750	Bloco	0,29	217,50
07	Bloco de Autorização de Viagem; com 50 jogos, 2 vias nas medidas 15cm de lar x 8cm de alt, 1ªvia em extra copy CB branca primeira via, 53gr, c/ 1x0 cores, impresso em off-set;acabamentos: corte;serviços: intercalar 2ª via em extra copy branca via intermediária 66x96,53gr, c/ 1x0 cores,impresso em off-set; acabamentos:corte,serviços: intercalar,capa em AG canário 66x96,10gr, sem impressão; acabamentos: corte.	80	Bloco	2,37	189,50
10	Cartões de gestante;nas medidas 29,7 x 21,0 cm folha sulfite 240gr, com 4x1 cores, impresso em off-set. Acabamento:corte, dobrar c/ 2 vincos.	400	Unidade	0,72	288,00
23	Bloco de Notificação de Receita Especial, 1 x 50 com jogos, 1 via, nas medidas: 9cm larg x 23 cm de alt; 1ª em super Bond 75gr azul66x96,75, com 1x0 cores,impresso em off-set; acabamentos:corte, picotar, numerar;capa em capa AG verde 66x96, 110gr, sem impressão;acaba,corte,gram;serv: colar bloco.	50	Bloco	1,80	90,00
27	Pastas de Cor Ouro;170gr, cor 1x0, com 33cm de alt x 24 cm de larg, com o brasão da Prefeitura de Schroeder	400	Unidade	0,47	188,00
30	Interditado; cor 4x0, tamanho 70x15, papel adesivo 30,g.	350	Unidade	2,28	798,00
VALOR R\$ TOTAL				1.966,10	

Valor do contrato: R\$ 1.966,10 (Um mil novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 04/05/2011 - Vigência: 04/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 28/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 28/2011-FMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2011-FMS - Processo nº. 11/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.221.960/0001-23, estabelecida na Rua Rio Tocantins, nº 680, sala 02, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	Carteirinha de Hipertenso e diabético; nas medidas 19cm de larg x 13cm de alt; papel vergê 90 kgs nas cores 4/2	1000	Unidade	0,24	240,00
09	Folders Pezinho;nas medidas: 14,5 x 5,1cm alt,folha couche 150gr (aberto) capa 4x1 cores mais 2 lâminas 1x1 cor.	500	Unidade	0,58	290,00
13	Blocos de Atestado de Saúde Ocupacional;nas medidas 14cm de lar x 22cm de alt, 3 vias;1ªextra copy CB branca 1ª via 53 gr, com 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos:corte, picotar, serviços:intercalar 2ª via extra copy CFB verde via intermediária, 53gr, com 1x0 cores impresso off-set; 3ª via extra copy CFB amarela via intermediária, 53 gr, com 1x0 cores impresso off-set.	50	Bloco	6,36	318,00
15	Envelope Saco;nas medidas 36cm de larg x 26cm de alt; folha em envelope agaprint saco 36x26, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	1000	Unidade	0,38	380,00

28	Folhas Papel Ofício; vergê branco 90 kgs cor 2/0, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	1000	Folhas	0,14	140,00
VALOR R\$ TOTAL				1.368,00	

Valor do contrato: R\$ 1.368,00 (Um mil trezentos e sessenta e oito reais).

Data da Assinatura: 04/05/2011 - Vigência: 04/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Lista de Inscrições Deferidas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS
CONCURSO PÚBLICO Nº001/2011 - ESF - NASF

Concurso público destinado ao provimento de cargos vagos na estrutura do Programa Estratégia Saúde da Família, com formação de cadastro de reserva.

Nº Insc	Nome
Cargo:	1 - Médico
Especialidade:	1.1 - Geral - 40h/semanais
23876	ANA PAULA DE SOUSA
22489	ANDERSON AMORIM KOLSCHESKI
25755	ANDRE KAMCHEN
21032	CELSE EDUARDO FONTANINI BELEZE
27723	CRISTIANY BITTENCOURT BENKENDORF
22900	FABIANO NUNES
23035	GEORGIA CRISTINA DE MELLO KONS
21156	JULIANA BIZATTO
21288	RENATO DE OLIVEIRA GOULART
25135	RICARDO TONIAL
Total Insritos na Especialidade:10	
Cargo:	2 - Odontólogo
Especialidade:	2.1 - Geral - 40h/semanais
28002	ANA PAULA ROSSI DDAVID
27880	ANTONIO GONÇALVES ANTUNES DO AMARANTE
27120	BRUNA BOGO BOROWICZ
24287	CAMILA COSTA NETTO MUNIZ
26700	CAROLINA NASS DE HOLANDA
21784	CINTIA DA SILVA LOCKS
21865	DANIELE DE OLIVEIRA SODRÉ
21024	DANIELLE NAVA
28070	DENIS EDUARDO ROSÁ
24821	EDUARDO FERNANDES WALTER
24511	FABRÍCIA SANTOS MENEGAZZO
27600	FERNANDA MATOS MARTINS
26786	FLÁVIA BLEM DA SILVA
27553	HAROLDO BAÊTA FILHO
26581	JACKELINE DELITSCH
24830	JANAÍNA GONÇALVES DE JESUS
22225	JANICE MENGARDA
21431	JAQUELINE MAFRA LAZZARI
21806	JOSÉ FELIPE CLAUDINO BARBOSA
20990	LEILA HAAG MARIANO RAMOS
26158	MARCIO MASSAYUKI FUJIYAMA
22934	MONIQUE ZONTA HENSCHER
25518	MYRIAN KATHERYNE HENNIG DILL SOARES

23329	NAYARA LUIZE VIEIRA
22667	ROBERTA DANUSA DIAS
21679	RODRIGO DE LIMA CARDOSO
23574	THAÍS LUANA KLITZKE
27308	WELLINGTON MENEZES BATALHA
Total Insritos na Especialidade:28	
Cargo:	3 - Enfermeiro
Especialidade:	3.1 - Geral - 40h/semanais
25291	ADILSON JULIANO THILLES
24619	ALINE CRISTIANE FELIPPINI
21822	ALMIRATO VIEIRA ROCHA
26123	AMANDA ROSA VAILATTI
23019	AMELIA VIEIRA
21733	ANA CLAUDIA PASQUALI
26654	ANA PAULA DA SILVANUNES
24910	ANA PAULA PEREIRA
24120	BÁRBARA EMILLY DOS SANTOS
27332	CAMILA EMANOELA WARMELING
28053	CAMILA MARIA SCUR
25631	CAROLINA INES ROZZA MICHALAK
21695	CINTIA SILVEIRA REINER
26263	CLAUDIA MARCIA DA SILVA
25003	DAIANE COLETTI SILVA
25585	DIULI OLIVEIRA PINTO
27278	ELADINETE NETO LOPES DE SOUZA
23620	FRANCIELE QUADRADO LOPES
21393	GABRIELA SOARES GERALDI
22098	IVANI CAMILA APPELT
26816	JEISE CRISTINA CAPELARI
26506	JULIANA HUTTL FONSECA
21830	LEONARDO ARISTIDES RODRIGUES NUNES
25313	LEONARDO FURMANN PEREIRA
21873	LUCIMERI BESEKE
22888	LUDIMARA DE OLIVEIRA ROSA
23817	MANOELE ELAINE LUNELLI
27413	MARIA DE FATIMA SANTOS
20893	PAOLLA RUTHES DE SOUZA
24147	PAULO ROBERTO GOLEMBIEWSKI JUNIOR
27960	RAFAELA MAIA DA SILVA
22640	RAPHAELA MONTEIRO
24929	RAQUEL DE MELO SILVA
27359	RITA DE CASSIA VEIGA
27456	SANTA NOGUEIRA DE OLIVEIRA
27154	SIMONE DE FÁTIMA CORDEIRO
26611	SIMONE FOSSILE
21199	TAISE GEHRMANN SEEFELDT
26115	TALITA PICCOLI
20877	TÂNEA HAMANN
23060	TARCÍSIO BELEGANTE
27162	TATIANE DERNER DE SOUZA DOS SANTOS
22918	THYARA GEISA FIDELIS MOREIRA
Total Insritos na Especialidade:43	
Cargo:	4 - Farmacêutico - NASF
Especialidade:	4.1 - Geral - 40h/semanais
25798	CARIN LUCIANE DENK TSCHÖKE
27707	CRISTIANE PORTES RIBEIRO WAPPLER
26140	DANIELI DOS SANTOS BECKER
23752	FABIO GOMES DE OLIVEIRA
24198	JEANNE DOS SANTOS SANTANA
27189	KAREN PONTALTI VELHO DA ROCHA
26719	TAÍNÁ LENZ DE BRUM
Total Insritos na Especialidade: 7	

Cargo:	5 - Psicólogo - NASF
Especialidade:	5.1 - Geral - 40h/semanais
23582	ADRIANA DOS SANTOS DE MATOS
26743	ALEXANDRE MEDEIROS
25992	ALICE PICOLI
21539	ANDRÉA DE OLIVEIRA JOHANSSON
22357	BRUNA CHIODINI
27073	CHARLENE PAULA FELDMANN
22586	CHERLI MARIE MANSKE
27103	CÍNTIA CINARA SABEL
26310	CLEUSA BRAGA COLLODEL
22942	FABIÉLI WEBER
27499	FERNANDA GEHLEN TESSARO
22276	GABRIEL ALIDIO BERRI
23469	GABRIELA KLAUS
26298	GEOVANI ZARPELON
27782	GLÁUCIA REGINA SEVEGNANI
23418	JACKSON FELLER
27197	MARCIA KASMIRSKI
24260	MARIA LEOCADIA DE OLIVEIRA CEREJA
22381	MATHEUS VINICIUS MUNHOZ
23892	PATRICIA FERREIRA BONASSA
25704	VERA LUCIA OLIVEIRA MACHADO
Total Inscritos na Especialidade:21	

Cargo:	6 - Fisioterapeuta - NASF
Especialidade:	6.1 - Geral - 40h/semanais
26867	ANDRESSA SCHMIDT
22284	ANDREY DORDET PREMOLI
24457	ANNA PAULA SILVA PEDRO
25690	CLAUDIA CANAN
28010	EMANUELE GENARI
27502	FABIANE OECHSLER
22292	GABRIEL KALINOWSKI
21512	MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA SOKOLOSKI
26808	MARIA ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA
21334	MARIA ROZANE DOS PASSOS
26441	MARTINA LAÍS KIENEN
20753	PAULO HENRIQUE GNEIPEL
26794	RODRIGO DUARTE AMORIM
24562	SONIA MARA LEDOUX
27146	TULAINÉ ECCEL
Total Inscritos na Especialidade: 15	

Cargo:	7 - Educador Físico - NASF
Especialidade:	7.1 - Geral - 40h/semanais
23442	NIARA CRISTINA DE ANDRADE
22314	PAULO ROBERTO FERREIRA DE PAULA
Total Inscritos na Especialidade:2	

Cargo:	8 - Auxiliar de Consultório Dental
Especialidade:	8.1 - Geral - 40h/semanais
21458	MATILDE DE CAMPOS
25500	SIDICLEIA ELIANE DE SOUZA COSTA FIGUERE-DO
Total Inscritos na Especialidade: 2	

Cargo:	9 - Técnico de Enfermagem
Especialidade:	9.1 - Geral - 40h/semanais
27030	ADEMAR SOARES VARGAS
25186	ADRIANA SCHVEITZER
26530	ALEXANDRA DE SOUZA IZABEL SCHEWINSKE
24015	ANA PAULA INACIO DOS SANTOS

23604	BARBARA BELARMINO
27987	CAMILA JAQUELINE DE SOUZA
25089	CINDI ANGELICA ZELINDRO
27944	CRISTINA SILVA SANTOS
27057	DANIELLE DE SOUZA SANO
27480	FABIANA SOARES FRAGOSO PALLA STANGE
23930	GABRIELLE SOUZA MELO
22322	IEDA MARA CAMPREGHER
23434	JANETE GRAMKOW
22497	JANETE PEREIRA
26476	JONATAN FRANCISCO ABEL
22187	JULIANA NASARIO NASCIMENTO
21750	JULIANA WONSIEWSKI
27642	KAILA SUELEN STREIT
26956	LAIS PASQUALI BUENO
24597	LUCÉLIA BAUMGARDT KRUGER
22365	LUCIÊNE LOPES COÊLHO
26492	MAKSON DO PRADO SANTOS
22373	MARIA NEUSA WOLFF BUZZACHERA
25062	MARIZE FLOR XAVIER
27952	PAULO ENRIQUE GOUVEA BARBOSA
26930	RAFAEL DIOGO ROEHRS
22250	SANDRA LAURA RODRIGUES NUNES DA VEIGA
22756	SARAH CAROLINE DA SILVA COSTA DIAS
26255	TATIANE KATH
27626	VALNICE DRAEGER
22861	VANESSA CRISTIANE MALIUK

Total Inscritos na Especialidade: 31

Cargo:	10 - ACS Agente Comunitário de Saúde
Especialidade:	10.1 - Área 001 - Microárea 01 - 40h/semanais
22926	CRISTIANO ANDRÉ STIEGELMAIER
26646	DAIANA TEIXEIRA DA SILVA
25216	ERENILDA PAULI
24007	JÉSSICA MARA ZOZ
23647	JOABE GOMES FERREIRA
23914	MARIA IRENE BOESING HENDGES
25232	MARILENE PAULI

Total Inscritos na Especialidade: 7

Especialidade:	10.7 - Área 002 - Microárea 02 - 40h/semanais
21920	KELLY MARTINS DOS REIS

Total Inscritos na Especialidade:1

Especialidade:	10.10 - Área 002 - Microárea 05 - 40h/semanais
26417	BRUNA EICHENBERGER
20958	CLADIS MARCI HACKBARTH
27596	IRACI SCHNEIDER WACKHOLZ

Total Inscritos na Especialidade: 3

Especialidade:	10.12 - Área 002 - Microárea 07 - 40h/semanais
23850	ANDERSON RODRIGO ZOZ
23787	MARLUCI CRISTINA ZOZ

Total Inscritos na Especialidade:2

Especialidade:	10.14 - Área 002 - Microárea 09 - 40h/semanais
21989	VENESILDA DE OURDES PINHEIRO DE CASTRO HORNBERG

Total Inscritos na Especialidade:1

Especialidade:	10.15 - Área 002 - Microárea 10 - 40h/semanais
27839	ANDREIA MARIA BARBOSA
27260	EMILY ANTONIA BATISTA POSSAMAI
26204	ROSALI INES PRETTI

27200	SILVANA MOHR NICOCELLI
27090	VITORINO GENEROSO DE BORBA JUNIOR
Total Inscritos na Especialidade: 5	
Especialidade:	10.18 - Área 003 - Microárea 03 - 40h/semanais
26948	DENIZE ZUGE LUFT
26174	KARINE JURCK
Total Inscritos na Especialidade: 2	
Cargo:	10 - ACS Agente Comunitário de Saúde
Especialidade:	10.19 - Área 003 - Microárea 04 - 40h/semanais
24678	IVELI BAESSO
27561	JOSEANE SILVA DOS SANTOS
21571	MARIA DA GLORIA MARTINS DE ABREU
Total Inscritos na Especialidade: 3	
Especialidade:	10.21 - Área 003 - Microárea 06 - 40h/semanais
27790	MARLI DE FATIMA TRESSI
Total Inscritos na Especialidade: 1	
Especialidade:	10.22 - Área 003 - Microárea 07 - 40h/semanais
24104	ZILDETE DA SILVA SANTOS
Total Inscritos na Especialidade: 1	
Especialidade:	10.25 - Área 004 - Microárea 03 - 40h/semanais
26280	NOELI STRELOW GUCKERT
26980	SILMARA STEINERT CASTRO
Total Inscritos na Especialidade: 2	

Total Inscritos no Concurso: 187

Quantidade Total de Inscritos Homologados: 187

CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETIVA

O Município de SCHROEDER (SC), através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, convoca os candidatos aos cargos inscritos para a Prova Objetiva que será realizada, conforme quadro abaixo:

Data	Horário	Local
15 de maio de 2011	às 8h e 00minutos.	SENAI SCHROEDER Rua Marechal Castelo Branco, 3905 - Schroeder - SC, 89275-000

Schroeder, 02 de maio de 2011.
INGRIT ELI R. EICHENBERGUER
Secretária da Saúde e Assistência Social

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Pregão 4/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 04/05/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fichas de TFD - Exclusivo para Prestação de Contas;papel sulfite 75grs cor 1/0	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0390	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0400	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0600	3
2	Bloco de Exame Preventivo de Colo Uterino e Mama; 1x50 c/ 50 jogos, 1ª via, nas medidas 11cm larg x 11cm alt; 56grcom 1x0cores,impresso em off-set;acabamento: corte em capa em capa AG canário 66x96, 110gr,sem impressão;acabam:corte serviço: colar bloco.	BL	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,8500	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,9800	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,9800	3
3	Bloco de Atestado; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via nas medidas 10,50cm larg x 15,50 cm de alt. Em papel sulfite 75gr x 96,75gr, com 1 x 0 cores,impresso em off-set; acabamento:corte: capa em capa AG canário 66x96, 110gr,sem impressão;acabamento: corte, servi, colar bloco	BL	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,6400	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,8100	2
4	Bloco de declaração de Comparecimento; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via, nas medidas: 9cm larg. X 12cm alt, em papel sulfite 75gr,66x96, 75gr, com 1x0 cores impresso em off-set; acabamentos corte, capa em capa AG 66x96, sem impressão corte, serviços colar bloco.	BL	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,5000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,6300	2
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,7600	3
5	Bloco de Agendamento Médico; 1x50 c/ 50 jogos, 1 via nas medidas: 11cm larg x 07 cm alt, em papel sulfite 75gr,66x96, 75gr,com 1x 0 cores impresso em off-set; acabamentos corte, capa em capa AG canário 66x96, sem impressão,acabame corte, serviços colar bloco	BL	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,2900	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,3000	2
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,3100	3
6	Cartão Agendamento - SUS - nas medidas 12cm de alt x 29cm de larg.Folha em 180gr,66x96,com 1x1 cores, impresso em off-set,acabamentos: corte, dobrar,vincar.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,1800	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,1900	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,2200	3
7	Bloco de Autorização de Viagem; com 50 jogos, 2 vias nas medidas 15cm de lar x 8cm de alt, 1ªvia em extra copy CB branca primeira via, 53gr, c/ 1x0 cores, impresso em off-set;acabamentos: corte;serviços: intercalar 2ª via em extra copy branca via intermediaria 66x96,53gr, c/ 1x0 cores,impresso em off-set; acabamentos:corte,serviços: intercalar,capa em AG canário 66x96,10gr, sem impressão; acabamentos: corte.	BL	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	2,3700	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	2,4400	2
8	Carteirinha de Hipertenso e diabético; nas medidas 19cm de larg x 13cm de alt; papel vergê 90 kgs nas cores 4/2	UN	SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,2400	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,2500	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,2800	3
9	Folders Pezinho;nas medidas: 14,5 x 5,1cm alt,folha couche 150gr (aberto) capa 4x1 cores mais 2 lâminas 1x1 cor.	UN	SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,5800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 04/05/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,7600	2
10	Cartões de gestante; nas medidas 29,7 x 21,0 cm folha sulfite 240gr, com 4x1 cores, impresso em off-set. Acabamento: corte, dobrar c/ 2 vincos.	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,7200	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,7500	2
11	Ficha de cadastramento de Gestante; papel sulfite 75 grs cor 1x0	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0600	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0700	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0800	3
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,1000	4
12	Ficha de Programa de Humanização no pré-natal e nascimento; papel sulfite 75grs cor 1x0.	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0700	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0800	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0900	3
13	Blocos de Atestado de Saúde Ocupacional; nas medidas 14cm de larg x 22cm de alt, 3 vias; 1ª extra copy CB branca 1ª via 53 gr, com 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte, picotar, serviços: intercalar 2ª via extra copy CFB verde via intermediária, 53gr, com 1x0 cores impresso off-set; 3ª via extra copy CFB amarela via intermediária, 53 gr, com 1x0 cores impresso off-set.	BL	SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	6,3600	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	7,8000	2
14	Envelope Saco; nas medidas 20cm de larg x 28cm de alt; folha em envelope agaprint saco 20x28, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,2900	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,3000	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,3400	3
15	Envelope Saco; nas medidas 36cm de larg x 26cm de alt; folha em envelope agaprint saco 36x26, com 4x0 cores, cor branca, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	UN	SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,3800	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,3900	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,4700	3
16	Bloco de Receituário 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas: 15cm larg. X 21cm de alt; 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte; serviços: intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr, com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento: corte; serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão; acabamento: corte; serviços: colar	BL	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	3,2000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	3,7800	2
17	Bloco de Requisição de Resultado de Exames 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas: 15cm larg. X 21cm de alt; 1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte; serviços: intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr, com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento: corte; serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão; acabamento: corte; serviços: col blo.	BL	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	3,5000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	3,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 04/05/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Bloco de Receituário Controle Especial 2x50 c/ 50 jogos, 2 vias, nas medidas:15cm larg. X 21cm de alt;1ª via em extra copy CB branca primeira via 53gr, c/ 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte;serviços:intercalar 2ª via em extra copy azul via intermediária 66x96, 53gr.com 1x0 cores impresso em off-set; acabamento:corte;serviços: intercalar em capa AG canário 66x96, 110gr, sem impressão;acabamento: corte; serviços colar bloco.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	3,2000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	3,7800	2
19	Fichas de exames Citopatológico, nas medidas 21cm lar x 29,70cm de altura;folha em sulfite 120gr, com 1x1cores impresso em off-set;acabamentos: corte (preventivo).	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0800	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0900	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,1200	3
20	Ficha de Registro de Atendimento ambulatorial - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31 cm alt; folha em sulfite 75gr,66x96,75gr,com 1x1 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0390	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,0400	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0440	3
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0500	4
21	Ficha de registro de Atendimento Imunológico - SUS; nas medidas: 21cm larg x 31cm alt; folha em sulfite 75gr; 66 x 96, 75gr, com 1 x 1 cores, impresso em off-set; acabamento: corte.	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0320	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,0330	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0400	3
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0500	4
22	Ficha de Prontuário de Atendimento do Usuário - SUS, nas medidas: 21cm larg x 29,70cm alt; folha em sulfite 75gr, 66x96, 75gr,com 1 x 1 cores, impresso em off-set,acabamento:corte, frente e verso	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0320	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,0330	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0400	3
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0500	4
23	Bloco de Notificação de Receita Especial, 1 x 50 com jogos, 1 via, nas medidas: 9cmlarg x 23 cm de alt; 1ª em super Bond 75gr azul66x96,75, com 1x0 cores,impresso em off-set; acabamentos:corte, picotar, numerar;capa em capa AG verde 66x96, 110gr, sem impressão;acaba,corte,gram;serv: colar bloco.	BL	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	1,8000	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	2,3600	2
			GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	2,5000	3
24	Ficha de Sistema único de Saúde Cadastro Nacional de Famílias; papel sulfite 75grs cor 1/0	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFI LTDA (12036)		0	0,0700	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0800	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 04/05/2011

Válido até: 04/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Ficha Individual dos Atendimentos da gestante no Sisprenatal; papel sulfite 75grs cor 1/0	UN	GRAFICA E EDITORA JGRAFF LTDA (12036)		0	0,0700	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,0800	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,0800	3
26	Bloco Controle Diário de Movimento de Veículos; 1x50 com 50 jogos, 1 via nas medidas 14,50cm larg. X 19cm alt; 56 gr com 1x0 cores, impresso em off-set; acabamentos: corte; capa em capa AG canário 66x96, 110gr sem impressão; acabamentos corte serviç colar bloco	BL	GRAFICA E EDITORA JGRAFF LTDA (12036)		0	1,2500	1
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	1,3200	2
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	1,4000	3
27	Pastas de Cor Ouro; 170gr, cor 1x0, com 33cm de alt x 24 cm de larg, com o brasão da Prefeitura de Schroeder	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	0,4700	1
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,9000	2
			GRAFICA E EDITORA JGRAFF LTDA (12036)		0	1,2500	3
28	Folhas Papel Ofício; vergê branco 90 kgs cor 2/0, com o brasão da Prefeitura de Schroeder.	FLH	SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	0,1400	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFF LTDA (12036)		0	0,1700	2
			GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	0,2900	3
29	Ficha de Avaliação Clínica; 1x50 ; cor 3x0, tamanho 148x210, papel vergê 75gr.	UN	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA (6052)		0	2,0000	1
			HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	2,4000	2
			SELO SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA (12035)		0	2,5800	3
30	Interditado; cor 4x0, tamanho 70x15, papel adesivo 30,g..	UN	HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA (10191)		0	2,2800	1
			GRAFICA E EDITORA JGRAFF LTDA (12036)		0	4,2800	2

SCHROEDER, 4 de Maio de 2011.

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº1930

LEI Nº1.930, DE 20 DE ABRIL DE 2011
ALTERA O ART.1º DA LEI Nº1.927/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O art.1º da Lei Municipal nº1.927/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, o Centro de Recuperação Luz no Vale - CERLUZ - CNPJ nº13.445.159/0001-61, com sede na localidade de São Martinho - Siderópolis.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 20 de Abril de 2011
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1931

LEI Nº1.931, DE 04 DE MAIO DE 2011
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA EXTENSÃO DO IFSC - SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a contratar até a vigência do convênio, profissionais para extensão do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, para as funções de professor, com jornada, habilitação e salários, constantes no anexo único desta lei.

Artigo 2º - Os profissionais serão contratados em regime especial, por contrato administrativo vinculado ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Artigo 3º - Os profissionais serão recrutados de acordo com os critérios técnicos do IFSC.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 04 de Maio de 2011
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Anexo Único

Qtid.	Função	Habilitação	Jornada	Salário
01	Professor de Modelagem Têxtil	Engenharia Têxtil ou Tecnólogo Têxtil ou Técnico têxtil (com formação em confecção) ou Técnico em Vestuário ou Técnico em Confecção ou Ensino Médio com Experiência comprovada na área.	30h\\semanais	R\$1.526,22
01	Professor de Informática	Técnico ou Tecnólogo ou Bacharel em Informática, Sistema de Informação, Computação ou Similar.	30h\\semanais	R\$1.526,22
01	Professor de Eletricista NR-10	Engenheiro Eletricista com experiência\\formação em segurança do trabalho.	20h\\semanais	R\$1.526,22

Decreto nº25/2011

DECRETO N.º25 DE 01 DE ABRIL DE 2011
EXONERA MARCIA WAJSMAN NEDEFF, MÉDICA DO ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº1.309/2000;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, MARCIA WAJSMAN NEDEFF, CPF/MF nº408.490.157-15, do Cargo de Médica do ESF, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 01 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº26/2011

DECRETO N.º26 DE 01 DE ABRIL DE 2011
CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal ;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do

Processo Seletivo de Agentes Comunitários de Saúde integrada pelos servidores Rosania Bernardo, Laíde Silveira Cercená e Juarez Luiz Tomazzi membros efetivos.

Art. 2º. A Comissão de Processo Seletivo ora constituída baixará instruções especiais sobre o concurso e processo seletivo, respeitando as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento, quando necessário.

Art. 3º. A Presidência da referida comissão será exercida pela servidora Rosania Bernardo.

Art. 4º. A Comissão de Concurso Público elaborará o Edital de Concurso Público, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal, dentro do prazo Máximo de 10 (Dez) dias, a partir da data de sua convocação.

Art. 5º. O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho a Prefeitura para Junto com a comissão de concurso, elaborar e executar o Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento desta Prefeitura.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 01 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº27/2011

DECRETO N.º27 DE 20 DE ABRIL DE 2011
PRORROGA O DECRETO Nº 02, DE 20 DE JANEIRO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, de Siderópolis, no uso das atribuições legais, conferidas pelo inciso XXIV, do artigo 51 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de Agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

-A continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 18 de janeiro de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

-A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

-Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 02, de 20 de Janeiro de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 20 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº28/2011

DECRETO N.º28 DE 20 DE ABRIL DE 2011
Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no valor de R\$ 100.000,00 e das outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 001915/10 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.02 - DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
(36) 3.3.90.00.00.00.00.2.009-0105 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

07 - SECRETARIA DE OBRAS

07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS
(93) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.018-0080 - Aplicacoes Diretas 50.000,00
Total Suplementação: 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.02 - DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
(34) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.009-0092 - Aplicacoes Diretas

50.000,00
07 - SECRETARIA DE OBRAS
07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS
(94) 4.4.90.00.00.00.00.2.018-0094 - Aplicacoes Diretas
50.000,00
Total Anulação: 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 20 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº29/2011

DECRETO N.º29 DE 29 DE ABRIL DE 2011
EXONERA A PEDIDO VANIO JOSE BRIGNOLI DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido VANIO JOSE BRIGNOLI, brasileiro, CPF/MF sob nº083.121.419-87, Chefe de Setor I - Símbolo C3, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 29 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº30/2011

DECRETO N.º30 DE 29 DE ABRIL DE 2011
APROVA O REGIMENTO INTERNO DO PRÓ-LEITE.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.897/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho do Programa de Incentivo à Cadeia Produtiva do Leite de Siderópolis - Pró-Leite.

Art. 2º - O referido Regimento, na íntegra, passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 29 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DE SIDERÓPOLIS - PRÓ-LEITE

1. Adesão

1.1- Poderão aderir ao Programa os produtores de leite e laticínios que tenham suas propriedades no território de Siderópolis.

1.2- Para ser beneficiado pelo Programa os interessados deverão seguir as seguintes orientações:

1.3- Procurar o escritório municipal da Epagri para conhecer o Programa;

1.4- Ler o Termo de Adesão e preencher a Solicitação de Inscrição (Anexo I), que será encaminhada à Comissão Técnica para análise e deferimento no prazo de trinta dias;

1.5- Serão solicitados os seguintes documentos no ato da inscrição: Documento de identidade, código de contribuinte pessoa física - CPF, Bloco de Notas de Produtor Rural e outros que a Comissão Técnica julgar necessário;

Caso o produtor não esteja cadastrado na Associação dos Criadores de Gado de Corte e Leite de Siderópolis, será concedido o prazo de até seis meses, contando da data da aprovação de sua inscrição no Programa, para apresentar o comprovante de associado; Para a inscrição de laticínios será exigido o Cadastro de Pessoa Jurídica ou outro documento de constituição da indústria e outros que a Comissão julgar necessários

1.6- Será agendada uma visita à família do produtor para elaboração do Diagnóstico da Propriedade

(Anexo II), dentro do mesmo prazo de 30 dias, conforme item 1.4.

1.7- Após aprovação o produtor ou o laticínio terão direitos aos incentivos conforme as especificações a seguir.

2- Forma e Concessão de Incentivos

A solicitação de incentivos deve ser encaminhada à Comissão Técnica através do Requerimento de Incentivos (anexo III).

Após sua inscrição e ter atendido os requisitos do artigo 5 da lei n. 1897 de 3/09/2010, os produtores e em casos específicos, quando mencionado, os laticínios, terão direito aos incentivos conforme descrito a seguir:

2.1- Assistência Técnica

2.1.1- Será feita no mínimo uma visita técnica mensa à propriedade;

2.1.2- A prestação de assistência técnica será de acordo com o Diagnóstico da Propriedade e o Plano Mensal de Trabalho;

2.1.3. O Médico Veterinário contratado pela Prefeitura Municipal prestará assistência técnica ao Programa Pró-leite, com prioridade e no horário de seu contrato de trabalho.

2.2- Sementes forrageiras

2.2.1- As espécies serão de acordo com parecer da Comissão Técnica e o aval da Secretaria Municipal de Agricultura;

2.2.2- A quantidade liberada será de acordo com a área de cultivo de pastagem, e, no caso de sobressemeadura, esta área deverá estar dividida em piquetes;

2.2.3- Poderá ser exigida a análise de solo da área a ser semeada;

2.2.4- A Prefeitura subsidiará 50% do custo desta semente de acordo com o parecer da Comissão Técnica;

2.2.5- Poderá ser exigida a comprovação da produção através da apresentação na Nota de Produtor Rural;

2.3- Análise de solo

2.3.1- Será subsidiada pela Prefeitura Municipal em 50% do seu custo e será exclusiva de área de melhoramento de pastagens ou área de produção forrageira;

2.3.2- A quantidade de amostras enviadas ao laboratório será de acordo com a avaliação técnica;

2.4- Programa de melhoramento genético

2.4.1. Nas propriedades cadastradas no Programa serão realizadas avaliações do rebanho e os dados gerais serão discutidos em reunião com o grupo de produtores de leite e os fornecedores de sêmen resultando em indicação do melhor material a ser adquirido.

2.4.2- A Prefeitura Municipal será orientada sobre a decisão do grupo e parecer da Comissão Técnica para aquisição do material para o programa de inseminação artificial.

2.4.3. A Prefeitura disponibilizará o material (sêmen, nitrogênio, bainhas, luvas, etc.) e ficará a cargo do produtor o custo do deslocamento e do serviço do inseminador.

2.5- Exames de tuberculose e brucelose

2.5.1 - A Prefeitura disponibilizará o médico veterinário para realização dos exames, sem ônus para o produtor, ficando a cargo deste os custos do material e do envio ao laboratório.

2.5.2 - A realização dos exames ficará a critério da comissão técnica, conforme orientação do médico veterinário, embasado na legislação vigente, visando a saúde do rebanho e o controle de zoonoses.

2.6- Disponibilização de Máquinas pela Prefeitura Municipal

2.6.1. A solicitação de serviços de máquinas em geral (trator agrícola, grade, ensiladeira, subsolador, arado, etc.) seguirá o procedimento normal a todos os agricultores, mediante protocolo, com os mesmos custos e obedecendo o cronograma de atendimento normal.

2.6.2. No caso de produtores cadastrados no Programa será disponibilizado material de revestimento (taguá ou outro material disponível) no custo de R\$ 30,00 a carga de 10m³.

2.6.3. Será disponibilizada retro-escavadeira para serviços diversos na melhoria das instalações do gado leiteiro e o acesso até elas, sem custos para o produtor.

Para isso, além do protocolo normal junto à Prefeitura o produtor deverá apresentar o parecer da Comissão Técnica (Anexo III) para comprovar o direito aos incentivos.

2.6.4. Os laticínios cadastrados no Programa poderão ter acesso aos incentivos descritos nos itens 2.6.2. e 2.6.3. desde que seja utilizado para melhoria do acesso ou ampliação das instalações da unidade de industrialização do leite, após parecer da Comissão Técnica, seguindo o mesmo procedimento dos produtores cadastrados no Programa.

3. Comissão Técnica

3.1. Cabe à Comissão, com o apoio das demais entidades, executar o Programa junto às propriedades rurais, sugerir tecnologias, acompanhar o seu desempenho e avaliar a participação do produtor no Pró-leite.

3.2. A Comissão Técnica se reunirá semanalmente para análise e encaminhamento dos pedidos de incentivo, planejamento e avaliação do trabalho;

3.3. Cabe à Comissão aprovar ou excluir produtores no Programa, mediante justificativa com a aprovação da maioria de seus membros, com base no Termo de Adesão (anexo I);

3.4. A Comissão Técnica prestará contas ao Comitê Gestor sempre que solicitadas;

3.5. Cabe à Comissão Técnica elaborar o Plano Anual de Trabalho do Programa Pró-leite e apresentá-lo ao Comitê Gestor do Programa.

4. Comitê Gestor do Programa Pró-leite

4.1. O Comitê Gestor se reunirá, ordinariamente a cada 2 meses e extraordinariamente, quando convocado por seu coordenador.

4.2. Cabe ao Comitê Gestor o acompanhamento e avaliação das atividades do Programa, para tanto, manterá um registro de suas

reuniões, através de Atas.

5. Plano Anual de Trabalho

5.1. A partir de 2012, no início de cada ano, a Comissão Técnica se reunirá para elaboração do Plano Anual de Trabalho com apresentação e aprovação do Comitê Gestor do Programa;

5.2. Para 2011 serão elaborados Planos Mensais de Trabalho até o ajuste do Programa Pró-leite;

5.2. Deverão constar no Plano as atividades que serão executadas ao longo do ano, seu cronograma, bem como responsabilidades das entidades, metas e orçamento.

6. Casos omissos a este Regulamento serão julgados pela Comissão Técnica e pelo Comitê Gestor do Programa.

Siderópolis, 29 de março de 2011.

Anexo I

PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DE SIDERÓPOLIS - PRÓ-LEITE

TERMO DE ADESÃO E SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

I - OBJETIVO

O presente termo estabelece as diretrizes para o funcionamento do Programa no município, estabelecendo compromissos e parcerias além de incentivos aos que aderirem e efetivarem os compromissos adiante enumerados.

II- PÚBLICO-ALVO

Produtores de leite, laticínios e agroindústrias, desde que as propriedades ou unidades de produção estejam estabelecidas no município.

III- COMPROMISSOS

1. Dos produtores

1.1 Estar inscrito na Associação dos Criadores de Gado de Corte e Leite de Siderópolis;

1.2 Cadastrar-se no Programa Pró-leite;

1.3 Participar, no mínimo, de 60% dos eventos profissionalizantes relacionados à atividade. Tais eventos compreendem: cursos, palestras, dias de campo, seminários, reuniões técnicas - que promovam o conhecimento de tecnologias e o associativismo;

1.4 Disposição para adotar as tecnologias aprendidas

1.5 Fazer controle leiteiro da propriedade uma vez ao mês;

1.6 Seguir as normas da Instrução Normativa 51;

1.7 Emitir a Nota de Produtor Rural, mensalmente, na venda do leite e/ou animais;

1.8 Fazer exame de tuberculose e brucelose para todos os animais em produção e observar que os animais adquiridos tenham atestado negativo;

2. Dos laticínios

2.1 Cadastrar-se no Programa Pró-leite;

2.2 Motivar os produtores fornecedores a efetuarem também seu cadastro;

2.3 Participar e apoiar produtores de leite nos eventos programados;

2.4 Incentivar e cobrar dos produtores fornecedores a emissão da Nota de Produtor sempre que houver compra do leite e devolver as contra-notas no valor da compra do produto;

2.5 Realizar contagem de células somáticas e contagem de células bacterianas totais, no mínimo uma vez por mês, de cada propriedade e em laboratório credenciado;

2.6 Dispor-se a discutir com a Associação dos Criadores de Gado de Corte e Leite de Siderópolis assuntos de interesse comum;

3. Do poder público

- 3.1. Divulgar o Programa em todas as comunidades e realizar o Cadastro dos produtores e laticínios;
- 3.2. Motivar produtores e laticínios na busca conjunta do desenvolvimento do setor;
- 3.3. Dar estrutura técnica, financeira adequada para o funcionamento do Programa (Responsabilidades: Prefeitura, Epagri e Cidasc);
- 3.4. Buscar parcerias com outras entidades no município e região para o desenvolvimento do Programa;
- 3.5. Viabilizar a emissão da GTA no município;
- 3.6. Zelar pela saúde pública referente à qualidade do leite e derivados fornecidos à população;
- 3.7. Elaborar normas e incentivos para agricultores e laticínios/agroindústrias cadastrados no Programa;
- 3.8. Coordenar a execução do Plano de Trabalho Anual;

IV - INCENTIVOS

direcionados, prioritariamente ao público do Pró-leite

Prestar assistência técnica, prioritariamente aos agricultores cadastrados no Programa, nas atividades e dentro da programação do Plano Anual de Trabalho.

Prefeitura Municipal

1. Programa de sementes de espécies forrageiras

Disponibilizar sementes para as famílias rurais cadastradas no programa, no custo de 50% para o agricultor, conforme produção pecuária comprovada em Nota de Produtor.

2. Programa de Análises de Solo

Disponibilizar recursos para execução de análises de solo para a atividade, contribuindo com 50% de seu custo, e em quantidade de acordo com o acompanhamento da propriedade.

3. Programa Sanitário e de Melhoramento Genético Animal

Aquisição de sêmen pela Prefeitura com avaliação técnica e de acordo com a necessidade dos produtores, sendo que será fornecido o sêmen e material para a execução do serviço, ficando a cargo do agricultor o serviço do inseminador, bem como seu deslocamento até a propriedade.

Será treinado o Médico Veterinário municipal para a realização dos exames de tuberculose e brucelose nas propriedades cadastradas no Programa.

Emissão da GTA-Guia de Transporte Animal no município.

4. Programa de Apoio à Infra-estrutura nas Propriedades

Disponibilizar máquinas da Secretaria de Obras e de Agricultura para melhoria de estradas, acessos e melhorias internas das propriedades para a atividade leiteira;
Priorizar a utilização de um trator agrícola para a atividade;
Adquirir uma nova retroescavadeira e priorizar o atendimento para a atividade leiteira das famílias cadastradas no Programa;
Adquirir um tanque distribuidor de esterco líquido;
Adquirir uma segadeira para produção de feno.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

O Programa Municipal de Incentivo À Cadeia Produtiva Do Leite De Siderópolis - Pró-Leite contempla as principais atividades a serem executadas, bem como seu cronograma de execução e parcerias.

a) Será criado um Comitê Gestor do Programa para acompanhamento e avaliação das atividades, com um representante cada, na seguinte composição:

CMDR-Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis;
EPAGRI;
Agroindústrias;
Secretaria Municipal de Agricultura;
Associação dos Produtores de Gado de Corte e Leite de Siderópolis;
Coordenador do Programa Pró-leite.

b) Será criada uma Comissão Técnica para aprovar ou excluir cadastrados do programa, bem como decidir sobre os incentivos fornecidos aos cadastrados, com um representante de cada, na seguinte composição:

Secretaria Municipal de Agricultura;
Coordenador do Programa;
EPAGRI;
CMDR-Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
ADM/Microbacias

Solicitação de inscrição do Programa Pró-leite

Eu _____, portador do CPF nº#8304; _____, produtor (a) de leite e/ou animais de reposição, com propriedade situada em _____, sou conhecedor do Regimento do Programa de Incentivo à Cadeia Produtiva do Leite de Siderópolis "Pró-leite", estou ciente dos meus direitos e deveres dentro do Programa e, sendo assim, quero me cadastrar, participar e usufruir dos incentivos.

Siderópolis, ____/____/____

Ass. Do Produtor

Documento recebido pela comissão técnica em ____/____/____

Representante da Comissão Técnica

PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA E RECOMENDAÇÕES

Aceito ()

Providenciar cadastro na Associação dos Criadores de Gado de Corte e Leite de Siderópolis no prazo de 6 meses.

Não aceito () motivo: _____

Siderópolis, ____/____/____

Representante da Comissão Técnica _____

Anexo II

PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DE SIDERÓPOLIS - PRÓ-LEITE

DIAGNÓSTICO DA PROPRIEDADE

Nome do Produtor: _____

Nome do Conjugue: _____

Localização da Propriedade: _____

Área total da propriedade: _____

Área própria ou arrendada: _____

Mão de obra: _____

Atividades Desenvolvidas?

Agricultura: _____

Pecuária: _____

Outras atividades: _____

Área destinada à produção Leiteira: _____

Quantidade de leite produzido: _____

Destino do leite: _____

Raça explorada: _____
 Inseminação ou monta natural? _____
 Estrutura do rebanho? _____
 Vacas em produção: _____
 Vacas secas: _____
 Novilhas: _____
 Bezerras: _____
 Machos: _____
 Touro: _____
 Venda de animais: _____
 Instalações? _____
 Resfriador (modelo, capacidade): _____
 Ordenhadeira (conjuntos): _____
 Sala de ordenha: _____
 Galpões: _____
 Máquinas: _____
 Veículos: _____
 Alimentação? _____
 Tipo de pastagens: _____
 Área de pastagens: _____
 Área piqueteada: _____
 Número de piquete: _____
 Sobre semeadura: _____
 Silagem: _____
 Tipo de concentrado usado: _____
 Sal mineral (tipo): _____
 Medicação: _____
 Vermífugo: _____
 Vacinas: _____
 Antibióticos: _____
 Controle de Mamite: _____
 Destino dos dejetos: _____
 Destino dos machos: _____
 Criação da bezerra? _____
 Mochamento: _____
 Problemas de cascos: _____
 Diagnóstico de gestação: _____
 Abortos: _____
 Repetição deaios: _____
 Intervalo entre partos: _____
 Idade de inseminação das novilhas: _____
 Exames realizados nos animais: _____
 Análises de qualidade do leite: _____
 Custo de produção do litro de leite: _____
 Preço médio recebido pelo preço do leite: _____
 Participa de associação: _____
 Quais os cursos de profissionalização que você lembra-se de ter participado no ultimo ano: _____
 Problemas encontrados na atividade leiteira: _____
 Previsão de produção para o futuro da atividade e da propriedade: _____
 O que você espera do programa Pró-Leite: _____
 Data: _____
 Anexo III
 Requerimento de Incentivos

Eu, _____, CPF: _____, produtor rural, residente na comunidade: _____, venho requerer incentivo para: _____

Assinatura do produtor _____

Para isso, aguardo o parecer da comissão Técnica do programa Pró-Leite.

Siderópolis, ____/____/____.

Parecer da Comissão Técnica e recomendação à Secretaria Municipal de Agricultura: _____

Comissão Técnica - - - - -
 Siderópolis, ____/____/____.

Decreto nº31/2011

DECRETO N.º31 DE 29 DE ABRIL DE 2011

EXONERA VALDIR DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO E RETORNA AO CARGO EFETIVO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado VALDIR DE SOUZA, brasileira, CPF/MF sob nº343.744.269-49, Assessor I - Símbolo C2, a contar de 01/04/2011, retornando ao cargo efetivo de Operador de Maquinas, do Quadro Permanente do Município, tendo em vista sua aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social - INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 29 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Decreto nº32/2011

DECRETO N.º32 DE 02 DE MAIO DE 2011

EXONERA GIANE HELENA MACHADO DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada GIANE HELENA MACHADO, brasileira, CPF/MF sob nº746.961.609-04, Chefe de Departamento de Cultura - Símbolo C2, a contar de 01/05/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 02 de Maio de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº113/2011

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA
SOFIA MARQUES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora SOFIA MARQUES, CPF/MF nº052.134.659-27, Auxiliar de Enfermagem 24h, a partir de 12/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 11 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº110/2011

PORTARIA Nº 110, DE 01 ABRIL DE 2011
CONTRATA CIBELI APARECIDA DAVID SIMÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente Cibeli Aparecida David Simão, brasileiro(a), CPF/MF sob nº050.485.449-60, inscrição nº.04 do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº2/2011, para ocupar a função de Auxiliar de Educação Infantil e Creche - 30h, na Creche Municipal Mundo Colorido, em vaga excedente de caráter transitório, a contar desta data até 16/12/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 01 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº111/2011

PORTARIA Nº 111, DE 01 ABRIL DE 2011
ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº65/2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 1º da Portaria nº65/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 1º - Art. 1º - Admitir temporariamente Denise Olivo, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 037.139.169-50, inscrição nº13 do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº4/2011, para ocupar a função de:

I - Professor - MAG-LP - Inglês - 10h, no(a) Escola de Educação Básica Municipal Jorge Biff, em vaga vinculada da servidora Karina Damini Carminatti, que encontra-se exercendo função de Secretária de Escola, pelo período de 21/02/2011 a 16/12/2011;

II - Professor - MAG-LP - Português - 10h, no(a) Colégio de Educação Municipal - CEM, em vaga em vaga de caráter transitório, pelo período de 01/04/2011 a 22/07/2011.

”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 01 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº112

PORTARIA Nº 112, DE 01 DE ABRIL DE 2011
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR SAMUEL ELIAS PARA ASSINAR DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS ATINGIDOS PELAS ENXURRADAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência ao servidor SAMUEL ELIAS, CPF/MF nº769.245.729-87, para assinar declaração de residência dos atingidos pelas enxurradas de 18 de Janeiro de 2011, conforme decreto nº02 de 20/01/2011, tendo em vista o reconhecimento da situação de emergência pelo Ministério da Integração Nacional, através da Portaria Interministerial nº106, de 10 de Fevereiro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 01 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

portaria nº114

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE ABRIL DE 2011
EXONERA ADELAR DE OLIVEIRA FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.801/2009.
Considerando a adesão do servidor ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ADELAR DE OLIVEIRA FREITAS, brasileiro, CPF nº415.484.269-20, ocupante do cargo de Pedreiro, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 11 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº115

PORTARIA Nº 115, DE 11 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA GLORIA REGINA DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora GLORIA REGINA DA SILVA, CPF/MF nº289.547.209-65, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a partir de 19/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 11 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº116

PORTARIA Nº 116, DE 11 DE ABRIL DE 2011
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORARIO DO FUNCIONÁRIO ROBERTO HERZER JUNIOR

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010;

RESOLVE

Art.1º - Rescindir a pedido o contrato temporário do funcionário, ROBERTO HERZER JUNIOR, brasileiro(a), CPF/MF sob nº598.476.620-53, Médico Clínico Geral, do Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 11 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº117

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE ABRIL DE 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº128/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº128/2010, considerando o retorno da servidora KATIA DONADEL, CPF/MF nº041.278.609-52, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 11 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº118

PORTARIA Nº 118, DE 25 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA SONIA CARDOSO KESTERING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares à servidora SONIA CARDOSO KESTERING, CPF/MF nº032.704.079-39, ocupante do cargo de Merendeira, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 06(seis) meses, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº119

PORTARIA Nº 119, DE 25 DE ABRIL DE 2011

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORARIO DO FUNCIONÁRIO SANDER TESSARO ROCHA

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010;

RESOLVE

Art.1º - Rescindir a pedido o contrato temporário do funcionário, SANDER TESSARO ROCHA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº004.636.289-42, Médico Clínico Geral, do Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a partir de 01/05/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº120/2011

PORTARIA Nº 120, DE 25 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PUBLICO A SERVIDORA ROSIMERI ANSELMO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no

uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora ROSIMERI ANSELMO, CPF/MF nº660.917.729-53, Auxiliar de Educação Infantil, a contar de 20/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº121

PORTARIA Nº 121, DE 25 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DAIANE FERREIRA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora DAIANE FERREIRA GOMES, CPF/MF nº046.222.409-04, Chefe de Setor I, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº122

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE ABRIL DE 2011

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORARIO DA FUNCIONÁRIA ZULENIR MAGALI PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato temporário da funcionária, ZULENIR MAGALI PÉRICO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº998.679.909-00, Auxiliar de Educação Infantil, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a partir de 28/04/11.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº123

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE ABRIL DE 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO ANTONINHO BOTINI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário ANTONINHO BOTINI, CPF/MF nº538.332.289-20, Motorista do SAMU, a partir de 29/04/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº124

PORTARIA Nº 124, DE 25 DE ABRIL DE 2011
CONTRATA ZULENIR MAGALI PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ZULENIR MAGALI PÉRICO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº998.679.909-00, inscrição nº20 do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº1/2011, para ocupar a função de Professora MAG-LP- 20h, no(a) Creche Mundo Colorido, em vaga excedente de caráter transitório, pelo período de 27/04/2011 até 16/12/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº125

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE ABRIL DE 2011
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA ELAINE POSSENTI

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da funcionária Elaine Possenti, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 041.648.249-05, Professor - MAG - LP - Ciências, nomeada pela portaria nº56/2011, para mais 10h, na Escola de Educação Municipal Jorge Bif, em vaga de caráter transitório, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº126

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE ABRIL DE 2011
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA ROSANA DA SILVA

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da funcionária Rosana da Silva, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 951.671.109-04, Professor - MAG-LP - Artes - 20h, nomeada pela portaria nº62/2011, para mais 10h, na Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, em vaga de caráter transitório, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº127

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE ABRIL DE 2011
ALTERA A CARGA HORARIA DA FUNCIONÁRIA ROSANA DA SILVA

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.907/2010 combinada com a 1.918/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da funcionária Rosana da Silva, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 951.671.109-04, Professor - MAG-LP - Artes - 20h, nomeada pela portaria nº62/2011, para mais 10h, na Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, em vaga de caráter transitório, a contar de 01/04/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº128

PORTARIA Nº 128, DE 25 DE ABRIL DE 2011
ADMITE TEMPORARIAMENTE POR CONTRATO DE TRABALHO KAREN SCHERER BASTOS PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO CLINICO GERAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº1.912/2010;

RESOLVE

Art.1º - Admitir temporariamente, KAREN SCHERER BASTOS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº007.102.890-06, pelo Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº05/2011, para ocupar a função de Médico Clinico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 25/04/2011 até 24/04/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº129

PORTARIA Nº 129, DE 25 DE ABRIL DE 2011
Concede FG ao Servidor Vilmar Salezio Donadel

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no

uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Vilmar Salezio Donadel, CPF nº506.946.009-97, Operário Braçal, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade pelo plantão auxiliar na Manutenção Mecânica.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº130

PORTARIA Nº 130, DE 25 DE ABRIL DE 2011
Concede FG a Servidora Marlene Trento Ghisleri

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Marlene Trento Ghisleri, CPF nº015.054.009-45, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, FG 06, Valor R\$100,00, Responsabilidade pela limpeza da carreta do Odontosc.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin em, 25 de Abril de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Abril de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº132

PORTARIA Nº 132, DE 02 DE MAIO DE 2011
EXONERA A PEDIDO GEYZA REGINA DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido GEYZA REGINA DOMINGOS, brasileira, CPF/MF sob nº033.398.869-45, Escrituraria, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN em, 02 de Maio de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2011

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.334, de 26 de Abril de 2011

DECRETO Nº 2.334, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área de terras, situada no lado ímpar da Rodovia Municipal TBO-409, de propriedade de Alceu Klitzke, para fins de continuação da Rodovia Municipal TBO-409.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de regularização da área com 1.271,79m2 para integrar a Rodovia Municipal TBO-409, cuja área dá acesso à nova ponte pênsil que substituirá a outra desativada pela Defesa Civil após a Catástrofe de 2008;

Considerando que a desapropriação irá beneficiar moradores e transeuntes que utilizam a Rodovia Municipal TBO-409, agilizando a travessia dos municípios de Rio dos Cedros a Timbó;

Considerando que a desapropriação cuja área dá acesso a nova ponte pênsil, agora irá possibilitar também o tráfego de veículos e máquinas agrícolas, além de bicicletas, motocicletas e pedestres, facilitando assim o trânsito nesta região;

Considerando que a que a desapropriação também irá potencializar o comércio e a agricultura na região.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma faixa de terra assim descrita: uma área de terras com 1.271,79m2 destinada à continuação da Rodovia Municipal TBO-409, assim descrita: Terreno rural, situado no lado ímpar da Rodovia Municipal TBO-409, na localidade denominada "Tifa Isberner", distando pelo lado esquerdo do imóvel, 489,27 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia SC-417, com as seguintes confrontações: frente estrema em 19,36 metros com o lado ímpar da Rodovia Municipal TBO-409; fundos estrema em 14,26 metros com o imóvel objeto da presente matrícula; lado direito estrema em 46,65 metros com a Área de Preservação Permanente (APP) objeto da presente matrícula, e, em 43,04 metros com a Área de Preservação Permanente (APP) objeto da presente matrícula; e, lado esquerdo estrema em

39,12 metros com o imóvel objeto da presente matrícula. O referido imóvel faz parte de um todo, matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 17.961, livro 2.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 26 de abril de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Extrato contrato 2011_98

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/98

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Phelipe Henrique Momesso Maglio (Momesso Webstudio)

OBJETO: serviços de suporte, manutenção e atualização de conteúdo de WebSite (Portal da Prefeitura Municipal de Timbó). VALOR TOTAL: R\$ 1.240,00 (um mil e duzentos e quarenta reais). PRAZO: maio a junho/2011.

Timbó, 02 de maio de 2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

Convênio Centro de Recuperação Beth Hayôtser

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTE: Município de Timbó

CONVENIADA: Centro de Recuperação "Beth Hayôtser".

OBJETO: o convênio tem por finalidade o atendimento e recuperação de pessoas adultas, do sexo masculino ou feminino, com problemas e/ou dependência relacionada com as drogas, bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, encaminhados pelo Município. PRAZO: abril a dezembro de 2011. VALOR MENSAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por vaga utilizada.

Timbó, 27 de abril de 2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

CÂMARA DE VEREADORES**Dispensa de Licitação Nº 03/2011**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2011.

CAUSA ENSEJADORA/JUSTIFICATIVA/RAZÃO: Fundamento na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a". Necessidade de Informativos Técnicos, LEGISLA e LEGISLA CONTABILIDADE, com assuntos de interesse da Administração Municipal, para subsidiar os servidores no desempenho das suas atividades na Câmara Municipal de Timbó, bem como o valor da proposta apresentada (R\$ 500,00 mensais) ser compatível com os preços praticados no mercado e ficar aquém do limite estabelecido na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a". PREÇO: Compatível com os praticados no mercado. OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de Informativos Técnicos, divididos em duas pastas, LEGISLA e LEGISLA CONTABILIDADE, com assuntos de interesse da Administração Municipal (Tabelas, Agenda de Obrigações e de Incidências; IGAMEXPRESS; Legislativo; RPPS; Tributos Municipais; Servidor Público; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; INSS, IRRF e Obrigações Fiscais; Licitações e Compras Governamentais). CONTRATADA: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM, com Sede na Rua General Câmara, 432, sala 604, Porto Alegre (RS), com CNPJ nº 01.484.706/0001-39. VALOR: R\$ 4.000,00.

Timbó (SC), 03 de Maio de 2011.

ISMAEL MAAS

Presidente

Extrato de Contrato Nº. 05/2011

E X T R A T O DE CONTRATO

Contrato nº. 05/2011.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos - IGAM

Objeto: Aquisição de Informativos Técnicos, divididos em duas pastas, LEGISLA e LEGISLA CONTABILIDADE, com assuntos de interesse da Administração Municipal (Tabelas, Agenda de Obrigações e de Incidências; IGAMEXPRESS; Legislativo; RPPS; Tributos Municipais; Servidor Público; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; INSS, IRRF e Obrigações Fiscais; Licitações e Compras Governamentais).

- Dispensa de Licitação número 03/2011

Valor: R\$ 500,00 por mês (total: R\$ 4.000,00)

Vigência: Maio a dezembro 2011

Assinado: 03/05/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e Paulo César Flores (Diretor IGAM)

Três Barras**PREFEITURA MUNICIPAL****Ata de Registro de Preços**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.011.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 52/2.011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2.011.

Interessado:* SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

* SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

* SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

* SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

*** ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO**

Aos dois dias do mês de maio do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa OSEMARA LOPES VIEIRA, CNPJ nº. 8.146.103/0001.76, com sede a Rua Carlos Hofmann, 133, Distrito São Cristóvão, Cidade de Três Barras – SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

OSEMARA LOPES VIEIRA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	500,00000	UNID	10,0000	5.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,20 M DE DIAMETRO INTERNO, TIPO MACHO FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M., SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERÃO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
002	1.000,00000	UNID	11,0000	11.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,30 M DE DIAMETRO INTERNO, TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
003	2.500,00000	UNID	18,0000	45.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,40 M DE DIAMETRO INTERNO, TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
004	1.500,00000	UNID	28,0000	42.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,50 M DE DIAMETRO INTERNO, TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

005	2.000,00000	UNID	40,0000	80.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,60 M DE DIAMETRO INTERNO, TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
006	200,00000	UNID	48,0000	9.600,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,50 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 1, COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
007	500,00000	UNID	61,0000	30.500,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,60 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 1, COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
008	100,00000	UNID	100,0000	10.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,80 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 1, COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
009	100,00000	UNID	130,0000	13.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,80 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 2, COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M., SECAO CIRCULAR PARA AGUA PLUVIAIS (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					

010	100,00000	UNID	130,0000	13.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,100 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 1, COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS. (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
011	100,00000	UNID	180,0000	18.000,00	TUBO DE CONCRETO DE 0,100 M DE DIAMETRO INTERNO, PA 2 COM TELA 4,2 MM (20 X 20), TIPO MACHO E FEMEA, COMPRIMENTO DE 1 M, SECAO CIRCULAR PARA AGUAS PLUVIAIS (OS TUBOS DEVERAO PREENCHER AS NORMAS DA NBR 8890/2003 E SUAS ALTERACOES).
Marca: 0001 MAANAIM					
Total :- OSEMARA LOPES VIEIRA				277.100,00	
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 31/2.011 – Procedimento Administrativo nº. 52/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 02 de maio de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	OSEMARA LOPES VIEIRA CNPJ nº. 8.146.103/0001.76 CONTRATADA
---------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

1 _____

NILTON AVANIR HURMUS

2 _____

DENISE M. MOSKVIN

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 52/2011 Assessoria

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2011

1. DO OBJETO

Esta dispensa de licitação tem por objeto a "A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica na orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas para esta Municipalidade.

Item	Qtd	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	1	global	Prestação de serviços de assessoria técnica na orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas para esta Municipalidade.	7.950,00	7.950,00
Total em R\$ 7.950,00					

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para custear as despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

2.009 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.0104 - APLICAÇÕES DIRETAS.

3.3.90.39.99.00.00.0104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis, decorrentes do exercício financeiro de 2011.

Pela contratação da empresa, o município pagará o valor de R\$ 7.950,00 (Sete mil, novecentos e cinquenta reais), pagos até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuado através de sistemas eletrônicos on-line.

4. DA JUSTIFICATIVA

Em razão do baixo valor para contratação, prevista nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 que possibilita a utilização da dispensa da licitação, conforme segue:

[]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade e relevância do objeto desta dispensa, visando garantir o bem e atender aos interesses municipais.

Tunápolis - SC, 15 de abril de 2011.

JACKSON SCHERER

Secretário Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

5. DO FORNECEDOR

SANTA CATARINA Consultoria Associados Ltda

CNPJ: 05.568.964/0001-54

Rua: Quadra 01 Bloco "F" sala 302/303 Edifício

América Office Tower.

Brasília/ DF.

6. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

O fornecedor supracitado foi escolhido pelo menor preço após comparativo de preços entre empresas do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída, com apresentação das certidões negativas para comprovação da idoneidade.

7. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso II, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratifico este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis - SC, em 29 de abril de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da Empresa SANTA CATARINA Consultoria Astuciados Ltda, localizada Rua Quadra 01 Bloco "F", Edifício América Office Tower, Brasília/DF, onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 29 de abril de 2011

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

MARCOS ANDRÉ BONAMIGO

Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Contrato Nº 48/2011 Assessoria

CONTRATO Nº 48/2011

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo para prestação de assessoria técnica, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua João Castilho, 111, inscrita no CNPJ./MF sob o nº 78.486.198/0001-52, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, ENOI SCHERER, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., com sede no SCN Quadra. 01 Bloco "F" Salas 302/303 - Edifício América Office Tower, inscrita no CNPJ./MF sob o nº: 05.568.964/0001-54, neste ato representada por seu representante legal, Lilio Chaves Cabral, CPF nº. 057.578.351-68 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de assessoria técnica, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 24, inciso II, conforme Processo de Compra nº 52/2011 na Modalidade de Dispensa de licitação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objetivo prestar à CONTRATANTE, assessoria técnica para orientação na elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste contrato:

2.1. executar fielmente os serviços, conforme especificados na cláusula primeira deste Contrato;

2.2. arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas à execução deste Contrato;

2.3. adotar as técnicas adequadas e utilizar-se de equipe compatível com as características do trabalho contratado;

2.4. manter na direção dos trabalhos, profissional experiente e capaz;

2.5. responder pelo custo do deslocamento dos técnicos para realização dos trabalhos;

2.6. assumir exclusivamente a responsabilidade pelos serviços eventualmente sub-contratados como se os tivesse executado;

2.7. comunicar por escrito a CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução dos serviços, ou o embargo a informações e documentos;

2.8. Responsabiliza-se pelo pagamento de serviços prestados por terceiros, não cabendo à CONTRATANTE qualquer obrigação sobre pagamentos devidos pela CONTRATADA a terceiros;

2.9. Guardar sigilo absoluto dos fatos apurados, dos conteúdos dos relatórios e dos serviços executados.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por do exercício de 2011 conforme segue abaixo:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

2.009 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.0104 - APLICAÇÕES DIRETAS.

Dotação (8) Recursos Próprios

CLÁUSULA QUARTA - Constitui-se obrigações da CONTRATANTE dentre outras inerentes ou decorrentes deste contrato;

4.1. prestar à CONTRATADA todas as informações, documentos, arquivos e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços ajustados;

4.2. dar o devido recebimento dos relatórios dos serviços prestados e proceder aos devidos encaminhamentos para liquidação do valor devido a CONTRATADA;

4.3. liquidar os documentos de cobrança na forma e nos prazos definidos neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - O município pagará o valor de R\$ 7.950,00 (Sete mil novecentos e cinquenta reais), em parcelas iguais, mensalmente, até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, acompanhado de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuados através de sistemas eletrônicos on-line.

Parágrafo Único - O valor do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços contratados terão início dia 02/05/2011 e término em 31/12/2011 e poderá ser prorrogado na forma do artigo 57 II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todos os custos relativos à atividade da contratada, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA - A fiscalização dos serviços contratados será exercida pela CONTRATANTE, que verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, de forma justificada, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato ficará rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial, bastando à notificação extrajudicial da parte que desejar a rescisão, no prazo de 30 (trinta) dias, ocorrendo quaisquer das infrações de suas cláusulas e condições.

Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, em acerto de contas, todos os valores devidos até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes estipulam uma multa contratual de valor igual a 2% (dois por cento) do valor global deste contrato, à parte que, por qualquer razão, infringir dispositivo constante do presente contrato, incorrendo a parte infratora, ainda, em todas as despesas de eventual execução judicial, custas honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados pelo Gabinete do Prefeito a quem caberá: Acompanhar e fiscalizar os fornecimentos; Fiscalizar as notas fiscais; solicitar informações sobre a tramitação de processos e encaminhar documentos, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À perícia a que se refere a cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03(três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este contrato poderá ser alterado: I - Unilateralmente pela CONTRATANTE a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à

modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Constituem motivo para rescisão do presente contrato: I - O não cumprimento de suas cláusulas e especificações; II - O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas e especificações; III - A subcontratação, parcial ou total, do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Edital, bem como a fusão, cisão ou a incorporação, que aferem a boa execução deste; IV - O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução; V - O cometimento reiterado de faltas na execução de presente; VI - A decretação de falência, ou pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil; VII - A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do presente; VIII - O protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a Insolvência da CONTRATADA; IX - Razões de interesse do serviço público; X - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; XI - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes dos serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; XII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As partes elegem o foro da Comarca de Itapiranga/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Tunápolis/SC, 29 de abril de 2011.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Santa Catarina Consultores Associados Ltda.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 38/2011

DECRETO Nº 038/11, de 28 de abril de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 (38) - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 28 de abril de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Notificação de Repasse 07/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Termo de Convênio 3380/2007

Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde

Origem dos Recursos: Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde

Valor da 1ª Parcela: 83.333,33

Data do repasse da 1ª parcela: 12/06/2009

Valor da 2ª Parcela: 83.333,33

Data do repasse da 2ª parcela: 13/07/2009

Valor da 3ª Parcela: 83.333,34

Data do repasse da 3ª parcela: 05/04/2011

Turvo/SC, 03 de maio de 2011.

Vargeão

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais de Tomada de Preços n.º 0004/2011

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 0004/2011

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 23 de maio de 2011, até às 08h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a Seleção de empresa para construção de Escola/Creche, modelo Tipo C, no âmbito do Programa PROINFÂNCIA do FNDE, com fornecimento de Materiais necessários, executado através de mão de obra especializada, a ser executado na Cidade de Vargeão - SC, com execução indireta, no regime de empreitada integral. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 04 de maio de 2011.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: POLETO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 070/2010 para mais um período de 60 (sessenta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 070/2010.

Vargeão SC, 15 de abril de 2011.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: POLETO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 076/2010 para mais um período de 90 (noventa) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 076/2010.

Vargeão SC, 15 de abril de 2011.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0246/11

PORTARIA nº 0246/11

Designa Alexandre Berto Neto para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar ALEXANDRE BERTO NETO, Agente de Serviços de Manutenção, CE08, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2011.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0247/11

PORTARIA nº 0247/11

Determina que o servidor Rogério Padilha exerça suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5266/2011,

RESOLVE

Determinar que, ROGÉRIO PADILHA, admitido para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, E-PE-OPE-I, exerça suas funções, a partir de 1º de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, podendo, por interesse público, ser removido.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2011.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0249/11

PORTARIA nº 0249/11

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5658/11,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias da servidora MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, Agente Serviços Gerais I, CE02, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.04.90 a 30.06.94, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0258/11

PORTARIA nº 0258/11

Designa Luciana Oliveira Pereira para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar LUCIANA OLIVEIRA PEREIRA, Agente Técnico Administrativo, nível E-PE-SAU-I, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0259/11

PORTARIA nº 0259/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 02 de maio de 2011 a 31 de maio de 2011, o gozo de férias da servidora KALYNE DANIELEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2010 a 1º de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0260/11

PORTARIA nº 0260/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

GERSON MAGNO DE SOUSA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0261/11

PORTARIA nº 0261/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

JULIO ANGHINONI DE SOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº

001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0262/11

PORTARIA nº 0262/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

JEFERSON RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0263/11

PORTARIA nº 0263/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

DARIO LINO GENNARI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0264/11

PORTARIA nº 0264/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

ALAN CÉZAR GHISSI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Inexigibilidade de Licitação N. 09/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2011 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2011 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 03/05/2011

CONTRATADO: PAULO CESAR ANTUNES DE LIMA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINAS DE CAPOEIRA A SEREM DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2011.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 03 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0415/2011

Extrato do Contrato n. 0415/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KAROLINI FANTIN

CPF: 078.339.479-97

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2011 a 14 de julho de 2011

FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0416/2011

Extrato do Contrato n. 0416/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ALEXANDRE PADILHA TERRES
CPF: 508.849.139-53
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 18 de abril de 2011 a 30 de junho de 2011
FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0419/2011

Extrato do Contrato n. 0419/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VALMIR LUIZ MOHR
CPF: 017.852.109-47
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2011 a 04 de julho de 2011
FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0420/2011

Extrato do Contrato n. 0420/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DIONISIO ALVES RIBEIRO
CPF: 044.002.389-03
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 18 de abril de 2011 a 18 de outubro de 2011
FUNÇÃO: Agente Técnico Administrativo
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 946,44 (Novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

Extrato do Contrato n. 0431/2011

Extrato do Contrato n. 0431/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ELISMAR DE SOUZA PEREIRA
CPF: 028.708.449-30
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 26 de abril de 2011 a 26 de julho de 2011
FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Edital de Convocação Nº 043/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público nº 001/2011:

	CONVOCADOS	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1.	GERSON MAGNO DE SOUSA	MÉDICO - ESF	0260/11, DE 03/05/2011
2.	JULIO ANGHINONI DE SOUZA	MÉDICO - ESF	0261/11, DE 03/05/2011
3.	JEFERSON RODRIGUES	MÉDICO - ESF	0262/11, DE 03/05/2011
4.	DARIO LINO GENNARI	MÉDICO - ESF	0263/11, DE 03/05/2011
5.	ALAN CÉZAR GHISSI	MÉDICO - ESF	0264/11, DE 03/05/2011

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- Avaliação Audiométrica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 03 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº 007/2011**

PORTARIA Nº 007/2011

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVERIGUAR O DIREITO À PROGRESSÕES POR MERECIMENTO DA SERVIDORA ROSEMIR TEREZINHA RALDI PERUCHIN.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar procedimento para averiguar o direito a Progressões por Merecimento da Servidora Rosemir Terezinha Raldi Peruchin,

Art. 2º. Nomear a Vereadora Maria Eneida Furlin Dresch, o Servidor Ezequiel Carlos de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Nível Superior e a Servidora Ariane Michele Mosqueira Souto Bulow, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial para averiguar o direito a Progressão por Merecimento da Servidora Rosemir Terezinha Raldi Peruchin, sob a presidência da primeira citada.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2011.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Presidente

EDGAR AUGUSTINHO SERAFINI
Vice-Presidente

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH
1ª Secretária

Consórcios**ARIS****Decreto/Presidente n. 006/2011**

Decreto/Presidente nº 006/2011

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, considerando o disposto no artigo 18 e 20, parágrafo único do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e nos termos da decisão tomada pela Assembleia Geral em 1º de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como membro do Conselho de Regulação da ARIS o Sr. Willian Carlos Narzetti, na vaga decorrente da renúncia do Sr. Marcelo Panosso Mendonça, com mandato até novembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Presidente da ARIS

Decreto/Presidente n. 007/2011

Decreto/Presidente nº 007/2011

CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL NA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, considerando o disposto no artigo 18, 20 e 74 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio da ARIS, considerando o artigo 37, X, da Constituição da República e considerando a decisão tomada pela Assembleia Geral da ARIS em 29 de abril de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual no percentual de 6,30%, referente à variação do INPC (IBGE) nos meses de abril/2010 a março/2011, incidindo sobre todos os patamares da Tabela de Referências Salariais constante no Anexo III do Protocolo de Intenções integrante do Consórcio Público, que passa a ficar assim constituída:

TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor R\$
1	494,30
2	536,82
3	580,40
4	625,02
5	670,70
6	717,42
7	765,18
8	813,96
9	863,77
10	914,61
11	966,46
12	1019,31
13	1073,17
14	1128,03
15	1183,89
16	1240,73
17	1298,56
18	1357,37
19	1417,15
20	1477,89
21	1539,60
22	1602,26
23	1665,88
24	1730,44
25	1795,94
26	1862,38
27	1929,75
28	1998,04
29	2067,25
30	2137,37
31	2208,41
32	2280,35
33	2353,18
34	2426,91
35	2501,54
36	2577,03
37	2653,41
38	2730,66
39	2808,78
40	2887,75
41	2967,58
42	3048,26
43	3129,79

44	3212,15
45	3295,35
46	3379,38
47	3464,24
48	3549,91
49	3636,40
50	3723,69
51	3811,79
52	3900,68
53	3990,36
54	4080,84
55	4172,09
56	4264,12
57	4356,92
58	4450,48
59	4544,81
60	4639,89
61	4735,72
62	4832,29
63	4929,61
64	5027,65
65	5126,42
66	5225,92
67	5326,14
68	5427,06
69	5528,69
70	5631,03
71	5734,07
72	5837,78
73	5942,19
74	6047,28
75	6153,05
76	6259,48
77	6366,57
78	6474,33
79	6582,74
80	6691,80
81	6801,50
82	6911,84
83	7022,82
84	7134,41
85	7246,63
86	7359,47
87	7472,92
88	7586,97
89	7701,63
90	7816,88
91	7932,72
92	8049,14
93	8166,15
94	8283,73
95	8401,88
96	8520,58
97	8639,85
98	8759,67
99	8880,05
100	9000,95
101	9122,40
102	9244,38
103	9366,89
104	9489,91
105	9613,45
106	9737,51
107	9862,07

108	9987,12
109	10112,67
110	10238,71
111	10365,24
112	10492,24
113	10619,71
114	10747,65
115	10876,06
116	11004,92
117	11134,23
118	11263,99
119	11394,20
120	11524,83
121	11655,90
122	11787,39
123	11919,31
124	12051,63
125	12184,37

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos aplicáveis ao trabalho realizado pelos agentes públicos no mês de maio de 2011.

Florianópolis, 29 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente da ARIS

Resolução Normativa n. 001/2011

RESOLUÇÃO NORMATIVA n. 001, de 28 de abril de 2011

Estabelece as Condições Gerais da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições previstas nos artigos 8º, I e 28, I do Contrato de Consórcio Público, e com fundamento no artigo 23 da Lei federal n. 11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

TÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º - Esta Resolução destina-se a estabelecer as condições gerais a serem observadas na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pelos prestadores de serviços regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e disciplinar o relacionamento entre estes e os usuários.

Parágrafo único. O Anexo Único faz parte integrante da presente norma de regulação.

Art. 2º - À Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, financeira e orçamentária; compete regular e fiscalizar o cumprimento desta Resolução.

TÍTULO II - DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

CAPÍTULO I - DAS REDES PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 3º - As redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário e seus acessórios serão assentadas em logradouros públicos, após aprovação dos respectivos projetos pelo prestador de serviços, que executará e/ou fiscalizará as obras, sem prejuízo da

fiscalização dos demais órgãos competentes.

§ 1º - As redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cujo projeto contemple a travessia em terreno de propriedade particular, somente poderão ser assentadas após a devida regularização, na forma da legislação vigente.

§ 2º - Os prestadores de serviços deverão promover todas as medidas e ações necessárias para a imediata suspensão e solução dos vazamentos e/ou extravasamentos de água e esgoto nas redes públicas que impliquem em inadequadas condições sanitárias ou ambientais, observadas as especificidades técnicas e intempéries, que serão justificadas pelos prestadores e analisadas pela ARIS para fins de cumprimento da respectiva obrigação

SEÇÃO A - DA COMPETÊNCIA DA OPERAÇÃO, REPAROS E MODIFICAÇÕES NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 4º - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, a execução das obras e instalações necessárias; a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água; o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos; o faturamento, a cobrança e a arrecadação de valores; e o monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os planos de saneamento e os contratos de prestação, concessão ou de programa de delegação dos serviços.

Art. 5º - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, universalização, cortesia na prestação do serviço e de transparência nas informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.

§ 1º - Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se:

I - regularidade: a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;

II - continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta a população;

III - eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes, ao menor custo possível, repassando-se ao usuário eventuais ganhos de produtividade e economia obtidas;

IV - segurança: a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;

V - atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os objetivos e metas estabelecidas;

VI - generalidade: universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todas as categorias de usuários;

VII - cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e

serviços;

VIII - modicidade: a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários;

IX - universalização: ampliação contínua da rede até atender toda a coletividade de municípios, nos termos e limites da delegação ou concessão dos serviços públicos e do Plano Municipal de Saneamento Básico;

X - transparência: aplicação de mecanismos para a mais ampla divulgação e informação dos pedidos e das reclamações realizadas pelos usuários, bem como das tarifas, das suspensões e interrupções no na prestação dos serviços e dos demais assuntos de interesse dos usuários, preferencialmente através da rede mundial de computadores (internet).

§ 2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção no sistema e nas situações elencadas no Título IX desta Resolução.

Art. 6º - Na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário o prestador de serviços assegurará aos usuários, entre outros, o direito de receber o ressarcimento dos danos que porventura lhe sejam causados em função do serviço concedido, exceto quando oriundos de culpa exclusiva do usuário, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior.

§ 1º - O ressarcimento, quando couber, deverá ser pago no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da comprovação do dano, gerado por conduta da prestadora de serviço não albergada pelas causas excludentes constantes do caput do presente artigo.

§ 2º - O direito de reclamar pelos danos causados prescreve em 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador.

§ 3º - Os custos da comprovação dos danos serão de responsabilidade da prestadora de serviço, desde que oriundos de sua conduta.

SEÇÃO B - DAS OBRAS E DANOS NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 7º - O prestador de serviços deverá, nas fases de elaboração dos projetos e execução das obras, obter todas as licenças que se fizerem necessárias, arcando inclusive com o pagamento dos custos correspondentes, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas que assegurem integral solidez e segurança a obra, tanto na sua fase de construção quanto na de operação.

Art. 8º - O prestador de serviços, após a aprovação das licenças, sob sua responsabilidade, para a execução das obras e serviços, até a efetiva contratação dos mesmos, deverá concretizar as desapropriações e instituições de servidão, após sua declaração de utilidade pública pelo titular dos serviços, seja mediante processo administrativo ou por intermédio de ação judicial, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes.

Parágrafo único. A presente norma não se aplica aos contratos de concessão ou de programa celebrados com o prestador dos serviços anteriormente a vigência desta Resolução.

Art. 9º - O prestador de serviços deverá minimizar transtornos aos usuários e à população na fase de implantação de projetos, devendo, imediatamente após o término das obras, criar condições para a pronta abertura parcial ou total do trânsito de veículos e

pedestres nas áreas atingidas, de forma que os locais abertos ao trânsito estejam em perfeitas e adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas de cada município.

Art. 10 - O prestador de serviços solicitará ao titular dos serviços autorização para implantação de redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em logradouros, cujos greides não estejam definidos.

Parágrafo único - Na omissão ou recusa do titular dos serviços em fornecer o greide, conforme determinado no caput deste artigo, o prestador de serviços não assumirá o ônus de possíveis remoções e/ou remanejamentos quando, na definição do greide, as tubulações e instalações tornarem-se tecnicamente inadequadas.

Art. 11 - Não serão de responsabilidade do prestador de serviços as despesas referentes à remoção, recolocação ou modificação de tubulações e de instalações dos sistemas de água e de esgotamento sanitário, em decorrência das obras que forem executadas por empresas ou órgãos da Administração Pública direta e indireta, federais, estaduais e municipais.

§ 1º - No caso de obras executadas por particulares, as despesas de que trata este artigo serão custeadas pelos interessados e estarão sujeitas à anuência do prestador de serviços.

§ 2º - Os danos causados às tubulações e instalações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão reparados pelo prestador de serviços, assegurado o direito de regresso contra o causador do dano, desde que provada a culpa ou dolo em processo administrativo.

SEÇÃO C - DAS AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 12 - As obras de ampliação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverão atender as normas vigentes e estar em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. A parte das despesas com as obras de ampliação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem a devida comprovação de viabilidade econômica ou não concatenadas com os planos municipais ou regionais de saneamento, correrão por conta exclusiva do prestador dos serviços, salvo se previamente autorizado pela ARIS e pelo respectivo Município.

CAPÍTULO II - DOS PROJETOS E NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS CONDOMÍNIOS, CONJUNTOS HABITACIONAIS, LOTEAMENTOS, VILAS E OUTROS

Art. 13 - Em loteamentos, condomínios, ruas particulares e outros empreendimentos similares, o prestador de serviços somente poderá assegurar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário se, antecipadamente, por solicitação do interessado, analisar sua viabilidade.

Parágrafo único - Constatada a viabilidade, o prestador de serviços deverá fornecer as diretrizes para o sistema de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário do empreendimento.

Art. 14 - O prestador de serviços fornecerá a licença para a execução das obras e dos serviços, mediante solicitação do interessado e após aprovação do projeto pelo prestador de serviços, que será elaborado de acordo com as normas em vigor.

Art. 15 - As obras de que trata este capítulo serão custeadas pelo

interessado e deverão ser por ele executadas, sob a fiscalização do prestador de serviços e demais órgãos competentes.

Parágrafo único - Quando as instalações se destinarem a servir outras áreas, além das pertencentes ao interessado, o custo dos serviços poderá ser rateado entre os empreendedores beneficiados.

Art. 16 - As ligações das tubulações de que trata este capítulo às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário somente serão executadas pelo prestador de serviços, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado, e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito e pagas as despesas pelo interessado.

Parágrafo único - As obras de que trata este artigo terão seu recebimento definitivo após realização dos testes, avaliação do sistema em funcionamento, elaboração e aprovação do cadastro técnico, observadas as posturas municipais vigentes.

Art. 17- Os prédios de ruas particulares poderão ter serviços individuais de ramais prediais derivados dos ramais distribuidor e coletor, ligados aos respectivos sistemas públicos do prestador de serviços.

Art. 18 - Para sistemas de condomínios horizontais e/ou verticais o prestador de serviços disponibilizará uma única ligação de água na testada do imóvel, ficando a critério do incorporador, construtor ou do condomínio a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação.

Parágrafo único - Os serviços de implantação, operação, manutenção e controle das unidades internas de medição do imóvel são de responsabilidade do condomínio.

Art. 19 - As edificações ou agrupamento de edificações situadas internamente em cota:

I - superior ao nível piezométrico da rede pública de abastecimento de água deverão ser abastecidos por meio de reservatórios e estação elevatória individual ou coletiva;

II - inferior ao nível da rede pública de esgotamento sanitário deverão ser esgotados por meio de estação elevatória individual ou coletiva.

Parágrafo único - As estações elevatórias de que trata este artigo deverão ser construídas, operadas e mantidas pelos interessados.

Art. 20 - Sempre que for ampliado o condomínio, loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário correrão por conta dos proprietários ou incorporador.

TÍTULO III - DOS PRODUTOS, SERVIÇOS, PREÇOS E PRAZOS CAPÍTULO I - DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 21 - Os serviços de abastecimento de água para o imóvel são de responsabilidade do prestador de serviços até o cavalete, inclusive.

Art. 22 - O prestador de serviços fornecerá água potável na qualidade preconizada pelo padrão de potabilidade definido na legislação vigente e nas normas expedidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 23 - O fornecimento de água deverá ser realizado mantendo uma pressão dinâmica disponível mínima de 10 mca (dez metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em qualquer ponto da rede pública de abastecimento de água, sob

condição de consumo não nulo.

§ 1º - A pressão estática máxima não poderá ultrapassar a 50 mca (cinquenta metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em qualquer ponto da rede pública de abastecimento de água, sob condição de consumo nulo.

§ 2º - O prestador de serviços será dispensado do cumprimento do requisito a que se refere o caput deste artigo, caso comprove que:

I - a baixa pressão ocorreu devido a obras de reparação, manutenção ou construções novas, desde que o prestador de serviços tenha dado o aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas aos usuários afetados;

II - a baixa pressão tenha sido ocasionada por fatos praticados ou atribuídos a terceiros ou por culpa exclusiva do usuário, não vinculados ao prestador de serviços.

CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 24 - Os serviços de esgotamento sanitário do imóvel são de responsabilidade do prestador de serviços a partir da caixa de inspeção externa, situada no passeio público ou testada do imóvel, até a rede pública coletora de esgotos sanitários, inclusive.

Parágrafo único. O prestador dos serviços observará os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos em lei e nas normas expedidas pelos órgãos públicos competentes no que concerne ao esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários.

CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS COMERCIAIS E OPERACIONAIS

SEÇÃO A - DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Art. 25 - O prestador de serviços deverá atender às solicitações e reclamações das atividades de rotinas recebidas, de acordo com os prazos e condições estabelecidas na tabela de prestação de serviços, homologada pela ARIS.

Art. 26 - O prestador de serviços deverá dispor de estrutura de atendimento própria ou contratada com terceiros, adequada às necessidades de seu mercado, acessível a todos os seus usuários e que possibilite, de forma integrada e organizada, o recebimento de suas contas e de suas solicitações e reclamações.

§ 1º - Por estrutura adequada entende-se aquela que, inclusive, possibilite ao usuário ser atendido em todas suas solicitações e reclamações, e ter acesso a todos os serviços disponíveis.

§ 2º - Nos locais em que as instituições prestadoras do serviço de arrecadação das faturas de água e esgoto não propiciarem atendimento adequado, o prestador de serviços deverá implantar estrutura própria para garantir a qualidade do atendimento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, a pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e suas atualizações.

Art. 27 - O prestador de serviços deverá dispor de sistema para atendimento aos usuários por telefone durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio.

§ 1º - Os usuários terão à sua disposição, nos escritórios e locais

de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares desta Resolução, do regulamento dos serviços públicos de água e esgotos sanitários do prestador de serviços e da tabela com os prazos e valores dos serviços cobráveis, para conhecimento ou consulta.

§ 2º - O prestador de serviços deverá manter em todos os postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, livro próprio para possibilitar a manifestação por escrito dos usuários, devendo, para o caso de solicitações ou reclamações, observar o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

§ 3º - A ARIS poderá, justificadamente, atenuar os requisitos exigidos no presente artigo, a fim de compatibilizar com a estrutura do prestador de serviços e com as especificidades do Poder concedente.

Art. 28 - O prestador de serviços deverá comunicar ao usuário, por escrito ou por meio eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as providências adotadas quanto às solicitações e reclamações recebidas do mesmo.

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá sempre informar o respectivo número do protocolo de atendimento quando da formulação da solicitação ou reclamação pelo usuário.

Art. 29 - O prestador de serviços deverá prestar todas as informações solicitadas pelo usuário referentes à prestação do serviço, inclusive quanto às tarifas em vigor, o número e a data da Resolução que as houver homologado, bem como sobre os critérios de faturamento.

Art. 30 - O prestador de serviços deve possuir, em seus escritórios locais, empregados e equipamentos, em quantidade suficiente, necessários à adequada prestação dos serviços aos usuários.

Art. 31 - O prestador de serviços deverá prestar o atendimento ao público por meio de pessoal devidamente identificado, capacitado e atualizado.

Art. 32 - Os tempos de atendimento às reclamações apresentadas pelos usuários serão medidos, levando em conta o tempo transcorrido entre a notificação ao prestador de serviços e a regularização do serviço.

Parágrafo único - O prestador de serviços deverá manter os registros das solicitações dos usuários e dos documentos referentes ao tratamento das respectivas solicitações, que deverão ser disponibilizados à ARIS sempre que requisitado pela agência.

Art. 33 - O prestador de serviços deverá desenvolver, em caráter permanente, campanhas com vistas a informar ao usuário sobre os cuidados especiais para evitar o desperdício de água, a utilização da água tratada e o uso adequado das instalações sanitárias, divulgar seus direitos e deveres, bem como outras orientações que entender necessárias.

Parágrafo único - Todo o material deve ser encaminhado previamente à ARIS, para ciência e conhecimento do programa.

SEÇÃO B - DOS SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE MUROS E PASEIOS

Art. 34 - Nos serviços executados nos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e nos ramais prediais de água ou esgoto, que impliquem na demolição total ou parcial de muros e/ou passeios, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela imediata execução e recomposição, limitada exclusivamente aos locais onde houve intervenção de serviços,

sendo mantida compatível com o muro e/ou passeio anterior.

SEÇÃO C - DOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS

Art. 35 - Nos serviços de ampliação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que impliquem na recomposição de pavimentos, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela sua imediata execução e recomposição, devendo ser mantido o mesmo tipo de pavimento, à exceção daquelas localidades em que o instrumento de delegação contemplar esses reparos como obrigações do titular dos serviços.

Parágrafo único. Deverá o prestador dos serviços providenciar a adequada sinalização dos locais de serviço, comunicando, inclusive, os órgãos de trânsito competentes, a fim de resguardar a segurança do tráfego de veículos e pedestres.

CAPÍTULO IV - DOS PREÇOS E PRAZOS DE SERVIÇOS

Art. 36 - Os pedidos de vistoria e de ligação, quando se tratar de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública, serão atendidos dentro dos seguintes prazos, ressalvado o disposto no artigo 37:

I - em área urbana:

a) 5 (cinco) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) 10 (dez) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares;

II - em área rural:

a) 04 (quatro) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) 06 (seis) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares.

§ 1º - A vistoria para atendimento da ligação deverá, no mínimo, verificar os dados cadastrais da unidade usuária e as instalações de responsabilidade do usuário em conformidade com o artigo 45, § 1º, inciso I, alíneas e, f e h.

§ 2º - Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, o prestador de serviços deverá informar ao interessado, por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, após a adoção das providências corretivas, o interessado deve solicitar nova vistoria ao prestador de serviços, que deverá observar os prazos previstos no inciso I e II deste artigo.

§ 4º - Na hipótese de nova vistoria, nos termos do parágrafo anterior, caso as instalações sejam reprovadas por irregularidade que não tenha sido apontada anteriormente pelo prestador, caberão a ele as providências e as despesas decorrentes das medidas corretivas.

§ 5º - Caso os prazos previstos neste artigo não possam ser cumpridos por motivos alheios ao prestador, este deverá apresentar ao usuário, em até 3 (três) dias úteis da data do pedido de ligação, justificativa da demora e estimativa de prazo para o atendimento

de seu pedido.

§ 6º - Considera-se motivo alheio ao prestador, dentre outros, a demora da expedição de autorizações e licenças imprescindíveis à realização das intervenções necessárias à ligação por parte dos entes públicos responsáveis pela gestão do uso do solo, vias públicas e organização do trânsito, desde que cumpridas todas as exigências legais pelo prestador.

Art. 37 - O prestador de serviços terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido de ligação, para elaborar os estudos, orçamentos, projetos e informar ao interessado, por escrito, o prazo para conclusão das obras nos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário destinadas ao seu atendimento, bem como a eventual necessidade de sua participação financeira, nos termos do artigo 48, quando:

I - inexistir rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário em frente ou na testada da unidade usuária a ser ligada;

II - a rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário necessitar alterações ou ampliações.

Art. 38 - Satisfeitas pelo interessado as condições estabelecidas na legislação vigente, o prestador de serviços terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) dias para iniciar as obras, desde que exista viabilidade técnica e financeira, e capacidade orçamentária para a realização do empreendimento.

Art. 39 - O prazo para atendimento em áreas que necessitem de execução de novas adutoras, subadutoras, coletores e interceptores, será estabelecido de comum acordo entre as partes.

Art. 40 - O prestador de serviços deverá estabelecer prazos para a execução de outros serviços solicitados ou disponibilizados, não definidos nesta Resolução.

§ 1º - Os prazos para a execução dos serviços referidos no caput deste artigo deverão constar da "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", homologada pela ARIS e disponibilizada aos interessados de forma visível e acessível pelo prestador de serviços.

§ 2º - Os serviços, cuja natureza não permitam definir prazos na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas para sua execução.

Art. 41 - Os prazos, para início e conclusão das obras e serviços a cargo do prestador de serviços, serão suspensos quando:

I - o usuário não apresentar as informações que lhe couber;

II - não for obtida licença, autorização ou aprovação do órgão competente;

III - não for outorgada servidão de passagem ou disponibilizada via de acesso necessária à execução dos trabalhos; e

IV - por razões de ordem técnica, acidentes, fenômenos naturais, caso fortuito ou força maior.

V - Houver irregularidades constatadas nas instalações de responsabilidade dos usuários

§ 1º - Havendo suspensão da contagem do prazo, o usuário deverá ser informado.

§ 2º - Os prazos continuarão a fluir logo após removido o

impedimento.

TÍTULO IV - DA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAPÍTULO I - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 42 - É de responsabilidade do usuário a adequação técnica, a manutenção e segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas além do ponto de entrega e/ou de coleta.

Parágrafo único - O prestador de serviços não será responsável, ainda que tenha procedido à vistoria, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeitos nas instalações internas do usuário, ou de sua má utilização.

Art. 43 - O usuário será responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia do padrão de ligação de água e equipamentos de medição e outros dispositivos do prestador de serviços, de acordo com suas normas procedimentais.

Art. 44 - O usuário será responsável pelo pagamento das diferenças resultantes da aplicação de tarifas no período em que a unidade usuária esteve incorretamente classificada, não tendo direito à devolução de quaisquer diferenças eventualmente pagas a maior quando constatada, pelo prestador de serviços, a ocorrência dos seguintes fatos:

I - declaração falsa de informação referente à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária ou a finalidade real da utilização da água tratada; ou

II - omissão das alterações supervenientes na unidade usuária que importarem em reclassificação.

Art. 45 - Salvo as situações excepcionadas nesta Resolução, toda construção permanente urbana com condições de habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, conectar-se à rede pública, de acordo com o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitadas as exigências técnicas do prestador de serviços.

§ 1º - Na hipótese do caput deste artigo, é dever do usuário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso realizado pelo prestador de serviços ou qualquer órgão público competente, solicitar o fornecimento dos serviços ao prestador de serviços e providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados das adequações solicitadas pelo prestador de serviços, as medidas necessárias em suas instalações prediais para o abastecimento de água e a coleta de esgotos dentro das especificações técnicas do prestador de serviços.

§ 2º - Uma vez tomadas pelo usuário as medidas a que se referem o parágrafo anterior, é dever do prestador fornecer os serviços, salvo nas situações expressamente excepcionadas nesta Resolução.

§ 3º Deverá o prestador de serviços, caso não obedecidos os prazos do § 1º deste artigo, comunicar a omissão da pessoa física ou jurídica aos órgãos públicos responsáveis pela adoção das medidas coercitivas necessárias para a conexão à rede pública de água e esgoto, bem como pela responsabilização administrativa, civil e criminal.

Art. 46 - O pedido de ligação de água e/ou de esgoto caracteriza-se por um ato do interessado, no qual ele solicita os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das tarifas fixadas pela conexão e/ou pelo uso dos serviços, através de contrato firmado ou de contrato de adesão, conforme o caso.

§ 1º - Efetivado o pedido de ligação de água e/ou de esgoto ao prestador de serviços, este cientificará ao usuário quanto à:

I - obrigatoriedade de:

a) apresentar a carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais) e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando pessoa física, ou o documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando pessoa jurídica

b) apresentar, quando a unidade usuária não for classificada como baixa renda, um dos seguintes documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel: escritura pública, matrícula do registro do imóvel, carnê do IPTU, contrato particular de compra e venda ou de locação;

c) efetuar o pagamento mensal pelos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, de acordo com as tarifas, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos desta Resolução;

d) observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, as normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e as normas e padrões do prestador de serviços, postas à disposição do interessado, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos desta Resolução;

e) instalar em locais apropriados de livre acesso, caixas ou cubículos destinados à instalação de hidrômetros e outros aparelhos exigidos, conforme normas procedimentais do prestador de serviços;

f) declarar o número de pontos de utilização da água na unidade usuária;

g) celebrar os respectivos contratos de adesão ou de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; e

h) fornecer informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização da água e comunicar eventuais alterações supervenientes.

II - eventual necessidade de:

a) executar serviços nas redes públicas e/ou instalação de equipamentos do prestador de serviços ou do usuário, conforme a vazão disponível e a demanda a ser atendida;

b) obter autorização dos órgãos competentes para a construção de adutoras e/ou interceptores quando forem destinados a uso exclusivo do interessado;

c) apresentar licença emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando a unidade usuária localizar-se em área com restrições de ocupação;

d) participar financeiramente das despesas relativas às instalações necessárias ao abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, na forma das normas legais, regulamentares ou pactuadas;

e) tomar as providências necessárias à obtenção de eventuais benefícios estipulados pela legislação; e

f) aprovar, junto ao prestador de serviços, projeto de extensão de rede pública antes do início das obras, quando houver interesse do usuário na sua execução mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado.

§ 2º - O prestador de serviços deverá encaminhar ao usuário cópia do contrato de adesão até a data de apresentação da primeira fatura.

§ 3º - As ligações podem ser temporárias ou definitivas.

Art. 47 - O prestador de serviços poderá condicionar a ligação, re-ligação, alterações contratuais, aumento de vazão ou contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo usuário decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel na área delegada ao prestador.

§ 1º - O prestador de serviços não poderá condicionar a ligação de unidade usuária ao pagamento de débito:

I - que não seja decorrente de fato originado pela prestação do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II - não autorizado pelo usuário, salvo nos casos decorrentes do artigo 45, § 3º desta Resolução;

III - pendente em nome de terceiros; ou

IV - cuja origem seja superior a 120 (cento e vinte) dias do pedido feito pelo usuário.

§ 2º - As vedações dos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplicam nos casos de sucessão comercial e/ou hereditária

Art. 48 - Para que as ligações possam ser realizadas deverá o interessado, se aprovado o orçamento apresentado pelo prestador de serviços, efetuar previamente o pagamento das despesas decorrentes, no caso de:

I - serem superadas as distâncias previstas no caput do artigo 67; e

II - haver necessidade de readequação da rede pública.

§ 1º O pagamento previsto no caso do inciso II somente será aplicado se o investimento não estiver previsto no Plano de Saneamento Básico referente à delegação dos serviços.

§ 2º Quando os projetos ou serviços na rede pública forem executados pelo interessado, mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado, o prestador de serviços exigirá o cumprimento de suas normas e padrões, postas à disposição do interessado, bem como das normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

Art. 49 - Cada unidade usuária dotada de ligação de água e/ou de esgoto será cadastrada pelo prestador de serviços, cabendo-lhe um só número de conta/inscrição.

Art. 50 - Efetivada a ligação de água e/ou de esgoto, o usuário será orientado sobre o disposto nesta Resolução, cuja aceitação ficará caracterizada por ocasião do recebimento do contrato de adesão.

Art. 51 - O usuário assegurará ao representante ou preposto do prestador de serviços o livre acesso ao padrão de ligação de água e a caixa de ligação de esgoto.

Art. 52 - As ligações de água ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação, somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal competente e/ou entidade do meio ambiente, ou por determinação judicial.

Art. 53 - As ligações de água e/ou de esgoto de chafariz, banheiros públicos, praças e jardins públicos serão efetuadas pelo prestador de serviços, mediante solicitação da entidade interessada e responsável pelo pagamento dos serviços prestados, após expressa autorização do órgão municipal competente.

Art. 54 - Lanchonetes, barracas, quiosques, trailers e outros, fixos ou ambulantes, somente terão acesso aos ramais prediais de água e esgoto, mediante a apresentação da licença de localização expedida pelo órgão municipal competente.

Art. 55 - O ponto de entrega de água deve situar-se na linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso que permita a colocação e leitura do hidrômetro.

§ 1º - Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.

§ 2º - Havendo conveniência técnica e observados os padrões do prestador de serviços, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade usuária.

Art. 56 - Até o ponto de fornecimento de água e/ou de coleta de esgoto o prestador de serviços deverá adotar todas as providências com vistas a viabilizar a prestação dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas na legislação e regulamentos aplicáveis.

§ 1º - Incluem-se nestas providências a elaboração de projetos e execução de obras, bem como a sua participação financeira.

§ 2º - As obras de que trata o parágrafo anterior deste artigo, se pactuadas entre as partes, poderão ser executadas pelo interessado, mediante a contratação de firma habilitada, desde que não interfiram nas instalações do prestador de serviços.

§ 3º - No caso de a obra ser executada pelo interessado, o prestador de serviços fornecerá a licença para a sua execução, após aprovação do projeto que será elaborado de acordo com as suas normas e padrões.

§ 4º - O prestador deverá, ao analisar o projeto ou a obra, indicar tempestivamente:

I - todas alterações necessárias ao projeto apresentado, justificando-as; e

II - todas as adequações necessárias à obra, de acordo com o projeto por ele aprovado.

§ 5º - Caso haja outras alterações ou adequações que não tenham sido tempestivamente indicadas pelo prestador, este será responsável por sua execução.

§ 6º - As instalações resultantes das obras de que trata o § 1º deste artigo comporão o acervo da rede pública, sujeitando-se ao registro patrimonial, na forma das Resoluções da ARIS, e poderão destinar-se também ao atendimento de outros usuários que possam ser beneficiados.

Art. 57 - A ligação de esgoto industrial exigirá do usuário a apresentação das licenças ambientais e outras autorizações emitidas pelos órgãos públicos e/ou entidades reguladoras.

CAPÍTULO II - DA LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

SEÇÃO A - DAS LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 58 - Consideram-se ligações temporárias as que se destinarem a canteiro de obras, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário.

Art. 59 - No pedido de ligação temporária o interessado declarará o prazo desejado da ligação, bem como o consumo provável de água, que será posteriormente cobrado pelo consumo medido por hidrômetro.

§ 1º - As ligações temporárias terão duração máxima de 6 (seis) meses, e poderão ser prorrogadas a critério do prestador de serviços, mediante solicitação formal do usuário.

§ 2º - As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário.

§ 3º - O prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e/ou do esgotamento sanitário, declarados no ato da contratação, em até 3 (três) ciclos completos de faturamento.

§ 4º - Havendo a antecipação de pagamento, a forma de ressarcimento será acordada entre o prestador de serviços e o interessado.

§ 5º - Serão consideradas como despesas referidas no § 2º, os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão-de-obra para instalação, retirada da ligação e transporte.

Art. 60 - O interessado deverá juntar, ao pedido de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, a planta ou croquis cotado das instalações temporárias.

Parágrafo único - Para ser efetuada sua ligação, deverá ainda o interessado:

I - preparar as instalações temporárias de acordo com a planta ou croquis mencionado no caput deste artigo;

II - efetuar o pagamento das despesas relativas aos respectivos orçamentos, conforme os §§ 2º e 3º do artigo anterior; e

III - apresentar a devida licença emitida pelo órgão municipal competente.

Art. 61 - As ligações temporárias de água serão hidrometradas, devendo o consumo ser cobrado pelo volume comprovado pelas medições realizadas.

Art. 62 - Em ligações temporárias para construção, quando for o caso, o ramal predial deverá ser dimensionado, de modo a ser aproveitado para a ligação definitiva, desde que esteja em bom estado de conservação.

§ 1º - Antes de efetuada a ligação definitiva, deverá ser procedida, a cargo do usuário, a desinfecção da instalação predial de água e a limpeza do reservatório, que deverá ser repetida a cada 6 (seis) meses, no mínimo.

§ 2º - Para fins de ligação definitiva, o proprietário deverá informar ao prestador de serviços a conclusão da construção e a categoria de usuário para efeito de enquadramento na estrutura tarifária correspondente.

SEÇÃO B - DAS LIGAÇÕES DEFINITIVAS

Art. 63 - As ligações definitivas serão realizadas mediante a

apresentação, quando necessário, da comprovação de que foram atendidas as exigências da legislação pertinente ao condomínio em edificações.

Parágrafo único - Nas ligações de água e/ou de esgoto efetuadas em estabelecimentos industriais e de serviços, que tenham água como insumo, deverá o usuário declarar a previsão mensal do consumo de água no início de seu fornecimento.

Art. 64 - Nos casos de reforma ou ampliação de prédio já ligado às redes públicas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, o prestador de serviços poderá, a seu critério, manter o mesmo ramal predial existente, desde que atenda adequadamente ao imóvel resultante da reforma ou ampliação, procedendo-se a devida alteração contratual.

Parágrafo único - O proprietário ou construtor deverá solicitar, antes de iniciada a obra, a regularização da ligação.

Art. 65 - Para que as ligações definitivas possam ser realizadas, o interessado deverá preparar as instalações de acordo com os padrões de serviços e efetuar o pagamento das despesas decorrentes de ligação e, nos casos especiais, apresentar autorização do órgão competente.

Art. 66 - Para atendimento a grandes consumidores, conforme critérios definidos pelo prestador de serviços e homologados pela ARIS, os projetos das instalações deverão:

I - ser apresentados para aprovação antes do início das obras;

II - conter projeto arquitetônico, memorial hidrosanitário, ambos aprovado pelo órgão de fiscalização municipal competente; bem como a viabilidade de abastecimento, aprovada pelo prestador de serviços;

III - conter as assinaturas do proprietário, do autor do projeto e responsável pela execução da obra; e

IV - informar a previsão de consumo mensal de água e vazão de esgoto.

Art. 67 - O prestador de serviços tomará a seu total e exclusivo encargo a execução dos ramais das ligações definitivas de água e/ou de esgoto até uma distância total de 20 (vinte) metros em área urbana ou de 40 (quarenta) metros em área rural, medidos desde o ponto de tomada na rede pública disponível no logradouro em que se localiza a propriedade a ser atendida, até a linha limite (testada) do terreno, de acordo com o disposto nas normas técnicas.

§ 1º - Ficará a cargo do usuário a aquisição e montagem do padrão de ligação de água, exceto o hidrômetro, conforme normas procedimentais do prestador de serviços.

§ 2º - Caso a distância seja maior, o prestador de serviços poderá cobrar do usuário parte dos custos decorrentes da extensão adicional de ramal e/ou de obra na rede pública, adotando critérios de cálculo estabelecidos pelo prestador de serviços e previamente homologados pela ARIS.

§ 3º - Em propriedades localizadas em terreno de esquina, existindo ou não sistema público disponível no logradouro frontal, as condições definidas no caput deste artigo deverão ser consideradas, caso exista rede pública disponível no logradouro adjacente.

§ 4º - Em casos especiais, mediante celebração de contrato com o usuário, o prestador de serviços poderá adotar outros critérios, observados os estudos de viabilidade técnica e econômica.

TÍTULO V - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAPÍTULO I - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA

Art. 68 - As instalações das unidades usuárias de água serão definidas e projetadas conforme normas do prestador de serviços, do INMETRO e da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

Art. 69 - Todas as instalações de água a jusante do ponto de entrega serão efetuadas às expensas do usuário, bem como sua conservação, podendo o prestador de serviços fiscalizá-las quando achar conveniente.

Art. 70 - É vedado:

I - a interconexão do alimentador predial de água com tubulações alimentadas por água não procedente da rede pública;

II - a derivação de tubulações da instalação predial de água para suprir outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação;

III - o uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que prejudiquem o abastecimento público de água;

Art. 71 - Observada a pressão mínima pelo prestador, quando não for possível o abastecimento direto de prédios ligados à rede pública, o usuário se responsabilizará pela construção, operação e manutenção dos equipamentos necessários a viabilização do seu consumo de água, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

Art. 72 - É vedado o emprego de bombas de sucção ligadas diretamente no alimentador predial de água, sob pena de sanções previstas nesta Resolução, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, conforme o caso.

CAPÍTULO II - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO

Art. 73 - As instalações das unidades usuárias de esgoto serão definidas e projetadas conforme normas do prestador de serviços, do INMETRO e da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

Parágrafo único - Os despejos a serem lançados na rede pública de esgotamento sanitário deverão atender aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes.

Art. 74 - Todas as instalações de esgoto a montante do ponto de coleta serão efetuadas às expensas do usuário, bem como sua conservação, podendo o prestador de serviços fiscalizá-las quando achar conveniente.

Art. 75 - É vedado:

I - o despejo de águas pluviais nas instalações prediais de esgotos sanitários;

II - a derivação de tubulações da instalação de esgoto para coleta de outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação; e

III - o despejo na rede pública de esgotos provenientes de banheiros químicos de qualquer espécie.

Art. 76 - As obras e instalações necessárias ao esgotamento dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível da via pública e dos que não puderem ser esgotados pela rede pública de esgotamento sanitário, em virtude das limitações impostas pelas

características da construção, serão de responsabilidade do interessado, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

CAPÍTULO III - DA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA E DE ESGOTOS

Art. 77 - É responsabilidade do usuário a manutenção das instalações prediais de água e de esgotos assentadas na área interna da respectiva unidade usuária.

CAPÍTULO IV - DOS RAMAIS E COLETORES

Art. 78 - Os ramais prediais serão assentados pelo prestador de serviços às suas expensas.

Art. 79 - Compete ao prestador de serviços, quando solicitado e justificado, fornecer ao interessado as informações acerca da rede pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que sejam relevantes ao atendimento do usuário, em especial:

I - máxima, mínima e média da pressão da rede pública de abastecimento de água;

II - capacidade de vazão da rede pública de esgotamento sanitário, para atendimento ao usuário.

Art. 80 - O abastecimento de água e/ou coleta de esgoto deverá ser feito por um único ramal predial para cada unidade usuária e para cada serviço, mesmo abrangendo economias de categorias de usuários distintas.

Parágrafo único - Em imóveis com mais de uma categoria de economia, a instalação predial de água e/ou de esgoto de cada categoria poderá ser independente, bem como alimentada e/ou esgotada através de ramal predial privativo.

Art. 81 - Nas ligações já existentes, o prestador de serviços providenciará a individualização do ramal predial de que trata o artigo anterior, mediante o desmembramento definitivo das instalações do sistema de distribuição interno de abastecimento do imóvel, realizado pelo usuário.

Art. 82 - As economias com numeração própria ou as dependências isoladas poderão ser caracterizadas como unidades usuárias, devendo cada uma ter seu próprio ramal predial.

Art. 83 - As ligações rurais de água poderão ser executadas a partir de adutoras ou subadutoras quando as condições operacionais permitirem este tipo de ligação.

§ 1º - Toda interligação em adutoras ou subadutoras deverá ser feita mediante redes auxiliares onde o interessado deverá submeter o projeto ao prestador de serviços para verificar a viabilidade do atendimento.

§ 2º - O prestador de serviços poderá elaborar o projeto referido no parágrafo anterior, por solicitação do interessado, ficando as despesas do serviço por conta deste.

§ 3º - A pedido do usuário, o prestador de serviços poderá fornecer água bruta, mediante autorização do órgão gestor de recursos hídricos, quando a ligação estiver situada em trecho não atendido com água tratada, por meio de contrato específico, no qual será estabelecida a responsabilidade do usuário quanto aos riscos de utilização de água bruta.

SEÇÃO A - DA MANUTENÇÃO DOS RAMAIS PREDIAIS E COLETORES PREDIAIS

Art. 84 - A substituição do ramal predial será de responsabilidade do prestador de serviços, sendo realizada com ônus para o usuário, quando for por ele solicitada.

Art. 85 - Para a implantação de projeto que contemple a alternativa de sistemas condominiais de esgoto, deverá ser observado, no que couber, o disposto nesta Resolução.

§ 1º - A operação e manutenção dos sistemas condominiais de esgoto serão atribuições dos usuários, cada um assumindo a parcela do sistema situada em seu lote, sendo o prestador de serviços responsável única e exclusivamente pela operação do sistema público de esgotamento sanitário.

§ 2º - É facultado ao prestador de serviços, quando solicitado pelo usuário, prestar suporte técnico-operacional para solucionar eventuais problemas em sistemas condominiais de esgoto.

§ 3º - Os sistemas condominiais construídos sob as calçadas serão considerados, sob o aspecto de operação e manutenção, como pertencentes ao sistema público de esgotamento sanitário.

§ 4º - Caberá ao prestador de serviços instruir os usuários sobre o uso adequado e racional dos sistemas condominiais de esgoto.

Art. 86 - Havendo qualquer alteração no funcionamento do ramal predial de água e/ou coletor de esgoto, o usuário deverá solicitar ao prestador de serviços as correções necessárias.

Art. 87 - Os danos causados pela intervenção indevida do usuário nas redes públicas e/ou no ramal predial de água e/ou coletor de esgoto serão reparados pelo prestador de serviços, por conta do usuário, cabendo-lhe a penalidade prevista no artigo 135.

Art. 88 - A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrentes de serviços solicitados pelo usuário em particular, será de sua inteira responsabilidade.

CAPÍTULO V - DO HIDRÔMETRO

Art. 89 - O prestador de serviços controlará o consumo de água utilizado e do hidrômetro e, em casos especiais, por meio do limitador de consumo.

§ 1º - Ao critério e às custas do interessado (prestador ou usuário), poderão ser instalados nas unidades usuárias medidores para o controle do volume de esgotos.

§ 2º - Todos os medidores, de água ou esgoto, serão verificados e devem ter sua produção certificada pelo INMETRO ou outra entidade pública por ele delegada.

§ 3º - Toda ligação predial de água deverá ser provida de um registro externo, localizado antes do hidrômetro, de manobra privativa do prestador de serviços.

Art. 90 - O prestador de serviços é obrigado a instalar hidrômetro nas unidades usuárias, exceto quando a instalação do hidrômetro não puder ser feita em razão de dificuldade transitória, ocasionada pelo usuário, limitado a um período máximo de 90 (noventa) dias, situação em que este deve providenciar as instalações de sua responsabilidade.

SEÇÃO A - DA PROTEÇÃO DO HIDRÔMETRO

Art. 91 - Os hidrômetros, os limitadores de consumo e os registros de passagem serão instalados em caixas de proteção padronizadas, de acordo com as normas procedimentais do prestador de serviços.

§ 1º - Os aparelhos referidos neste artigo deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pelo prestador de serviços.

§ 2º - É facultado ao prestador de serviços, mediante aviso aos usuários, o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações, quando constatada a necessidade técnica de intervir neles.

§ 3º - Somente o prestador de serviços ou seu preposto poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou limitador de consumo, bem como indicar novos locais de instalação.

§ 4º - A substituição do hidrômetro deverá ser comunicada, por meio de correspondência específica, ao usuário, quando da execução desse serviço, com informações referentes às leituras do hidrômetro retirado e do instalado.

§ 5º - A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços, sempre que necessário, sem ônus para o usuário.

§ 6º - A substituição do hidrômetro, decorrente da violação de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços, com ônus para o usuário, além das penalidades previstas.

§ 7º - A indisponibilidade de hidrômetro não poderá ser invocada pelo prestador de serviços para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.

§ 8º - Sendo a alteração de hidrômetros uma decisão do prestador de serviços, os custos relativos às substituições previstas correrão por sua conta, salvo na situação constante do § 6º deste artigo.

Art. 92 - Os lacres instalados nos hidrômetros, caixas e cubículos poderão ser rompidos apenas por representante ou preposto do prestador de serviços, e deverão ter numeração específica, constante do cadastro de usuários, atualizado a cada alteração documentada de ação do prestador.

SEÇÃO B - DA VERIFICAÇÃO DO HIDRÔMETRO

Art. 93 - A verificação periódica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica.

Art. 94 - O usuário poderá obter verificações dos instrumentos de medição por parte do prestador de serviços, devendo ser sem ônus para o usuário em até 1 (uma) verificação a cada 3 (três) anos, ou, independente do intervalo de tempo da verificação anterior, quando o resultado constatar erro nos instrumentos de medição.

§ 1º - O prestador de serviços deverá informar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data fixada para a realização da verificação, de modo a possibilitar ao usuário o acompanhamento do serviço.

§ 2º - Quando não for possível a verificação no local da unidade usuária, o prestador de serviços deverá acondicionar o medidor em invólucro específico, a ser lacrado no ato de retirada para o transporte até o laboratório de teste, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao usuário, devendo ainda informá-lo da data e do local fixados para a realização da aferição, para seu acompanhamento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá encaminhar ao usuário o laudo técnico da verificação, informando, de forma compreensível e de fácil entendimento, as variações verificadas, os limites admissíveis, a conclusão final e esclarecendo quanto à possibilidade de

solicitação de aferição junto ao órgão metrológico oficial.

§ 4º - Em caso de nova verificação junto a órgão metrológico oficial, os custos decorrentes serão arcados pelo usuário, caso o resultado aponte que o laudo técnico do prestador estava adequado às normas técnicas, ou pelo prestador de serviços, caso o resultado aponte irregularidades no laudo técnico por ele elaborado.

§ 5º - Na hipótese de desconformidade do hidrômetro com as normas técnicas, deverá ser observado o disposto no artigo 123, caput e inciso II, devendo ser apuradas e devolvidas as importâncias pagas irregularmente nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data da solicitação de verificação pelo usuário, com a apuração detalhada dos meses de consumo.

§ 6º - Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que atenderem a legislação metrológica pertinente.

TÍTULO VI - DO CADASTRO COMERCIAL E DAS ECONOMIAS DOS IMÓVEIS

Art. 95 - O prestador de serviços classificará a unidade usuária de acordo com a atividade nela exercida, ressalvadas as exceções previstas nesta Resolução.

Parágrafo único - O prestador de serviços deverá analisar todos os elementos de caracterização da unidade usuária objetivando a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o usuário tiver direito, em especial quando a finalidade informada for residencial, caso em que a classificação será definida considerando as categorias de usuários Residencial ou Baixa Renda.

Art. 96 - As categorias de usuários para as quais devem ser classificadas as economias atendidas com serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário serão definidas em Resolução tarifária específica da ARIS.

Parágrafo único - A Resolução específica sobre tarifas a ser observada pelo prestador de serviços deverá garantir a aplicação de condições especiais aos usuários de baixa renda beneficiados por tarifa social.

Art. 97 - Quando houver reclassificação da unidade usuária, o prestador do serviço deve proceder aos ajustes necessários, bem como:

I - emitir comunicado específico ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da apresentação da fatura de água subsequente à reclassificação; e

II - quando for o caso, emitir comunicado ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da reclassificação, informando-o da necessidade de celebrar aditivo ao contrato de fornecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

§ 1º - Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, o prestador de serviços deverá realizar os ajustes necessários e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, após a constatação da classificação incorreta e antes da apresentação da primeira fatura corrigida.

§ 2º - Em casos de erro de classificação da economia por culpa exclusiva do prestador de serviços, o usuário deverá ser ressarcido dos valores cobrados a maior, sendo vedado ao prestador cobrar-lhe a diferença referente a pagamentos a menor.

CAPÍTULO II - DO CADASTRO DAS ECONOMIAS

Art. 98 - O prestador de serviços deverá organizar e manter

atualizado o cadastro relativo às unidades usuárias, no qual conste, obrigatoriamente, quanto a cada uma delas, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do usuário:

a) nome completo;

b) número e órgão expedidor da Carteira de Identidade, ou de outro documento de identificação ou número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - número de conta da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária, incluindo o nome do município;

IV - número de economias por categorias de usuário;

V - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

VI - histórico de leituras e de faturamento referentes aos últimos 60 (sessenta) ciclos consecutivos e completos;

VII - código referente à tarifa e/ou categoria de usuário aplicável; e

VIII - numeração dos lacres instalados e sua respectiva atualização.

Art. 99. Para efeito desta Resolução, considera-se uma economia a unidade autônoma cadastrada para efeito de Faturamento e Comercialização, atendendo as seguintes características:

I - Cada casa com numeração própria;

II - Cada casa ainda que sem numeração própria e que conte com instalação individual de água;

III - Apartamento com ocupação residencial ou comercial, exceto os de hotéis, motéis, casas de saúde ou similares (Ver definição própria);

IV - Cada loja e Residência com a mesma numeração, com instalação de água em comum;

V - Cada loja, sobreloja ou sala, que conte com instalação de água individual;

VI - Cada grupo de 2 (duas) lojas, sobreloja, ou fração de duas, com instalação de água em comum;

VII - Cada grupo de 4 (quatro) salas ou fração de quatro, com instalação de água em comum;

VIII - Cada grupo de 6 (seis) quartos, ou fração de seis, em hotéis, motéis, pensões, casa de saúde ou similares, dotados de instalação própria de água;

IX - Cada grupo de 3 (três) apartamentos em hotéis, motéis ou casa de saúde, ou fração de grupo, dotados de instalação própria de água;

X - A edificação utilizada para fins Comerciais, Industriais ou Públicas, por uma só pessoa jurídica;

XI - O imóvel sem edificação ou em construção, dotado de instalação de água;

XII - Todo e qualquer imóvel de outro gênero não especificado, desde que com instalação própria para uso de água.

Parágrafo único - A unidade econômica não caracterizada nos incisos acima, para efeito da determinação do número de economias, adotará os critérios consoantes àquela que exercer atividade similar.

Art. 100 - Quando for exercida mais de uma atividade na mesma ligação, para efeito de classificação o prestador de serviços poderá enquadrá-la como categoria mista, sendo o consumo de água, o volume de esgoto e o respectivo faturamento devidamente ponderados proporcionalmente à participação de cada uma.

Parágrafo único - Na hipótese prevista no caput, o usuário pode solicitar medição de água em separado, cabendo-lhe, neste caso, a responsabilidade pela adequação do ponto de entrega de água e do ponto de coleta de esgoto.

TÍTULO VII - DO FATURAMENTO E DA COBRANÇA

CAPÍTULO I - DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

Art. 101 - Para a determinação do consumo de água, as ligações serão classificadas em:

I - medidas; ou

II - não medidas.

Art. 102 - Para as ligações medidas, o volume consumido será o apurado por leitura em hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura realizada e a anterior.

§ 1º - Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no hidrômetro, impedimento comprovado de acesso ao mesmo, ou nos casos fortuitos e de força maior, a apuração do volume será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses.

§ 2º - O procedimento do parágrafo anterior somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo o prestador de serviços comunicar ao usuário, por escrito, a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro.

§ 3º - Em caso de falta ou imprecisão de dados para os cálculos, poderá ser adotado como base de cálculo os seguintes procedimentos:

I - o primeiro ciclo de faturamento ou fração deste projetada para 30 (trinta) dias, posterior à instalação do novo hidrômetro; ou

II - a adoção do consumo estimado, comunicando ao usuário, por escrito, a forma de cálculo a ser utilizada.

§ 4º - Após o terceiro ciclo consecutivo de faturamento efetuado pela média aritmética ou estimada, caso se verifiquem saldos positivos entre os valores medidos e faturados, o faturamento deverá ser efetuado com base no valor correspondente ao consumo mínimo, sem a possibilidade de promover futura compensação.

§ 5º - No caso do impedimento ser motivado pelo usuário, o faturamento continuará a ser realizado pela média, nos termos do § 1º deste artigo, até que o usuário promova a instalação da caixa de proteção ou cubículo, conforme regulamentação do prestador de serviço, quando então será promovido o ajuste de volumes e valores.

§ 6º - No faturamento subsequente à remoção do impedimento, efetuado até o terceiro ciclo consecutivo, deverão ser feitos os

acertos relativos ao faturamento do período em que o hidrômetro não foi lido.

Art. 103 - O prestador de serviços efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) dias e o máximo de 33 (trinta e três) dias, de acordo com o calendário de leitura.

§ 1º - O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 47 (quarenta e sete) dias.

§ 2º - Havendo necessidade de remanejamento de rota, ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de no mínimo 15 (quinze) dias e no máximo 47 (quarenta e sete) dias, devendo o prestador de serviços comunicar por escrito aos usuários, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá informar na fatura a data prevista para a realização da próxima leitura.

§ 4º - Havendo concordância do usuário, o consumo final poderá ser estimado proporcionalmente ao número de dias decorridos do ciclo compreendido entre as datas de leitura e do pedido de desligamento, com base na média mensal dos últimos 6 (seis) ciclos de faturamento, respeitada a tarifa mínima da unidade.

§ 5º - O prestador de serviços deverá organizar e manter atualizado o calendário das respectivas datas fixadas para a leitura dos hidrômetros, apresentação e vencimento da fatura.

§ 6º - Qualquer modificação das datas fixadas para a leitura dos hidrômetros e para a apresentação da fatura deverá ser previamente comunicada ao usuário, por escrito, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data prevista para a modificação.

Art. 104 - As leituras e os faturamentos poderão ser efetuados em intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos, de acordo com o calendário próprio, nos seguintes casos:

I - em localidades com até 1.000 (mil) ligações;

II - em unidades com consumo de água médio mensal igual ou inferior a 10 (dez) metros cúbicos; e

III - para as faturas com valores inferiores ao mínimo estabelecido para o faturamento.

§ 1º - Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura, o usuário poderá fornecer sua leitura mensal, respeitadas as datas fixadas pelo prestador de serviços.

§ 2º - A adoção de intervalo de leitura e/ou de faturamento plurimensal deve ser precedida de divulgação aos usuários, a fim de permitir o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida.

Art. 105 - Para as ligações não medidas, o consumo de água será fixado por estimativa em função do consumo médio presumido, com base em atributos físicos do imóvel, o qual não poderá ser superior a 20m³ (vinte metros cúbicos) por cada economia.

Parágrafo único - O prestador notificará a autoridade competente quando identificar, em imóveis atendidos com rede pública de abastecimento de água, a existência de fonte alternativa de abastecimento em desacordo com a legislação pertinente.

Art. 106 - Em agrupamentos de imóveis ou em imóveis com mais de uma economia, dotados de um único medidor, o consumo de cada economia será apurado pelo quociente resultante da divisão entre o consumo medido e o número de economias.

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas neste artigo, havendo também medições individualizadas, a diferença positiva ou negativa apurada entre o consumo global e o somatório dos consumos individuais será rateada entre as economias, sendo desprezadas as diferenças inferiores a 5% (cinco por cento).

SEÇÃO A - DO AUMENTO DO VOLUME MEDIDO

Art. 107 - Nos casos de alto consumo devido a vazamentos ocultos nas instalações internas do imóvel e mediante a eliminação comprovada da irregularidade pelo usuário, o prestador de serviços aplicará desconto sobre o consumo excedente.

§ 1º - No caso de vazamentos ocultos devidamente constatados pelo prestador de serviços, haverá o desconto de valor correspondente a até 70% (setenta por cento) do volume medido acima da média de consumo, limitado ao faturamento em que o prestador de serviços alertou o usuário sobre a ocorrência de alto consumo.

§ 2º - Fica estabelecido que poderão ser revisadas no máximo 02 (duas) faturas sequenciais dentro do período correspondente a 12 (doze) meses para as solicitações de usuários por motivo de volume excessivo de água fornecido ao imóvel, decorrente de vazamento de difícil identificação.

§ 3º - O prazo de reclamação do usuário é de até 60 (sessenta) dias após o vencimento da fatura.

§ 4º - Para obter o desconto referido no § 1º, o usuário deverá apresentar ao prestador de serviços, declaração de ocorrência do vazamento oculto e as providências tomadas para o reparo, junto aos documentos que comprovem sua realização, tais como nota fiscal de serviço ou materiais utilizados.

§ 5º - O prestador de serviços poderá realizar vistoria no imóvel para comprovação da ocorrência de vazamento oculto e do respectivo reparo.

§ 6º - Por ocasião da ocorrência de quaisquer vazamentos de água ocultos devidamente comprovados, a cobrança da tarifa de esgoto deverá ocorrer com base na média de consumo de água dos últimos 6 (seis) meses.

§ 7º - O usuário perderá o direito ao desconto, referido no §1º, se for comprovada a má fé ou negligência com a manutenção das instalações prediais sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO II - DA REMUNERAÇÃO

Art. 108 - Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão remunerados sob a forma de tarifas e outros preços públicos, reajustáveis periodicamente, de acordo com Resolução tarifária específica, de modo que atenda à geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço em regime de eficiência e a remuneração adequada do capital investido pelo prestador dos serviços.

Art. 109 - É vedado ao prestador de serviços conceder isenção ou dispensa de pagamento das tarifas de água e esgoto, inclusive a entidades públicas federais, estaduais e municipais, salvo se previamente autorizado pela legislação do titular dos serviços, fato que deve ser ponderado na composição ou no reajustamento

tarifário.

SEÇÃO A - DOS CONTRATOS DE ADESÃO E ESPECIAIS

Art. 110 - A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário caracteriza-se como negócio jurídico de natureza contratual, responsabilizando-se o usuário pelo pagamento correspondente à sua prestação e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes, bem como pelo direito a oferta dos serviços em condições adequadas, visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários.

Art. 111 - É condição de validade do contrato de adesão para prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário a homologação do respectivo modelo pela ARIS.

Art. 112 - O contrato de adesão de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá conter, além das cláusulas essenciais aos contratos administrativos, outras que digam respeito a:

I - identificação do ponto de entrega e/ou de coleta;

II - previsão de volume de água fornecida e/ou volume de esgoto coletado;

III - condições de revisão, para mais ou para menos, da demanda contratada, se houver;

IV - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo de vigência;

V - critérios de rescisão; e

VI - metas de continuidade, com vistas a proporcionar a melhoria da qualidade dos serviços, no caso de contratos específicos.

§ 1º - Quando o prestador de serviços tiver que fazer investimento específico, o contrato de adesão deve dispor sobre as condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento do ônus relativo ao referido investimento, bem como deverá elaborar cronograma para identificar a data provável do início do contrato.

§ 2º - O prazo de vigência do contrato de adesão de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário deverá ser estabelecido considerando as necessidades e os requisitos das partes.

Art. 113 - O encerramento da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário será efetuado segundo as seguintes características e condições:

I - por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas nos contratos de abastecimento, de uso do sistema e de adesão, somente nos seguintes casos:

a) demolição da edificação ou fusão de ligações;

b) interdição judicial ou administrativa da edificação, sem condições de habitabilidade ou uso;

c) desapropriação de imóvel por interesse público.

II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

a) interrupção da ligação por mais de 60 (sessenta) dias;

b) desapropriação do imóvel;

c) fusão de ramais prediais.

Art. 114 - É obrigatória a celebração de contrato de abastecimento de água e/ou contrato de esgotamento sanitário entre o prestador de serviços e o usuário responsável pela unidade usuária a ser atendida, nos seguintes casos:

I - para atendimento a grandes consumidores;

II - quando se tratar de abastecimento de água bruta em conformidade com outorga de órgão competente de recursos hídricos;

III - para atendimento às entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo e às reconhecidas como de utilidade pública;

IV - quando os despejos não domésticos, por suas características, não puderem ser lançados in natura na rede pública de esgotamento sanitário;

V - quando, para o abastecimento de água ou o esgotamento sanitário, o prestador de serviços tenha de fazer investimento específico, desde que fora ou intempestivo em relação ao plano de investimentos da concessão ou do plano de saneamento básico;

VI - quando o usuário tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, para o atendimento de seu pedido de ligação.

Parágrafo único - A ARIS aprovará modelos de contratos previamente, como condição para sua validade.

CAPÍTULO III - DA FATURA DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 115 - As tarifas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e a outros serviços realizados serão cobradas por meio de faturas emitidas pelo prestador de serviços e devidas pelo usuário, fixadas as datas de vencimento.

§ 1º - As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo prestador de serviços.

§ 2º - O prestador de serviços deverá orientar o usuário quanto ao calendário de leitura e entrega de fatura.

§ 3º - O prestador de serviços emitirá segunda via da fatura, sem ônus para o usuário, nos casos de problemas na emissão e no envio da via original ou incorreções no faturamento.

Art. 116 - A fatura mínima por economia será definida pela ARIS em norma de regulação própria, fixando as categorias de usuários e o volume mínimo de consumo.

Art. 117 - Quando houver alto consumo, o prestador alertará o usuário sobre o fato, instruindo-o para que verifique as instalações internas da unidade usuária e/ou evite desperdícios.

Art. 118 - A entrega da fatura deverá ser efetuada até a data fixada para sua apresentação, prioritariamente no endereço da unidade usuária.

Parágrafo único - Os prazos mínimos para vencimento das faturas, contados da data da respectiva apresentação, serão os seguintes:

I - 5 (cinco) dias úteis para todas as categorias de usuários, ressalvada a mencionada no inciso II;

II - 10 (dez) dias úteis para a categoria de usuário Público;

III - 1 (um) dia útil nos casos de desligamento a pedido do usuário,

exceto para as unidades usuárias a que se refere o inciso anterior.

Art. 119 - A fatura deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I - nome do usuário;

II - número ou código de referência e classificação da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária;

IV - número do medidor e do lacre;

V - leituras anterior e atual do hidrômetro;

VI - data da leitura anterior e atual;

VII - data de apresentação e de vencimento da fatura;

VIII - consumo de água do mês correspondente à fatura;

IX - histórico do volume consumido nos últimos 6 (seis) meses e média atualizada;

X - valor total a pagar e data do vencimento da fatura;

XI - discriminação dos serviços prestados, com os respectivos valores;

XII - descrição dos tributos incidentes sobre o faturamento;

XIII - multa e mora por atraso de pagamento;

XIV - os números dos telefones e endereços eletrônicos das Ouvidorias do prestador de serviços e da ARIS;

XV - indicação da existência de parcelamento pactuado com a prestadora;

XVI - identificação de faturas vencidas e não pagas até a data;

XVII - qualidade da água fornecida, nos termos do Decreto federal n. 5.440/2005; e

XVIII - aviso sobre a constatação de alta de consumo.

Art. 120 - Além das informações relacionadas no artigo anterior, fica facultado o prestador de serviços incluir na fatura outras informações julgadas pertinentes, campanhas de educação ambiental e sanitária, inclusive veiculação de propagandas comerciais, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas, em qualquer hipótese, mensagens político-partidárias.

Art. 121 - Caso o prestador de serviços tenha faturado valores incorretos ou não efetuado qualquer faturamento, por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a menor ou ausência de faturamento: não poderá efetuar cobrança complementar; e

II - faturamento a maior: providenciar a devolução ao usuário das quantias recebidas indevidamente, correspondentes ao período faturado incorretamente, observado o prazo de prescrição previsto na legislação.

Parágrafo único - No caso do inciso II, a devolução deverá ser

efetuada em moeda corrente até o primeiro faturamento posterior à constatação da cobrança a maior, ou, por opção do usuário, por meio de compensação nas faturas subseqüentes.

Art. 122 - Para o cálculo das diferenças a cobrar ou a devolver, as tarifas deverão ser aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver diferenças a cobrar: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas;

II - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas acrescidas de juros e correção monetária, conforme critérios definidos no artigo 129;

III - quando a tarifa for estruturada por faixas, a diferença a cobrar ou a devolver deve ser apurada mês a mês e o faturamento efetuado adicional ou subtrativamente aos já realizados mensalmente, no período considerado, levando em conta a tarifa relativa a cada faixa complementar.

Art. 123 - Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, o prestador de serviços deverá informar ao usuário, por escrito, quanto:

I - à irregularidade constatada;

II - à memória descritiva dos cálculos do valor apurado, referente às diferenças de consumos de água;

III - aos elementos de apuração da irregularidade;

IV - aos critérios adotados na revisão dos faturamentos;

V - ao direito de recurso previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e

VI - à tarifa utilizada.

§ 1º - Caso haja discordância em relação à cobrança ou respectivos valores, o usuário poderá apresentar recurso junto ao prestador de serviços, no prazo de 10 (dez) dias a partir da comunicação.

§ 2º - O prestador de serviços deliberará no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do recurso, o qual, se indeferido, deverá ser comunicado ao usuário, por escrito, juntamente com a respectiva fatura, quando pertinente, a qual deverá referir-se exclusivamente ao ajuste do faturamento, com vencimento previsto para 3 (três) dias úteis.

§ 3º - Da decisão do prestador de serviços caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, à ARIS, sendo recebido em seu efeito suspensivo, exceto por deliberação em contrário da Agência, nos termos do seu Regimento Interno.

§ 4º - Constatado o descumprimento dos procedimentos estabelecidos neste artigo ou, ainda, a improcedência ou incorreção do refaturamento, o prestador de serviços providenciará a devolução do indébito por valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 124 - Nos prédios ligados clandestinamente às redes públicas, as tarifas de água e/ou de esgoto serão devidas desde a data em que o prestador de serviços iniciou a operação no logradouro, onde está situado aquele prédio, ou a partir da data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo único - O prestador de serviços poderá proceder às medidas judiciais cabíveis para a liquidação e cobrança do débito

decorrente da situação descrita no caput deste artigo, podendo condicionar a ligação do serviço para a unidade usuária ao pagamento integral do débito, ressalvando-se quando o usuário comprovar efetivamente o tempo em que é o responsável pela unidade usuária, eximindo-se total ou parcialmente do débito.

Art. 125 - Nas edificações sujeitas à lei que dispõe sobre os condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias, as tarifas poderão ser cobradas em conjunto para todas as economias.

Art. 126 - A fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do interessado ou por iniciativa do prestador de serviços, nos seguintes casos:

I - demolição;

II - fusão de economias;

III - incêndio;

IV - interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário; ou

V - outras situações, conforme critérios propostos pelo prestador de serviços e aprovados pela ARIS.

Parágrafo único - O cancelamento ou alteração da fatura vigorará a partir da data do pedido do usuário ou, quando a iniciativa for do prestador de serviços, de sua anotação no cadastro do prestador de serviços, não tendo efeito retroativo.

Art. 127 - O prestador de serviços, desde que requerido, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços:

I - ligação de unidade usuária;

II - vistoria de unidade usuária;

III - verificação de hidrômetro, exceto os casos previstos no artigo 94;

IV - religação de unidade usuária;

V - religação de urgência;

VI - emissão de segunda via de fatura, a pedido do usuário; e

VII - outros serviços disponibilizados pelo prestador de serviços, devidamente aprovados pela ARIS.

§ 1º - Não será cobrada a primeira vistoria realizada para pedido de serviço de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

§ 2º - A cobrança dos serviços previstos neste artigo é facultativa e só poderá ser feita em contrapartida ao serviço efetivamente realizado pelo prestador de serviços, dentro dos prazos estabelecidos.

§ 3º - A cobrança de qualquer serviço obrigará o prestador de serviços a implantá-lo em toda a sua área de concessão, para todos os usuários, ressalvado o serviço de religação de urgência.

§ 4º - Ao serviço relacionado no inciso IV, fica vedada ao prestador de serviços a cobrança de tal serviço após a purgação da mora por parte do usuário inadimplente enquadrado em regime especial de tarifa social ou de baixa renda, assim homologada pela ARIS.

§ 5º - O prestador de serviços deverá manter, por período mínimo

de 60 (sessenta) meses, os registros do valor cobrado, do horário e data da solicitação e da execução dos serviços, exceto no caso de emissão de segunda via de fatura.

§ 6º - O prestador de serviços proporá "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", a ser homologada pela ARIS e disponibilizada aos interessados, discriminando os serviços mencionados nesta Resolução e outros que julgar necessários.

CAPÍTULO IV - DA COBRANÇA

Art. 128 - O prestador de serviços deverá oferecer 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do usuário, distribuídas uniformemente em intervalos regulares ao longo do mês.

Art. 129 - As faturas não quitadas até a data do seu vencimento, bem como as devoluções mencionadas no inciso II do artigo 122, sofrerão acréscimo de juros de mora de até 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa de 2% (dois por cento) e correção monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice previsto na legislação vigente.

§ 1º - O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

§ 2º - O prestador de serviços poderá efetuar a cobrança dos serviços na forma de duplicata especialmente emitida, sujeita esta a protesto e a execução.

Art. 130 - Após o pagamento da fatura, o usuário poderá reclamar a devolução dos valores considerados como indevidos.

Art. 131 - O prestador de serviços deverá dispor de mecanismos de identificação de pagamento em duplicidade, impondo-se que as referidas devoluções ocorram obrigatoriamente até o próximo faturamento.

§ 1º - Os valores pagos em duplicidade pelos usuários, quando não houver solicitação em contrário, deverão ser devolvidos automaticamente nos faturamentos seguintes em forma de crédito.

§ 2º - Será considerado um erro não justificável a não efetivação da devolução a que se refere este artigo, ensejando o pagamento em dobro do valor recebido pelo prestador, além das correções a que se refere o artigo 129.

Art. 132 - O prestador de serviços poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios estabelecidos em normas internas.

Art. 133 - É condição para o parcelamento de débito a celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmada pelo usuário.

TÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E IRREGULARIDADES

CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES

Art. 134 - Constitui infração a prática decorrente da ação ou omissão do usuário, relativa a qualquer dos seguintes fatos:

I - Intervenção nas instalações dos Sistemas Públicos de Água e Esgotos que possam afetar a eficiência dos serviços;

II - Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;

III - Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;

IV - Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by pass);

V - Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;

VI - Ligação clandestina de água e esgoto;

VII - Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição;

VIII - Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários;

IX - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;

X - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no ramal;

XI - Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com débito;

XII - Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;

XIII - Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento;

XIV - Violação do lacre da porta caixa ou cubículo de proteção do hidrômetro;

XV - Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;

XVI - Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel;

XVII - Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos;

XVIII - Interligação de instalações prediais de água em imóveis distintos sem débito;

XIX - Ausência de abrigo de proteção do cavalete e hidrômetro Impedimento involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;

XX - Instalação de aparelhos supressores de ar.

XI - lacrar a tampa da caixa de inspeção de esgoto (CI)

Parágrafo único - É vedada a instalação de equipamento nas adjacências do hidrômetro, inclusive na instalação predial, que influencie nas condições metrológicas no equipamento, sem que o seja atendido o subitem 9.4 da Portaria Nº 246/2000 do INMETRO, que determina: "Qualquer dispositivo adicional, projetado para ser instalado adjunto ao hidrômetro, deve ser submetido à apreciação por parte do INMETRO, com vistas a verificar se o mesmo influencia o desempenho metrológico do medidor."

Art. 135 - Além de outras penalidades previstas nesta Resolução, o cometimento de qualquer infração enumerada no artigo anterior sujeitará o infrator ao pagamento de multa ao prestador de serviços, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de fiscalização, para as providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Parágrafo único - A multa será fixada em conformidade com os parâmetros propostos pelo prestador de serviços e aprovados pela ARIS, devendo, preferencialmente, ser revertida ao respectivo fundo municipal de saneamento.

Art. 136 - Verificado pelo prestador de serviços, através de inspeção, que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou, ainda, da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, ou na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, este adotará os seguintes procedimentos:

I - lavratura de "Termo de Ocorrência de Irregularidade", numerado seqüencialmente, em formulário próprio do prestador de serviços, com as seguintes informações:

- a) identificação do usuário;
- b) endereço da unidade usuária;
- c) número de conta da unidade usuária;
- d) atividade desenvolvida;
- e) tipo de medição;
- f) identificação e leitura do hidrômetro;
- g) selos e/ou lacres encontrados;
- h) descrição detalhada do tipo de irregularidade, de forma que a mesma fique perfeitamente caracterizada, com a inclusão de fotos e outros meios que possam auxiliar nesta identificação;
- i) assinatura do responsável pela unidade usuária, ou na sua ausência, do usuário presente e sua respectiva identificação; e
- j) identificação e assinatura do empregado ou preposto responsável do prestador de serviços;

II - entregar uma via do "Termo de Ocorrência de Irregularidade" ao usuário, que deve conter as informações que possibilite ao usuário solicitar perícia técnica bem como ingressar com recurso junto à ouvidoria ou órgão equivalente do prestador de serviços e à ARIS;

III - caso haja recusa no recebimento do "Termo de Ocorrência de Irregularidade", o fato será certificado no verso do documento, que será remetido posteriormente pelo correio ao responsável pela unidade usuária, mediante aviso de recebimento (AR);

IV - efetuar, quando pertinente, o registro da ocorrência junto à delegacia de polícia civil e requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável, vinculado à segurança pública ou do órgão metrológico oficial para a verificação do medidor;

V - proceder à revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores apurados por meio de um dos seguintes critérios e os efetivamente faturados:

- a) aplicação de fator de correção, determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição;
- b) na impossibilidade do emprego do fator de correção, identificação do maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade; ou
- c) no caso de inviabilidade de aplicação dos critérios previstos nas alíneas a e b, o valor do consumo será determinado através de estimativa com base nas instalações da unidade usuária e nas atividades nela desenvolvidas.

VI - efetuar, quando pertinente, na presença da autoridade policial

ou agente designado, do consumidor ou de seu representante legal ou, na ausência destes dois últimos, de 2 (duas) testemunhas sem vínculo com o prestador de serviços, a retirada do hidrômetro, que deverá ser colocado em invólucro lacrado, devendo ser preservado nas mesmas condições encontradas até o encerramento do processo em questão ou até a lavratura de laudo pericial por órgão oficial.

Parágrafo único - Comprovado pelo prestador de serviços ou a partir de provas documentais fornecidas pelo novo usuário, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao responsável pela unidade usuária, o atual usuário somente será responsável pela diferenças de volumes de água e de esgoto excedentes apuradas no período sob sua responsabilidade, e sem aplicação de penalidade administrativa, exceto nos casos de sucessão comercial de má-fé e/ou hereditária.

Art. 137- Nos casos referidos no artigo anterior, após a interrupção dos serviços, se houver religação à revelia do prestador de serviços, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - se, após a eliminação da irregularidade, mas sem o pagamento das multas, verificarem-se diferenças de consumo e serviços, será aplicado sobre o valor líquido da primeira fatura emitida após a constatação da religação, o maior valor obtido entre os seguintes critérios:

- a) o valor equivalente ao serviço de religação de urgência;
- b) 20% (vinte por cento) do valor líquido da respectiva fatura.

II - se após 30 (trinta) dias o usuário não regularizar sua situação junto ao prestador de serviços, ou seja, o pagamento da multa, diferença de consumo e serviços, os valores serão incluídos na próxima fatura para o pagamento.

Parágrafo único - Sem prejuízo da suspensão dos serviços, aplicável em qualquer religação à revelia, os procedimentos referidos neste artigo não poderão ser empregados em faturamentos posteriores à data da constatação da irregularidade.

Art. 138 - É assegurado ao infrator o direito de recorrer ao prestador de serviços, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente ao recebimento do auto de infração.

§ 1º - Da decisão cabe recurso à ARIS no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão do prestador de serviços.

§ 2º - Durante a apreciação do recurso pelo prestador ou pela ARIS, não haverá suspensão da prestação do serviço em função da matéria sob apreciação.

TÍTULO IX - DA INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO I - DOS MOTIVOS E DA DIVULGAÇÃO NA INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Art. 139 - O prestador de serviços assegurará o serviço de fornecimento de água de forma contínua, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada, garantindo sua disponibilidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Art. 140 - O prestador de serviços se obriga a divulgar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água.

Parágrafo único - Em situação de emergência, a divulgação da interrupção do fornecimento de água será feita de imediato, após

identificada a área de abrangência da emergência.

Art. 141- No caso de interrupção do serviço com duração superior a 18 (dezoito) horas, o prestador de serviços deverá prover fornecimento de emergência às unidades usuárias que prestem serviços essenciais a população.

Parágrafo único - O fornecimento de emergência, de que trata o caput deste artigo, deverá ser medido com o conhecimento do responsável pela unidade usuária, para cobrança por parte do prestador de serviços.

Art. 142 - O serviço de abastecimento de água poderá ser interrompido, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções, nos seguintes casos:

I - utilização de artifícios ou qualquer outro meio fraudulento ou, ainda, prática de violência nos equipamentos de medição e lacres, com intuito de provocar alterações nas condições de abastecimento ou de medição, bem como o descumprimento das normas que regem a prestação do serviço público de água;

II - revenda ou abastecimento de água a terceiros;

III - ligação clandestina ou religação à revelia;

IV - deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade usuária que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;

V - solicitação do usuário, nos limites desta resolução;

VI - não ligação à rede pública de coleta e tratamento de esgoto sanitário, após a notificação pelo prestador de serviços e ultrapassado o prazo para a devida regularização.

VII - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; e

VIII - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário.

Parágrafo único. Deve o prestador de serviços, após a interrupção dos serviços, comunicar o usuário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dos motivos da interrupção dos serviços, informando quais as providências necessárias para o religamento do abastecimento de água, salvo na situação prevista no inciso V deste artigo;

Art. 143 - O prestador de serviços, mediante aviso prévio ao usuário, poderá interromper a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário:

I - por inadimplemento do usuário do pagamento das tarifas;

II - por inobservância do disposto nos artigos 51 e 91, § 3º;

III - quando não for solicitada a ligação definitiva, após concluída a obra atendida por ligação temporária.

§ 1º - O aviso prévio referido neste artigo deverá ser emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Para fins de aplicação do inciso I do presente artigo, não poderá ser procedida a interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água com fundamento no não pagamento de tarifas vencidas há mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º - É vedado ao prestador de serviços efetuar a interrupção dos

serviços pelo impedimento de acesso ao hidrômetro do usuário que não tenha sido tempestivamente notificado acerca dificuldade de efetivação da leitura.

§ 4º - O aviso prévio e as notificações formais devem ser escritos de forma compreensível e de fácil entendimento.

§ 5º - Ao efetuar a suspensão do abastecimento de água ou a cobrança pelo serviço de coleta de esgoto, o prestador de serviços deverá entregar aviso discriminando o motivo gerador da interrupção e, quando pertinente, indicação das faturas que caracterizam a inadimplência.

§ 6º - Será considerada interrupção indevida aquela que não estiver amparada nesta Resolução.

§ 7º - Constatada que a suspensão do abastecimento de água e/ou a interrupção da coleta de esgoto foi indevida, o prestador de serviços ficará obrigado a efetuar a religação, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sem ônus para o usuário.

§ 8º - No caso de suspensão indevida do fornecimento, o prestador de serviços deverá creditar na fatura subsequente, a título de indenização ao usuário, o maior valor dentre:

a) o dobro do valor estabelecido para o serviço de religação de urgência; ou

b) 20% (vinte por cento) do valor líquido da última fatura emitida antes da suspensão indevida da unidade usuária.

Art. 144 - O usuário com débitos vencidos, resultantes da prestação do serviço, poderá ter seu nome registrado nas instituições de proteção ao crédito e cobrado judicialmente, após esgotadas as medidas administrativas para a cobrança.

Art. 145 - Havendo acordo de parcelamento dos débitos, o usuário poderá fazer a solicitação para ter seus serviços restabelecidos.

Art. 146 - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios estabelecidos na legislação federal ou em norma específica.

Art. 147 - A interrupção ou a restrição da distribuição de água por inadimplência a usuário que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias à ARIS, para efeito de mediação quanto ao cumprimento do contrato.

Parágrafo único - Define-se como serviço essencial à população com vistas a comunicação prévia, aplicável à suspensão, as atividades desenvolvidas nas seguintes unidades usuárias:

I - unidade operacional de processamento de gás liquefeito de petróleo e de combustíveis;

II - unidade operacional de distribuição de gás canalizado;

III - unidade hospitalar;

IV - unidade operacional do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;

V - unidades que tenham cadeias, penitenciárias ou similares.

Art. 148 - Fica vedada ao prestador de serviços a realização de

interrupção da prestação dos serviços após as 12 (doze) horas das sextas-feiras ou na véspera de feriados nacionais, estaduais ou municipais.

Art. 149 - O prestador de serviços deverá comunicar imediatamente à ARIS todas as situações de emergências que possam resultar na interrupção dos sistemas e/ou causem transtornos à população, tais como: rompimento de adutoras, by pass (desvio) em ETEs, paralisação no bombeamento de esgotos, vazamentos de produtos perigosos e outros da mesma natureza.

CAPÍTULO II - DO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS

Art. 150 - O procedimento de religação é caracterizado pelo restabelecimento dos serviços de abastecimento de água pelo prestador de serviços.

Art. 151 - Cessado o motivo da interrupção e/ou pagos os débitos, multas e acréscimos incidentes, o prestador de serviços restabelecerá o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 152 - Faculta-se ao prestador de serviços implantar procedimento de religação de urgência, caracterizado pelo prazo de 4 (quatro) horas entre o pedido de religação e o atendimento.

Parágrafo único - O prestador de serviços ao adotar a religação de urgência deverá:

I - informar ao usuário, o valor a ser cobrado e os prazos relativos às religações normais e de urgência; e

II - prestar o serviço a qualquer usuário, nas localidades onde o procedimento for adotado.

TÍTULO X- DA SUPRESSÃO DA LIGAÇÃO DE ÁGUA

Art. 153 - Os ramais prediais de água poderão ser desligados das redes públicas respectivas:

I - por interesse do usuário, mediante pedido, observado o cumprimento das obrigações previstas em contratos, no regulamento do prestador de serviços e na legislação pertinente;

II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

a) corte da ligação por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos dos artigos 142 e 143;

b) desapropriação do imóvel;

c) fusão de ramais prediais; e

d) lançamento na rede pública de esgotamento sanitário de despejos que exijam tratamento prévio.

§ 1º - No caso de supressão do ramal predial de esgoto não residencial, por pedido do usuário, este deverá vir acompanhado da concordância dos órgãos de saúde pública e do meio ambiente.

§ 2º - Nos casos de desligamento de ramais onde haja a possibilidade de ser restabelecida a ligação, a unidade usuária deverá permanecer cadastrada no prestador de serviços.

§ 3º - O término da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário somente será efetivado após o desligamento definitivo dos ramais prediais de água e esgoto.

Art. 154 - Correrão por conta do usuário atingido com o

desligamento da rede pública as despesas com a interrupção e com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

TÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 155 - A requerimento do interessado, para efeito de concessão de "habite-se" pelo órgão municipal competente, será fornecida pelo prestador de serviços a declaração de que:

I - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de abastecimento de água;

II - o imóvel não é atendido pelo sistema público de abastecimento de água;

III - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de esgotamento sanitário;

IV - o imóvel não é atendido pelo sistema público de esgotamento sanitário.

Art. 156 - Os usuários ficam sujeitos à ação fiscalizadora do prestador de serviços, no sentido de se verificar a obediência do precepto nesta Resolução, dentro dos limites da legislação e dos atos de delegação dos serviços.

Art. 157 - Os usuários, individualmente, ou por meio de associações, ou, ainda, de outras formas de participação previstas em lei, poderão, para defesa de seus interesses, solicitar informações e encaminhar sugestões, elogios, denúncias e reclamações ao prestador de serviços ou à ARIS, assim como poderão ser solicitados a cooperar na fiscalização dos prestadores de serviços.

Art. 158 - Prazos mais benéficos aos usuários, se previstos nos respectivos contratos de concessão e de programa, prevalecem sobre os estabelecidos nesta Resolução.

Art. 159 - O prestador de serviços deverá observar o princípio da isonomia em todas as decisões que lhe foram facultadas nesta Resolução, adotando procedimento único para toda a área de concessão outorgada.

Art. 160 - Devem os prestadores de serviço fornecer, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos responsáveis, as informações junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades e ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano (SISÁGUA), vinculado ao Ministério da Saúde e aos órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária. .

§ 1º- Quando da prestação de informações ao SNIS e ao SISÁGUA, deverá o prestador de serviços encaminhar cópia dessas informações à ARIS.

§ 2º - Deverão os prestadores de serviços cumprir a obrigação prevista no caput do presente artigo a partir da publicação e vigência da presente Resolução, não se aplicando o prazo previsto no artigo 164.

Art. 161 - Cabe à ARIS resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução, inclusive decidindo em segunda instância sobre as pendências entre o prestador de serviços e os usuários.

Parágrafo único - Na resolução desses casos, a ARIS poderá considerar o que dispuser o regulamento do prestador de serviços, desde que não contrário às normas reguladoras.

Art. 162 - A presente Resolução aplica-se, no que couber, à Administração Pública Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 163 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 164 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no órgão de publicidade oficial da ARIS.

Parágrafo único. As normas previstas na presente Resolução somente terão eficácia após 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação, salvo previsão em contrário na presente Resolução.

Florianópolis, 29 de abril de 2011.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

ANEXO ÚNICO - TERMINOLOGIA

I - adutora: canalização principal de um sistema de abastecimento de água situada, geralmente, entre a captação e a estação de tratamento, ou entre esta e os reservatórios de distribuição;

II - verificação do hidrômetro: processo que visa conferir a regularidade do hidrômetro com os respectivos padrões, em relação aos limites estabelecidos pelas normas pertinentes;

III - água bruta: água da forma como é encontrada na natureza, antes de receber qualquer tratamento;

IV - água tratada: água submetida a tratamento prévio, através de processos físicos, químicos e/ou biológicos de tratamento, com a finalidade de torná-la apropriada ao consumo humano;

V - alimentador predial: tubulação compreendida entre o ponto de entrega de água e a válvula de flutuador do reservatório predial;

VI - alto consumo: consumo mensal da unidade usuária, cujo valor medido ultrapassa em 30% (trinta por cento), no mínimo, a média aritmética dos últimos seis meses com valores corretamente medidos;

VII - caixa de ligação de esgoto: dispositivo padronizado ligado ao ramal predial de esgoto, situado, sempre que possível, no passeio público, que possibilite a coleta do esgoto, a inspeção e/ou a desobstrução do ramal predial, considerado o ponto de coleta de esgoto;

VIII - cavalete: conjunto padronizado de tubulações e conexões, ligado ao ramal predial de água, destinado à instalação do hidrômetro, considerado o ponto de entrega da água no imóvel;

IX - ciclo de faturamento: período entre uma leitura e outra do medidor, correspondente ao faturamento de determinada unidade usuária;

X - coleta de esgoto: recolhimento do efluente líquido através de ligações à rede pública de esgotamento sanitário, assegurando o seu posterior tratamento e lançamento adequado, obedecendo à legislação ambiental;

XI - coletor predial: tubulação de esgoto na área interna do lote até a caixa de ligação de esgoto;

XII - consumo mínimo: faturamento do volume mínimo por economia em metros cúbicos mensais definido pela ARIS ou pelo titular dos serviços;

XIII - contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário: instrumento pelo qual o prestador de serviços e o usuário ajustam as características técnicas e as condições comerciais dos serviços;

XIV - contrato de adesão: instrumento contratual padronizado para abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo prestador de serviços ou pelo usuário;

XV - corte da ligação: interrupção ou desligamento dos serviços pelo prestador de serviços por meio de instalação de dispositivo supressor ou outro meio.

XVI - despejo não doméstico: efluente líquido decorrente do uso da água para fins industriais e serviços diversos;

XVII - economia: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

XVIII - estação elevatória: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação de água ou esgoto;

XIX - fatura: nota fiscal que apresenta a quantia total que deve ser paga pela prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, referente a um período especificado, discriminando as parcelas correspondentes;

XX - fonte alternativa de abastecimento: suprimento de água a um imóvel não proveniente do sistema público de abastecimento de água;

XXI - hidrômetro: equipamento destinado a medir e registrar, contínua e cumulativamente, o volume de água fornecido a um imóvel;

XXII - imediata execução e recomposição: responsabilidade do prestador de serviços em iniciar e terminar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a recomposição de muros, passeios e pavimentos deteriorados pela ampliação ou manutenção das redes públicas de água e esgoto, levando-se em consideração o fluxo de pedestres e veículos e os casos de obras e serviços continuados;

XXIII - inspeção: fiscalização da unidade usuária, posteriormente à ligação, com vistas a verificar sua adequação aos padrões técnicos e de segurança do prestador de serviços, o funcionamento do sistema de medição e a conformidade dos dados cadastrais;

XXIV - instalação predial de água: conjunto de tubulações, reservatórios, equipamentos, peças e dispositivos localizados a jusante do ponto de entrega de água e empregados para a distribuição de água na unidade usuária;

XXV - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, equipamentos, peças e dispositivos localizados na área interna da unidade usuária, a montante do ponto de coleta de esgoto, empregados na coleta de esgotos ;

XXVI - lacre: dispositivo destinado a caracterizar a integridade e inviolabilidade do hidrômetro, da ligação de água ou da interrupção do abastecimento;

XXVII - ligação: é a interligação do ponto de entrega de água ou de coleta de esgoto às instalações da unidade usuária;

XXVIII - limitador de consumo: dispositivo instalado no ramal predial, para restringir o volume fornecido de água;

XXIX - monitoramento operacional: acompanhamento e avaliação dos serviços mediante equipamentos e instalações pertencentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

XXX - padrão de ligação de água: conjunto constituído pelo abrigo de proteção padronizado, cavalete, registro de esfera e dispositivos de controle ou de medição de consumo;

XXXI - plano de investimento: programação de investimentos do prestador nas infraestruturas e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, integrante do contrato de concessão, contrato de programa ou de outros compromissos assumidos pelo prestador ;

XXXII - ponto de entrega de água: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (alimentador predial) com o padrão de ligação de água, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de abastecimento de água;

XXXIII - ponto de coleta de esgoto: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (ramal coletor) com a caixa de ligação de esgoto, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de esgotamento sanitário;

XXXIV - ponto de utilização: extremidade localizada nas instalações internas da unidade usuária que fornece água para uso a que se destina;

XXXV - ramal predial de água: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o padrão de ligação de água;

XXXVI - ramal predial de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário e o ponto de coleta de esgoto;

XXXVII - rede pública de abastecimento de água: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que compõem o sistema público de abastecimento de água;

XXXVIII - rede pública de esgotamento sanitário: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que interligam os pontos de coleta aos sistemas de tratamento, sendo parte integrante do sistema público de coleta de esgotos;

XXXIX - registro: peça destinada à interrupção do fluxo de água em tubulações;

XL - religação: procedimento efetuado pelo prestador de serviços que objetiva restabelecer o abastecimento de água para a unidade usuária;

XLI - reservatório: instalação destinada a armazenar água e assegurar a pressão suficiente ao abastecimento;

XLII - restabelecimento dos serviços: procedimento efetuado pelo prestador que objetiva retomar o fornecimento dos serviços, suspenso em decorrência de corte;

XLIII - sistema condominial de esgoto - sistema composto de redes e ramais multifamiliares, reunindo grupo de unidades usuárias, formando condomínios, nível de quadra urbana, como unidade de esgotamento;

XLIV - sistema público de abastecimento de água (SAA): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável;

XLV - sistema público de esgotamento sanitário (SES): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;

XLVI - Supressão da ligação: interrupção ou desligamento definitivo dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública, suspensão da emissão de faturas e exclusão do cadastro comercial;

XLVII - unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto;

XLVIII - usuário: pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar ao prestador do serviço o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, regido por contrato firmado ou de adesão, e assumir a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares ou contratuais; e,

XLIX - vazamento oculto: vazamento de difícil percepção, cuja detecção na maioria das vezes é feita através de testes ou por técnicos especializados.

Extrato Dispensa Licitação n. 002/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2011

ATO DE DISPENSA Nº 01/2011

OBJETO: Contratação de bens móveis (mesas, cadeiras, arquivos e armário) para a instalação física da ARIS em sua nova sede com localização na Rua Santos Saraiva, n. 1546, Estreito, cidade de Florianópolis/SC.

CONTRATADO: EJS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO (Graziela d Silva de Souza ME)

CNPJ: 10.877.011/0001-08

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

CIGA

Resolução CIGA Nº 16/2011

Resolução CIGA nº 16, de 3 de maio de 2011

Institui o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores e define o procedimento e o valor da contratação do serviço.

A Assembléia Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme o art. 16, V, do Contrato de Consórcio aprovou e eu, Presidente do CIGA, no uso das atribuições que me confere o art. 20 do mesmo diploma, baixo a seguinte resolução,

Art. 1º Institui o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, consubstanciado em sistemas de tecnologia da informação, destinados à promoção do governo eletrônico no âmbito do Poder Legislativo municipal.

Art. 2º A utilização dos sistemas de tecnologia de informação definidos no artigo anterior pelas Câmaras de Vereadores está limitada aos municípios consorciados ao CIGA e dar-se-á mediante

celebração de contrato de prestação de serviços, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei n. 11.107/05 e do art. 18 do Decreto n. 6.017/07.

Art. 3º Ficam estabelecidas os seguintes valores para celebração de contrato de prestação de serviços relativos ao programa Gestão das Câmaras de Vereadores:

I - Para Câmara de Vereadores composta por até 9 (nove) vereadores, o valor mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), podendo optar pelo pagamento semestral com desconto, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), ou pagamento anual com desconto, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

II - Para Câmara de Vereadores composta por 10 (dez) a 15 (quinze) vereadores, o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), podendo optar pelo pagamento semestral com desconto, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), ou pagamento anual com desconto, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - Para Câmara de Vereadores composta por mais de 15 (quinze) vereadores, o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), podendo optar pelo pagamento semestral com desconto, no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), ou pagamento anual com desconto, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. A opção para pagamento com desconto, semestral ou anual, poderá ser exercida até o último dia útil do segundo mês do semestre ou do ano, respectivamente.

Art. 4º O reajuste dos valores referidos no artigo anterior dar-se-á anualmente, mediante aplicação do índice IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), relativo o exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 3 de maio de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

Termo Aditivo Nº 02 ao Convênio 001/2009 - CIGA e FECAM

Termo Aditivo nº 02/2011

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2009

Termo Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

Considerando a necessidade de dar continuidade às atividades desenvolvidas em parceria pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), em especial a publicação de atos oficiais dos municípios consorciados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), em especial a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação aos municípios catarinenses,

Considerando a necessidade de ampliação de espaço físico cedido pela FECAM ao CIGA, a fim de comportar novos empregados para trabalhar no Programa de Gestão Tributária,

Considerando a aprovação do aumento do valor de cooperação financeira, aprovado pela Assembleia Geral do CIGA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Garuva Sr. João Romão, e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Praça XV de Novembro, nº

270, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Presidente, o Prefeito de Capão Alto, Sr. Antônio Coelho Lopes Júnior, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo nº 02/2011 ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2009, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira e alterar o montante financeiro a ser repassado pelo CIGA à FECAM, no intuito ampliar o espaço físico e de manter o apoio técnico e logístico entre as entidades, para que o consórcio mantenha a prestação de serviços aos municípios catarinenses consorciados, conforme definido em seu Protocolo de Intenções.

Cláusula Segunda - Das Alterações

As cláusulas do convênio ora aditado, abaixo indicadas, passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - Do Apoio Técnico

A fim de auxiliar o CIGA a iniciar a prestação de seus serviços, a FECAM prestará apoio técnico, assim definido:

Cessão de empregados para dirigir as atividades do CIGA, em especial as de tecnologia da informação e assessoria jurídica

Os empregados serão cedidos o CIGA, e a jornada de trabalho será variável, de acordo com a demanda de trabalho das partes.

Cláusula Quarta - Da contrapartida

A título de ressarcimento do apoio técnico e logístico prestado pela FECAM, o CIGA repassará mensalmente à FECAM a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Cláusula Terceira - Das Disposições Finais

As partes acordam o presente termo aditivo, permanecendo em vigor as demais cláusulas do convênio, não alteradas expressamente por este Termo Aditivo.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

ANTONIO COELHO LOPES JÚNIOR

Prefeito de Capão Alto

Presidente da FECAM

CINCO

Extrato de Contrato n.0019/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0019/2011/CINCO

Contratada: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública, nos Municípios do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 162.063,10 (cento e sessenta e dois mil, sessenta e três reais e dez centavos). Vigência: 03.05.2011 a 13.06.2011. Fundamentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo único, Lei 8.666/93.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo em exercício.

CIS/AMMVI**Pregão Eletrônico Nº 58774801.1.001/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58774801.1.001/2011

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e onze, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, localizado na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente PAULO MAURICIO PIZZOLATTI, resolve, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2011, após analisado todos os atos, adjudicado todos os itens e devidamente homologado, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

Item	Descrição (Conforme Anexo I do Edital)	Quantidade	Unidade	Valor Final R\$	Valor Total R\$	Empresa	Marca
1	Ácido Acetilsalicílico 100 mg, comprimido	7.070.000	Comprimido	0,0064	45.248,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Imec
2	Ácido Fólico 5 mg, comprimido	669.000	Comprimido	0,0118	7.894,20	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Tks
3	Ácidos graxos essenciais + Vitamina E + vitamina A, frasco de 200 ml	23.060	Frasco	4,4800	103.308,80	Nutriex Importação e Exportação Prod. nutri. e Famoq. Ltda	Nutriex/derma-nutri
4	Aciclovir 200 mg, comprimido	55.000	Comprimido	0,0490	2.695,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Prati donaduzzi
5	Água destilada, ampola de 5 ml, estéril	31.100	Ampola	0,0804	2.500,44	Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda	Isofarma
6	Água destilada, ampola de 10 ml, estéril	39.000	Ampola	0,0779	3.038,10	Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda	Isofarma

7	Albendazol 400 mg, comprimido mastigável	128.100	Comprimido	0,1090	13.962,90	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Royton
8	Albendazol suspensão 40mg/ml, frasco com 10 ml	88.400	Frasco	Cancelado			
9	Alendronato de sódio 70 mg, comprimido, cartela com 4 comprimidos	124.850	Comprimido	0,2820	35.207,70	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Elofar
10	Alopurinol 100 mg, comprimido	1.214.000	Comprimido	0,0200	24.280,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
11	Alopurinol 300 mg, comprimido	40.000	Comprimido	0,0700	2.800,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	prati donaduzzi
12	Alprazolam 1 mg, comprimido	57.000	Comprimido	0,1000	5.700,00	Bh Farma Comércio Ltda	Torrent
13	Ambroxol (cloridrato) 3mg/ml, frasco com 100 ml ou mais com dosador graduado	18.550	Frasco	Cancelado			
14	Ambroxol (cloridrato) 6mg/ml, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado	14.250	Frasco	Cancelado			
15	Aminofilina 100 mg, comprimido	681.000	Comprimido	0,0140	9.534,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Hipolabor
16	Aminofilina 240 mg, ampola de 10 ml	11.580	Ampola	0,3349	3.878,14	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
17	Amiodarona 200 mg, comprimido	1.263.000	Comprimido	0,0800	101.040,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Royton

18	Amitriptilina (cloridrato) 25 mg, comprimido	6.181.000	Comprimido	0,0225	139.072,50	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Neo quimica
19	Amitriptilina (cloridrato) 75 mg, comprimido	125.000	Comprimido	0,1349	16.862,50	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Cristalia
20	Amoxicilina 500 mg, cápsulas	1.639.000	Cápsula	0,0531	87.030,90	Aurobindo Pharma Indústria Farmacêutica Ltda	Genérico aurobindo
21	Amoxicilina 250 mg/5mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado	113.400	Frasco	0,9190	104.214,60	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
22	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50 mg + 12,5 mg, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado	18.000	Frasco	5,1499	92.698,20	Nutriex Importação e Exportação Prod. nutri. e Famoq. Ltda	Ems
23	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg, comprimido	264.000	Comprimido	0,5524	145.833,60	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Sandoz
24	Ampicilina 500 mg, cápsulas	73.000	Comprimido	0,0600	4.380,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Multilab
25	Ampicilina 250 mg/5mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado	3.000	Frasco	0,8500	2.550,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Multilab
26	Anlodipino 5 mg, comprimido	1.989.500	Comprimido	0,0150	29.842,50	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Royton

27	Anlodipino 10 mg, comprimido	962.500	Comprimido	0,0273	26.276,25	Só Drogas Distribuidora de Medicamento e Materiais Medicos Hospitalares Ltad Me	Geolab
28	Atenolol 50 mg, comprimido	7.305.000	Comprimido	0,0129	94.234,50	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
29	Atenolol 100 mg, comprimido	830.000	Comprimido	0,0195	16.185,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
30	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml, ampola de 1 ml	900	Ampola	0,1939	174,51	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Isofarma
31	Azitromicina 40mg/ml, suspensão oral, embalagem com 15 ml, com dosador graduado	30.250	Frasco	2,1190	64.099,75	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
32	Azitromicina 500 mg, comprimido	277.000	Comprimido	0,2600	72.020,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
33	Beclometasona (dipropionato) 50mcg/dose, spray nasal aquoso - uso nasal	1.440	Frasco	15,8990	22.894,56	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Gsk
34	Beclometasona (dipropionato) 50mcg/dose, pó para inalação - uso oral, aerosol 200 doses	7.100	Frasco	21,7800	154.638,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Chiesi
35	Beclometasona (dipropionato) 250 mcg/dose, pó para inalação - uso oral, aerosol 200 doses	16.490	Frasco	17,4800	288.245,20	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Glenmark
36	Benzilpenicilina benzatina, 600000 UI pó para suspensão injetável, frasco + diluente	26.810	Ampola	0,4945	13.257,55	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Ariston

37	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI pó para suspensão injetável, frasco + diluente	29.440	Ampola	0,6270	18.458,88	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
38	Benzilpenicilina procaina + potássica 300000 + 100000 UI pó para suspensão injetável, frasco + diluente	30.300	Ampola	0,5200	15.756,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
39	Betametasona (acetato) 3mg/ml + Betametasona (fosfato dissódico) 3mg/ml, ampola de 1 ml	4.000	Ampola	4,4800	17.920,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Uniao quimica
40	Biperideno (cloridrato) 2 mg, comprimido	595.000	Comprimido	0,0369	21.955,50	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Parkinsol
41	Bromazepam 3mg, comprimido	1.924.000	Comprimido	0,0230	44.252,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Sanval
42	Bromazepam 6mg, comprimido	159.000	Comprimido	0,0350	5.565,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Sanval
43	Bromoprida 4 mg/mL, frasco de 20 ml	11.600	Frasco	0,6000	6.960,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
44	Bupropiona (cloridrato) 150 mg, comprimido	69.300	Comprimido	1,1000	76.230,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Bup 150mg / Eurofarma Ltda
45	Captopril 25 mg, comprimido	7.242.000	Comprimido	0,0105	76.041,00	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Mariol

46	Carbamazepina 200 mg, comprimido	2.972.000	Comprimido	0,0350	104.020,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
47	Carbamazepina 400 mg, comprimido	5.200	Comprimido	0,0720	374,40	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
48	Carbamazepina 20 mg/mL, suspensão oral, frasco de 100 mL com dosador graduado	15.150	Frasco	4,0000	60.600,00	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Medley
49	Carbonato de Cálcio 500 mg + colecalciferol 400 UI, comprimido	273.100	Comprimido	0,4100	111.971,00	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Legrand
50	Carbonato de Lítio 300 mg, comprimido	954.000	Comprimido	0,0699	66.684,60	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Arrow
51	Carvedilol 3,125 mg, comprimido	63.000	Comprimido	0,0600	3.780,00	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	Torrent
52	Carvedilol 6,25 mg, comprimido	137.000	Comprimido	0,0707	9.685,90	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	Torrent
53	Carvedilol 12,5 mg, comprimido	714.000	Comprimido	0,0780	55.692,00	Laboratórios Baldacci S.A.	Divelol
54	Carvedilol 25 mg, comprimido	86.000	Comprimido	0,2390	20.554,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Ems
55	Castanha da Índia, comprimido	348.500	Comprimido	0,0835	29.099,75	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Belfar

56	Cefalexina (cloridrato ou sal sódico) 500 mg, cápsula ou comprimido ou drágea	2.152.000	Comprimido	0,1080	232.416,00	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
57	Cefalexina (cloridrato ou sal sódico) 250 mg/5mL suspensão, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado	69.400	Frasco	1,8100	125.614,00	Laboratório Químico Farmaceutico Bergamo Ltda.	Bergamo
58	Ceftriaxona 1 g, pó para suspensão injetável, frasco + diluente, IM (Intramuscular)	2.700	Frasco-ampola	1,4700	3.969,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
59	Cetoconazol 200 mg, comprimido	81.000	Comprimido	0,0590	4.779,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
60	Cetoconazol 20mg/g, creme, tubo com 20g ou mais	43.400	Bisnaga	0,6600	28.644,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
61	Cetoprofeno 50 mg/mL, ampola, IM e EV, ampola de 2 ml	1.550	Ampola	0,9000	1.395,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia
62	Cinazina 25mg, comprimido	46.000	Comprimido	0,0200	920,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Sanval
63	Cinazina 75mg, comprimido	197.000	Comprimido	0,0260	5.122,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Geolab
64	Ciprofloxacina 500 mg, comprimido	392.000	Comprimido	0,0660	25.872,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati donaduzzi

65	Cilostazol 100 mg, comprimido	29.000	Comprimido	0,3590	10.411,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Vasativ Eurofarma
66	Citalopran (bromidrato) 20 mg, comprimido	471.000	Comprimido	0,0830	39.093,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/denyl
67	Claritromicina 250 mg, comprimido	44.000	Comprimido	1,8800	82.720,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Neo quimica
68	Clomipramina 10 mg, comprimido	13.000	Comprimido	0,1080	1.404,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Ems
69	Clomipramina 25 mg, comprimido	148.000	Comprimido	0,0830	12.284,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Neo química
70	Clomipramina 75 mg, comprimido	9.500	Comprimido	0,8400	7.980,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Ems
71	Clonazepam 0,5 mg, comprimido	228.600	Comprimido	0,0299	6.835,14	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/clopam
72	Clonazepam 2 mg, comprimido	7.070.000	Comprimido	0,0299	211.393,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Neo quimica

73	Clonazepan 2,5mg/ml, frasco de 20ml	18.050	Frasco	1,3488	24.345,84	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
74	Clopidogrel (bissulfato) 75mg, comprimido	259.000	Comprimido	0,5480	141.932,00	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Sandoz
75	Cloreto de sódio 0,9%, solução fisiológica nasal, frasco de 30 ml, com conta gotas	46.520	Frasco	0,2998	13.946,70	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
76	Clorpromazina (cloridrato) 25 mg, comprimido	409.200	Comprimido	0,0400	16.368,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/longactil
77	Clorpromazina (cloridrato) 100 mg, comprimido	665.200	Comprimido	0,0800	53.216,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/longactil
78	Clorpromazina (cloridrato) 40mg/ml, frasco de 20 mL	13.800	Frasco	2,5000	34.500,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/longactil
79	Codeína 30 mg, comprimido	66.000	Comprimido	0,5100	33.660,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/codein
80	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g, tubo com 30g	19.330	Bisnaga	7,3000	141.109,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/kollagenase
81	Colchicina 0,5 mg, comprimido	96.000	Comprimido	0,0824	7.910,40	Altermed Material Médico Hospitalar Ltda	Geolab
82	ComplexoB(VitB1+B2+B6+B5+Nicotinamida-PP), drágeas	1.401.000	Drageas	0,0345	48.334,50	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Belfar
83	Cumarina + Troxerrutina 15/90mg, drágeas	123.000	Drageas	0,1577	19.397,10	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Altana / nycomed

84	Dexametasona 4 mg, comprimido	66.100	Comprimido	0,0759	5.016,99	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Teuto
85	Dexametasona 0,1% creme, bisnaga com 10 g	307.600	Bisnaga	0,3799	116.857,24	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
86	Dexametasona 0,05 mg/mL solução oftálmica, frasco com 5 mL	13.650	Frasco	4,2800	58.422,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
87	Dexametasona 4 mg/mL ampola de 1 mL + vitamina B12 5000µg + Vitamina B1 100 mg + Vitamina B6 100 mg ampola de 2 mL	12.300	Ampola	1,0000	12.300,00	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
88	Dexametasona 4 mg/mL frasco-ampola 2,5 mL	8.650	Ampola	0,3875	3.351,88	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
89	Dexclorfeniramina 2 mg (maleato), comprimido	557.000	Comprimido	0,0128	7.129,60	So Drogas Distribuidora de Medicamento e Materiais Medicos Hospitalares Ltad Me	Geolab
90	Dexclorfeniramina 0,4 mg/mL (maleato), frasco com 100 ml, com dosador graduado	34.050	Frasco	0,6710	22.847,55	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	Teuto
91	Diazepam 5 mg, comprimido	606.100	Comprimido	0,0155	9.394,55	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Santisa
92	Diazepam 10 mg, comprimido	2.485.500	Comprimido	0,0159	39.519,45	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Santisa

93	Diazepan 5mg/ml, ampola de 2 ml	12.910	Ampola	0,2788	3.599,31	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Teuto
94	Diclofenaco Potássico 50 mg, drágea ou comprimido	5.757.000	Comprimido	0,0210	120.897,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Poltax - geolab
95	Diclofenaco Sódico 75mg/3ml, injetável, ampola	43.220	Ampola	0,1978	8.548,92	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
96	Digoxina 0,05 mg/mL, frasco de 60 ml ou mais	240	Frasco	3,4300	823,20	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati donaduzzi
97	Digoxina 0,25 mg, comprimido	935.500	Comprimido	0,0195	18.242,25	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Pharlab
98	Diltiazem 60 mg, comprimido	1.093.000	Comprimido	0,0639	69.842,70	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Teuto
99	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 10 mg, comprimido	33.000	Comprimido	0,0600	1.980,00	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Vitapan
100	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, ampola 1ml	2.760	Ampola	0,9892	2.730,19	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	União química
101	Dimeticona 40 mg, comprimido	82.000	Comprimido	0,0240	1.968,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
102	Dimeticona 75 mg/mL, frasco de 10 mL	5.250	Frasco	0,3988	2.093,70	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
103	Diosmina 450 mg + Hesperidina 50 mg, comprimido	485.000	Comprimido	0,1595	77.357,50	Hospfar Ind e Com	Servier
104	Dipirona 500 mg, comprimido	845.000	Comprimido	0,0280	23.660,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Balm labor

105	Dipirona 500mg/ml, injetável, ampola de 2 ml	34.700	Ampola	0,2277	7.901,19	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Santisa
106	Dipirona 500 mg/mL, frasco com 10 ml	101.750	Frasco	0,3200	32.560,00	Mariol Industrial Ltda	Mariol
107	Dipirona 50mg + orfenadrina 300mg + cafeína 35 mg, comprimido	96.500	Comprimido	0,0600	5.790,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Greenpharma
108	Domperidona 1mg/mL, frasco de 100 mL	3.800	Frasco	6,8000	25.840,00	Uci Farma Industria Farmaceutica Ltda	Uci farma
109	Domperidona 10 mg, comprimido	32.400	Comprimido	0,1099	3.560,76	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Ranbaxy
110	Doxazosina (mesilato) 2 mg, comprimido	229.400	Comprimido	0,0830	19.040,20	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Ems
111	Doxiciclina 100mg, comprimido	186.900	Comprimido	0,0650	12.148,50	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Teuto
112	Enalapril, Maleato 10 mg, comprimido	12.090.000	Comprimido	0,0159	192.231,00	Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Royton
113	Enalapril, Maleato 20 mg, comprimido	2.495.000	Comprimido	0,0198	49.401,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Royton
114	Epinefrina (cloridrato) 1mg/ml, ampola de 1 ml	19.730	Ampola	0,2320	4.577,36	Prodiet Farmacêutica Ltda	Adren - hipolabor
115	Eritromicina (Estearato) 500 mg, comprimido ou cápsula	548.900	Comprimido	0,2060	113.073,40	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati donaduzzi

116	Eritromicina (Estearato) 250 mg/5mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado	36.950	Frasco	1,7700	65.401,50	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Prati donaduzzi
117	Espiramicina 1,5 MUI	31.000	Comprimido	1,9000	58.900,00	Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda	Rovamicina/sanofi
118	Espironolactona 25mg, comprimido	616.000	Comprimido	0,0800	49.280,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Cellofarm Ltda
119	Espironolactona 100mg, comprimido	101.500	Comprimido	0,1650	16.747,50	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Hipolabor
120	Estrogênios conjugados 0,625mg	675.500	Comprimido	0,1815	122.603,25	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Sanval
121	Fenitoína (sal sódico) 100 mg, comprimido ou cápsula	952.500	Comprimido	0,0510	48.577,50	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
122	Fenitoína (sal sódico) 25 mg/mL, suspensão oral, frasco de 120 mL	11.000	Frasco	5,8300	64.130,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Pfizer
123	Fenitoína (Sal Sódico) 50mg/mL, ampola de 5 mL	12.450	Ampola	0,4600	5.727,00	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Hipolabor
124	Fenobarbital 100 mg, comprimido	2.693.500	Comprimido	0,0450	121.207,50	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/fenocris
125	Fenobarbital 40 mg/mL, solução oral, frasco com 20 mL	11.470	Frasco	1,2500	14.337,50	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia/fenocris

126	Fenoterol solução para inalação 5 mg/mL, frasco com 20 ml ou mais	60.380	Frasco	1,1198	67.613,52		Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.	Hipolabor
127	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso e arterial, com tecnologia de glicose desidrogenase...	1.283.000	Unidade	0,2440	313.052,00		Cirurgica Mafra Ltda	Abbott
128	Fluconazol 150 mg, cápsula	279.800	Cápsula	0,1450	40.571,00		Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Hipolabor
129	Flunarizina (dicloridrato) 10 mg, comprimido	66.000	Comprimido	0,0390	2.574,00		Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Vitapan
130	Fluoxetina 20 mg, cápsulas	7.252.500	Cápsula	0,0310	224.827,50		Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
131	Furosemida 40 mg, comprimido	1.778.000	Comprimido	0,0118	20.980,40		Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
132	Furosemida 10mg/ml, solução injetável, ampola de 2 mL	18.645	Ampola	0,1870	3.486,62		Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
133	Gentamicina 40 mg/mL, ampola de 1 mL	16.600	Ampola	0,2754	4.571,64		Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.	Novafarma
134	Gentamicina 5mg/ml, solução oftálmica, frasco de 5 mL	550	Frasco	5,7400	3.157,00		Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Allergan

135	Glibenclamida 5 mg, comprimido	4.018.000	Comprimido	0,0079	31.742,20	Nunes-farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Geolab
136	Glicazida 80 mg, comprimido	41.400	Comprimido	0,1750	7.245,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Cifarma
137	Glicose a 25%, injetável, ampola de 10 ml	5.550	Ampola	0,1180	654,90	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Isofarma
138	Glicose a 50%, injetável, ampola de 10 ml	4.950	Ampola	0,1180	584,10	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Isofarma
139	Gluconato de cálcio 10%, injetável, ampola de 10 ml	2.810	Ampola	0,5650	1.587,65	Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.	Isofarma
140	Haloperidol 1 mg, comprimido	110.000	Comprimido	0,0300	3.300,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-halo 1mg
141	Haloperidol 5 mg, comprimido	788.500	Comprimido	0,0198	15.612,30	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
142	Haloperidol 2mg/mL, frasco com 20 ml	7.370	Frasco	1,7000	12.529,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-halo
143	Haloperidol 5mg/mL, injetável, ampola de 1 ml	4.900	Ampola	0,2574	1.261,26	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
144	Haloperidol decanoato 50 mg/ml, solução injetável, ampola 1 ml	18.915	Ampola	2,2000	41.613,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-halo decanoato

145	Hepariana sódica 5000 UI/ml, ampola de 5 ml	14.020	Frasco-ampola	6,0000	84.120,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-hemofol
146	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido	8.635.000	Comprimido	0,0093	80.305,50	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Pharlab
147	Hidroclorotiazida 50 mg, comprimido	325.000	Comprimido	0,0118	3.835,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Royton
148	Hidrocortisona (succinato sódico) 100 mg, pó para suspensão injetável, frasco + diluente	2.070	Frasco-ampola	0,7200	1.490,40	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Teuto
149	Hidrocortisona (succinato sódico) 500 mg, pó para suspensão injetável, frasco + diluente, 5 ml	9.950	Frasco-ampola	2,0600	20.497,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Ariscorten - ariston
150	Hidroxicloroquina (sulfato) 400 mg comprimido	4.700	Comprimido	1,0400	4.888,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Apsen
151	Hidróxido de alumínio 60 mg/mL + Hidróxido de Magnésio 40 mg/mL, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado	14.850	Frasco	0,8000	11.880,00	Mariol Industrial Ltda	Mariol
152	Ibuprofeno 300 mg comprimido ou drágea	3.292.000	Comprimido	0,0330	108.636,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Buprovil
153	Ibuprofeno 600 mg comprimido ou drágea	3.702.000	Comprimido	0,0490	181.398,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
154	Ibuprofeno 50 mg/mL, gotas, frasco 30 ml	132.700	Frasco	0,7790	103.373,30	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto

155	Ibuprofeno 20 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100ml ou mais com dosador graduado	93.000	Frasco	3,5700	332.010,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Multilab
156	Imipramina (cloridrato) 25mg, comprimido ou drágea	2.891.000	Comprimido	0,0265	76.611,50	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-imipra
157	Iodeto de potássio 100 mg/5mL, xarope, frasco de até 100 ml	2.780	Frasco	0,8100	2.251,80	Mariol Industrial Ltda	Mariol
158	Ipratrópio (brometo) 0,250 mg/ml, gotas, frasco de 20 ml	63.300	Frasco	0,4350	27.535,50	Prodiet Farmacêutica Ltda	Genérico - hipolabor
159	Isossorbida (dinitrato) 5 mg, comprimido sub-lingual	221.600	Comprimido	0,0190	4.210,40	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Sanval
160	Isossorbida (dinitrato) 10 mg, comprimido	532.000	Comprimido	0,0375	19.950,00	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Sanval
161	Isossorbida (mononitrat) 20 mg, comprimido	282.000	Comprimido	0,0599	16.891,80	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Zydus
162	Isossorbida (mononitrat) 40 mg, comprimido	182.500	Comprimido	0,0936	17.082,00	Laboratórios Baldacci S.A.	Mono-cordil
163	Ivermectina 6mg comprimido	15.850	Comprimido	0,2830	4.485,55	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Cifarma
164	Lanceta descartável para punção digital, com dispositivo perfuro-cortante mantido com agulha protegida e esterilizada, acoplado à lancetador descartável, de uso único	947.000	Unidade	0,2400	227.280,00	Roche Diagnóstica Brasil Ltda	Accu-check

165	Levodopa 100 mg + Benserazida 25mg, comprimido	30.900	Comprimido	1,0400	32.136,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Roche
166	Levodopa 200 mg + Benserazida 50 mg, comprimido	87.100	Comprimido	1,3700	119.327,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Roche
167	Levodopa 250 mg + Carbidopa 25mg, comprimido	416.000	Comprimido	0,3500	145.600,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
168	Levofloxacin 500 mg, comprimido	44.500	Comprimido	0,7000	31.150,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correios e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Tamiram Eurofarma Ltda
169	Levomepromazina (maleato) 25mg, comprimido	1.118.000	Comprimido	0,0740	82.732,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-levozine
170	Levomepromazina (maleato) 100mg, comprimido	379.000	Comprimido	0,1750	66.325,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-levozine
171	Levonorgestrel + Etinilestradiol 0,15+0,03 mg, cartela com 21 drágeas	2.279.000	Comprimido	0,0286	65.179,40	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Cifarma
172	Levotiroxina 25 mcg, comprimido	2.193.000	Comprimido	0,0430	94.299,00	Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda	Puran/sanofi
173	Levotiroxina 50 mcg, comprimido	2.772.000	Comprimido	0,0478	132.501,60	Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda	Puran/sanofi

174	Levotiroxina 100 mcg, comprimido	2.267.000	Comprimido	0,0490	111.083,00	Prodiel Farmacêutica Ltda	Levoid - ache
175	Lidocaína (cloridrato) 2%, com vasoconstritor, frasco ampola de 20ml	4.620	Frasco	2,9000	13.398,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-xylestet-sin
176	Lidocaína (cloridrato) 2%, sem vasoconstritor, frasco ampola de 20ml	4.330	Frasco	1,1799	5.108,97	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
177	Lidocaína (cloridrato) 2% gel, tubo com 20 g	9.660	Bisnaga	1,2980	12.538,68	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Hipolabor
178	Loratadina 10mg, comprimido	199.000	Comprimido	0,0310	6.169,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Geolab
179	Loratadina 1 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100 mL	22.600	Frasco	0,8990	20.317,40	Mariol Industrial Ltda	Mariol
180	Lorazepam 2 mg, comprimido	36.000	Comprimido	0,0246	885,60	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
181	Losartano potássico 50 mg, comprimido	888.500	Comprimido	0,0340	30.209,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
182	Mebendazol 100 mg, comprimido mastigável	161.500	Comprimido	0,0190	3.068,50	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Sobral
183	Mebendazol 100 mg/5mL, suspensão oral, frasco com 30 ml	36.100	Frasco	0,3290	11.876,90	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Sobral
184	Medroxiprogesterona (acetato) 10 mg, comprimido	42.450	Comprimido	0,6140	26.064,30	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Sanval

185	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg ampola 1ml	62.250	Ampola	10,6500	662.962,50	Nutriex Importação e Exportação Prod. nutri. e Famoq. Ltda	Germel/contracep
186	Metformina (cloridrato) 500 mg, comprimido	4.485.000	Comprimido	0,0350	156.975,00	Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda	Globo
187	Metformina (cloridrato) 850 mg, comprimido	4.266.000	Comprimido	0,0348	148.456,80	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati
188	Metildopa 250 mg, comprimido	1.047.500	Comprimido	0,0600	62.850,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Laboris
189	Metildopa 500 mg, comprimido	353.500	Comprimido	0,1048	37.046,80	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Laboris
190	Metilfenidato (cloridrato) 10 mg, comprimido	245.000	Comprimido	0,7000	171.500,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Novartis
191	Metoclopramida 10mg, comprimido	699.500	Comprimido	0,0122	8.533,90	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Hipolabor
192	Metoclopramida 5mg/ml, ampola de 2 ml	41.650	Ampola	0,1730	7.205,45	Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda	Noprosil (isofarma)
193	Metoclopramida 4 mg/ml, solução oral, frasco de 10 ml	120.800	Frasco	0,2390	28.871,20	Mariol Industrial Ltda	Mariol
194	Metoprolol (succinato) 50 mg, comprimido	225.000	Comprimido	0,8000	180.000,00	Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda	Selozok/ astrazene-neca
195	Metoprolol (succinato) 100 mg, comprimido	259.000	Comprimido	1,0000	259.000,00	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Multilab

196	Metronidazol 250 mg, comprimido	541.300	Comprimido	0,0235	12.720,55	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
197	Metronidazol (benzoato) 250 mg/5ml, suspensão oral, frasco com 100ml ou mais	27.170	Frasco	0,9600	26.083,20	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
198	Metronidazol 500mg/5g creme ou geléia vaginal, bisnaga com 40g ou mais, com aplicador	63.200	Bisnaga	0,8400	53.088,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Genérico - prati donaduzzi
199	Miconazol (Nitrato) 2% (20mg/g) creme vaginal, bisnaga com 80g ou mais, com aplicador	123.600	Bisnaga	1,0500	129.780,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
200	Miconazol (Nitrato) 2% (20mg/g) creme dermatológico, bisnaga com 20g ou mais, embalagem no máximo 50 bisnagas	65.750	Bisnaga	0,8800	57.860,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
201	Morfina 10 mg, comprimido	198.750	Comprimido	0,1500	29.812,50	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-dimorf
202	Morfina 30 mg, comprimido	201.850	Comprimido	0,3500	70.647,50	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-dimorf
203	Morfina 10 mg/mL, ampola 1 mL	6.580	Ampola	0,3800	2.500,40	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-dimorf
204	N-butiles-copolamina (brometo) 10 mg, comprimido ou drágea	708.000	Comprimido	0,1157	81.915,60	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Belfar

205	N-butiles-copolamina (brometo) 20 mg + dipirona sódica 2500mg, ampola de 5ml	33.320	Ampola	0,5000	16.660,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Ypofarma
206	N-butiles-copolamina (brometo) 10 mg/mL, solução oral, frasco de 20ml	73.100	Frasco	1,7100	125.001,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
207	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250UI/g, tubo com 10g	120.600	Bisnaga	0,5635	67.958,10	Nunes-farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Royton
208	Nifedipina 10 mg, comprimido	29.700	Comprimido	0,0190	564,30	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Geolab
209	Nifedipina 20 mg (retard), comprimido	176.500	Comprimido	0,0368	6.495,20	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Laboris
210	Nimesulida 100 mg, comprimido	2.668.300	Comprimido	0,0200	53.366,00	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Tks
211	Nimesulida 50mg/ml, frasco de 15ml	15.200	Frasco	0,4600	6.992,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
212	Nistatina 100000 UI/mL, suspensão oral, frasco de 50 mL ou mais, frasco com dosador graduado	37.950	Frasco	1,0800	40.986,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
213	Nistatina 25000 UI/g creme vaginal, bisnaga com 60g ou mais, com aplicador	6.100	Bisnaga	0,9500	5.795,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
214	Nitrofurantoína 100 mg, comprimidos	52.200	Comprimido	0,0817	4.264,74	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Teuto

215	Noretisterona 0,35 mg, cartela com 35 drágeas ou comprimidos	565.250	Comprimido	0,1400	79.135,00	Bh Farma Comércio Ltda	Biolab
216	Noretisterona (enantato) 50mg + estradiol (valerato) 5mg/ml, ampola de 1 ml	14.360	Ampola	5,7995	83.280,82	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Cifarma
217	Norfloxacin 400 mg, comprimido	419.000	Comprimido	0,0815	34.148,50	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Multilab
218	Nortriptilina, cloridrato 25 mg, cápsula	188.000	Cápsula	0,0850	15.980,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Teuto
219	Nortriptilina, cloridrato 50 mg, cápsula	300.000	Cápsula	0,0970	29.100,00	Laboratório Teuto Brasileiro S.A	Nortrip
220	Nortriptilina, cloridrato 75 mg, cápsula	335.000	Cápsula	0,0998	33.433,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Teuto
221	Omeprazol 20 mg, cápsula ou comprimido revestido	9.140.000	Cápsula	0,0380	347.320,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
222	Omeprazol 40 mg pó liofilizado + diluente ampola de 10 ml	560	Frasco ampola	2,3300	1.304,80	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
223	Pantoprazol de sódio 40 mg comprimido	188.400	Cápsula	0,1890	35.607,60	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Pantocal
224	Paracetamol 200 mg/mL, frasco com 10 ml	190.600	Frasco	0,3100	59.086,00	Mariol Industrial Ltda	Mariol

225	Paracetamol 500 mg, comprimido	4.550.000	Comprimido	0,0175	79.625,00	Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati donaduzzi
226	Paracetamol 750 mg, comprimido	830.000	Comprimido	0,0267	22.161,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Mariol
227	Paracetamol 500 mg + codeína 30mg, comprimido, blister com 12 comprimidos	660.000	Comprimido	0,2190	144.540,00	Aglon Comércio e Representações Ltda	Tylenol - janssen-cilag
228	Paracetamol 300 mg + Carisoprodol 25 mg + diclofenaco sódico 50 mg + Cafeína anidra 30 mg comprimido	133.000	Comprimido	0,0840	11.172,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Pharlab
229	Paroxetina (cloridrato) 20 mg, comprimido	263.000	Comprimido	0,1090	28.667,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Pondera Eurofarma Ltda
230	Pentoxifilina 400 mg, comprimido	121.000	Comprimido	0,2280	27.588,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
231	Permanganato de Potássio 100 mg, comprimido	60.000	Comprimido	0,0295	1.770,00	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Mariol
232	Permetrina 10 mg/mL (1%) loção, frasco de 60 mL ou mais	92.100	Frasco	0,6548	60.307,08	Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Santa teresinha

233	Permetrina 50 mg/mL (5%) loção, frasco de 60 mL ou mais	55.000	Frasco	1,6799	92.394,50	Nunes-farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Santa teresi-nha
234	Pirimitamina 25mg, comprimido	27.500	Comprimido	0,0520	1.430,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Daraprin - farmo-quimica
235	Piroxicam 20 mg, comprimido	90.000	Comprimido	0,0380	3.420,00	Prodiet Farmacêutica Ltda	Genérico - prati-donaduzzi
236	Prednisolona (fosfato sódico) 1,34 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml	30.000	Frasco	2,2900	68.700,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Prati
237	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 mL ou mais	16.800	Frasco	2,8100	47.208,00	Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Prati
238	Prednisona 5 mg, comprimido	731.000	Comprimido	0,0170	12.427,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
239	Prednisona 20 mg, comprimido	798.500	Comprimido	0,0390	31.141,50	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
240	Prometazina 25 mg, comprimido	93.500	Comprimido	0,0189	1.767,15	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
241	Prometazina (Cloridrato) 25 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml	10.660	Ampola	0,4900	5.223,40	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-pamer-gan
242	Propatilnitrato 10mg, comprimido	229.000	Comprimido	0,2390	54.731,00	Nunes-farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Bristol
243	Propiltiouracil 100mg, comprimido	10.200	Comprimido	0,4839	4.935,78	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Biolab sanus

244	Propranolol (Cloridrato) 40 mg, comprimido	3.575.500	Comprimido	0,0097	34.682,35	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Pharlab
245	Ranitidina 150mg, comprimido	1.105.600	Comprimido	0,0326	36.042,56	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Medquímica
246	Ranitidina 25 mg/mL, solução injetável, ampola de 2 ml	79.390	Ampola	0,2432	19.307,65	Altermed Material Medico Hospitalar Ltda	Teuto
247	Risperidona 1 mg, comprimido	95.000	Comprimido	0,0330	3.135,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-risperidon
248	Risperidona 1mg/mL, frasco com 100 ml	800	Frasco	49,9600	39.968,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Ems
249	Sais p/ Reidratação Oral, pó p/ solução oral, envelope de 27,9 g p/ 01 litro	150.100	Envelope	0,2200	33.022,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
250	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope, frasco de 100 ml ou mais, com dosador graduado	59.750	Frasco	0,7400	44.215,00	Laboratorio Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
251	Salbutamol 100 mcg/ dose – aerossol inalatório, 200 doses	28.350	Frasco	2,5950	73.568,25	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Glen-mark
252	Secnidazol 1g, comprimido	82.600	Comprimido	0,2390	19.741,40	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
253	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI	210.000	Unidade	0,3490	73.290,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Injex

254	Sertralina (cloridrato) 50 mg, comprimido	852.000	Comprimido	0,0980	83.496,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Assert Eurofarma Ltda
255	Sinvastatina 10 mg, comprimido, embalagem	612.000	Comprimido	0,0245	14.994,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Laboris
256	Sinvastatina 20 mg, comprimido, embalagem	10.661.000	Comprimido	0,0329	350.746,90	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Laboris
257	Sinvastatina 40 mg, comprimido, embalagem	745.000	Comprimido	0,0670	49.915,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Laboris
258	Sulfadiazina 500 mg, comprimido, embalagem	95.100	Comprimido	0,0850	8.083,50	Prodiet Farmacêutica Ltda	Sulfazina - sobral
259	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga com 30 g	2.600	Bisnaga	1,5000	3.900,00	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Prati
260	Sulfametoxazol + Trimetoprima 200 +40mg/5ml, suspensão oral, frasco com 100ml ou mais com dosador graduado	30.730	Frasco	0,8020	24.645,46	Laboratorio Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
261	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido	404.800	Comprimido	0,0370	14.977,60	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi
262	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido ou cápsula ou drágea	1.329.800	Comprimido revestido	0,0250	33.245,00	Prati Donaduzzi & Cia Ltda	Prati donaduzzi

263	Sulfato Ferroso 25 mg/mL de Fe II, frasco conta-gotas com 30ml	75.330	Frasco	0,4200	31.638,60	Coercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Hipolabor
264	POLIVITAMÍNICO - Ácido ascórbico (Vit C) 100mg + Piridoxina (vit B6) 2mg + Tiamina (Vit B1) 10 mg + Inositol 10mg + Nicotinamida (Vit PP) 20mg + Pantotenato de cálcio 15mg	3.700	Frasco	3,9990	14.796,30	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Neo quimica
265	Tansulosina (cloridrato) 0,4 mg comprimido	13.000	Comprimido	4,2498	55.247,40	Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Zodiac
266	Teofilina 100 mg comprimido	398.000	Comprimido	0,3000	119.400,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Novartis
267	Teofilina 200 mg comprimido	40.000	Comprimido	0,5000	20.000,00	Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda	Novartis
268	Tiabendazol suspensão 50 mg/mL, frasco com 60ml ou mais	33.000	Frasco	4,9000	161.700,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Belfar
269	Ticlopidina (cloridrato) 250 mg comprimido	64.200	Comprimido	0,2629	16.878,18	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Ems
270	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica, frasco de 5 mL	18.140	Frasco	0,8400	15.237,60	Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto

271	Tinidazol 500 mg, comprimido	13.000	Comprimido	0,9990	12.987,00	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	Medley
272	Tobramicina 3mg/ml, solução oftálmica, frasco de 5ml	32.000	Frasco	5,0000	160.000,00	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	Cristalia-tobramicina
273	Tramadol 50 mg, comprimido	239.000	Comprimido	0,0700	16.730,00	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
274	Tramadol 100 mg/mL, frasco de 15ml	12.600	Frasco	3,1910	40.206,60	Nunes-farma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.	Uci farma
275	Tramadol 50 mg/mL, ampola de 1 mL	14.750	Ampola	0,4071	6.004,73	Co-mercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Teuto
276	Valproato de sódio, cápsula 250 mg	881.500	Cápsulas	0,2680	236.242,00	Cirúrgica Jaw Com. de Mat. Méd. Hosp. Ltda.	Depakene 250mg
277	Valproato de sódio, cápsula 500 mg	597.500	Comprimido	0,4300	256.925,00	Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda	Valpakine/sanofi
278	Valproato de sódio, 50mg/ml solução oral, frasco de 100 ml ou mais, com dosador graduado	42.060	Frasco	1,5750	66.244,50	Laboratorio Teuto Brasileiro S.A	Genérico teuto
279	Varfarina 1 mg, comprimido	27.500	Comprimido	0,2160	5.940,00	Center-medi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	B-ms

280	Varfarina 5 mg, comprimido	164.500	Comprimido	0,0750	12.337,50	Marco-farma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda	Teuto
281	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg, comprimido	105.000	Comprimido	0,2640	27.720,00	Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda	Venlaxin 75mg / Eurofarma Ltda
282	Venlafaxina (cloridrato) 150 mg, comprimido	125.000	Comprimido	0,4480	56.000,00	Mauro Marciano Garcia de Freitas	Torrent
283	Verapamil (Cloridrato) 80 mg, comprimido ou comprimido revestido ou drágea	86.000	Comprimido	0,0360	3.096,00	Dimacipr Material Cirúrgico Ltda	Teuto
284	Vitaminas A (retinol) 50000 + vitamina D (ergocalciferol) 10000 UI/ml, solução oral, frasco 10 ml	1.950	Frasco	4,5600	8.892,00	Hospfar Ind e Com	Nycomed

Blumenau (SC), 22 de março de 2011

PAULO MAURICIO PIZZOLATTI

Presidente do CISAMVI

CIS/AMREC

Ata da Assembléia Geral do CISAMREC

Ata da 1ª Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da AMREC (CISAMREC)

Aos 04 dias de abril de 2011, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da AMREC (CISAMREC), cuja lista de presença segue em anexo, com a seguinte pauta: 1) eleição e posse dos Membros do Conselho Executivo e Conselho Fiscal do CISAMREC; 2) Definição da sede provisória do CISAMREC; 3) Autorização para celebração de convênio com a AMREC para apoio ao Consórcio; 4) Assuntos diversos. O Presidente da AMREC, Sr. Helio Luiz Bunn, Prefeito Municipal de Lauro Muller, abriu a Assembléia, agradecendo a presença dos Senhores Prefeitos, Secretários de Saúde e demais interessados na formação do Consórcio. Em seguida o Senhor Luiz Antonio Fabro, Presidente do Colegiado de Secretários de Saúde da AMREC, fez um breve relato das atividades já desenvolvidas até o momento para formação do Consórcio. Destacou o momento histórico que a região está por vivenciar, maximizando a utilização dos recursos públicos, podendo o consórcio proporcionar

uma economia de até 30% em suas aquisições. Parabenizou os Prefeitos pela forma ágil como trataram dos procedimentos que envolviam a homologação do Protocolo de Intenções. Em seguida apresentou uma planilha de custos deixando evidenciado que a contratação de qualquer pessoa passaria pela anuência dos Prefeitos. A partir deste momento, o Sr. Hélio Luiz Bunn reassumiu a palavra e consultou os prefeitos sobre a forma de rateio e todos concordaram em utilizar o número de habitantes de cada município, definindo-se o valor R\$ 0,041/habitante. A seguir, permitiu aos prefeitos dos municípios consorciados a manifestação de sua candidatura. Para compor o Conselho Executivo foram indicados os Senhores Helio Luiz Bunn - Prefeito de Lauro Muller (Presidente), Gentil Dory da Luz - Prefeito de Içara (Vice-Presidente) e Jacinto Redivo - Prefeito de Orleans (Secretário) que contaram com a aprovação unânime. Para compor o Conselho Fiscal, foram indicados os Senhores João Réus Rossi - Prefeito de Treviso (Presidente), Luiz Carlos Zen - Prefeito de Urussanga (Membro) e Clésio Salvaro - Prefeito de Criciúma (Membro) que contaram com a aprovação unânime. Ato contínuo, foi dada posse aos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal do CISAMREC. Dando continuidade, definiu-se como sede provisória do CISAMREC o mesmo prédio da AMREC, ou seja, Avenida Santos Dumont, 855, Bairro Milanesa - Criciúma/SC, como também autoriza o CISAMREC firmar convênio com a AMREC para buscar o apoio logístico, técnico e financeiro necessários. Para que se providencie o registro junto a Receita Federal com vista a dar início à formação da personalidade jurídica do CISAMREC, o Senhor Jacimar Alexandre Torres foi indicado para fazer os devidos encaminhamentos e convidado para atuar como contabilista responsável, prontamente aceito pelo mesmo. Seguindo, colocou-se a apreciação de toda a Assembleia a transformação do Protocolo em Contrato de Consórcio Público, documento que representa o estatuto do CISAMREC, aprovado por unanimidade. Foi dada a posse ao Prefeito de Lauro Muller, Sr. Helio Luiz Bunn, agora Presidente do CISAMREC, de modo que o mesmo destacou que confia num trabalho técnico e eficiente na condução executiva. O Presidente do CISAMREC agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a 1ª Assembleia Geral do CISAMREC. E por assim ter sido designado, eu, Jacimar Alexandre Torres, declaro como autênticos os fatos acima narrados.

CITMAR

Ata de Abertura do Envelope Nº. 01, Referente a Habilitação Jurídica e Técnica dos Concorrentes no CERTAME

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 01, REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA DOS CONCORRENTES NO CERTAME

Processo de Licitação - Carta Convite nº. 001/2011

Objeto: PRODUÇÃO DE 70.000 REVISTAS DO CITMAR, DE 56 PÁGINAS EM FORMATO 420x297mm, EM 4x4 CORES, PAPEL CAPA COUCHE BRILHO 170gr, PAPEL MIOLO COUCHE FOSCO 150gr, EM ACABAMENTO DOBRADO, ALCEADO E GRAMPEADO COM 30% DE VERNIZ LOCALIZADO NA CAPA.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os membros da Comissão de Licitação Pública do respectivo consórcio, juntamente com os participantes do Edital de Licitação nº. 001/2011, para produção de setenta mil revistas do CITMAR, conforme estabelecido pelo respectivo Edital. Presidiu a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, que foi por mim secretariada, Vivian Mengarda Floriani. Entregaram os envelopes até as 9h e 30 min. as respectivas empresas: Impresul Industria Gráfica Ltda.; Prol Editora Gráfica Ltda.; Gráfica e Editora Posigraf S.A.; Maxi Gráfica e Editora Ltda.; Coan Indústria Gráfica

Ltda.; Tipotil Indústria Gráfica Ltda.; Gráfica Regente Ltda. Entregando os envelopes até o horário previsto em Edital, estão habilitadas para a abertura do Envelope nº. 01, o qual compreende a Habilitação Jurídica e Técnica dos concorrentes. Sendo analisado a parte documental prevista no Edital, verificou-se que as empresas Gráfica e Editora Posigraf S.A., Maxi Gráfica e Editora Ltda., Coan Indústria Gráfica Ltda., Tipotil Indústria Gráfica Ltda. e Gráfica Regente Ltda. preencheram os requisitos do Edital. A empresa Impresul Industria Gráfica Ltda, não juntou a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (item 13.3, a, ii do Edital de Licitação), bem como, a Certidão de regularidade ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS (item 13.2, c do Edital de Licitação) estava vencida, com data de 27.04.2011. A empresa Prol Editora Gráfica Ltda., não atendeu ao item 13.3, a, i, pois apresentou balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ano de 2009, quando o correto seria o do ano de 2010, conforme previsão expressa do Edital de Licitação. As empresas como não preencheram os requisitos estabelecidos pelo Edital, foram consideradas inabilitadas, e não podendo passar para a fase de abertura das propostas de preço. A empresa Impresul Industria Gráfica Ltda., desiste de recorrer da decisão da Comissão de Licitação, conforme Declaração em anexo a esta ata, e que faz parte integrante do presente processo licitatório e a empresa Prol Editora Gráfica Ltda., também desiste de recorrer da decisão da Comissão de Licitação, assinando a presente ata abaixo identificado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Licitação deu por encerrada esta fase, que vai assinada pelo Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, por mim, Sra. Vivian Mengarda Floriani, Secretária designada, pelo Sr. Cirino Adolfo Cabral Neto, membro da Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas participantes na respectiva licitação.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Presidente

VIVIAN MERGARDA FLORIANI
Secretária designada - Membro

CIRINO ADOLFO CABRAL NETO
Membro

Ata de Abertura do Envelope Nº. 02, Referente ao Preço dos Serviços Conforme Especificado no Edital de Licitação

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 02, REFERENTE AO PREÇO DOS SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação - Carta Convite nº. 001/2011

Objeto: PRODUÇÃO DE 70.000 REVISTAS DO CITMAR, DE 56 PÁGINAS EM FORMATO 420x297mm, EM 4x4 CORES, PAPEL CAPA COUCHE BRILHO 170gr, PAPEL MIOLO COUCHE FOSCO 150gr, EM ACABAMENTO DOBRADO, ALCEADO E GRAMPEADO COM 30% DE VERNIZ LOCALIZADO NA CAPA.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os membros da Comissão de Licitação Pública do respectivo consórcio, juntamente com os participantes do Edital de Licitação nº. 001/2011, para produção de setenta mil revistas do CITMAR, conforme estabelecido pelo respectivo Edital. Presidiu a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, que foi por mim secretariada, Vivian Mengarda Floriani. Tendo sido as empresas Gráfica e Editora Posigraf S.A., Maxi Gráfica e Editora Ltda., Coan Indústria Gráfica Ltda., Tipotil Indústria Gráfica Ltda. e Gráfica Regente Ltda. habilitados na primeira fase, passa-se então a analisar as propostas de preços dos participantes do certame. Os

valores para a prestação de serviços, conforme objeto da licitação, constante do Edital, são: Empresa Gráfica e Editora Posigraf S.A., R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais); Empresa Coan Indústria Gráfica Ltda., R\$ 99.400,00 (noventa e nove mil e quatrocentos reais), Empresa Maxi Gráfica e Editora Ltda., R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais); Empresa Tipotil Indústria Gráfica Ltda., R\$ 102.900,00 (cento e dois mil e novecentos reais); Empresa Gráfica Regente Ltda., R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais). Considerando o menor preço global, conforme Edital, foi considerada ganhadora do certame a empresa Gráfica e Editora Posigraf S.A., com o valor de R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais). O Presidente da Comissão de Licitação abriu prazo para eventual recurso, caso alguma empresa queira fazer uso deste direito. Foi devolvido pessoalmente o envelope nº. 02 da empresa Prol Editora Gráfica Ltda., bem como será devolvido por correios à empresa Impressul Industria Gráfica Ltda., porquanto inabilitadas da licitação, conforme Ata de Abertura do Envelope nº. 01 referente a habilitação jurídica e técnica dos concorrentes no certame. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão, que vai assinada pelo Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, por mim, Sra. Vivian Mengarda Floriani, Secretária designada, pelo Sr. Cirino Adolfo Cabral Neto, membro da Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas participantes na respectiva licitação.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Presidente

VIVIAN MERGARDA FLORIANI
Secretária designada - Membro

CIRINO ADOLFO CABRAL NETO
Membro

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 01/2011
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2011

Nº. Processo: 01/2011.
Objeto: Locação de stand de 28m² para exposição do CITMAR na 73ª Expogrande Internacional, a ser realizada nos dias 14 a 24 de abril de 2011 em Campo Grande/MS.
Total de Itens Licitados: 00001.
Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.
Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na locação de área no presente evento.
Declaração de Inexigibilidade em 25/02/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.
Ratificação em 25/02/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.
Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Contratada: ACRISUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul.

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 02/2011
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2011

Nº. Processo: 02/2011.
Objeto: Locação de stand de 26m² de números 3D e 4E para a 17ª Edição da BNT Mercosul - Brasil, a ser realizada nos dias 27 e 28 de maio de 2011, no Parque Beto Carrero World, em Penha/SC.
Total de Itens Licitados: 00001.
Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na locação de área no presente evento.
Declaração de Inexigibilidade em 30/03/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.
Ratificação em 30/03/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.
Valor: R\$ 29.849,82 (vinte e nove mil e oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos).
Contratada: BNT Feiras e Congressos Ltda.

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 03/2011
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2011

Nº. Processo: 03/2011.
Objeto: Locação de stand de 9m² de número 01, Ilha U para a Exporingá 2011, a ser realizada nos dias 05 a 15 de maio de 2011, no Parque de Exposição "Francisco Feio Ribeiro" na cidade de Maringá/PR.
Total de Itens Licitados: 00001.
Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.
Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na locação de área no presente evento.
Declaração de Inexigibilidade em 03/05/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.
Ratificação em 03/05/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.
Valor: R\$ 3.446,00 (três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais).
Contratada: Sociedade Rural Maringá.